

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



ASSISTÊNCIA, EDUCAÇÃO E TRABALHO
NO ESTADO NOVO
- O caso da Obra Social da Fragata D. Fernando II e
Glória -

Américo José Vidigal Alves

Mestrado em História Marítima

2013

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



ASSISTÊNCIA, EDUCAÇÃO E TRABALHO
NO ESTADO NOVO

- O caso da Obra Social da Fragata D. Fernando II e
Glória -

Américo José Vidigal Alves

(Dissertação orientada pela Professora Doutora Maria de Fátima Reis)

Mestrado em História Marítima

2013

RESUMO / ABSTRACT

Desde finais da década de 40 até meados da década de 70 do século passado, decorreu (inicialmente a bordo de uma velha fragata da Carreira da Índia e posteriormente em instalações em terra) a Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória.

Em pleno Estado Novo, a Obra parece ter seguido um percurso que acompanhou o próprio sistema político vigente. Recorrendo a um sistema assistencial, educacional e de integração profissional próprios do período, assistiu-se ao crescimento, estagnação e declínio que seguiu o perfil do regime.

Tendo como objetivos principais, a recolha, educação e instrução de rapazes sem família ou sem recursos, a instituição pode, contudo, ter sido muito mais do que estes princípios fundadores previam. Justifica-se, assim, uma análise mais detalhada sobre a sua constituição, evolução e encerramento.

Since the end of the 1940`s towards the mid 70`s of the past century, it was held (initially on board of an old frigate of Carreira da Índia (Passage to India) and later in facilities ashore) the Social Work of the Frigate D. Fernando II e Glória (King Ferdinand II and Glory) .

During Estado Novo (New State regime), the Work seems to have followed a course that accompanied the very political system of the time. Turning to an aid, educational and professional integration system typical of the time, there was an increase, stagnation and decline that followed the regime`s profile.

Having as main goals the sheltering, education and instruction of boys who had no family or resources, the institution may, however, have been much more than what these founding principles had foreseen. It is, thus, justified a more thorough analysis about its establishment, evolution and closure.

PALAVRAS-CHAVE / KEY-WORDS

Assistência / Assistance

Educação / Education

Trabalho / Labour

Estado Novo / New State Regime

Obra Social / Social Work

Fragata D. Fernando II e Glória / Frigate D. Fernando II e Glória

Marinha / Navy

Pescas / Fishery

ÍNDICE

RESUMO / <i>ABSTRACT</i>	1
PALAVRAS-CHAVE / <i>KEY-WORDS</i>	3
AGRADECIMENTOS	7
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – ASSISTÊNCIA, EDUCAÇÃO E TRABALHO NO ESTADO NOVO.	13
1.1 O Estado Novo.....	13
1.2 Assistência e Caridade	29
1.3 Educação	40
1.4 Trabalho	48
CAPÍTULO 2 – A HISTÓRIA DA FRAGATA (1845-2013), «AS MARINHAS» (1945-1975) E A OBRA SOCIAL (1945-1975).	63
2.1 A Fragata D. Fernando II e Glória (1845–2013)	63
2.2 A Marinha de Guerra (1945-1975)	71
2.3 A Marinha Mercante (1945-1975)	76
2.4 A Marinha de Pesca (1945-1975)	79
2.5 A Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória (1945-1975)	86
2.5.1 Objetivos, Entidades Competentes, Fundos e Regulamento Interno.....	86
2.5.2 A Obra Social a bordo, descrição da Fragata	96
2.5.3 Tipologia da Vida a Bordo e Alguns Episódios Ilustrativos	98
2.5.4 A Obra Social em Setúbal	112
2.6 O Fim da Obra	117
CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO.....	121
3.1 Classes Sociais, mobilidade e aspirações.....	121
3.2 O Contexto Profissional.....	126
3.3 Heranças, práticas e aspirações.....	128
3.4 Os Números	132
3.5 Modelo de Análise	186
3.6 As Fontes	188
3.7 Antes, durante e depois - A passagem pela Obra	188
3.7.1 Caraterísticas Pessoais	194

3.7.2	Condições de Vida e Trajeto Acadêmico-Profissional.....	202
3.7.3	Características Familiares.....	216
3.7.4	Características Biográficas e Trajetórias Profissionais	222
3.8	A Alcinha como Fenômeno de Aceitação	231
3.9	A Memória como Fenômeno de Revisitação.....	240
CONCLUSÃO.....		247
FONTES E BIBLIOGRAFIA		253
I.	Fontes	253
	Fontes Audiovisuais.....	253
	Fontes Orais (entrevistas e depoimentos)	253
	Fontes Impressas.....	254
	Fontes Manuscritas	255
II.	Bibliografia	255
	Obras Gerais	255
	Referências Computorizadas	262
	Apresentações, Periódicos, Revistas e Imprensa	263
	Bibliografia Específica	265
ANEXO A – VERSOS SOBRE O DESARVORAMENTO DE 8/3/1862.....		267
ANEXO B – CADASTRO TÍPICO DE UM ALUNO		269
ANEXO C – RELATÓRIO MÉDICO		271
ANEXO D – DECLARAÇÃO ONDE SE COMPROVAM AS INTENÇÕES DE FECHO DA OBRA		273
APÊNDICE 1 – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS EX-ALUNOS DA OBRA SOCIAL FRAGATA D. FERNANDO II E GLÓRIA		275
APÊNDICE 2 – OBSERVAÇÕES DOS EX-ALUNOS.....		287
APÊNDICE 3 – ENTREVISTAS		301
APÊNDICE 4 - SÍMBOLOS, SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS		321
APÊNDICE 5 – GLOSSÁRIO		325

AGRADECIMENTOS

Quero demonstrar a minha gratidão a todos aqueles que deram a sua contribuição para que esta dissertação fosse realizada. A todos deixo aqui o meu agradecimento sincero.

Ainda assim, existem alguns que, de uma forma mais acentuada me ajudaram na prossecução do meu trabalho.

Desses, saliento, em primeiro lugar, o Professor Doutor Francisco Contente Domingues, que foi o primeiro a dizer-me que o projeto tinha potencial e me incentivou a seguir em frente.

Em segundo lugar, agradeço aos Comandantes Costa Canas e Alves Salgado. Ao primeiro, por me ter aconselhado a visitar a Fragata e me ter falado da ocorrência de alguns encontros comemorativos de antigos alunos. Ao segundo, por, no início deste projeto, me ter dito, na parada da Escola Naval – “Fogo à peça!”. Palavras que selaram a minha decisão de avançar definitivamente com o trabalho.

Em terceiro lugar, agradeço ao Comandante Rocha e Abreu (comandante da Fragata D. Fernando II e Glória), que me recebeu a bordo e me mostrou alguns caminhos que poderia tomar para seguir com o projeto avante.

Depois, gostaria de agradecer a todos os ex-alunos que, presencialmente, por telefone, carta, ou correio eletrónico, participaram no trabalho, respondendo ao questionário que lhes enviei. Relevo de uma forma especial os ex-alunos Carlos Vardasca, Augusto Gomes, José Alves, Victor Sousa e Sidónio Cruz, que me concederam entrevistas e com quem tive o prazer de ter diversas conversas sobre a Obra Social.

Um agradecimento para a professora Maria Lucília Gonçalves, que tendo sido a última professora primária a lecionar na Obra, me forneceu preciosas informações sobre os últimos anos da sua existência.

Os meus próximos agradecimentos vão para aqueles que me deram o suporte documental e técnico necessário ao prosseguimento do trabalho, como a Dr.^a Carla Martins, a Dr.^a Isabel Beato, a Dr.^a Inês Martins, o tenente Antunes Nunes e a minha afilhada Cátia Martins.

Uma palavra de agradecimento também à Professora Doutora Iola Pinto, que foi uma preciosa ajuda no âmbito da estatística.

Agradeço também aos meus camaradas, tenente Coelho Barroso e Guarda-Marinha Vilma Amigo, que me ajudaram na instalação, operação e tratamento dos dados no *SPSS*.

Reservei para o final os meus agradecimentos aos dois pilares que sustentaram toda a obra. A minha orientadora e a minha família.

Um grande muito obrigado à Professora Doutora Maria de Fátima Reis por ter aceitado a orientação desta tese e por, sem prejuízo do seu atento e interessado acompanhamento, me ter deixado autonomia suficiente para trabalhar livremente.

Por fim um agradecimento à minha esposa Isilda e às nossas filhas Beatriz e Sofia. Sem a força contagiante que me transmitem e a paz de espírito que me proporcionam este trabalho não teria sido possível de realizar.

INTRODUÇÃO

Quem chegar a Cacilhas tendo percorrido a estrada nacional numero dez, vindo de Sul, reparará, se olhar à direita, antes de chegar junto aos cais dos cacilheiros, nos três mastros imponentes que sobressaem rasgando o azul em direção ao céu. As três hastes verticais outrora sustentáculo das velas pertencem à fragata D. Fernando II e Glória, a última nau da carreira da Índia. Colocada em doca seca desde 26 de Novembro de 2007, mais precisamente na doca seca numero dois da *Parry & Son*¹ em Cacilhas o navio e museu histórico, completamente restaurado e equipado com mobiliário, aparelho e mastreação igual à de origem e com alguns espaços musealizados com manequins exibindo uniformes e trajes da época tem a sua porta aberta ao público das dez às dezassete horas, todos os dias com exceção da segunda-feira e dias feriados nacionais.

A longa história da fragata, que começa com a sua primeira viagem no longínquo ano de 1845 atravessa o tempo até aos nossos dias. Quem nela navegou ou habitou, passou tormentas, tomou parte em operações militares, venceu dificuldades no mar, sobreviveu a um incêndio que quase a destruiu e viu-a renascer. Desses episódios falaremos mais pormenorizadamente no capítulo número dois, numa parte totalmente dedicada à história do navio. Para já importa referir de modo claro o objetivo primordial do nosso trabalho, para depois passarmos à apresentação dos temas adjacentes sobre os quais tivemos que investigar e trabalhar para que no final a junção de todas as partes pudessem constituir uma unidade lógica e completamente perceptível.

A nossa proposta é apresentar um estudo detalhado sobre a Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória, criada em 1945 que decorreu a bordo da mesma até ao ano de 1963, altura em que o navio ardeu completamente, tornando-o inabitável. Entre 1963 e 1975 a obra continuou a sua missão numa instalação anexa à Capitania do Porto de Setúbal, nessa mesma cidade. O nosso estudo compreende pois todo esse

¹ Atualmente restam apenas as docas secas número um e dois que fizeram parte do antigo estaleiro naval que durante os séculos XIX e XX se dedicou à reparação e construção de embarcações e navios de tonelagem variável, em madeira e aço. Saliente-se a importância deste antigo estaleiro que em conjunto com outros situados na margem sul do Tejo, nas imediações da cidade de Almada constituíram um núcleo muito importante de concentração industrial naval, sobretudo durante a segunda metade do século XX. Falamos da Lisnave, do Arsenal do Alfeite, da Sociedade de Reparação de Navios, da Companhia Portuguesa de Pescas, da Sociedade Nacional dos Armadores do Bacalhau e é claro da própria *Parry and Son*.

tempo que mediou entre a entrada dos primeiros alunos em 1947² e a saída dos últimos em 1975.

O trabalho, que passamos a apresentar, insere-se no contexto do Estado Novo. Pretendemos aprofundar alguns estudos sobre as formas de assistência, sobre a educação e sobre o trabalho neste período não muito longínquo da nossa história.

No que respeita à assistência, pretendemos circunscrever a análise à assistência às crianças órfãs e necessitadas que acabaram colocadas na referida obra social; no que respeita à educação, tenderá a ficar balizada às fronteiras da mesma obra social (embora com alusões e comparações com o mundo exterior); por fim, o trabalho será abordado na ótica da tipologia das trajetórias profissionais adotadas pelos intervenientes ativos da mesma, ou seja, os seus alunos.

O período cronológico estudado em profundidade é o compreendido entre os anos quarenta e setenta do século passado. Houve, no entanto, alusões a datas e factos exteriores a esta linha temporal, algumas mais antigas outras mais recentes.

Para conseguirmos descrever o passado, neste caso o passado recente, circunscrito à instituição em análise levámos a cabo algumas entrevistas e procedemos a mais de cem inquéritos a ex-alunos da Obra. Além da consulta documental óbvia e absolutamente necessária servimo-nos de outras ferramentas comumente utilizadas na Sociologia, na Antropologia e na História; tais como as referidas entrevistas e inquéritos, (privilegiando o contacto direto com alguns dos intervenientes) e outras como a Estatística e a investigação patrimonial. Foi com esta interdisciplinaridade que caminhámos e fomos descobrindo factos históricos referentes ao objeto em análise. Na verdade, esta utilização voluntária das várias disciplinas constituiu, pensamos, justamente o corolário do nosso trabalho, pois permitiu-nos evidenciar, numa região de fronteira interdisciplinar, o facto social, a vivência de cada um dos seus intervenientes e o facto histórico.

Procuramos combinar três eixos epistemológicos na construção da comunicação; um eixo narrativo, onde privilegiamos a descrição e narração dos acontecimentos históricos; um eixo expositivo, no qual apresentamos os dados estatísticos levantados; e um eixo interpretativo, edificado sobre os acontecimentos históricos e servindo-se dos

² Embora a criação da Obra date de 1945, os primeiros alunos só entraram a bordo em 1947. Estes dois anos iniciais serviram para restaurar a fragata e criar as condições físicas, logísticas e humanas para a receção dos primeiros alunos.

dados estatísticos recorrendo a uma abordagem sociológica interpretativa do resultado dessa mesma recolha.

O primeiro capítulo, tratando-se ainda de uma exposição introdutória serviu para definir a periodização e enquadrar a época à qual o estudo se refere. Trata-se de um capítulo de extrema importância, onde são abordados acontecimentos, relevantes para o relato referente à Obra Social. São apresentados alguns temas fundamentais como a ascensão de Salazar ao poder; a Constituição de 1933; a guerra civil espanhola; a Segunda Grande Guerra Mundial e a política económica portuguesa para este período; Portugal e a NATO; a Exposição do Mundo Português; as finanças públicas; a política das obras públicas; a Mocidade Portuguesa; a Legião Portuguesa; a emigração entre 1930 e 1970; as relações do estado com a Igreja; a oposição antifascista; as eleições presidenciais; a modernização da sociedade; as dificuldades económicas dos anos sessenta; a crise política de 1958-1962; o assalto ao paquete *Santa Maria*; a questão de Goa, Damão e Diu, os movimentos independentistas das colónias portuguesas e a guerra em Angola, Guiné e Moçambique; o governo de Marcelo Caetano e o movimento dos capitães e das Forças Armadas. Ainda no âmbito deste capítulo, em três subcapítulos subsequentes apresentámos descrições fundamentadas sobre os temas eleitos deste trabalho: a assistência, a educação e o trabalho.

No segundo capítulo, subordinado ao tema “ A Obra Social e «As Marinhas» ”, apresentamos, uma descrição histórica referente à fragata e uma retrospectiva daquilo que foram as marinhas de guerra, mercante e de pesca durante os cerca de trinta anos de duração da obra social. Damos ainda a conhecer os meandros da criação da obra assim como os seus objetivos e as entidades envolvidas. Ilustramos este capítulo com descrições detalhadas do que foi a fragata nos anos quarenta, cinquenta e sessenta do século passado assim como trazemos a público alguns episódios passados a bordo por alguns ex-alunos. Descrevemos a tipologia da vida a bordo, referimos a transferência da obra para a Capitania do Porto de Setúbal e damos a conhecer aquilo que conseguimos apurar sobre o fim da mesma.

O terceiro capítulo é dedicado a um estudo de caso, onde após breve revisão literária sobre as temáticas das classes sociais, mobilidade e aspirações apresentamos um conjunto de dados estatísticos conseguidos após consulta exaustiva de documentos referentes aos alunos. Registamos um conjunto de quadros e gráficos com os números dos alunos admitidos e posteriores saídas, por anos; os destinos ou consequências e

motivos de saída e ainda os distritos de origem dos indivíduos, entre os anos de 1947 e 1975. Depois, ainda no âmbito deste capítulo surgem os dados resultantes de um estudo estatístico levado a cabo a um grupo de cem ex-alunos. Este trabalho que consistiu na elaboração, distribuição e recolha de um inquérito por questionário, tinha inicialmente o objetivo de vir a constituir um elemento fundamental de estatística de inferência. Devido à comprovação da não aleatoriedade da amostra não foi possível tirar conclusões extrapolativas. No entanto, a recolha desses dados descritivos constituiu uma mais-valia importante, pelo que decidimos inclui-los no trabalho após um tratamento levado a cabo com algumas ferramentas estatísticas dedicadas às ciências sociais.

CAPÍTULO 1 – ASSISTÊNCIA, EDUCAÇÃO E TRABALHO NO ESTADO NOVO.

1.1 O Estado Novo

Entre 1933 e 1974, Portugal viveu um período da sua história recente que ficou conhecido como o período de vigência do Estado Novo. Durante esses cerca de quarenta e um anos, o governo começou por elaborar uma nova Constituição e encetar ações políticas reativas ao contexto internacional (que foi algumas vezes de guerra ou iminência desta) e a levar a cabo políticas internas muitas vezes repressivas e atentivas da liberdade de pensamento e de expressão. Na entrada do terceiro decénio desse ciclo eclodiram em África revoltas que levaram a uma guerra em três frentes. Perderam-se as possessões de Goa, Damão e Diu na Índia e a emigração aumentou. Desde o primeiro dia do regime houve sempre forças mais ou menos organizadas, que foram aliás, alvo de constante perseguição e cujo objetivo ultimo era fazer cair o governo e promover a instauração de outro tipo de regime que não o ditatorial. Essa mudança de paradigma viria a ocorrer em 1974, possibilitada pelo golpe militar empreendido por um conjunto de oficiais das forças armadas, maioritariamente do Exército, descontentes com questões de carreira, de promoções e das formas de prestação de comissões no Ultramar.

Segundo Correia de Souto a designação Estado Novo surgiu após a Revolução de 28 de Maio de 1926 e pretendia dar ênfase a uma nova corrente política autoritária que advogava uma forma de Estado Novo em relação ao passado, o Estado Republicano. A Constituição de 1933 encarregou-se de oficializar a expressão Estado Novo³.

Para Fernando Rosas⁴ o período cronológico do Estado Novo pode considerar-se o compreendido entre 9 de Abril de 1933, data da entrada em vigor da referida constituição e o golpe militar do 25 de Abril de 1974.

³ SOUTO, José Correia de, «Estado Novo» in *Dicionário de História de Portugal*, vol III, Braga, Universidade do Minho e Tilgráfica, 1985, pp. 44 e 45.

⁴ ROSAS, Fernando, «Estado Novo» in *Dicionário do Estado Novo* (vol. I) coord. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M Brandão de, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p.315.

O Estado Novo, como fenómeno político, deve-se, na opinião da maioria dos historiadores desta temática, a uma tentativa de atuação prática por forma a fazer frente ao atraso económico em que Portugal se encontrava em meados dos anos vinte do mesmo século. Quando com trinta e nove anos de idade o professor de Economia da Universidade de Coimbra, António de Oliveira Salazar surgiu como figura política com capacidade de inverter esse ciclo económico, (após ter estado desde 1928 no comando das Finanças e quando o orçamento de 1928-29, do qual terá sido o mentor, apresentou um saldo positivo, depois de década e meia de saldos negativos) consolidou-se a capacidade daquele, que através de livros e artigos de índole económico-financeira, aliado ao seu prestígio como docente, era já há algum tempo assaz louvado e respeitado pelos seus pares.

Efetivamente, em 1928 após o falhanço de Sinel Cordes e Óscar Carmona, que governavam o país em ditadura militar, em equilibrar o orçamento e estimular a economia, o governo dirige-se à Sociedade das Nações para conseguir um empréstimo externo. Por sua vez, o coronel Vicente Freitas formou novo ministério e incluiu Salazar no elenco governativo, como já referimos, como decisor das Finanças.

O atraso económico-financeiro do país vinha de trás. Alguns historiadores referem que Portugal perdera grande parte da sua grandeza logo a partir da Revolução Liberal de 1820⁵, sobretudo naquilo que refere ao plano identitário e material. As classes dominantes não conseguiram recompor-se e a República procurava em África o que havia perdido com a destruição de recursos que vinha já do período das Invasões Francesas e da perda do Brasil.

Aliado a esse atraso económico-financeiro terão estado outros fatores, dos quais ressalta um, que cremos, pode ter sido também um dos contributos para a implantação deste novo tipo de governo. Tratou-se de uma corrente ideológica influente no panorama do país entre 1914 e 1932 apelidado de Integralismo Lusitano. Este agrupamento sociopolítico que remete para as tradições portuguesas e para a monarquia, teve origem entre alguns exilados católicos e monárquicos na Bélgica. As suas primeiras ações foram as de alguma reação ao anticlericalismo da Primeira República e o apoio ao rei deposto, D. Manuel II. A corrente esteve bastante ativa, sobretudo durante o chamado *sidonismo* onde o apelo à ação foi muitas vezes recorrente. Os *integralistas*

⁵ COSTA, Jorge et al, *Os Donos de Portugal – Cem anos de poder económico (1910-2010)*, 2ª Edição, Porto, Edições Afrontamento, 2010, pp. 198 e 199.

eram na sua maioria jovens da aristocracia, proprietários rurais e também burgueses urbanos.

Além deste grupo o apoio ao Estado Novo situou-se também entre grupos e correntes de pensamento mais ou menos organizadas que apoiavam as ideias emergentes de Salazar, de onde se podem contar alguns grupos católicos e nacionalistas. Depois, os próprios regimes ditatoriais emergentes na Europa terão tido certamente um peso a não menosprezar na consolidação das ideias, na aceitação das mesmas e no próprio *modus operandi* de referência para o governo. Mussolini governava desde 1922 em Itália, e em Espanha o general Primo-Rivera encontrava-se no poder, governando igualmente em forma de ditadura. Por esta via, acreditamos, pode ter havido alguma contaminação e alguma tentativa de influência no regime de governação. Apesar desta inspiração, após a construção daquilo a que o governo chamou *nova ordem*, observável sobretudo a partir de 1928, Salazar viria a criticar quer o fascismo italiano quer o nazismo alemão, numa ação indiciadora de pretensões de ele próprio deixar clara a diferença entre aquilo que considerava ser o autoritarismo e aquilo que considerava ser o totalitarismo.⁶

Em 1929 foi posta em prática pelo governo a referida «nova ordem», onde foi apresentada uma reorganização constitucional na qual os papéis da família, das corporações, da moral, da economia e onde os órgãos de administração locais vão ter um papel preponderante na agregação do Estado como um todo.

Para que esta «ordem» resultasse, foi adotado por parte dos salazaristas um “hábil processo de eliminações, integrações e compromissos”⁷ de forma a agregar as forças dispersas de direita e outras «forças vivas» e colocá-las do seu lado.

Além disso, contribuíram ainda para o sucesso de Salazar, o capital e a banca; a Igreja; o Exército; alguns intelectuais de direita e até algumas fações monárquicas.

Durante o período que mediou entre Janeiro de 1930 e Julho de 1932 que correspondeu ao período em que Salazar se tornou efetivamente chefe do Ministério, foi uma altura considerada por Rosas⁸, como uma fase transitória para a plena institucionalização do Estado Novo, isto tomando como marco para essa institucionalização a nova constituição de 11 de Abril de 1933. O momento que

⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira, *Breve História de Portugal*, 5ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, p. 647.

⁷ ROSAS, Fernando (coord.), *História de Portugal - O Estado Novo*, vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.142.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 175.

antecedeu essa institucionalização poderá ser definido como o período da elaboração dos programas e da tomada de decisões sobre as linhas a seguir no que respeita ao desenvolvimento económico. Além disso, foi por esta altura que foram clarificados os princípios fundamentais que levaram à revolução.

Salazar pareceu, desde o início, ter um programa bem definido. Logo em 1930 fez um discurso que ficou célebre, onde comentou a apresentação pública do programa da União Nacional e onde, ainda como ministro das Finanças, expôs os princípios fundamentais da revolução política. Para Rosas, as ideias principais desta alocução (não obstante o projeto de constituição governamental só ter sido apresentado para debate em 28 de Maio de 1932) estavam lá presentes desde essa apresentação, feita dois anos antes. Em jeito de síntese, as ideias apresentadas eram as seguintes:

A recusa ao demoliberalismo (onde não se afirmando claramente como um Estado Totalitário, revelava abrir caminho para um estado com uma doutrina próxima do totalitário); o nacionalismo corporativo; o Estado forte; o intervencionismo económico – social e o imperialismo colonial.

A acompanhar estas linhas mestras doutrinárias, e para que se fizessem cumprir, houve, por parte do Estado, que tratar de empreender pragmaticamente algumas ações tidas como necessárias à justificação dos fins. A supressão das liberdades fundamentais foi sem dúvida uma dessas ações. As associações de todos os níveis, só poderiam existir como tal após autorização do governo. As associações políticas encontravam-se neste meio e atendendo a que um partido se trata de uma associação estas estavam também proibidas. A par disto, também as greves eram proibidas e a liberdade de expressão foi fortemente condicionada pela censura prévia e pela repressão. À polícia política começaram a ser dados enormes poderes.

Com a publicação do novo texto para a constituição, que é aprovada em plebiscito, é definido o Estado como corporativo e unitário e é apresentada a soberania assente em quatro órgãos: o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais. Oliveira Marques refere que esta constituição “concedia ao presidente extensas atribuições, comparáveis às que a Carta Constitucional garantia ao rei ...”⁹. Isto poderia fazer adivinhar que o sistema de governo caminhasse para um regime presidencialista, no entanto, apesar disso, segundo o mesmo autor, a manutenção de Salazar como chefe do ministério durante mais de trinta anos acabou por reduzir as

⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *op. cit.*, p. 653.

funções do Chefe de Estado a muito pouco, pois efetivamente o governo da nação esteve sempre a cargo do Presidente do Conselho de Ministros, ou seja dele próprio.

Após esta publicação seguiu-se, ainda segundo o mesmo autor¹⁰ o *Estatuto do Trabalho Nacional*, e seguidamente um conjunto de medidas para a organização do Estado corporativo. São por esta altura proibidas as sociedades secretas e os sindicatos e o *Estatuto* propriamente dito, apela a uma organização corporativa da indústria e da agricultura. A organização, agora estabelecida, dividia-se nos chamados *elementos primários*; que eram, por sua vez, subdivididos em *sindicatos* (compostos maioritariamente por empregados, operários e profissionais liberais), *grémios* (que reuniam as empresas, sociedades, firmas e agricultores), e ainda as casas *dos pescadores* (que associavam os profissionais ligados ao mar); e também em *elementos secundários*; compostos pelas *federações* (nacionais, regionais e associações de sindicatos ou grémios), *uniões* (no fundo associações de atividades já organizadas em grémios e sindicatos), e *corporações* (estas de caráter económico, tratando-se da organização ou união das forças de produção, podendo ser também de cariz moral, assistencial, de beneficência, culturais, científicas, desportivas e artísticas).

Este tipo de organização do trabalho permitia empreender políticas governamentais que, no fundo, tinham o poder de decidir como e com quem se deveriam realizar contratos de trabalho para quase todo o universo de trabalhadores (excetuando aqui talvez o caso da população agrícola). Entre o Estado e as corporações existiam ainda duas entidades intermediárias que tinham como função regular as trocas comerciais e verificar a qualidade dos produtos. Eram as chamadas *comissões reguladoras e institutos*.

Em 1936 inicia-se a guerra civil espanhola e no ano seguinte em Portugal surge de uma forma quase espontânea uma organização paramilitar, a *Legião Portuguesa*. Fundada por proposta de J. Botelho Moniz, esta apresenta como objetivo defender o património espiritual da nação e a ameaça comunista. No início o governo, sobretudo Salazar, concedeu demasiada atenção a esta organização; aliás o próprio chegou a anunciar não haver necessidade de criação de nenhuma milícia. Apesar desta primeira opinião, com a guerra do outro lado da fronteira, tão perto, e com a inclusão da incumbência de defesa do país, sobretudo de uma defesa a uma hipotética tentativa de constituição de uma união ibérica comunista, o governo acedeu à criação do

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 628.

empreendimento paramilitar. À organização estiveram ligadas personalidades que já eram, ou viriam a tornar-se importantes atores da política nacional, tais como: Craveiro Lopes, que foi seu Comandante Geral; Humberto Delgado, que foi Adjunto do Comando Geral; António Spínola, que fez parte do Conselho Administrativo; ou ainda Henrique Tenreiro que foi Comandante da Brigada Naval.

Durante a Segunda Grande Guerra Mundial, sobretudo a partir de 1942 é atribuído a este corpo paramilitar a responsabilidade da Defesa Civil do Território, para além da previsão de prestação de apoio e socorro às eventuais vítimas de um ataque aéreo. Este período foi, talvez, aquele em que o papel da Legião Portuguesa foi mais claro, e que a sua efetiva necessidade (se é que chegou a existir) se apresentou como uma realidade prática. No entanto, não são de desprezar os argumentos iniciais referidos, onde o perigo vindo da Espanha chegou a ser considerado real, atendendo aliás a algumas ações que chegaram efetivamente a ser postas em prática, resultado das «ideias vermelhas» que chegavam do país vizinho, onde uma das mais relevantes no país foi a chamada *revolta dos marinheiros*.

Esta ação desenrolou-se em 1936 e consistiu na revolta das guarnições de dois navios de guerra da Marinha que chegaram a tentar sair a barra para se juntar às forças republicanas espanholas. Os esforços dos revolucionários foram infrutíferos e essa ação em conjunto com a tentativa de assassinato de Salazar em plena Lisboa, com recurso a uma bomba, no ano seguinte, possibilitaram ainda mais o reforço do aparelho repressivo do governo, que refira-se, já vinha de trás. A PVDE havia sido constituída em agosto de 1933, nascida da fusão e reestruturação da Polícia de Defesa Política e Social (surgida no início de 1933) e da Polícia Internacional (que havia sido organizada em 1928)¹¹.

Este endurecimento das forças policiais conotadas com o governo foi sendo acompanhado de um crescente domínio por parte da figura de Salazar. Oliveira Marques apelida esta transformação numa “conversão gradual do Primeiro-Ministro em ditador”¹². Facto observável na acumulação de cargos desempenhados pois além de chefe de governo e das finanças, Salazar acumulou, a partir de 1936, as pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. Este chamar a si destas pastas ir-se-ia revelar uma opção de extrema importância por parte do governo, e do próprio Salazar, na medida em que é do domínio público e de inegável reconhecimento geral o empenho do chefe de governo

¹¹ RIBEIRO, Maria Conceição, «Polícias Políticas» in *Dicionário de História do Estado Novo* (vol. II), coord., BRITO, J.M. Brandão de; ROSAS, Fernando, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p. 747.

¹² MARQUES, A. H. de Oliveira, *op. cit.*, p. 630.

para manter Portugal fora da guerra que entretanto começava. Para tal, logo em 1939 Salazar assinou com Franco um tratado de amizade e não-agressão. Este documento a que se haviam de seguir algumas declarações conjuntas e encontros diplomáticos em 1940 e 1942 fizeram surgir aquilo que ficou conhecido como o Bloco Ibérico, inovação na política externa portuguesa a que o já referido Oliveira Marques chamou “uma espécie de contrapartida da aliança tradicional com a Grã-Bretanha”¹³.

Com a assinatura deste pacto começou a ficar demonstrada a assertividade de Salazar à medida que a guerra se desenrolava pela Europa e pelo mundo. Ainda que não conseguindo travar a invasão de Timor pelos australianos em 1941 nem pelos japoneses em 1942, e ainda que Macau tivesse sido controlado administrativamente pelas forças nipónicas, pode dizer-se que a declaração de neutralidade evocada pelo governo português pode ter contribuído para a poupança à invasão de outros territórios portugueses e talvez até do próprio solo continental.

Esta não tomada de posição, ou não alinhamento é apontada por muitos autores como uma «neutralidade colaborante». Houve efetivamente uma colaboração com as forças aliadas, sobretudo no que se refere à cedência de bases militares no Açores a britânicos e americanos. Contudo, ainda que talvez em menor escala, este colaboracionismo parece ter existido também para o lado alemão, verificável na venda de volfrâmio durante determinado período, facto que é depois invertido, constituindo esta mudança mais uma prova da visão antecipatória de Salazar (quando anui ao embargo¹⁴ à exportação do minério, empurrado pelos aliados a tal ação). Esta mudança de política demonstra bem a capacidade de Salazar em adaptar-se às contingências e ao rumo da própria guerra. Segundo Fernando Rosas¹⁵ alguma sorte (de não ser invadido pelas forças alemãs, conforme chegou a estar previsto para 1940 com a operação Félix) e uma estratégia diplomática onde Salazar soube lidar com ambas as partes (aliados e alemães) estiveram na base do «saber durar» salazarista.

Também ao nível religioso Salazar revelou uma capacidade inteligente para negociar. Embora por vezes evidenciando os aspetos católicos e cristãos nos seus

¹³ Idem, *ibidem*, p. 631.

¹⁴ Em 1944, mercê de alguma pressão por parte das forças aliadas, mas também adivinhando o desfecho da guerra, Salazar começa finalmente a ignorar as temíveis divisões blindadas situadas nos Pirenéus e a por de lado a ideia de que a Alemanha seria o último reduto para travar a ameaça vermelha vinda de Leste. Acede assim à vontade aliada de levar a cabo o embargo de volfrâmio vital aos nazis para a construção de armas.

¹⁵ ROSAS, Fernando (coord.), «O Estado Novo» in *História de Portugal*. Direção de José Mattoso, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 280-284.

discursos, o Presidente do Conselho de Ministros nunca exagerou nos mesmos. O Estado e a Igreja não foram reunificados e da *Concordata*, assinada com o Vaticano em 1940, podemos referir apenas «dois ou três pontos marcados» a favor da Igreja, tais como a abolição do divórcio para os casados catolicamente e a introdução do ensino da religião nas escolas. No entanto, na verdade, este ensino da religião nunca previu ou exigiu exames rigorosos nem qualquer tipo de classificação académica e o divórcio civil continuou efetivamente a poder acontecer. Ainda neste contexto religioso, apraz referir que apesar da assinatura da referida *Concordata*, a verdade é que o Estado pareceu não ceder assim tanto para o lado da Igreja¹⁶; são disso ainda exemplo o facto de os cemitérios não terem sido sacralizados, as ordens religiosas só terem sido aceites se porventura se dedicassem a uma obra de beneficência, de assistência ou educativa, e não terem sido restabelecidos os juramentos religiosos nem reaberta a Faculdade de Teologia.

Mas nem só de diplomacia viveu o governo durante o conturbado período dos anos quarenta. Justamente em 1940, para comemorar os oitocentos anos de nacionalidade e o terceiro centenário da Restauração foram levadas a cabo um conjunto de comemorações que englobaram: mostras, cerimónias, exposições, congressos, publicações e festas em honra das efemérides. O ponto glorioso destas festividades foi a *Exposição do Mundo Português*, em que, através de uma interpretação do passado histórico, se pretendeu fazer crer num presente (filho desse passado) e num futuro (que se anunciava brilhante) e onde o império português foi apresentado no seu máximo esplendor. Este império, enorme, ia do Minho até Timor, o governo era estável, e ao contrário do resto da Europa e do mundo, dentro das suas fronteiras vivia-se em paz. O Estado Novo assumia-se no seu apogeu.

Este momento alto do regime começou a decair com a aproximação do final da guerra quando os problemas internos começaram a fazer-se sentir. Para estes problemas internos contribuiu em 1943 a MUNAF, cuja atividade embora pequena, fez fazer sentir ao regime que algo em mudança começava a manifestar-se. Esta manifestação foi ainda travada mercê talvez do efeito da paz em solo pátrio que acabava por refrear os ímpetus de movimentos mais ativos no combate ao regime.

No entanto o próprio curso da guerra por esta altura (1943) começou a deixar o governo perturbado e apreensivo. Como parece claro, a maioria dos dirigentes e

¹⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira, *op. cit.*, p. 657.

apoiantes do Estado Novo eram também apoiantes dos regimes autoritários de outros países, no entanto, estes começavam a apresentar fraquezas. Por exemplo, neste mesmo ano, Mussolini foi capturado e morto. A vitória da guerra começava a delinear-se cada vez mais para o lado dos aliados e tudo isto começou a ser sentido, assumido e temido por parte dos grupos pró-germanófilos do regime.

No próprio território português, segundo Rosas¹⁷ “os governadores civis, nos seus relatórios, davam progressivamente conta do receio dos legionários de andarem fardados nas ruas; da deserção das fileiras da União Nacional; da dificuldade em recrutar quadros para certos lugares e postos no partido único, na administração local ou na Legião (...)”. Ora isto era sintomático do sentimento de ameaça sentido pelas forças fiéis ao governo. O regime sentia-se por esta altura ameaçado.

Uma das formas de dar resposta a esta ameaça foi aguentar defensivamente empreendendo um conjunto de demonstrações de força com o intuito porventura intimidatório sustentado principalmente em grandes paradas militares e paramilitares, e com recurso a manobras onde a Legião Portuguesa desempenhou um papel muito importante, sobretudo nos exercícios de cenário de guerra civil levados a cabo em Novembro de 1944¹⁸.

Também os repetidos episódios de prestação de fidelidade a Salazar, levados a cabo por oficiais das Forças Armadas, aquando das comemorações alusivas ao Estado Novo, são testemunho dessa necessidade de demonstração de coesão e força do regime.

Resumindo, com o aproximar do final da guerra, o regime é abalado, no entanto, não cai. Não tinha ainda chegado o momento da sua queda, até porque, na realidade, apesar de algum temor por parte do governo, só a partir de maio de 1945 com a vitória aliada e o fim da guerra começam a fazer-se sentir verdadeiramente as manifestações pró-democráticas e pró-socialistas, em todo o país.

Com esta nova realidade, onde a oposição parece destituída de medo, em Setembro de 1945 foi dissolvida a Assembleia Nacional e o governo, anunciou eleições livres para novembro do mesmo ano. Com esta habilidosa manobra, o governo conseguiu fazer chegar ao exterior, sobretudo à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos da América (e também aquém-fronteiras) a ideia de uma democratização do regime. Algumas dezenas de milhares de pessoas aderiram ao MUD que se opunha ao Estado Novo. Saliente-se que até 1945 só a União Nacional podia propor candidatos à

¹⁷ ROSAS, Fernando, «O Estado Novo» in *op. cit.*, p. 329.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 332.

Assembleia e à Presidência da República. Este «partido» do governo (embora não fosse reconhecido pelo próprio como tal) englobava um largo espectro de correntes de opinião, tais como, fascistas de direita, monárquicos, católicos, nacionalistas e até alguns grupos remanescentes dos antigos partidos, democrático, regenerador e progressista. Neste contexto, às ideologias propriamente ditas, sobrepunham-se, como é óbvio, os interesses particulares. Além disso, Salazar soube dirigir uma teia que se estendia para fora das grandes cidades e que o apoiava. A União Nacional foi todos estes grupos, num só.

Ao referido MUD, faltou esta interconexão em rede e assim podemos afirmar que a oposição no final da Segunda Grande Guerra Mundial existia, mas, como veremos não estava ainda organizada ao ponto de fazer frente à poderosa União Nacional.

Nas semanas que antecederam as eleições foi notado um alívio na censura à imprensa. Embora perante este tipo de concessões a oposição observou que precisava de muito mais tempo para se organizar pois os antigos partidos tinham sido extintos (com exceção do Partido Comunista que trabalhando na clandestinidade possuía quadros e uma organização ímpar) e a maçonaria também havia sido oficialmente extinta (embora secretamente também continuasse a existir) e foi sentido que não havia efetivamente organização. Esta desorganização da oposição fez com que esta solicitasse um adiamento do ato eleitoral, solicitação essa que o governo recusou e assim a oposição saiu da corrida eleitoral. A abstenção foi enorme e os candidatos do regime, propostos pela União Nacional foram todos eleitos.

Ato contínuo às eleições foi encetada uma perseguição violenta aos que haviam subscrito as listas de apoio ao MUD. Centenas de pessoas são demitidas e algumas presas. São constituídas ou melhoradas as listas de suspeitos e a PVDE é aperfeiçoada, melhorada e transformada na PIDE. O aparelho repressivo sofreu uma segunda melhoria e conta-se que embora a comedida liberalização surgida do pós-guerra pareça dar indícios da maior neutralidade da PIDE em relação à PVDE, na realidade, tal não acontece exatamente assim. Conforme consta no *Dicionário de História do Estado Novo*, volume II, a PIDE “pouco mudará quanto ao essencial dos seus poderes e funções, embora se tente fazer crer numa maior submissão ao poder judicial. Com efeito, a PIDE é transformada em organismo de polícia judiciária, segundo o modelo

expressamente invocado, da britânica Scotland Yard.”¹⁹ Efetivamente esta polícia não perde os vastos poderes que detinha já no tempo da denominação anterior, ou seja, continua a deter poder de legislação sobre um número considerável de estabelecimentos prisionais. Além disso, após 1945 a duração de prisão sem culpa formada foi alargada para três meses (podendo ainda este tempo ser dilatado mais dois períodos de quarenta e cinco dias cada); a prisão de um qualquer indivíduo durante este período de tempo, dependia quase do livre arbítrio desta força policial.

Conforme temos vindo a observar, todas estas mudanças ocorreram após o término da Segunda Grande Guerra Mundial e após a realização das eleições. No que diz respeito a este último ponto, as eleições, refira-se que esta quase legitimação de oposição ao regime, passou a verificar-se de quatro em quatro anos sempre que se realizavam eleições legislativas²⁰. Nesta altura, embora a censura dominasse, foi autorizada mediante determinados critérios, a exibição de força por parte da oposição. No entanto no fim, como não se garantia a liberdade de voto, os candidatos da oposição ou desistiam da corrida ou então acabavam por perder ficando o Estado a ganhar. Este ganho era observável em primeiro lugar junto da opinião pública internacional pois o governo podia sempre defender-se dizendo que havia eleições em Portugal e que o país não vivia em ditadura e em segundo porque ao poder contabilizar e conhecer os seus opositores podia, controlá-los sempre que quisesse. Desta forma as eleições, ao invés de enfraquecerem o regime, tornaram-no, muitas vezes mais forte. Foi neste contexto de eleições que o general Craveiro Lopes, candidato do governo, foi eleito em 1951, após a morte de Carmona e sem que se tivessem apresentado à corrida eleitoral outros concorrentes (o almirante Quintas Meireles da oposição moderada desistiu em vésperas do ato eleitoral).

Neste início dos anos cinquenta, o regime pareceu reafirmar e fortalecer a sua posição, mercê, entre outros fatores, de se ter tornado membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (O.T.A.N) no ano anterior, que aliás, pode ser explicado pelo receio aliado do controle comunista da Península Ibérica e também segundo alguns autores²¹ pela posição geoestratégica privilegiada dos Açores, onde estes pretendem dar continuidade à manutenção da base aérea. Parece ter havido uma tomada de consciência europeia e americana de que, a «plataforma giratória» constituída por essa mesma base

¹⁹ RIBEIRO, Maria Conceição, «Polícias Políticas» in *Dicionário de História do Estado Novo* (vol. II), coord., BRITO, J.M. Brandão de; ROSAS, Fernando, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p.748.

²⁰ MARQUES, A. H de Oliveira, *op. cit.*, p. 633.

²¹ ANDRADE, Luis, *Os Açores a II Guerra Mundial e a N.A.T.O*, Ponta Delgada, Impraçor, 1992, p 213.

aérea seria de vital importância para uma eventual projeção de forças, em caso de necessidade. O meio do Atlântico era controlado (em terra) pelo Ocidente, facto que permitia controlar de forma mais eficiente as manobras das forças do Pacto de Varsóvia, para além da já referida capacidade de projeção de forças e a possibilidade de continuidade no âmbito das comunicações militares.

Por outro lado, também a própria posição geoestratégica do território continental pode ter pesado para o convite endereçado a Portugal para se tornar membro fundador da aliança. O ponto continental mais ocidental da Europa está situado num ponto geoestratégico muito importante. Para sul encontramos o Norte de África e Mediterrâneo, a Oeste temos o vasto Oceano Atlântico e a Norte, abre-se o caminho para o Norte da Europa. Todos estes pontos (de partida) terão sido considerados de vital importância estratégica para as forças ocidentais.

Com as relações internacionais a desenvolverem-se, o Estado viu-se obrigado a agir por forma a ir ao encontro da opinião pública além-fronteiras, sobretudo no ponto referente ao colonialismo, que foi bastante criticado por quase todas as nações europeias e pelos EUA. Segundo Oliveira Marques²², a forma de se ajustar com a opinião pública internacional foi modificar o *Ato Colonial* de 1930, passando as colónias a ser designadas províncias ultramarinas e alterando estatuto dos indígenas. Em 1955 devido ao acordo entre a U.R.S.S e as potências ocidentais, Portugal entrou para as Nações Unidas, de forma a ser mantido o equilíbrio entre o número de nações comunistas e não comunistas que dela deviam fazer parte. Desde então, e até 1958 o país melhorou, quer no desenvolvimento das obras públicas, criadoras de emprego, quer de um acompanhamento no aumento dos salários. A industrialização, acompanhou também esta tendência e a própria ação governativa estabilizou-se.

A política de obras públicas, tratou-se de um empreendimento do Estado para evitar o desemprego, e foi posto em prática sobretudo em épocas de depressão ou de estagnação económica. Durante quase todo o período do Estado Novo (e não apenas no período designado) foram levadas a cabo construções e reparações das redes viárias, foram construídas pontes (como por exemplo a Ponte Salazar, atual Ponte 25 de Abril, em Lisboa em 1966), portos, docas e cais. A rede telefónica, telegráfica e eléctrica foram melhoradas e alargadas (embora o país estivesse ainda longe de estar totalmente eletrificado aquando da queda do regime). Foram, para além disso, construídas

²² MARQUES, A. H de Oliveira, *op. cit.*, p. 635.

barragens e sistemas de irrigação e o caminho-de-ferro sofreu também uma pequena melhoria. Esta política acabou, em conjunto com outros fatores exógenos, por produzir efeitos e as exportações acabaram também por subir. Aliado a este crescimento das vendas para o exterior esteve também a industrialização que voltou a aumentar neste período. A siderurgia e a reparação naval empregaram inúmeros braços que alimentaram um sem número de famílias, numa altura em que a cabeça de casal era ainda predominantemente o homem e da sua força de trabalho dependiam muitas famílias ligadas ao operariado urbano emergente. A indústria conserveira cresceu, mercê de um crescimento que é visível também no sector das pescas. Na agricultura, embora a chamada campanha do trigo, que teve lugar na década de trinta, não tenha sido tão boa quanto o esperado, aumentou-se a área cultivada, os campos encontram-se tratados e nos locais onde não é possível produzir, o estado opta por uma campanha de arborização, desenvolvendo-se a silvicultura.

Apesar desta melhoria, que se foi verificando a alguns níveis, o PNB era ainda muito baixo e colocava Portugal na cauda da europa. Assim chegado o ano de 1958, o panorama político mudou novamente. Por esta altura surgiu a chamada ala liberal no seio da União Nacional, que pretendeu que fossem levadas a cabo um conjunto de reformas, sobretudo nos métodos de administração e na própria ação governativa e também no contexto da metrópole, do Ultramar e até no contexto internacional.

Na opinião de Oliveira Marques²³, a referida ala teria sido filha de uma geração de técnicos e intelectuais que havia amadurecido sem estar demasiado relacionado com o regime, pelo menos não teria ligações aos primeiros tempos do governo de Salazar. Esse conjunto de indivíduos capazes e de certa forma autónomos, estava disposta a colaborar com o governo, mas defendia que algumas atualizações tinham de ser feitas e eram indispensáveis para os tempos que corriam. Talvez alguns desejassem que o chefe do governo fosse substituído por alguém mais novo e o nome de Marcelo Caetano foi introduzido nos bastidores do poder. Crê-se que o próprio Presidente da República, general Craveiro Lopes, terá sido dessa opinião. Tal sentido de opinião poderá mesmo ter-lhe custado o lugar, pois o seu nome aparece vetado pela Comissão Central da União Nacional em 1958, aquando da realização de novas eleições para a presidência da República.

²³ Idem, *ibidem*, p. 636.

Nestas eleições concorreram ao lugar o almirante Américo Tomás, ministro da Marinha havia catorze anos; o general Humberto Delgado, piloto aviador no ativo e diretor-geral da Aeronáutica Civil; e o advogado Arlindo Vicente. O primeiro concorreu pelas listas da União Nacional, o segundo pela oposição centro-esquerda e o terceiro e último pela extrema-esquerda.

Com um carisma forte, arrebatador de massas populares, e após desistência da corrida por parte de Arlindo Vicente, Delgado conseguiu também o apoio da restante esquerda. O governo tremeu e preparou-se para o pior. Uma possível ação militar pós-eleitoral foi planeada. Humberto Delgado decidiu ir até ao fim mesmo sabendo que não havia garantias de isenção, de liberdade de voto e mesmo de controlo de todas as urnas. Acabou por perder as eleições com cerca de um quarto dos votos. Alegou no entanto que triunfou e que é o legítimo chefe dos portugueses, mas após ter sido demitido acabou por ter de pedir asilo político no Brasil. A seguir às eleições, seguiu-se mais um período de repressão intensificada, onde muitos partidários de Delgado foram demitidos e presos com ou sem julgamento.

Apesar da tentativa do regime para um controlo dos que se lhe opunham a partir destas eleições o governo não mais voltou a ter descanso. As ações de combate ao governo de Salazar intensificaram-se dentro e fora do país, perpetrados por nacionais e estrangeiros. Logo no ano seguinte às eleições, em 1959 uma rebelião onde tomavam parte grupos católicos esteve prestes a eclodir em Lisboa; em 1961 o paquete Santa Maria foi capturado por uma brigada luso-espanhola chefiada por Henrique Galvão e planeada por este e por Humberto Delgado; no mesmo ano ocorreram as primeiras revoltas em Angola; ainda em 1961 o ministro da defesa de Salazar, o general Botelho Moniz avançou com uma tentativa de golpe de estado; e em Dezembro, a União Indiana invadiu as possessões portuguesas na Índia tomando rapidamente as praças de Goa, Damão e Diu.

O fim desse ano não significou contudo o fim dos problemas do regime. Logo em Janeiro de 1962 teve corpo uma nova sublevação militar, rapidamente eliminada. Em Março e Abril as universidades de Lisboa entraram na luta e levaram a cabo um conjunto de greves e manifestações onde inúmeros estudantes foram identificados e presos. A oposição cresceu, mas também se fragmentou, pois surgiram cada vez mais grupos anti governo; no entanto, esta pluralidade acabou por enfraquecê-los. O governo aguentou-se e mercê de ataques coordenados e ferozes contra todos estes grupos e ainda

devido a uma alteração da Constituição que passou a permitir a eleição presidencial indireta e levada a cabo por um grupo disciplinado de eleitores conseguiu ir sufocando os seus opositores o que permitiu chegar a 1965 e reeleger o almirante Américo Tomás.

Por esta data já o principal problema do regime se encontrava posicionado no Ultramar. As guerrilhas assolavam Angola (desde 1961), a Guiné (desde 1963) e Moçambique (desde 1964). A estrutura de guerra que foi preciso alimentar foi enorme, o número de anos de serviço militar obrigatório foi alargado²⁴ e o recrutamento foi intensificado. Com o avançar dos anos sessenta, o regime foi perdendo o lustro dos anos cinquenta. Salazar envelheceu e a sua capacidade administrativa começou a ser cada vez mais posta em causa. A censura e a PIDE agiram severamente durante estes anos tentando controlar a situação. A meio do decénio, Humberto Delgado foi morto pela polícia política ao tentar entrar no país através da fronteira espanhola. O prestígio do regime foi fortemente abalado quer dentro quer fora das fronteiras. Em 1968 Mário Soares foi deportado para a ilha de S. Tomé. No Verão do mesmo ano, Salazar, à beira dos oitenta anos, caiu de uma cadeira e fez uma hemorragia cerebral. Em setembro foi operado, não sofreu melhoras e os médicos declaram a sua incapacidade física permanente para o exercício das funções governativas. No final desse mesmo mês de Setembro, a 27, o presidente Américo Tomás chamou ao poder o professor Marcelo Caetano.

Este conceituado professor e historiador mostrou-se cauteloso quando tomou posse como chefe de governo. Sabia que a situação que herdava não era fácil e sabia também que poderosas forças, como o Exército, as polícias, os grandes capitalistas, a Igreja e muitos burocratas o observavam, testando a sua real identificação como o regime e a sua capacidade de estabilidade.

Apesar desta vigilância próxima, na realidade Marcelo Caetano empreendeu medidas largamente apoiadas pela população em geral. Permitiu o regresso ao país de inúmeros comunistas confessos e outros exilados. Moderou a censura, permitindo o aparecimento de obras literárias até então consideradas «subversivas», o teatro e o cinema ganharam maior liberdade nas suas exposições e chegou mesmo a permitir um

²⁴ Na verdade, tendo como referência o Exército, o tempo de prestação do serviço militar não foi alargado, o que aconteceu foi que em 1961 quando a guerra começou, o serviço militar obrigatório tinha uma duração fixada em dois anos, a evolução da guerra obrigou a que este tempo começasse a contar (para os que iam para Ultramar) a partir do dia do embarque, para trás ficavam alguns meses de preparação, pelo que o tempo efetivamente cumprido ultrapassava sempre os dois anos. (<http://www.guerracolonial.org> [consultada em dezembro de 2011]).

congresso apelidado de republicano, que teve lugar em Aveiro e onde muitos elementos da oposição se reuniram às claras.

Por outro lado, muito ficou ainda como herança de Salazar. A maioria dos seus ministros manteve-se, as tropas portuguesas continuaram a seguir para África, os partidos políticos não foram permitidos, a liberdade de associação também não e a polícia política continuou a «policar os insurretos».

Em 1969 houve eleições e pela primeira vez a oposição surgiu em todos os círculos eleitorais do continente e ilhas adjacentes. Apesar disso, a vitória pertenceu novamente à União Nacional que venceu mais uma vez de forma espetacular. Mas algo mudara no seio desta nova União Nacional. Cada vez mais vozes se levantavam contra o «imobilismo» do regime. A ala liberal da União Nacional, agora apelidada de Ação Nacional Popular, fazia-se ouvir cada vez mais. Os anos de 1972 e 1973 foram de estagnação e a situação foi-se agravando cada vez mais. Sobretudo no que se refere à guerra, a situação começou a tornar-se insustentável. Do ponto de vista militar, as deserções foram muitas, os números das baixas aumentaram, o descontentamento do oficialato começou a fazer-se sentir cada vez mais. Marcelo Caetano autorizou pulso firme na máquina repressiva que havia aliviado no início do seu mandato. A questão social constituiu outro problema com que o governo se deparou. Tensões crescentes entre a grande burguesia e a média e pequena burguesia em crescimento acentuaram-se e o proletariado urbano aderiu a esta luta. Finalmente com a substituição em 1973 do conceituado general António Spínola (por se ter manifestado contra a política militar para a Guiné, onde era governador e sua posterior nomeação para Vice-CEMGFA, sendo o CEMGFA o general Costa Gomes), assim como o começo de um movimento conspirativo levado a cabo por um grupo de capitães do exército, descontentes com a política de promoções e de abertura de quadros, o governo sem saber começava a perder terreno em relação ao que se avizinhava e cada vez mais se adivinhava.

Em fevereiro de 1974 o mesmo Spínola publicou *Portugal e o Futuro*, defendendo uma solução federalista para o Ultramar e criticando a política interna e externa portuguesa. Em 14 de março, tanto ele como Costa Gomes são demitidos. Dia 16 eclode nas Caldas da Rainha uma revolta militar, que não conseguiu surtir efeito. O ensaio estava no entanto feito, tratando-se a partir daí de uma questão de tempo. Em 25 de abril uma nova ação, desta vez com a participação da maioria das unidades militares do país pôs fim ao regime. Com a revolução na rua o governo e polícia política

renderam-se quase imediatamente. Marcelo Caetano, Américo Tomás e alguns ministros são deportados para a Madeira. Foi constituída a Junta de Salvação Nacional, composta por oficiais superiores dos três ramos das Forças Armadas sob a presidência de Spínola, com Costa Gomes em segundo lugar. Deu-se o fim do Estado Novo.

1.2 Assistência e Caridade

Para nos debruçarmos de uma forma efetiva sobre o fenómeno da assistência e da caridade, considerámos necessário contextualizar o fenómeno da assistência, enquadrando a atuação das Misericórdias, dada a sua estrutural ação beneficente que perdurou de forma diversa, é certo, até aos dias de hoje. Pensamos que só deste modo conseguiremos estabelecer a ligação para a abordagem desta temática, dentro dos traços cronológicos que balizámos para o trabalho. Se recuarmos no tempo parece ser do consenso generalizado do universo de investigadores que o padrão do género de «intervenção social», empreendida desde a fundação da nacionalidade, foi sobretudo a ação levada a cabo por particulares e pela Igreja não constituindo uma obrigação da coroa. Ainda assim, a partir do século XV, o poder real tornou-se mais interventivo nesta área. Em 1492, D. João II mandou iniciar as obras do Hospital de Todos os Santos, com o objetivo de integrar todos os hospitais e confrarias de Lisboa, centralizando assim os serviços. A obra seria depois terminada pelo seu sucessor D. Manuel I, filho do infante D. Fernando.

Alguns anos mais tarde em 1498 foi criada a primeira Misericórdia em Lisboa, por D. Leonor, viúva de D. João II. A esta primeira Misericórdia seguiram-se outras por todo o território metropolitano e ultramarino, tendo-se constituindo um conjunto alargado de obras desta natureza (muitas delas ainda hoje ativas) que integrando outras instituições existentes e assumindo a responsabilidade na gestão dos estabelecimentos hospitalares “possibilitaram um claro alargamento do âmbito da ajuda social.”²⁵

Conforme referimos, a génese desta rede de Misericórdias foi a Misericórdia de Lisboa, e como dissemos também, a esta seguiram-se-lhe outras que culminaram no alargado conjunto anteriormente referido. Este novo fenómeno divergiu dos anteriores na medida em que é neste caso a coroa que pretende envolver-se com esta nova forma

²⁵ RODRIGUES, Carlos Farinha, «Assistência Social» in *Dicionário de História do Estado Novo* (vol. II), coord., BRITO, J.M. Brandão de; ROSAS, Fernando, Bertrand Editora, Venda Nova, 1996, p. 70.

de instituição. Segundo Isabel Sá, “a proteção da coroa às Misericórdias incapacitou os bispos e as ordens religiosas de criar estruturas de nível concorrencial em relação às primeiras”.²⁶

A construção do Hospital de Todos os Santos e este envolvimento com as Misericórdias aproximou os monarcas das obras sociais. No entanto e ainda neste âmbito, apesar da sua inegável importância há que referir que a assistência se estendeu a variados tipos de indivíduos, e sob variadas formas. Alguns exemplos de outros agentes presentes no contexto assistencial foram por exemplo as albergarias que acomodavam peregrinos, os hospitais que acolhiam doentes pobres e os enjeitados, as leprosarias onde os doentes de lepra recolhiam e as próprias prisões onde se encerravam os presos. Também as mulheres viúvas na condição de merceeiras e as donzelas, que recebiam dotes de casamento, eram beneficiárias de algum tipo de assistência, e por fim, os penitentes e os condenados (que recorriam a irmandades ou confrarias de índole religiosa) e tinham como objetivo único e primeiro a salvação da alma.

A forma de atração das Misericórdias, nem sempre foi linear no espaço e no tempo. Por exemplo, temporalmente falando, segundo Isabel Sá, as Misericórdias chegaram, a partir de uma determinada altura, a passar por dificuldades devido a um endividamento constante e a um declínio patrimonial.

Relativamente aos irmãos das Misericórdias as suas funções principais pareciam prender-se com a prestação de serviço voluntário na confraria, mas na verdade a ação destes irmãos indicou muito mais uma exposição voluntária em atos públicos, que lhes concedam visibilidade e *status* do que estritamente ações de carácter social em campo.

As Misericórdias do reino espalhadas pelo mundo português eram em muitas formas, parecidas, o que se torna uma mais-valia para qualquer recém-chegado a uma nova região ou território. Os beneficiários principais das Misericórdias eram (quer em Portugal metrópole, quer nos territórios coloniais) de origens portuguesas, embora a sua caridade fosse abrangente a outras faixas da população.

Os séculos XVI e XVII foram assim séculos, cujo panorama da intervenção social institucionalizada permaneceu substancialmente a cargo das Misericórdias, da Igreja e de algumas irmandades e confrarias de carácter particular. Esta intervenção, aliada à centralização da assistência operada quer pelas mesmas Misericórdias, quer por

²⁶ Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1977, p. 257.

outras instituições, acabou por evidenciar e de certa forma legitimar o papel destas instituições, em detrimento do papel da Coroa. Fátima Reis refere sobre este assunto que “a tendência para a centralização da assistência operada a partir de Quatrocentos com o estabelecimento de hospitais gerais e a criação das Misericórdias, evidencia uma notória clivagem entre os objetivos da Coroa e o funcionamento concreto dos esquemas assistenciais montados para os expostos.”²⁷ A autora, que estudou os expostos²⁸ em Santarém entre os finais do século XVII e o início do século XVIII, conseguiu estabelecer reciprocidade entre o crescente número de expostos e a legislação produzida para esse fim. Na sua opinião²⁹ à medida que o número de expostos aumentava foram sendo criadas leis defensoras de algumas regalias para quem deles cuidava formando-se um mercado de trabalho específico constituído por amas a soldo e outros intervenientes. Esta rede, de intervenientes, além de ir modificando a própria estrutura deste tipo de «assistência social», poderá (no sentido em que a melhorou) ter contribuído para um sentimento de facilidade que poderá ter atraído aqueles que praticavam o enjeite. Este exemplo e outros são elucidativos sobre as mudanças e ajustes que «naturalmente» foram sendo operados no circuito da «assistência social» destes séculos.

Prosseguindo no tempo, em 1780 o Intendente Pina Manique, criou a Casa Pia³⁰, destinada a acolher órfãos e crianças abandonadas, o que constituiu mais um passo no sentido da melhoria neste género de serviço de acolhimento de crianças.

Um pouco mais tarde, com a vitória liberal nas guerras de 1820-1834 e após a assinatura da Convenção de Évora-Monte, conforme nos descreve Alcina Martins³¹ o processo político revolucionário que lhe é subjacente vai desencadear um anticlericalismo que embora não sendo antagónico ao normal desenvolvimento do

²⁷ REIS, Maria de Fátima, *Os Expostos em Santarém: A Acção Social da Misericórdia (1691-1710)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001, p. 26.

²⁸ Expostos tratavam-se de crianças recém nascidas lançadas à roda pelos progenitores ou outros anónimos que desta forma as entregavam à caridade social.

²⁹ Idem, *ibidem*, p.26.

³⁰ A instituição foi criada no reinado de D. Maria I, no contexto dos problemas sociais decorrentes do terramoto de 1755 que devastou a cidade de Lisboa. Foi provisoriamente instalada no Castelo de S. Jorge e começou por receber crianças, órfãs e abandonadas, além de mendigos e prostitutas, em sectores diferenciados. Logo após a sua criação foi elaborado um plano curricular e um regulamento interno e começaram a ser aplicados alguns dos mais modernos métodos pedagógicos da altura que transformaram a Casa Pia numa escola precursora do ensino técnico-profissional, do ensino artístico e do ensino musical. Em 1793, volvidos apenas treze após a sua fundação, a Casa Pia de Lisboa, de humilde recolhimento de crianças órfãs e abandonadas, tinha-se transformado numa grande Instituição de Solidariedade Social, e numa escola moderna, com mais de mil alunos.

³¹ MARTINS, Alcina Maria de Castro, *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*, [s.l.], Fundação Calouste Gulbenkian, / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999, pp. 18 e 19.

cristianismo, procura indubitavelmente enfraquecer o poder cultural, social e político do clero. Esta ideologia, filha dos ideais liberais, assenta principalmente no princípio dessacralizador da origem do poder.

Ainda assim a Igreja, possuidora de bens nas cidades e nos campos e participando ativamente em empreendimentos industriais, comerciais e financeiros consegue manter e até alargar as suas funções educativas e assistenciais.³² Esta reação da Igreja ao Liberalismo acabou por, fomentar a atividade educativa e de assistência, o que do ponto de vista social constitui um ponto positivo para as populações alvo.

Por volta do início dos anos 80 do século XIX, grupos de indivíduos dos chamados liberais católicos, que comungavam ideias oriundas do liberalismo, e do catolicismo, realizaram uma série de congressos em Lisboa onde várias preocupações de ordem social vieram a lume. Foram sobretudo as preocupações que se prendiam com a propagação emergente das ideias socialistas, aquelas que foram discutidas, em conjunto como outras como a intervenção social, onde o patronato se tornou uma chave importante, e onde foram propostas algumas medidas, como a que caberia aos patrões a construção de casas para operários e escolas para os seus filhos, entre outras. Esta estratégia, vincada sobretudo a partir de alguns congressos subsequentes realizados nos anos noventa, indicam, segundo a mesma autora³³ uma tendência que permite verificar que o movimento católico começa a abandonar a tendência para enfrentar os liberais tendo como novo alvo os socialistas.

Aliado a este cenário importa referir que a industrialização em expansão nalguns países da Europa e do mundo era em Portugal muito embrionária e dependente da urbanização do território. Este estado de quase estagnação acabou por contribuir, na opinião da autora³⁴, para que a chamada “Questão Social” só emergisse por volta de finais do século XIX, inícios do século XX. Esta “Questão Social” prende-se com a preocupação da Igreja em recuperar os bens e privilégios perdidos com o surgimento e vitória dos regimes liberais. Dum ponto de vista geral, podemos afirmar que, até ao final do século XIX a assistência foi feita da caridade e da beneficência. Foram sobretudo as Misericórdias e as instituições de combate à Tuberculose³⁵ que sobressaíram neste

³² É disto exemplo o facto de várias ordens religiosas se manterem no país ou regressarem a este como é o caso das «Irmãs da Caridade de S. Vicente de Paulo» e das entradas dos Jesuítas (1858) e dos Franciscanos (1861) in Idem, *ibidem*, p. 19.

³³ Idem, *ibidem*, p. 21.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 365.

³⁵ É nesta altura que surgem a Assistência Nacional aos Tuberculosos (ANT) e a Liga Nacional Contra a Tuberculose (LNCT).

contexto. Sobretudo a partir do início do novo século, a assistência social começou lentamente a reformar-se e a reinventar-se, principalmente devido ao crescente desenvolvimento de novas técnicas de saúde de higiene e da introdução de novos medicamentos. Foi também no começo do novo século que se iniciaram as tentativas de apoio na doença ao nível domiciliário, ainda que o recrutamento de voluntários para servirem de *visitadores* não tivesse sido fácil. As mulheres *visitadoras* eram por esta altura quase inexistentes e a taxa de analfabetismo (elevadíssima neste período) contribuiu para esta escassez de recursos humanos voluntários. Ainda assim, segundo a mesma autora³⁶ por esta altura a Misericórdia do Porto começou a recorrer a *cooperadores* assalariados e a organizar a enfermagem domiciliária de um modo sistemático.

No período compreendido entre 1910 e 1911 assistiu-se a um crescimento efetivo de instituições de carácter social tais como hospitais, albergues noturnos, sanatórios, dispensários antituberculosos e maternidades. Estas instituições embora possuíssem algumas ligações à estrutura religiosa tenderam a afastar-se um pouco da mesma e autonomizar-se.

A Igreja, não se afastando deste contexto da beneficência e assistência, e como que respondendo a este processo de laicização, sentiu a necessidade de constituição de novas alianças que passaram pela aproximação ao poder político. A génese da democracia cristã em Portugal pode muito bem ter acontecido neste contexto. Esta aproximação foi sofrendo, no entanto, revezes, conforme a situação política se foi alterando, sobretudo aquando da implantação da República.

Conforme nos é documentado, e segundo a autora atrás referida, com o 5 de Outubro de 1910, e com a chegada ao poder do Governo Provisório da República, assistiu-se imediatamente à expulsão dos Jesuítas e “os conventos e todas as ordens religiosas são encerradas, os seus bens arrolados e integrados na posse do Estado, (...) são abolidas as formas religiosas de juramento; é suprimido o ensino da doutrina cristã nas escolas; são anuladas as matrículas da Faculdade de Teologia na Universidade de Coimbra (...) o divórcio é introduzido, decreta-se a validade civil do contrato matrimonial, e os bispos, na sua maioria, são desterrados das suas dioceses”³⁷. Cerca de um ano depois, em 1911 o governo mandou publicar a Lei de Separação das Igrejas e do Estado, à qual a Igreja respondeu com a criação em 1917, em pleno sidonismo, do

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 365.

³⁷ Idem, *ibidem*, pp. 26 e 27.

Centro Católico Português (CCP) de forma a constituir uma intervenção político-religiosa de reação. Este CCP diga-se, dividiu-se em três fases distintas, mediante a necessidade de atuação em resposta à ameaça mais eminente. Tal como nos é indicado pela mesma autora³⁸ a primeira fase correspondeu à estruturação do CCP. Esta ação traduziu-se num intuito claro das forças conservadoras reagirem à Revolução Russa. Esta reação trouxe a público a adesão de muitas “forças católicas” e foi observável, por exemplo, uma reabertura de locais de culto encerrados assim como a retoma de algumas formas de liturgia e procedimentos anteriormente proibidos. Com a primeira grande guerra mundial surgiu também a assistência religiosa aos militares em campanha, assim como se verificou o regresso ao ativo de algumas obras de assistência, sobretudo obras de caridade dirigidas a crianças, feridos e mutilados de guerra e aos doentes de tifo e pneumónica, tão comuns na época. A segunda fase iniciou-se com o levantamento militar de 1926 que depois se irá tornar revolução e que por sua vez originará uma ditadura militar (1926-1933) e que por fim culminará com um novo regime político. António de Oliveira Salazar, ele próprio membro do CCP em 1921, aceitou em 1928 a pasta das Finanças, altura em que o CCP é acusado pela oposição de se pôr ao lado do Estado, o que efetivamente aconteceu. O que o CCP não adivinhou foi que poucos anos depois haveria de ser dissolvido pelo mesmo Salazar e que os seus poderes irão ser substancialmente subtraídos. Efetivamente em 1933 com a criação da Ação Católica Portuguesa (ACP), facto que constituiu a entrada na terceira fase que referimos, e com a mudança de nome para AC (Ação Católica) logo no ano seguinte a Igreja começava a sentir que perdera o «combate» e começou a vincar a sua ação cada vez mais do âmbito religioso e social.

O que se pode facilmente verificar é que o Estado Novo recebeu um sistema social incipiente, onde a principal tônica de ação foi a assistência do tipo caritativa, em detrimento das ações do tipo preventivo. Esta realidade não sofrerá grandes mudanças, pelo menos nos primeiros tempos do novo governo. Ainda assim, para termos uma ideia abrangente, a proteção social³⁹ empreendida pelo Estado Novo, circunscreveu-se a três grandes eixos de ação: a assistência social; o mutualismo (que já vem de trás, das associações de socorro mútuo do século XIX) e os seguros fiscais.

³⁸ Idem, *ibidem*, pp. 27 e 28.

³⁹ RODRIGUES, Carlos Farinha, «Previdência Social» in *Dicionário de História do Estado Novo* (vol. II), coord. ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 796-798.

A assistência social remonta à própria origem da nacionalidade levada a cabo por particulares, pela Igreja e, como já referimos, pelas Misericórdias. As associações de socorros mútuos ou montepios, tratou-se de tipos de proteção social conseguidos por via do auxílio mútuo, estas associações podiam desempenhar funções de cooperativas, caixas económicas e até organizações de carácter cultural. No caso dos seguros sociais, estes deram origem à criação das primeiras Caixas de Pensões de Reforma e foram na sua origem restritos a algumas empresas e organismos públicos.

Embora tendo recebido uma herança, que como referimos, era do ponto de vista social muito mais caritativa do que preventiva, muito mais do género de acudir em vez de prevenir, a verdade é que, primeiro a ditadura e depois o Estado Novo, levaram a cabo uma obra em prol da saúde pública (nomeadamente nos primeiros dez anos de governação), merecedora de menção.⁴⁰

Das ações levadas a cabo salientamos a promulgação de legislação que passou a assegurar a obrigatoriedade do direito ao socorro, a indicação de competência municipal do provimento de abastecimento de águas e da canalização dos esgotos e a criação de dispensários de higiene social e de postos de proteção à infância.

Estes movimentos mormente empreendidos entre 1926 e 1928 visaram sobretudo dar resposta às evidentes carências de milhares de pessoas que morriam em casa por falta de hospitalização e que adoeciam por falta de higiene e de alimentação.

Apesar destas tentativas iniciais o verdadeiro arranque tardou, e segundo Veríssimo Serrão⁴¹ por volta de 1928 não se havia ainda começado com a construção de nenhum hospital novo. Os existentes eram maioritariamente dirigidos pelas Misericórdias e a maternidade Dr. Alfredo da Costa que havia sido começada a ser construída em 1915, não tinha ainda sido concluída (só seria inaugurada em 1932).

A estas dificuldades juntou-se o aumento de algumas doenças como o cancro que aumentou vinte por cento entre 1913 e 1927 e também da tuberculose que não parava de aumentar desde 1889.⁴²

⁴⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. XIII - *do 28 de Maio ao Estado Novo (1926-1935)*, [s.l], Editorial Verbo, [s.d], pp. 483-485.

⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 486.

⁴² O caso particular da tuberculose tratou-se de um autêntico flagelo nacional, segundo Veríssimo Serrão in idem, *ibidem*, p. 481, “a média anual dos óbitos subira de 918 em 1889, para 1582 em 1900 e para 2574 em 1926 (...) a tuberculose conheceu um novo surto nos anos de 1929-1930, causando 13013 vítimas, sendo nesse período a mortalidade total de 116352 pessoas”, além disso conforme refere o *Notícias Ilustrado* ano IV, Série II nº 155, Lisboa, 31 de Maio de 1931 in idem, *ibidem*, p. 481, “para acorrer aos 20000 tuberculosos a assistência Nacional dos Tuberculosos apenas dispunha de 1800 camas”.

Não obstante este conjunto de ações levadas a cabo pelo governo em auxílio da saúde pública, que como já referimos, se pautava por uma ajuda do tipo reativa, estas não viriam a surtir grande efeito. Se o Estado Novo herdou, “um sistema de assistência social incipiente, onde a intervenção pública se ocupava prioritariamente da coordenação das instituições privadas de ajuda e beneficência, onde o ataque à mendicidade prevalecia sobre a eliminação das suas causas, onde a conceção dominante das ações era a da assistência caritativa”⁴³, a verdade é que esta situação se manteve e, segundo os autores da citação, acentuou-se nos primeiros anos do Estado Novo. Este acentuar foi visível na redação da Constituição de 1933 onde o direito explícito à assistência pública desapareceu dando lugar a um texto onde ainda que sendo referido ser tarefa do Estado o zelo pela melhoria das condições das classes mais desfavorecidas, não trouxe efetivamente novidade no que respeita ao modo de dirigir o sistema de assistência social.

Anteriores ao próprio documento da Constituição haviam sido atribuídos à Direção – Geral de Assistência em 1931 (pelo Decreto nº 20285, de 7 de Setembro) a fiscalização de todos os estabelecimentos privados e a intervenção em tudo o que dizia respeito à assistência pública, justamente no mesmo ano em que foi regulada a repressão à mendicidade no espaço público⁴⁴.

Sobre esta temática específica, a mendicidade, segundo Irene Pimentel⁴⁵, esta continuou a ser considerada um crime até ao final dos anos 60. Neste contexto, ao Ministério do Interior competia estabelecer e fazer executar medidas policiais com o fim de reprimir este fenómeno. Esta regressão da mendicidade, através de meios que incluíam a detenção abrangia muito mais população do que apenas os «falsos mendigos» indesejados pelo Estado Novo. O raio de ação desta «política social» era maior e englobava indivíduos considerados loucos, vadios, prostitutas, pequenos ladrões e homossexuais, para além dos pedintes. Susana Bastos⁴⁶ refere o encerramento arbitrário de milhares de pessoas com estes rótulos, no albergue da Mitra entre 1933 e 1974 que se revelaram indicadores dos grupos sociais que o Estado Novo condenou, ocultou, e porventura terá tentado regenerar.

⁴³ RODRIGUES, Carlos Farinha, «Assistência Social» in *Dicionário de História do Estado Novo* (vol. II), coord. ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de, p. 71.

⁴⁴ Cf. PIMENTEL, Irene Flunser, «Assistência Social e Familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40» in *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), 1999, p. 479.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p.479.

⁴⁶ BASTOS, Susana Pereira, *O Estado Novo e os Seus Vadios. Contribuição para o Estudo das Identidades Marginais e da sua Repressão*, Lisboa, D. Quixote, 1997, pp. 369-375.

Cerca de uma década depois da redação da Constituição, em 1944, foi aprovado o Estatuto de Assistência Social (Lei nº 1998 de 15 de Maio) onde em traços gerais sobressaíram três orientações principais.⁴⁷

A primeira referiu de forma clara e inequívoca o dever das instituições privadas no seu papel de prestação de assistência. Segundo o documento ao Estado deveria caber um papel promotor, tutelar e inspetivo. A segunda orientação referiu-se a uma orientação explícita de que as atividades de assistência deveriam ter como destinatários as famílias em detrimento dos indivíduos, no sentido singular do termo. Por fim, a consagração que as atividades assistenciais deveriam exercer-se em coordenação com as atividades da previdência social, sendo que as primeiras deveriam complementar as segundas.

Do conjunto das três orientações podemos concluir que a tomada de posição do Estado foi a continuação da tomada de posição que vinha de trás, não havendo grandes mudanças, ou seja, ao Estado continuou a não caber a principal função da prestação da assistência.

Apesar deste alheamento, a verdade é que, a par disso, as entidades governamentais acabaram por acatar para si e interiorizar que a assistência social deveria desempenhar um papel complementar em conjunto com o sistema de previdência já existente. Este sistema de previdência merece algumas palavras, pois também ele, como veremos, parece ficar longe dos objetivos que a legislação sobre o mesmo enforma. Assim vejamos:

Em 1935 foi instituído o Sistema de Previdência Social que durou até 1974. Esteve sempre implícita a “ideia de que a Previdência Social não é um fim do próprio Estado, mas de instituições que o Estado se propõe a apoiar”⁴⁸. Esta Previdência Social não deve ser confundida com Assistência Social. Segundo Irene Pimentel⁴⁹ só “a partir da segunda metade da década de 50, o Estado Novo tentou promover a coordenação da assistência social com a previdência social” a cooperação entre assistência social e a previdência social desenvolveu-se sobretudo nos campos da proteção materno-infantil, e na luta contra a tuberculose.

⁴⁷ BRITO, J. M. Brandão e ROSAS, Fernando, «Assistência Social» *Dicionário de História do Estado Novo* vol. I, p. 71

⁴⁸ RODRIGUES, Carlos Farinha, «Previdência Social» in *op. cit.*, p. 797.

⁴⁹ PIMENTEL, Irene Flunser, *Assistência Social e Familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40* in *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), 1999, p. 504.

A estrutura organizacional das instituições de previdência foi regulamentada através da Lei nº 1884, de 16 de Maio de 1935, e englobava as seguintes instituições: Caixas Sindicais de Previdência, Caixas de Previdência das Casas do Povo, Casas dos Pescadores, Caixas de Socorros Mútuos e as instituições de previdência dos servidores do Estado e dos corpos administrativos.

Segundo palavras de Medina Carreira, referidas por Irene Pimentel a aplicação dessa lei terá ficado aquém do esperado, pois em 1942 a proporção da população ativa abrangida pela previdência social era de apenas 6,3 por cento.⁵⁰

A abrangência foi muito lenta durante todo o período e em 1950 apenas 37,3% dos trabalhadores do comércio, indústria e serviços eram abrangidos e só em 1960 o valor percentual chegaria aos 50 por cento.

No que respeita aos trabalhadores da agricultura neste mesmo ano, mais de 80 por cento da população ativa que teoricamente deveria ser abrangida estava fora do sistema. No caso concreto dos assalariados rurais, só em 1969 no período marcelista este grupo de trabalhadores passou efetivamente a usufruir de um conjunto mais vasto de assistência. Foram nesta altura também incluídas algumas profissões até então mantidas fora do sistema, como o caso do pessoal do serviço doméstico.

Com as liberdades fundamentais e a democracia a tardarem num país pouco industrializado o Serviço Social resumiu-se à assistência (caridade e beneficência) e à previdência (previdência esta inscrita no contexto da satisfação de alguns direitos dos trabalhadores). Neste contexto somente em 1961 haveria de surgir em Portugal a primeira licenciatura em Serviço Social (ou melhor foi reconhecido o nível superior aos já existentes, a saber, Curso Normal de Educação Familiar e Curso de Serviço Social). Começaram também, por esta data, a ser admitidos no Instituto de Lisboa os primeiros alunos do sexo masculino, o que permitiu promover o acesso futuro à profissão de Serviço Social aos homens, algo até então exclusivamente feminino. Apesar desta mudança a herança da predominância feminina no curso de assistência social acabou por permanecer, mantendo-se até há atualidade.⁵¹

Esta mudança no contexto estudantil proporcionou que em 1965 com as suas licenciaturas acabadas tivessem entrado novos quadros de direção e alguns técnicos com formação mais adequada e multidisciplinar que marcaram a diferença nos métodos e

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 504.

⁵¹ BORGES, Andreia Raquel Fernandes, *Género – Uma Dimensão Oculta na Prática Profissional do/a Assistente Social?*, Braga, Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional de Braga – Faculdade de Ciências Sociais, 2009, p.48 in <http://www.cpith.com>

práticas anteriormente referidas. O próprio IAF foi reformulado, passando a ser constituído por três serviços: o Serviço de Promoção Social Comunitário (SPSC), o Serviço de Cooperação Familiar (SCF) e o Serviço de Preparação de Pessoal (SCPP). Estes novos serviços tenderam a desenvolver ações na ótica da prevenção das necessidades do indivíduo e da própria comunidade. Esta ideia de desenvolvimento comunitário visto como conjunto de processos onde determinada população deveria interagir com as entidades responsáveis veio mudar a perspetiva passiva com que o indivíduo e a comunidade enquanto atores com necessidades devem atuar. A perspetiva passiva foi transformada numa perspetiva ativa, onde cada um individualmente e todos em conjunto deveriam interagir com os Serviços de Proteção Social de forma a melhorar a sua situação económica, cultural e social e contribuir para o progresso na própria nação enquanto entidade coletiva.

Um outro aspeto importante foi, segundo Farinha Rodrigues⁵² a criação do Gabinete de Estudos Sociais (GES), que nascido no seio do Ministério da Saúde e Assistência, passou a promover a investigação dos problemas de âmbito social e a difundir as ideias e técnicas mais relevantes para a intervenção social.

Este cenário havia no entanto de durar por pouco tempo. Segundo a mesma linha de pensamento dos autores, este novo conjunto de práticas haveria de desagradar aos sectores mais conservadores do regime e no início da década de setenta o *modus operandi* foi abandonado e o conjunto de estruturas de interação com a população definhou e acabou mesmo por encerrar em 1971 com a aprovação de uma nova reorganização dos Serviços de Saúde e Assistência (DL nº 413/71, de 27 de Setembro), onde a Direção Geral de Assistência foi substituída por uma Direção Geral de Assistência Social.

Na opinião dos mesmos autores, por esta data a assistência social em Portugal sofreu um revés e regrediu voltando a ser acentuada a tónica preventiva, onde o acompanhamento foi novamente afastado do panorama assistencial voltando-se à política do «acudir» às situações mais preocupantes, no lugar de prevenir.

Como nota final podemos afirmar que até aos anos 70, sensivelmente, as ações empreendidas pelo Estado no campo do auxílio social se caracterizaram por um conjunto de obras de assistência, previdência e caridade que andaram longe do que após 1974 viria a ser a Assistência Social. O *Welfare State* em profundo desenvolvimento nos

⁵² RODRIGUES, Carlos Farinha, «Previdência Social», in *op. cit.*, p. 71.

países ocidentais desde o pós-guerra mundial, tardou em chegar a Portugal nos moldes que é hoje conhecido. A ideologia salazarista deu centralidade à família e à maternidade. As instituições DF (Defesa da Família) e IAF (Instituto de Assistência à Família) funcionaram mais do ponto de vista de serviços de assistência curativa do que propriamente de assistência preventiva (as ajudas eram dadas sobretudo sob forma de «arranjar trabalho aos chefes de famílias numerosas nas obras públicas»). Apesar de em 1942 ter sido institucionalizado o abono de família para as famílias numerosas, só em 1962 este foi integrado no sistema de previdência social, e ainda assim não foi imediatamente universal, deixando de fora os rurais, justamente um dos grupos mais necessitados.

A situação havia de durar até 1974, embora por vezes, retocada com uma ou outra ação que isoladamente não terá mudado o panorama geral da assistência social portuguesa do período.

1.3 Educação

Na medida em que o trabalho que apresentamos trata, como já referimos, do desenvolvimento de um estudo histórico, social e antropológico de uma realidade institucional, sediada, primeiro a bordo de um navio permanentemente fundeado no rio Tejo e depois em instalações edificadas em terra, importa compreender sobre as formas de assistência oferecidas a quem dela colheu benefícios, mas também as formas de educação prestada, enquadradas estas realidades na «circunstância histórico-política» de então. Para tal é absolutamente fundamental «visitar essas circunstâncias». Como foi a assistência e a caridade no Estado Novo, já tivemos oportunidade de referir no subcapítulo anterior. No que agora se inicia, propomos uma «viagem pela Educação» durante o mesmo período.

Assim, se definirmos ensino básico como “um conjunto de conhecimentos e aptidões indispensáveis a todos os indivíduos (...) obrigatório e gratuito”⁵³ podemos desde já afirmar que esta obrigatoriedade, embora legalmente prevista nem sempre foi cumprida ao longo dos trinta anos que vão desde a década de 40 até aos anos 70 do século XX.

⁵³ FERNANDES, Rogério, «Ensino Básico» in SILVA, Manuela e TAMEN, M. Isabel (coord.) – *Sistema de Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, p.167.

E se esta obrigatoriedade não se fez sentir durante este período, a verdade é que também não se fez sentir nos períodos anteriores. O flagelo do analfabetismo em Portugal remonta ao século XIX, sobretudo relacionado com a pobreza, o fenómeno foi-se autoalimentando à medida que também as famílias, precisavam de se alimentar. Procurando utilizar todos os braços disponíveis em casa, os pobres, sobretudo os rurais manifestavam um quase geral incumprimento para com a escolaridade obrigatória decretada.

Ainda que (como veremos) o período do ensino obrigatório tenha sido alargado no início do republicanismo e ainda que a alfabetização tenha sido apresentada como um dos pilares da política educativa do Estado Novo, em completa dissonância com esta questão, foram enaltecidas simultaneamente as “virtudes humildes da sociedade agrária e analfabeta”⁵⁴

Isto espelha que a educação era considerada uma realidade a cumprir, mas o seu cumprimento parece ter sido direccionado sobretudo para as elites. Ainda assim, foram levadas a cabo algumas campanhas de alfabetização durante o período de vigência do Estado Novo. As mesmas foram depois utilizadas como método de propaganda do próprio regime. O empreendimento embora norteador por algum sentido propagandístico encerrava, ainda assim, uma verdade, a de que apesar do processo ter sido lento, as taxas de analfabetismo melhoraram, sobretudo quando comparadas às dos governos republicanos.

Em 1952 foi posta em marcha a execução de um programa apelidado de Plano de Educação Popular,⁵⁵ Que pretendeu inculcar na sociedade a real necessidade de possuir a escolaridade obrigatória e onde foram previstas sanções para quem desobedecesse à lei, escapando ou tentando escapar às obrigações escolares. Por esta altura, também o ensino primário frequentado por adultos foi incentivado. Este incentivo foi ainda mais vincado na medida em que se tornaram públicas as restrições ao acesso ao trabalho na indústria, no comércio e nalguns setores públicos a quem não possuíssem o ensino primário (para além de se estar impedido de obter a carta de condução ou de permanecer no serviço militar após cumprimento do tempo obrigatório.)⁵⁶

⁵⁴ PROENÇA, Maria Cândida, «Analfabetismo» in *Dicionário de História do Estado Novo*, (vol. I), coord. BRITO, J.M. Brandão de e ROSAS, Fernando, Bertrand Editora, Venda Nova, 1996, p. 46.

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 47.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 47.

Estas medidas parecem ter surtido algum efeito e não obstante nos anos sessenta as taxas de analfabetismo continuarem a colocar o país na cauda de todos os países europeus, a verdade é que se verificou um crescimento generalizado em todo o país ao nível da escolarização. Por esta altura a taxa de alfabetização atingiu pela primeira vez a taxa de sessenta por cento no território nacional (apenas com a exceção do distrito de Beja).

A forma de encarar o fenómeno da educação mudou um pouco antes do Estado Novo, logo após a queda da monarquia e a implantação da república. Nas décadas anteriores ao Estado Novo empreenderam-se avanços e retrocessos legislativos dos quais se destacam os seguintes: em 1911 o ensino compreendia três graus, o grau elementar, o grau complementar e o grau superior. O elementar (o mais importante para o nosso trabalho) era composto por quatro classes, sendo obrigatória a frequência e conclusão das três primeiras. Um pouco mais tarde em 1919 o ensino primário geral passou a ser obrigatório até à 5ª classe e após a Revolução de 1926, mais propriamente em 1929 observou-se um retrocesso voltando o ensino primário a ser constituído apenas por quatro classes, sendo obrigatório a frequência das três primeiras. Nestes três anos obrigatórios qualquer criança deveria aprender a “ler, escrever e contar corretamente”⁵⁷, enquanto na 4ª classe “facultar-se-ia um ensino complementar, que, nos termos da lei, fornecesse «os conhecimentos indispensáveis a todos aqueles que não possam continuar os seus estudos»”⁵⁸.

Uma das tónicas dominantes da política educativa do Estado Novo foi sem dúvida a sua presença autoritária no contexto escolar, “a raiz doutrinal está sempre presente, extravasando mesmo os espaços escolares, para se projetar no seio das famílias e das comunidades.”⁵⁹ Segundo esta perspetiva o Estado ter-se-á investido de legitimidade para potencializar o ensino como fator de socialização disciplinando a consciência dos alunos, pais e professores.

Este tipo de escola acabou por fazer vincar e inculcar a sua ideologia e doutrinou moralmente quase todos os agentes da mesma, quer eles fossem endógenos ou exógenos. Como veremos de seguida, os programas foram reduzidos, o ensino foi compartimentado (separando por sexos e grupos sociais os estudantes) o professorado foi desprofissionalizado e o sistema educativo foi centralizado.

⁵⁷ FERNANDES, Rogério, *op. cit.*, p. 167.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 167.

⁵⁹ NÓVOA, António, «Educação Nacional» in *Dicionário de História do Estado Novo*, (vol. I), coord. BRITO, J.M. Brandão de e ROSAS, Fernando, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p. 286.

Analisemos mais detalhadamente cada um destes pontos, tendo como base a descrição de António Nóvoa.⁶⁰

Segundo o autor, a referida redução dos programas, pode ter estado ligada à própria compartimentação do ensino por grupos sociais. Partilhamos esta ideia pois a redução efetiva dos programas permitiu, segundo cremos, para que fosse feita uma espécie de tabela menos exigente, que a anteriormente existente a que alguns autores chamaram de “nivelamento por baixo das aprendizagens escolares”⁶¹ o que, grosso modo, se refletiu numa «passagem pela escola» breve, com programas menos exigentes que os da primeira república, onde as classes sociais com menos posses (a maioria da população portuguesa) aprendia apenas «o suficiente», segundo os critérios do Estado.

Ainda sobre esta compartimentação, a mesma parece ter atingido o ensino, por um lado, de uma forma natural, atendendo a que só os filhos das famílias com um poder económico mais desafogado poderiam efetivamente progredir nos estudos para além do ensino primário, por outro lado, uma compartimentação forçada, manifestada através da separação dos sexos (necessária segundo o governo devido aos princípios integradores da coeducação ou da escola única).

Quanto à desprofissionalização do professorado, o conjunto de medidas adotadas baseou-se numa desvalorização das bases profissionais e científicas dos docentes. Passaram a poder ser nomeados regentes escolares e a própria qualificação dos professores parece ter passado a ser menos exigente.

Por fim a centralização administrativa do governo que constituiu uma arma poderosíssima, utilizada pelo Estado, no sentido de inspecionar o ensino público e particular, sobretudo os seus corpos docentes e os reitores dos liceus. Este conjunto de medidas acabou por definir o início da campanha de educação nacional do Estado Novo. Esta campanha, segundo António Nóvoa, dividiu-se em quatro fases distintas, cada qual com a sua especificidade. A primeira fase entre 1930 e 1936; a segunda fase entre 1936 e 1947; a terceira fase entre 1947 e 1960 e a quarta fase entre 1960 e 1974.

A primeira foi caracterizada por uma reorganização da escola republicana, nomeadamente no que respeita ao modelo administrativo e à formação dos professores. A segunda (1936 a 1947) caracterizou-se sobretudo pela tentativa de, para além da formação escolar, consciencializar toda a população sobre a ordem social desejável e em vigor. Foram deste período e inseridos neste contexto algumas medidas célebres tais

⁶⁰ Idem, *ibidem*, pp. 286-288.

⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 287.

como a imposição do livro único, a criação da Mocidade Portuguesa, a adoção da designação de Ministério da Educação Nacional e a criação da Obra das Mães pela Educação Nacional.⁶² Ainda durante esta fase, na década de 40 foram construídas várias novas escolas, formados novos professores e a instrução primária sofreu um impulso. Este propiciou, o surgimento (já necessário na opinião de alguns autores) de dois documentos de índole legal⁶³ no ano de 1952. Conforme nos refere Joaquim Gomes, o Decreto-Lei nº 38968, de 27 de Outubro, que institui o Plano de Educação Popular e o Decreto nº 38969 da mesma lei que regulamenta a execução daquele Decreto-Lei, foram os novos documentos.

Assim, já em plenos anos cinquenta, enquanto decorria a terceira fase que anteriormente referimos, passou a ser obrigatório para todas as crianças completarem a 3ª classe, além disso, passou a ser obrigatório matricular os filhos na 4ª classe. Esta fase referida por Nóvoa⁶⁴, inicia-se com um conjunto de reformas do ensino liceal e técnico, que se vão apresentar como absolutamente necessárias no período de pós-guerra que então se vivia. O fim da segunda guerra mundial originou novas realidades sociais e económicas das quais Portugal não pôde ausentar-se. Tornou-se necessário e urgente formar recursos humanos com qualificação e começou, embora lentamente, a pôr-se em marcha uma mobilidade social controlada baseada no mérito escolar. Conforme já referimos, passou a haver uma obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças na quarta classe e foram criadas multas para quem empregasse crianças em idade escolar durante as horas dedicadas às aulas e dentro dos períodos escolares que compreendiam o ano letivo. Estas medidas embora existissem efetivamente e fossem previstas por lei não eram, na verdade de cumprimento estrito, pois havia inúmeros casos de ausências à escola, devido à coexistência, a par da obrigação, de uma previsão legal que permitia que em alguns casos as crianças pudessem ausentar-se. Transcrevemos um excerto do que escreveu Rogério Fernandes, sobre esta permissão, “eram dispensados da obrigação de frequentar o ensino primário os menores incapazes por doença ou por defeito orgânico ou mental, a não ser que existissem classes especiais a menos de 3 quilómetros da sua residência; (...) os que residissem a mais de 3 quilómetros de qualquer escola primária oficial ou particular gratuitamente (...)”⁶⁵.

⁶² Idem, *ibidem*, p. 288.

⁶³ GOMES, Joaquim Ferreira, *Novos Estudos de História e Pedagogia*, Coimbra, Livraria Almedina, 1986, p. 141.

⁶⁴ NÓVOA, António, *op. cit.*, pp. 287-288.

⁶⁵ FERNANDES, Rogério, *op. cit.*, p. 170.

Obviamente, esta dispensa legal dava azo a aproveitamentos de vária ordem, aliado a um certo facilitismo por parte das autoridades. Mas esta não foi a única medida apresentada com vista ao incentivo à frequência da escola, outra medida, foi a criação do impedimento de admissão de qualquer cidadão a empregos estatais para todos aqueles que não possuísem pelo menos a 3ª classe e ainda uma outra foi a elaboração de legislação a partir de 1954 onde foi previsto a não admissão a exame de condução os cidadão que não possuísem a 3ª classe.

Mais tarde, em 1957, mais precisamente em Outubro desse ano passou a ser obrigatório a aprovação do exame da 4ª classe para todos os cidadãos nacionais, do sexo masculino e finalmente em 1960 através do Decreto-Lei nº 42994 de 28 de Maio⁶⁶ a conclusão da 4ª classe passa a ser obrigatória também para o sexo feminino.

Cerca de quatro anos mais tarde, a 9 de Julho de 1964 através do Decreto – Lei nº 45810 a escolaridade obrigatória foi alargada tendo sido incluídos mais dois anos, criando-se assim o chamado ciclo complementar do ensino primário aplicável a todos os menores de ambos os sexos até aos 14 anos de idade.

Este conjunto de medidas preconizadas ao longo das décadas pelo governo foi criando uma responsabilidade que, segundo palavras de Joaquim Gomes⁶⁷, encaminhou a sociedade para um retrocesso das orientações no campo da educação. Segundo o mesmo, no regime do Estado Novo (ou pelo menos numa primeira fase) o período legal de escolaridade obrigatória foi reduzida, deteriorando-se e dando azo a mais chumbos e a um valor qualitativo mais baixo, além disso, este tornou-se elitista e profundamente sectarista.

Em nossa opinião, no que se refere ao ensino primário é certo que houve tentativas para a sua modificação (que de certa forma se empreenderam), desde a redução da escolaridade obrigatória, passando pela criação dos postos de ensino e pela simplificação dos programas escolares a verdade é que o ensino primário sofreu mudanças. Sentidas por muitos como necessárias à universalização efetiva do sistema educativo e de um combate real ao analfabetismo, a realidade é que continuaram a ser apresentadas cifras de analfabetos exageradamente elevadas, pelo que a esse nível estas medidas podem não ter surtido o efeito desejado.⁶⁸ Além disso parece ter sido “muito

⁶⁶ GOMES, Joaquim Ferreira, *op. cit.*, p.149.

⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 186.

⁶⁸ Ainda assim, conforme «Ensino Primário» NÓVOA, António in *Dicionário de História do Estado Novo* (vol. I), Brito e Rosas, Bertrand Editora, p. 304, é referido que “as taxas de analfabetismo baixaram mais de 20% nas duas primeiras décadas do Estado Novo”

forte a ideia de que o sistema de ensino deve preparar cada um a da *sua função*, isto é, para ocupar um determinado lugar na estrutura do emprego, não alimentando aspirações insensatas”⁶⁹. Isto é, o sistema quase não apelava ao mérito, apelando apenas ao ensino, à «preparação para a vida» dentro do lugar de pertença ao grupo a que cada um pertencia. Com o baixar do nível de competências, e até como já vimos, do número de anos passados na escola, aliado talvez também a uma crescente consciencialização geral para a necessidade de aprender a «ler e a escrever», a verdade é que entre 1930 e 1960 o número de alunos no ensino primário duplicou⁷⁰ atingindo valores próximos da generalidade da população em idade escolar, significando «grosso modo» que talvez todos fossem, por esta altura, à escola. É ainda nesta década que se vai assistir a uma tomada de consciência e a um planeamento educativo das famílias no sentido de optarem cada vez mais em proporcionar a «continuação dos estudos» aos seus filhos.

Podendo optar pela escola técnica ou pelo liceu, consoante as posses para continuação dos estudos (ao nível superior) ou consoante, por vezes, a própria localização geográfica, cada vez mais alunos frequentam estes tipos de ensino.

No que respeita ao ensino técnico desde o início de vigência do Estado Novo que este é observado com especial interesse pelo regime.

Conforme a entrada «Ensino Técnico» no *Dicionário de História do Estado Novo*⁷¹, já nos finais dos anos quarenta são demonstradas vontades de reforçar uma via alternativa de forma a libertar os liceus e encontrar respostas adequadas à evolução do mercado de trabalho. De seguida foi criado o Ciclo Preparatório⁷² que veio prolongar o tempo de permanência no ensino considerado de base, ou seja, de preparação para a entrada efetiva no ensino técnico ou no ensino liceal.

Neste ponto convém clarificar a principal diferença entre o Ensino Técnico e o Ensino Liceal, esta era sobretudo a continuação (ou não) dos estudos no ensino superior por parte dos jovens destes dois tipos distintos de ensino. Regra geral a frequência de um curso do ensino técnico profissional tinha em vista a preparação de técnicos e operários conscientes das suas responsabilidades e detentores de um conjunto de conhecimentos teóricos que lhes permitiriam após entrada no mundo do trabalho singrar

⁶⁹ Idem *ibidem*, p. 303.

⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 303.

⁷¹ NÓVOA, António, «Ensino Técnico» in *Dicionário de História do Estado Novo*, Brito e Rosas, Venda Nova, Bertrand Editora, pp. 307-309.

⁷² Este era por esta altura dividido em dois, o «1º ciclo do ensino liceal» e o «ciclo preparatório do ensino técnico». Só mais tarde, em 1967, os dois foram fundidos no «ciclo preparatório do ensino secundário» Cf. NÓVOA, António, «Ensino Liceal» in idem, *ibidem*, p. 303.

no mesmo. O Ensino Liceal, por sua vez objetivava explicitamente a preparação para a frequência no Ensino Superior. Estas duas formas distintas do prosseguimento dos estudos e da preparação para a vida ativa e para o mundo do trabalho sofreram uma mudança em 1971. Inserido num conjunto de propostas vindas a público no VI Congresso do Ensino Liceal, nesse mesmo ano, constava a da «unificação do ensino» apresentada por Veiga Simão onde a relação entre formação escolar e formação profissional foram reconsideradas e onde foi apresentada a “necessidade do Sistema fomentar o desenvolvimento de níveis de aspiração mais elevados, tomando como requisito prévio o da sua equidade.”⁷³ Surgiu assim o Ensino Secundário que pouco a pouco foi depois sendo modificado no sentido da unificação dos ramos liceal e técnico.

No que respeita ao Ensino Superior, a este nível chegavam os estudantes que como já referimos tivessem passado pelo ensino liceal ou, após o seu aparecimento o secundário. Conforme descrito no Dicionário de História do Estado Novo⁷⁴, “de cada 100 alunos que frequentam a 4ª classe de instrução primária, 70 passam o seu exame, só 18 entram no ensino secundário, cinco terminam o curso secundário e apenas 2 obtêm um grau universitário”, esta citação ilustra de forma muito clara o estado do sistema de ensino em meados da década de sessenta, dele se depreende que, no que se refere a um grau académico superior, apenas 2% dos indivíduos acediam a este grau. Ainda neste contexto, embora mantendo-se um visível elitismo no acesso a este tipo de ensino, ainda assim, entre os anos 30 e 1974 houve um aumento de cerca de 50000 estudantes a este nível⁷⁵. Este número crescente, aliado a alguns períodos de mal-estar, como as manifestações anti guerra colonial e anti sistema de ensino, por eles considerado estagnado, veio a estender-se a um conjunto maior de indivíduos, muitas vezes incómodos para o regime, que havia de encetar monitorizações rigorosas aos mesmos, e não raras vezes, a encetar perseguições, detenções e prisões empreendidas pela polícia política.

Deixando o Ensino Superior e voltando ao ensino como um todo, após esta «visita» pelos seus vários patamares, poderemos fazer uma síntese com utilidade para o enquadramento da nossa problemática. A síntese pode circunscrever-se no tempo aos períodos: até aos anos 60, os anos 60 e após os anos 60. As tónicas dos períodos são respetivamente a estagnação, o progresso lento e depois o progresso rápido. Esta

⁷³ Idem, *ibidem*, p. 309.

⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 305.

⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 306.

análise, muito resumida, é resultado de uma outra, a uma publicação do sociólogo António Barreto⁷⁶, que teoriza afirmando que Portugal se distinguiu, “até aos anos 60 pela crónica incapacidade para escolarizar a população, evitar o analfabetismo e proporcionar aos cidadãos um grau satisfatório de instrução. Até finais da década de 60, os progressos foram extremamente lentos”. Só a partir dos finais desta década se vai assistir, nas palavras do mesmo autor, a uma “quase explosão escolar”.

Esta «explosão» aconteceu já em plena quarta e última fase de organização das políticas educativas do Estado Novo que, segundo António Nóvoa se distinguiu “pela inevitabilidade de uma maior abertura escolar.”⁷⁷ Este período que decorreu entre 1960 e 1974, terá proporcionado uma abertura fruto de uma consciencialização do governo, do atraso educacional do país e de uma observação e verificação da urgente necessidade de um maior investimento na área da educação.

Embora em 1974 o país fosse ainda deficitário ao nível da educação, quando comparado com outras nações do mundo desenvolvido, possuidor de uma taxa de analfabetismo surpreendentemente elevada, as medidas de abertura referidas parecem ter originado um processo de expansão escolar como até então não havia sido observado em Portugal.

1.4 Trabalho

Tal como nos subcapítulos anteriores, torna-se necessário contextualizar o tema que encerra a «trilogia do aluno» da Obra Social, objeto do nosso trabalho. Esta «trilogia» é constituída por três realidades presentes em três momentos diferentes da passagem dos alunos pela obra: a primeira realidade, a assistência que é encontrada à chegada à instituição; a segunda realidade, a educação recebida no decorrer do tempo de permanência (que pode ter ido de semanas a anos) e que pode ter ocorrido a bordo da fragata *D. Fernando II e Glória* ou fora dela; e por fim a terceira realidade, o trabalho, que tem necessariamente a ver com a saída da obra e o começo de uma nova vida inserido num contexto profissional específico. Este subcapítulo propõe-se descrever

⁷⁶ BARRETO, António, “Portugal na Periferia do Centro: mudança social, 1960 a 1995”, p. 845 in *Análise Social* vol xxx (134), Lisboa, 1995 pp. 841-855.

⁷⁷ NÓVOA, António, «Educação Nacional», *op. cit.*, p., 288.

com base em alguns autores da especialidade, o fenómeno do trabalho durante o período de vigência do Estado Novo.

Numa tentativa de explicação *lacto sensu*, sob o ponto de vista socioeconómico, a definição de trabalho aproximar-se-á de uma descrição onde o ato ou efeito de trabalhar manual ou intelectualmente permitirá tirar dividendos dessa ação.

Sem trabalho não é possível alimentar a família, é dele que se extrai o seu sustento. Em conjunto com o trabalho e com as suas formas de prestação assim como aos seus contextos e tipos diversificados e atendendo ao contexto temporal que pretendemos apresentar, serão representadas realidades como, a paisagem agrária e rural, o litoral, a cidade, a estratificação social, a indústria, os lojistas e empregados do comércio e os emigrantes.

Tendo como palco o período de vigência do Estado Novo, foram estes os personagens dos atos, num cenário de dificuldades económicas e sociais, onde no entanto, o trabalho existia e o desemprego não grassava ainda como viria a acontecer um pouco mais tarde no decorrer do século.

Logo no início deste regime político, nos anos trinta do século XX, o panorama geral (excetuando algumas cidades) era o de um Portugal de vilas e aldeias isoladas, com poucas estradas, sem água corrente, rede de esgotos ou eletricidade.

Embora algumas zonas não urbanas oferecessem algumas diferenças dignas de individualizar, como a faixa litoral, sempre um pouco mais «fresca», ou a região Oeste, de clima marítimo e temperatura moderada que contrastava com o Norte mais chuvoso e frio e o Sul seco e quente, a verdade é que estas diferenças não permitiam por si só elevar estas zonas a locais de exceção onde a agricultura, horticultura e pesca poderão eventualmente ter ocasionado uma diversidade nutritiva adicional e mais variada. Na verdade, o Portugal rural, do interior e também do litoral não urbano, era por esta altura um Portugal pobre, com famílias numerosas, trabalhando maioritariamente no campo ou em atividades ligadas à pesca.

Segundo o modelo de estratificação social e condições de vida apresentada por Rosas⁷⁸ podemos «grosso modo» dividir a composição social rural dos anos 30 e 40 do século XX em cerca de seis grupos, apresentados pelo autor.

Assim, segundo o mesmo, a classe mais restrita, o patronato rural de topo era constituído por aqueles que o historiador apelidou de os “senhores do pão e do vinho.”⁷⁹

⁷⁸ ROSAS, Fernando, «O Estado Novo» in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 43-58.

Estes senhores eram «os do pão», no Sul, sobretudo no Alentejo, donos das terras, grandes proprietários absentistas, detentores dos lucros da produção cerealífera e outras (como a cortiça e o azeite).

Imediatamente a um nível abaixo destes, ainda no Sul, encontravam-se os «seareiros», que trabalhando em parceria com os primeiros, exploravam muitas vezes as terras mais fracas para seu sustento e colheita de lucros e organizavam muitas vezes os trabalhos dos proprietários e das terras nobres.

A Norte “os senhores do vinho”⁸⁰, numa alusão aos viticultores, também eles (na sua maioria absentistas), possuíam como os seus congéneres do Sul os seus administradores (feitores ou rendeiros) que se ocupavam muitas vezes também em regime de parceria, ou não, do empreendimento de todos os trabalhos. A um nível inferior mas com uma grande importância no contexto rural da época encontravam-se os camponeses médios e assalariados.

Na perspectiva de Rosas, cerca de 70% da população ativa de 1940 eram pequenos proprietários, rendeiros ou parceiros, que exploravam eles próprios as terras com a ajuda da família, sem recurso ao aluguer de trabalho assalariado. Este médio campesinato operava sobretudo no Norte do país.

Num escalão inferior encontrava-se o campesinato pobre. Este grupo subsistia recorrendo ao arrendamento de propriedades minúsculas e por vezes dispersas que explorava sem recurso ao aluguer de trabalho. Além de trabalharem estas propriedades, os constituintes deste escalão alugavam eles próprios a sua força de trabalho, e alugavam-na onde fosse preciso, mesmo que tal significasse a mobilização para outros pontos do território nacional. Estes indivíduos podem fazer parte de correntes migratórias sazonais (como os «ratinhos» oriundos das beiras que trabalhavam nas vindimas no Ribatejo, ou de outros grupos com características de mobilidade semelhantes).

No Sul, recorre-se ainda menos ao aluguer da propriedade. Aqui era normal encontrar trabalhadores oferecendo-se nas praças das aldeias e vilas, aos manajeiros, podendo ser pagos ao dia «a seco» ou com parte em comida «a de comer».

Na base desta estratificação e um pouco por todo o território nacional rural havia ainda os comerciantes de feiras e mercados, os vendedores ambulantes, os «malteses» e nas regiões raianas os contrabandistas. Deste grupo e do campesinato pobre, começaram

⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 43.

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 44.

logo nos princípios das políticas do Estado Novo a sair alguns grupos de indivíduos migrantes, sobretudo para a margem sul do Tejo, de forma a engrossar o caudal operário nas fábricas em crescimento, fruto do desenvolvimento industrial que teve o seu arranque na primeira metade do século XX. Neste contexto industrial e ainda seguindo a ótica de Rosas “a indústria foi-se desenvolvendo apesar de não existir uma numerosa e próspera classe média rural capaz de funcionar como principal pilar de procura sustentadora das indústrias de bens intermediários ou de equipamentos.”⁸¹

Ainda no âmbito da política agrária e segundo Fernando Baptista⁸² devem considerar-se quatro períodos na política agrária do Estado Novo. O primeiro vai desde 1926 até ao início da Segunda Guerra Mundial e encerra como objetivos a procura da autossuficiência alimentar; o controlo político e social das comunidades rurais e a exploração da mão-de-obra assalariada a baixos custos. Estes três ensejos vão sendo conseguidos sobretudo na exploração das duas principais atividades agrícolas já referidas, o vinho e o pão. Na região Oeste, no Ribatejo e na região Norte temos principalmente o vinho, no Sul sobretudo no vasto Alentejo, o trigo.

O segundo período vai de 1939 a 1947 e reflete sobretudo os efeitos da guerra sobre a agricultura. Também nesta altura uma das principais preocupações continuava a ser a autossuficiência, e o Estado vê-se obrigado a impor uma política de baixos salários e de alargamento da jornada de trabalho o que provoca desagrado e contestações e o acentuar de situações de miséria nas zonas rurais, entre os assalariados agrícolas.

De 1947 até aos anos sessenta decorreu o terceiro período que ficou conhecido pela subordinação da agricultura ao processo de industrialização. Segundo o autor, “da guerra aos anos sessenta a ‘indústria ganha direito de cidade’ e a agricultura torna-se um sector subordinado no modelo de desenvolvimento”⁸³. Esta subordinação não se faz sentir apenas ao nível tecnológico. Referindo-nos ao Sul, por exemplo, após um início dos anos sessenta com vagas de greves provocadas pelos baixos salários e pela falta de condições, seguiu-se um período de êxodo que lentamente vai tornando insustentável a continuação da política de baixos salários, originado pela diminuição generalizada da mão-de-obra assalariada nos campos, mão-de-obra essa que afluía em números consideráveis para as cidades, onde a industrialização crescia.

⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 60.

⁸² BAPTISTA, Fernando Oliveira, «Política Agrária» in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, coord. BRITO, J. M. Brandão de; ROSAS, Fernando, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 749-754.

⁸³ Idem, *ibidem*, p.752.

Esta mudança ao nível do melhoramento das condições dos trabalhadores está já inscrita no chamado quarto período da política agrária. Este último momento vai desde os anos sessenta até 1974. Neste intervalo de tempo para além da já referida «fuga do campo» deu-se um fenómeno de extrema importância que mudou definitivamente o contexto assistencial do mundo agrícola. Tratou-se da introdução da previdência social, cujo dinheiro ao ser recebido pela primeira vez foi obviamente muito aplaudido. Com esta medida, um tanto ou quanto repentinamente o Estado que costumava «tirar» através dos impostos e de pagamentos sobre a produção resolveu começar a «dar». Estes fundos da previdência são, como é óbvio, de extrema importância, principalmente para os assalariados agrícolas mais débeis e mais envelhecidos. A população assalariada rural agora em menor número devido aos que saíram para a indústria e para as cidades começou assim, e só por esta altura, a usufruir de algumas condições que permanentemente lhe haviam sido negadas ao longo das décadas anteriores. No contexto das culturas agrícolas, ao Sul são abandonadas alguns tipos de sementeira e minimizadas outras (como a do trigo). Já em plenos anos setenta assistiu-se na aposta nas culturas arvenses de sequeiro. A florestação tem como objetivo o abastecimento em madeiras das ávidas indústrias de pasta de papel. Mais uma vez a tendência é a opção pela indústria.

Refira-se que anteriormente a esta política agrária que acabamos de descrever terão havido outras tentativas, ainda que sob o ponto de vista meramente teórico que se inscrevem numa tentativa de reformismo agrário visto como necessário e às quais o Estado Novo terá ido buscar algumas ideias. Conforme é referido no *Dicionário de História do Estado Novo (vol. II)*⁸⁴ o pai do reformismo agrário em Portugal no século XX (até 1974) terá sido Oliveira Martins. Este foi um defensor, em conjunto com mais alguns «neofisiocratas», de uma política de desenvolvimento e condução de uma reforma agrária onde se emparcelassem grande número das pequenas propriedades ao Norte do Tejo e onde, em contraponto, se parcelassem as grandes propriedades do Sul, e onde fosse empreendida uma colonização do Sul de Portugal, por colonos vindos do Norte. Estas ideias visavam uma modificação profunda do panorama geográfico português, que, para além destas mudanças se inscreviam numa reforma de tal ordem que iam para além da modificação na geografia física e humana. Por exemplo, os campos do Sul, depois de fracionados deveriam acolher um plano de obras de hidráulica

⁸⁴ AMARAL, Luciano do, «Reformismo Agrário» » in *Dicionário de História do Estado Novo, vol. II*, coord. BRITO, J. M. Brandão de; ROSAS, Fernando, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 821-823.

agrícola, além de que os campos considerados impróprios para o cultivo deveriam ser arborizados no sentido de se desenvolver a florestação.

Outra das atividades desenvolvida por todo o território nacional, ultramarino e internacional, foram as pescas. Os territórios sob bandeira portuguesa eram, aquando da tomada de posse do Estado Novo, considerados abundantes em peixe oceânico e fluvial. Na opinião de Serrão⁸⁵ a pesca do bacalhau era a atividade piscatória considerada de fundamental interesse para a economia portuguesa. Este interesse era crescente, na medida em que o produto era largamente procurado, despendendo o Estado de bastante dinheiro para adquirir esse peixe às frotas estrangeiras. Assim, logo em 1926 foram tomadas medidas no sentido de se incrementar a pesca do bacalhau com recurso a navios portugueses, ao invés de importarmos esse produto.

Este incremento no apoio à indústria deste tipo de pesca levou à programação da construção de mais navios. Segundo o autor o conjunto de medidas levadas a cabo começaram a dar resultados logo em 16 de Novembro de 1926 com a ordenação de deslocação para a Terra Nova na Primavera do ano seguinte do navio *Gil Eanes* em missão de apoio aos bacalhoeiros. Este navio haveria depois de fazer a proteção sanitária ao conjunto de navios portugueses que operavam na área, e que haveria de crescer. Apesar desse mesmo crescimento da frota, em 1934 Portugal importava ainda 2/3 do bacalhau que consumia. Neste mesmo ano seguiu para a Terra Nova um contingente de 150 embarcações⁸⁶. Segundo o autor “a nossa frota aumentara 43 navios (1930-1931) para 47 navios (1935-1936) ”.

Para o impulsionamento deste tipo de pesca o governo criou o Grémio de Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau (GANPB) que tinha como objectivos: “promover o «ressurgimento» da indústria da pesca do bacalhau, enquadrando os armadores, que deveriam aproveitar as condições criadas pelo Estado para fazer diminuir as importações, através do fomento da pesca portuguesa e do aumento da «produção nacional» de bacalhau. Estas atribuições, que visavam disciplinar toda a indústria da pesca do bacalhau e o abastecimento, estendiam-se igualmente à regulação das condições de trabalho e ao regime de recrutamento. Alteradas em 1937, e fortemente contestadas na «revolta» empreendida pelos bacalhoeiros nesse ano, essas

⁸⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. XIII - (Do 28 de Maio ao Estado Novo) – 1926-1935, [s.l], Editorial Verbo, [s.d], [s.l] p. 563.

⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 565-566.

premissas essenciais para a vida dos pescadores passariam a estar centralizadas no GANPB”.⁸⁷

Ainda no setor do mar, e mais concretamente no que se refere à Marinha Mercante, conforme nos relata Rosas⁸⁸ a frota mercante nacional nos finais dos anos 30, início dos anos 40 apresentava algumas debilidades, quer no que respeita à quantidade quer no que respeita à qualidade. Esta frota pouco mais assegurava ao nível comercial do que as ligações com as colónias e algumas navegações de cabotagem essenciais às interconexões necessárias do mercado interno. Já no que toca ao comércio marítimo com a metrópole, o Reino Unido era sem dúvida o detentor privilegiado desse negócio, sobretudo até ao início da Segunda Guerra Mundial. Segundo o autor, cerca de 70% desse comércio era assegurado pelos britânicos até essa altura. Depois, com a guerra e os submarinos alemães a começarem a infligir danos na frota britânica e a afundar navios, tudo haveria de mudar. Por outro lado, também os EUA, mercê do mesmo conflito vão quebrar o abastecimento de transporte de petróleo e cereais que tinham com a Península Ibérica. Para fazer frente a estas falhas de abastecimento, absolutamente vitais à «sobrevivência» da nação e até ao final da guerra teve que ser a frota portuguesa e alguns navios fretados para o efeito a realizarem o transporte.

Com todas estas circunstâncias a marinha mercante nacional, ainda que atravessando ela própria dificuldades e ainda que mais virada para a navegação com as colónias, teve de se adaptar às contingências criadas pelo conflito e de alguma forma reagir. Essa reação, na opinião de alguns historiadores e economistas, a possível, face ao problema contingencial, não permitiu superar a falta ou irregularidade de chegada dos produtos, sobretudo dos combustíveis, matérias-primas e outros géneros essenciais. Os géneros que chegavam, de forma irregular, tornavam-se mais caros, porque os fretes e seguros marítimos encareceram e porque navegar no Atlântico sabendo da presença constante das «alcateias» de submarinos alemães era uma aventura perigosa. Estas faltas e estas irregularidades provocaram desajustes a variadíssimos níveis na economia portuguesa. Por exemplo, o simples facto de haver atraso no fornecimento de adubos que deveriam ser empregues em sementeiras específicas, em determinada época do ano significaram nalguns casos na perda dessas mesmas produções. Estes efeitos colaterais devido à fraca capacidade da marinha mercante nacional, obviou, na opinião de alguns comentadores económicos, o mau funcionamento da economia no país durante todo o

⁸⁷ <http://museumaritimo.cm-ilhavo.pt> [consultada em dezembro de 2012].

⁸⁸ ROSAS, Fernando (coord.) , «O Estado Novo» in *op. cit.*, p. 289.

período de duração da guerra. Este período de escassez extrema e a política empreendida para a contrariar chegaram a ser desculpabilizados pelo próprio governo. É famosa a frase de Salazar que admitindo a dependência do mercado externo terá afirmado “livro-vos da guerra, mas não da fome.”⁸⁹

No que respeita à indústria, esta foi-se desenvolvendo por surtos, dependendo das crises mundiais. Foi-se desenvolvendo também com índices de produção e produtividade muito baixos e com tecnologia rudimentar, dependendo quase sempre da sombra do Estado e onde os principais setores estão na mão do capital estrangeiro (caminhos de ferro e transportes urbanos, telefones, telégrafos, eletricidade e gás). Além disso, desenvolveu-se ainda graças a uma elevada exploração da força de trabalho das gentes que como referimos chegavam dos campos. Famílias inteiras, homens, mulheres e crianças que trabalhando longas jornadas, auferindo baixíssimos salários, não muito diferentes dos que haviam deixado para trás nas aldeias e nos campos.

Além deste grupo social, o de base, outros estiveram envolvidos no processo industrial que apresentamos. Ainda recorrendo a Rosas⁹⁰ podemos verificar de um modo resumido, que havia os que «comandavam», os lavradores absentistas que eram também comerciantes de *import/export*, alguns (já referidos) estrangeiros que estavam nos negócios de ponta e alguns «verdadeiros» industriais.⁹¹ Com estes coexistia um grande aglomerado de classes consideradas intermédias, onde estavam incluídas todas as camadas proletárias e semiproletárias, se ligadas à indústria, mas também todos os outros grupos de todos os outros setores. Se aos camponeses médios podem ser correspondidas equivalências ao nível de ordenado e competências e deveres do chamado semiproletariado, também ao nível das classes mais baixas como os camponeses pobres, os assalariados rurais, os pescadores, as camadas inferiores do funcionalismo e os empregados de loja de baixo nível, poderão haver correspondências com a massa operária da indústria.

⁸⁹ Esta frase é atribuída a Salazar e terá sido pronunciada no contexto da Guerra Civil Espanhola ou da Segunda Guerra Mundial. O país sentiu os efeitos colaterais destes conflitos e houve necessidade de implementar medidas extraordinárias de abastecimento. A famosa política de racionamentos teve lugar neste período e neste contexto. Os géneros como o açúcar, o azeite, o leite e o pão foram racionados e só podiam ser comprados com recurso a senhas, cabendo a cada família uma determinada porção consoante o tamanho do seu agregado. Os géneros levantados ficavam quase sempre aquém das necessidades das famílias pelo que o período tem sido designado por alguns daqueles que o viveram como um período de muitas necessidades e por outros como um período de fome.

⁹⁰ ROSAS, Fernando, «O Estado Novo» in *op. cit.*, pp. 101-107.

⁹¹ Rosas refere a título de exemplo dos que considera “alguns raros capitães da indústria” os nomes de Alfredo da Silva e de Henrique Sommer, ROSAS, Fernando, «O Estado Novo» in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 102

Além disso a este nível, muitos grupos referidos encontram-se desligados dos meios de produção, limitando-se a vender a sua força de trabalho.

Foi neste contexto interclassista que durante toda a década de trinta inícios da década de quarenta que alguns setores da indústria se foram desenvolvendo. Falamos sobretudo dos setores dos cimentos, adubos químicos, cervejas, tabacos e construção naval. Este crescimento ocorreu geograficamente em Lisboa (no corredor industrial de Vila Franca de Xira) e também na Margem Sul do Tejo (Barreiro, Seixal e Setúbal). A recorrência a mão-de-obra oriunda dos assalariados rurais do Alentejo foi fácil até porque de certa forma estes migrantes que chegavam vendiam já nos campos a sua força de trabalho, pelo que o quotidiano, no que respeita à duração da jornada de trabalho, e no próprio *modus operandi* de quem trabalha manualmente se assemelhava ao que ocorria agora na fábrica ou no estaleiro.

Este fluxo migratório não foi no entanto apenas oriundo dos campos do Sul, mas também do Ribatejo e da região do Oeste e com menos intensidade de outras partes de Portugal. Este caudal humano, embora forte e necessário para alimentar a indústria emergente não conseguiu no seu total nacional destronar o número de indivíduos ligados à agricultura. Esta continuou a ser durante estas décadas a maior ocupação das gentes de Portugal.

Ainda em termos de comparações, os funcionários e empregados em áreas exteriores à indústria eram mais numerosos que os operários e por sua vez os assalariados do comércio e funcionários do Estado eram mais numerosos que os trabalhadores da indústria.

Embora os trabalhadores da agricultura, os funcionários e também os operários constituíssem a maior parte dos trabalhadores durante estas décadas de 30 e 40, a realidade é que outros havia que trabalhavam e ainda que em menor número tiveram também uma importância extrema no contexto laboral de então. Falamos dos pescadores e dos trabalhadores das obras públicas, mestres de obra, pedreiros, serventes, pintores, estucadores, trabalhadores da via, carpinteiros, motoristas, ferroviários entre outros. Foi esta amálgama humana que levou por diante a chamada política de infraestruturas assegurada pelo Estado, logo desde 1928-1929. Em pleno contexto de crise mundial foi neste período que foram postas em prática um grande número de políticas de infraestruturas nacionais.

Talvez resultado de um modo *sui generis*⁹² de vencer a crise (de 1929) a verdade é que as obras públicas sucederam-se durante este período. Esta política de infraestruturas assentou, logo no início dos anos 30 num arranque ao nível da construção de portos, ao que se seguiu o melhoramento substancial da rede rodoviária e alguns anos depois à intervenção ao nível das escolas públicas, principalmente as escolas primárias e os liceus. Embora talvez com menos visibilidade no Portugal profundo, foram melhorados ou construídos de raiz outros edifícios públicos como hospitais, institutos, empreendimentos desportivos, tribunais e prisões.

Importante também foi a forma de regulação empreendida pelo Estado que assentava numa total regulamentação sobre todos os setores e parceiros sociais de todos os ramos de produção. Esta organização de caráter corporativo foi criada para acudir às crises instaladas em determinados setores e não para satisfazer qualquer plano de crescimento. Esta intervenção corporativista significou o fim da liberdade sindical, ou seja, a subordinação à aprovação estatal para a constituição dos grupos sindicais, que após aprovação (se tal se verificasse) passavam a ser designados de sindicatos nacionais.⁹³ Esta organização corporativista, terá surgido por quatro tipos de situações concretas que Rosas⁹⁴ apresentou na obra que temos vindo a referir: a defesa dos sectores industriais e agrícolas ligados às principais exportações portuguesas que haviam sido ameaçados pela queda dos preços do início da década; a proteção da agricultura tradicional, sobretudo o trigo, o arroz, o azeite e as lãs; a defesa dos interesses coloniais (sobretudo as grandes explorações do açúcar e das oleaginosas); a cedência a algumas pressões de grupos fortes e influentes ligados a indústrias importantes e essenciais como os fósforos, cerâmicas e os produtos farmacêuticos; por fim, a necessidade de regulamentação sobre os sectores de bens intermédios necessários à agricultura tais como adubos, combustíveis para maquinaria entre outros.

⁹² Segundo Rosas, a grande depressão terá tido um impacto tardio em Portugal, chegando ao país apenas em 1931. Outros autores apontam mesmo para a “relativa benignidade dos efeitos da crise na economia portuguesa”, como é o caso de Nuno Valério, que no seu trabalho *As finanças públicas portuguesas entre as duas guerras mundiais* (dissertação apresentada no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, para a obtenção do grau de Doutor em Economia, em 1982) alude para essa possibilidade. (Este trabalho é referido por Fernando Rosas in ROSAS, Fernando, idem, *ibidem*, p.126.) Este último historiador elencou nesta mesma obra alguns pontos (possíveis indicadores da resitência de Portugal à crise) nomeadamente: a moderação da economia portuguesa em relação ao exterior; a exportação de produtos sem competição tais como o azeite, o vinho, as conservas de peixe e a cortiça; a adequação «natural» da nossa indústria ao fenómeno; e o peso da estrutura agrária, especialmente a agricultura de auto consumo.

⁹³ Idem, *ibidem*, p. 229.

⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 230.

Aliado a esta política corporativista esteve, como já anteriormente tivemos oportunidade de referir, um outro instrumento de dirigismo económico, o condicionalismo industrial. Com este mecanismo, imposto nos anos trinta, qualquer indústria que se pretendesse instalar, ampliar a sua atividade, ser vendida ou reconvertida ou mesmo reabrir noutro lugar, necessitava para isso de uma autorização prévia do Estado. Durante os anos trinta, perante tamanho intervencionismo estatal começou a sentir-se uma certa estabilização financeira. Desde 1928-29 que havia equilíbrio orçamental notando-se uma redução na dívida pública tinha sido substancialmente reduzida e em meados da década o país podia observar uma animação económica que poderá ter influenciado a idealização e posterior proposta de lei apresentada por Salazar à Assembleia Nacional. Nesta lei, chamada a Lei de Reconstituição Económica foi apresentado um conjunto de investimentos na Defesa, no Fomento e nas Colónias que, mercê das condições que vinham sendo criadas desde 1928, planeavam um conjunto de investimentos necessários à reconstituição da economia portuguesa.

De um modo geral, o conceito de industrialização tem sido aplicado apenas aos países que não tendo cumprido as fases por que foi passando o processo de implantação de indústrias iniciado em Inglaterra nos finais do século XVIII empreenderam sob diversas formas esse processo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Portugal foi um destes casos. Só após o final do conflito, em pleno Estado Novo é que se deu início a “algo enquadrável no conceito moderno de industrialização”⁹⁵

Foi por esta altura que as entidades competentes começaram a ensaiar o processo de industrialização português. Este sofreu algumas pressões de sentido contrário, sobretudo dos grupos agrários estabelecidos que não o via com bons olhos. Antes da guerra e depois do seu final, já existiam em Portugal algumas indústrias. No entanto, logo nos anos trinta tinham sido constituídas as *Lâmpadas Lumiar* (1933), a *Soda Póvoa* (1936-38), a *Lusalite* (1937-38), a *Covina* (1937), a *Sacor* (1938), e a *Algarves Exportador* (1938). No entanto, o verdadeiro entusiasmo pelas teses da indústria surgiu, efetivamente, no pós-guerra. Além disso, também os «planos de fomento» acabaram por encerrar em si próprios a necessidade de uma industrialização adequada. Deu-se então origem a uma nova política industrial, que se deveu, sobretudo, à deterioração da situação económica portuguesa no pós-guerra. Efetivamente a situação económica

⁹⁵ ROLLO, Maria Fernanda, «Indústria/Industrialização» in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, coord. BRITO, J. M. Brandão de; ROSAS, Fernando, Bertrand Editora, Venda Nova, 1996, p. 460.

deteriorou-se a seguir ao fim da guerra, sobretudo no ano de 1948 ano em que os saldos negativos das balanças comercial e de pagamento atingiram valores alarmantes. Esta preocupante situação económica teve origem, segundo alguns autores⁹⁶, no aumento das importações devido a uma crescente procura resultante das restrições da guerra; devido à diminuição de exportações de alguns produtos muito valorizados no contexto da guerra; ao aumento de importações de produtos agrícolas (aliada aos maus anos agrícolas de 1946-1947); e ao aumento das importações de equipamento industrial, necessário para o seu desenvolvimento.

Embora o arranque ou o desejo desse arranque se tenha dado logo a seguir a 1945, a verdade é que durante os anos 40 nada ao nível industrial é feito que mereça relevo e só com os «planos de fomento» é que a indústria entrou numa nova fase. O I Plano de Fomento (1953-1958) apontou como principais objetivos o fomento da agricultura; o desenvolvimento da energia hidráulica; o desenvolvimento das indústrias de base; o desenvolvimento das vias de comunicação e transportes, da Marinha Mercante e da capacidade de refinação de petróleo; a instalação da siderurgia; e o desenvolvimento da capacidade de produção de adubos tão importantes para a agricultura. Deste plano deve sublinhar-se o apelo feito à intervenção da iniciativa privada (a quem caberia reativar o processo de industrialização), ao Estado caberia proporcionar as condições necessárias à sua efetivação, facilitando os privados com legislação, créditos, subsídios e isenções fiscais várias. Apesar da criação de todas estas condições e desta aposta na indústria é bem conhecida a opinião de Salazar sobre a dicotomia agricultura/indústria. Para o chefe do governo a agricultura deveria vir primeiro, a industrialização só a seguir. Apesar desta «preferência», a partir da primeira metade dos anos 50 a indústria ultrapassou ligeiramente a agricultura, passando a ser “claramente o sector mais dinâmico e mais importante da nossa economia.”⁹⁷ Ao longo do restante tempo da década de 50 o setor primário manteve-se estagnado enquanto o setor industrial, embora vencida a barreira da sua legitimação, tenha apresentado algumas vulnerabilidades. Com o II Plano de Fomento vem a público a pretensão de estabelecimento de um programa coerente de desenvolvimento industrial e foi criado o Instituto Nacional de Investigação Industrial e o Banco de Fomento Nacional. Nenhuma

⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 467.

⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 472.

destas medidas foi no entanto suficientemente forte para conter o problema dos mercados que impunham abertura.

Os passos para essa abertura começaram a ser dados em 1960 com a adesão do país à Associação Europeia de Comércio Livre ou EFTA (*European Free Trade Association*), e também para a tentativa de cumprimento de uma outra tendência em voga na altura, o avanço para as colónias, a tentativa de criação do «espaço único português». Por um lado a abertura comercial com a Europa, por outro com as colónias acabou por suspender o crescimento industrial. A política industrial ficou como que suspensa, esperando resultados da política comercial. Com o passar da década de sessenta, embora tendo-se verificado o insucesso do «mercado único português», a chamada época de ouro do capitalismo mundial acaba por ter alguma expressão em Portugal, tendo a indústria transformadora ultrapassado os 9%. Após este resultado e sensivelmente até 1972 o tecido industrial nacional adensou-se e surgiram mesmo alguns novos sectores (como a siderurgia, a construção e reparação naval, a eletrónica, os têxteis e confeções, a pasta de papel e os produtos farmacêuticos). No entanto, o aumento dos salários verificado na década de 70, a guerra colonial, o aumento da emigração, o enfraquecimento da EFTA e finalmente o «choque petrolífero» de 1973 (aliado ao aumento dos preços internacionais das matérias primas energéticas) voltam a fazer estagnar o desenvolvimento da indústria. Com o 25 de Abril de 1974 a política industrial mudou novamente.

Se pretendermos sintetizar as mudanças estruturais da sociedade portuguesa entre 1950 e 1974 devemos ter em conta os três fenómenos apresentados por Rosas⁹⁸ que segundo ele condicionaram fortemente essas mesmas mudanças e às quais temos vindo a fazer referência: o êxodo rural, a industrialização e a abertura económica à Europa (a partir dos anos 60).

No que diz respeito ao êxodo rural para fora do país, sobretudo a partir da década de 60 foi a Europa Ocidental o destino mais procurado, sobretudo a França e a Alemanha. A vida económica e social do país sentiu esta emigração, sobretudo no que diz respeito às remessas dos emigrantes. Estas remessas constituíram um forte contributo para o equilíbrio da balança de pagamentos e serviram para injetar dinheiro nas economias agrárias. Apesar disto e seguindo a mesma linha teórica de Fernando Rosas, esta emigração e estas divisas acabaram por fazer perpetuar o atraso económico

⁹⁸ ROSAS, Fernando, «O Estado Novo» in MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*, (vol.7), Lisboa, Editorial Estampa, pp. 444-449.

do país pois sendo a emigração “fruto do atraso económico e social do país (...) os seus efeitos, o seu lenitivo, como que ajudaram a perpetuação das causas estruturais que lhe subjaziam, numa espécie de ciclo vicioso.”⁹⁹

Conforme já referimos, além da emigração esteve sempre presente também a migração para as cidades, pois o trabalho nas indústrias atraía a mão-de-obra abundante oriunda dos campos. Esta chegada à cidade foi lentamente proporcionando novos comportamentos, novos consumos e novos hábitos. Por exemplo, a partir dos anos 50 o fenómeno da televisão foi introduzido (ainda que lentamente) nos lares portugueses, sobretudo nos lares urbanos. Esta industrialização de que falamos, centrada sobretudo em Braga, Lisboa e Setúbal foi proporcionando nestes locais e à sua volta a modernização dos serviços e a urbanização.

Entretanto a indústria e o comércio mudaram também e Portugal é obrigado a alargar-se ao exterior abrindo-se ao comércio e à importação de capitais cada vez mais necessários para suprir as enormes despesas militares necessárias para alimentar o esforço de guerra no Ultramar. Neste contexto e mediante tais necessidades foi feita a adesão à EFTA. Viveu-se um impasse económico a que foi somado um impasse político. As massas assalariadas urbanas agitam-se com a política de mobilização para a guerra. A meio da década de 70 estão reunidas as condições para o fim do regime.

⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 444.

CAPÍTULO 2 – A HISTÓRIA DA FRAGATA (1845-2013),¹⁰⁰ «AS MARINHAS» (1945-1975) E A OBRA SOCIAL (1945-1975).

2.1 A Fragata D. Fernando II e Glória (1845–2013)

A história da fragata D. Fernando II e Glória, pode dividir-se em várias fases que ilustram as características multifuncionais e multifacetadas que a mesma teve ao longo dos tempos, desde a sua largada de Goa para Lisboa em 1845 até à atualidade.

Assim podemos dividir em sete fases distintas a história do navio:

- a) A fase da construção (1832 – 1845, durou 13 anos).
- b) A fase operacional, onde efetuou várias viagens (1845 – 1878, durou 33 anos)
- c) A fase em que foi Escola de Artilharia e sede de Brigada de Artilheiros (1865-1937, durou 72 anos)¹⁰¹.
- d) A fase em que foi sede de vários comandos e organismos (1938 – 1945, 7 anos).
- e) A fase em que foi sede da “Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória” (1945 – 1963, 18 anos).
- f) A fase imediatamente a seguir à destruição, o abandono (1963 – 1992, 29 anos)
- g) O restauro, recuperação e museu (1992 até à atualidade).

Todas estas fases têm a sua história, com os seus intervenientes, homens da sua época que a fragata nas suas transformações viu passar pela janela do tempo.

No que respeita ao seu fabrico e à escolha do seu nome, a sua construção teve lugar nos estaleiros do Arsenal Real de Marinha de Damão. Segundo o Comandante Adriano Beça Gil¹⁰², este terá sido mesmo o último grande navio que estes estaleiros construíram. O panorama geoestratégico envolvente e contemporâneo à construção é o seguinte: cerca de 100 anos antes, a Independência dos Estados Unidos da América (1776) e a Revolução Francesa (1789) com as guerras napoleónicas subsequentes (1803-1815) foram fatores determinantes para a tomada de consciência internacional da

¹⁰⁰ Parte substancial do texto deste subcapítulo, referente à história da Fragata D. Fernando II e Glória foi estabelecido a partir do trabalho original, Documento Anónimo, [s.d] *Fragata “D. Fernando II e Glória”* incluído no Espólio documental da família Martins, exemplar datilografado, 12pp.

¹⁰¹ Esta fase tem um período de coexistência com a fase anterior, levando-nos a crer que o navio, encontrando-se ainda operacional para navegar, deva ter começado a estar adstrito à instrução de artilharia.

¹⁰² GIL, Adriano Beça, “Fragata D. Fernando II e Glória” *Anais do Clube Militar Naval*, Ano CXXXIV, Lisboa, Abril-Junho 2004, p. 325.

necessidade de poder naval, facto a que não é estranho também a Independência da Grécia (1821-1830)¹⁰³ que vem reforçar essa observação da necessidade de desenvolvimento naval para o progresso e soberania das nações.

Apesar destas ações bélicas anteriores, na verdade, e de um ponto de vista um pouco contrário, a construção do navio desenrolou-se inserido num clima de paz generalizada na região do atlântico, a *Pax Britannica*¹⁰⁴. No contexto da sua construção podem somar-se esta paz vigente e o facto da Revolução Industrial estar no seu início, mas não ter ainda atingido a maturidade necessária para se dar a substituição da vela pela máquina¹⁰⁵.

No que respeita à escolha do nome, este parece ter sido escolhido de forma a homenagear a D. Fernando Saxe Coburgo Gota e a sua mulher, a rainha D. Maria II (de nome Maria da Glória) e também porque Nossa Senhora da Glória era detentora de uma especial devoção entre os goeses, tendo a fragata sido entregue à sua proteção.

No ano de 1821 o então Intendente da Real Marinha de Goa e Inspetor dos Arsenais, Cândido José Mourão Garcez Palha, propôs ao rei D. João VI a construção de uma fragata em Damão.

Compreendendo a dificuldade das comunicações da altura, entende-se que só em 1824 Garcez Palha tenha recebido de Sua Majestade a autorização para o início da construção.

Apontam-se como razões principais para a construção do navio tão longe, o facto de a mão-de-obra ali ser mais barata e também o facto de perto de Damão existir uma imensa floresta de teca, no enclave de Nagar-Aveli. Esta madeira, devido a

¹⁰³ Sobre tudo a Batalha de Navarino que, segundo Ferraz Sachetti, terá sido a última das grandes batalhas entre navios à vela e onde a esquadra combinada russa-francesa-inglesa destruiu 50 dos 65 navios turco-egípcios e tirou a vida a cerca de 4000 marinheiros e onde a esquadra combinada, muito bem apetrechada e preparada, embora sofrendo algumas avarias, não perdeu um único navio, in SACHETTI, António Ferraz, *A Marinha no Tempo da Fragata D. Fernando II e Glória*, revista Anais do Clube Militar Naval Ano CXXIX (1 a 3) Jan- Mar, 1999, p. 88.

¹⁰⁴ A *Pax Britannica* trata-se de um termo copiado de um outro que se lhe antecede, a *Pax Romana*. Segundo alguns autores, a *Pax Britannica* descreve o período de paz que vigorou, sobretudo na Europa, entre a Batalha de Trafalgar e o início da Primeira Guerra Mundial, período este em que a Grã-Bretanha dominou os mares, os mercados e a indústria.

¹⁰⁵ De salientar que a própria deslocação da fragata “da carreira de construção para mar aberto no rio Damão, foi feita a reboque de um vapor”, situação que demonstra a coexistência entre a máquina que nascia e a vela que ainda não morrera e parecia mesmo renascer. Este renascimento verificou-se devido ao facto de, quando surgiu o vapor, se assistir a um fenómeno, onde os navios à vela, se desenvolveram mercê de uma necessidade de rapidez de transporte de matérias-primas essenciais ao desenvolvimento industrial. Estamos na altura do *cliper* de muito pano e vasto porão, preparado para grandes viagens, transportando muita carga, assim como estamos ainda na presença de viagens e expedições como a de Darwin a bordo do Breagle, que se fazem ainda à vela, in SACHETTI, António, *op. cit.*, p.102.

características de leveza e oleosidade própria revelava-se uma madeira de excelência para a construção naval.¹⁰⁶ Foram abatidas perto de 3700 árvores para a sua construção e o casco foi construído pelo mouro Yadó Semogi conjuntamente com vários operários portugueses e indianos sob a supervisão do guarda-marinha construtor naval Gil José da Conceição. A construção esteve parada muitas vezes, mas em 1843 o navio estava pronto a ser lançado ao mar.

Após o lançamento à água em 22 de Outubro de 1843 foi rebocado por um vapor para Goa.

Embora a sua construção tenha seguido os planos duma fragata de 50 peças, foi preparado para receber 60, no entanto em 1863/65 foi transformado novamente para receber as 50 constantes no plano inicial. A sua lotação variava consoante a missão e a necessidade. Na viagem inaugural viajaram 145 homens, no entanto alturas houve em que a fragata acomodou cerca de 650 pessoas.

O navio possuía boas qualidades náuticas e de habitabilidade para a altura. As viagens eram longas e com poucas escalas, chegando-se a estar no mar cerca de três meses seguidos.

As suas características eram as seguintes: conforme já referimos possuía cinquenta peças (28 na bateria e 22 no convés). Armava a galera, tendo cutelos, cutelinhos, varredoras e quatro velas de proa (polaca, estai, bujarrona e giba). Na sua construção usou-se a também já referida teca indiana. O comprimento entre perpendiculares era de 48,77 m; a boca no convés, por fora do tabuado media 12,80 m. No que respeita ao pontal, acima dos vaus da coberta media 4,69 m; acima dos vaus da bateria media 6,88 m; acima dos vaus da tolda media 9,27 m e até à borda media 10,82 m. A imersão a vante era de 5,79 m; a imersão média de 6,08 m e a imersão a ré era de 8,40 m. A tonelagem cifrava-se em 1849,16; a superfície de velame era de 2052,208 metros quadrados; a altura do centro vélico, acima da flutuação era de 19,42 m e o afastamento do centro vélico para vante na vertical era de 3,47 m.

O navio nunca andou armado como fragata propriamente dito, pois que além duma viagem de representação à Madeira e duma viagem de instrução aos Açores, todas

¹⁰⁶ Como curiosidade, o navio do Vice-Almirante Sir Henry Codrington, Comandante-chefe britânico do Mediterrâneo e comandante da já anteriormente referida força combinada presente na Batalha de Navarino, de nome *Ásia* e que era um navio de linha havia sido construído em Bombaim, justamente com madeira de teca, in SACHETTI, António, *D. Fernando II e Glória. A Fragata que Renasceu das Cinzas*, Lisboa, Edições CCT, 1998., p. 88.

as suas comissões foram como transporte de carga da praça, tropa, passageiros e degredados.

Os navios transportes da época – Charruas – eram barcos semelhantes às fragatas mas com menor armamento e guarnição mais reduzida. A fragata, por esta razão, apesar de ser um navio de cinquenta peças e 28 portas de bateria, andou sempre com armamento muito reduzido, como convinha a uma Charrua. O armamento do navio variou com as diferentes épocas da sua longa vida. Assim em 1843 foi de Damão para Goa só com duas peças; em 1845 foi armada com dezoito peças de calibre trinta e dois, montou depois mais um rodízio de 0,20 m a meia-nau; em 1854 montava quarenta e quatro peças de trinta e dois; em 1855 pelo inquérito feito a todos os serviços de Marinha, averiguou-se que a fragata possuía o armamento seguinte:

Dez peças de ferro de calibre trinta e dois; 1352 balas rasas de calibre trinta e dois; quarenta e cinco espingardas de fuzil; trinta e três pistolas de fuzil; seis bacamartes de cano de bronze; quarenta e duas espadas; cinquenta e oito baionetas; vinte chuços; 117 cartucheiras de cinto; 75 cinturões para espada; 50 cinturões para baionetas; 42 bainhas para espada; 91 bainhas para baionetas; 40 correias de cartucheira, 45 bandoleiras de espingarda e um talabarte. De 1868 a 1873, armava com 25 peças. De 1873 a 1890, armava com 19 peças. A partir de 1890 passou a ter embarcada para instrução a artilharia em uso na Armada. Em 1855 a Comissão de Inquérito acerca das Repartições de Marinha considerou o navio, quanto a armamento, como de força de 44 peças de calibre 32 e, quanto ao seu valor militar, como fragata de terceira classe.

Após o lançamento à água, pelas 11 horas e 15 minutos do referido dia 22 de Outubro de 1843, e logo que o navio se encontrou amarrado apresentou-se a bordo, por ordem do governador, para o serviço da fragata até Goa, o seguinte pessoal: Mouros: Patrão-mor; práctico Ussanzi Etoam; um sarangue; 2 tandeis; 60 marinheiros. Portugueses: 1 sargento; 2 cabos e 12 soldados.

Depois do seu lançamento ao mar, o navio suspendeu do rio de Damão em 23/11/1843 e a reboque de um vapor inglês veio fundear em frente do porto a fim de seguir para o porto de armamento, Goa.

Em 10/12/1843, sob o comando do Capitão-de-fragata Torcato José Marques, largou em guindolas para Goa, onde chegou a 15/12/1843.

A guarnição do navio era constituída por: um cirurgião; um patrão-mor; um escrivão; um fiel, um piloto práctico; um sarangue; dois tandeis; dois carpinteiros; dois

primeiros-marinheiros; seis segundos-marinheiros; três primeiros-grumetes; seis segundos-grumetes; um pagem; 58 marinheiros mouros; um furriel; um cabo; um anspeçada e 20 soldados. Embarcaram como passageiros: um tenente do exército de Goa; um alferes do exército de Goa; o Guarda-marinha construtor-naval Gil José da Conceição, um anspeçada com licença registada; cinco criados avulsos; dois criados do alferes; um criado do Guarda-marinha. A viagem decorreu sem novidade. Em Goa foi o navio mastreado, aparelhado e armado. O Arsenal forneceu ao navio seis peças de calibre nove e a Fragata “D. Maria II” que se encontrava no porto forneceu dez. Ficou pois, o navio armado para a sua primeira viagem com 18 peças.

Assim, a sua primeira viagem iniciou-se, pelas 05 horas e 30 minutos de 2/2/1845, de Goa para Lisboa, sob o comando do Capitão-de-fragata Torcato José Marques e vindo como encarregado de pilotagem o Segundo-tenente Francisco António Correia, a guarnição do navio era de 145 homens, transportava um batalhão naval e passageiros, sendo que o total de pessoas embarcadas era de 273.

A segunda viagem foi para o Funchal sob o comando do Capitão-de-mar-e-guerra Francisco Soares Franco e volta a Lisboa sob o comando do Capitão-Tenente Roberto Teodorico da Costa e Silva. O navio conduziu de Lisboa à Madeira a Imperatriz do Brasil, Duquesa de Bragança, segunda esposa de D. Pedro IV, D. Amália Augusta Eugénia Napoleão Leuchtemberg Beauharnais, e sua filha, Princesa D. Maria Amélia, sendo comboiado pela corveta “D. João I” e vapor “D. Luís”. Chegou ao Funchal a 30/8/1852.

A terceira viagem teve início a 31/12/1853 quando o navio largou de Lisboa a reboque do vapor “Infante D. Luís” para Moçambique sob o comando do Capitão-de-mar-e-guerra Vicente José dos Santos Lima, com tropas e degredados, num total de 243. Embarcou no navio o Governador-geral de Moçambique V.G. de Carvalho e Meneses. A fragata deu fundo em Moçambique a 19/4/1854 e no dia seguinte desembarcou o Governador, salvando o navio com 21 tiros. A oito de Maio largou o navio para Luanda fazendo escala por Santiago de Cabo Verde chegou a Lisboa em 16/9/1854.

A quarta viagem deu-se início pelas 10 horas da manhã em 14/3/1855, sob o comando do Capitão-de-Fragata Vicente José dos Santos Moreira Lima. Largou de Lisboa, para Moçambique com tropa, passageiros e degredados, como discriminado: 210 guarnição; 56 tropa; (incluindo 2 oficiais); 68 passageiros; 200 degredados; 62 famílias dos degredados; 6 mulheres dos soldados. Total: 602. O navio agarrou fundo

em Luanda a 9 de Maio, aqui foi a fragata incumbida duma missão puramente de guerra. Devia ir ao Ambriz castigar o respetivo soba e tomar posse da povoação. Assim a 15 desembarcaram algumas tropas e marinheiros com artilharia e a 17 estava realizada a ocupação da povoação depois de algumas surriadas de fuzilaria e artilharia. Finda esta missão guerreira, voltou a fragata a Luanda a 30 de Maio de onde largou a 14 de Junho. Em 20 de Agosto deu fundo em Moçambique para tornar a sair a 21 de Setembro. Fundeou em Lourenço Marques a 5 de Outubro, desembarcando o Governador de Lourenço Marques. O navio passou depois, entre Novembro de 1855 e Fevereiro de 1856 por Moçâmedes, Benguela e Luanda. Em 16/02/1856 chegou a Lisboa.

Em 12/4/1857 iniciou-se a quinta viagem, sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra António Ricardo Graça. Largou de Lisboa para Moçambique e Goa com tropa, passageiros e degredados, num total de 320 pessoas.

A sexta viagem foi feita sob o comando do Capitão-de-mar-e-guerra Torcato José Marques, seu primeiro comandante, largou de Lisboa em 2/7/1859 para Moçambique com tropa, passageiros, disciplinares e degredados, num total de 392, a saber: 95 militares; 125 passageiros; 80 disciplinares; 92 degredados. Total – 392. Chegou a Moçambique a 14 de Outubro de 1859.

A fragata foi também chamada a colaborar numa obra de transporte que incluiu um barco desmontado e algumas cabeças de gado. Assim, a ordem da Armada nº 368, de 22/10/1858, traz sobre o assunto uma importante portaria que determina: “No princípio da próxima Primavera deve largar para Moçambique a fragata “D. Fernando, transportando tropa e um pequeno barco a vapor desmontado para servir no Rio Zambeze; na volta de Moçambique deverá a fragata tocar no Cabo onde deverá receber um rebanho de ovelhas (quinhentas cabeças) e alguns cavalos e éguas, a fim de ser todo esse gado transportado para Moçâmedes com destino à colónia de Huíla.”

O navio, cumprida a sua missão, regressou a Lisboa em 3/4/1860.

Em 18/5/1861, sob o comando do Capitão-tenente Frederico Carlos Rosa, o navio largou ferro para a última viagem como nau da Índia. Saiu a barra a reboque do vapor “Mindelo”. Ia armado em charrua com duas peças apenas em bateria no convés.

O navio ia cheio de carga até aos gornes, na tolda entre os mastros ia, o vapor de ferro “Zambeze”. Levava tropa para Moçambique e Goa (Companhias de Damão e Diu). Chegou a Moçambique a 15/8/1861 e à Índia em 22/9/1861. A 18 de Janeiro de 1863 largou para Lisboa, trazendo a bordo a guarnição da escuna “Cabo Verde” e mais 83

passageiros. Nesta viagem esteve a fragata em grande perigo pois a 8 de Março na latitude 18° 47' 36'' S e longitude 38° 53' 54'' E, devido ao mau tempo, teve que arribar a Moçambique, e a 9 desarvorou dos mastros, grande e traquete.¹⁰⁷

Para a sua oitava viagem largou de Lisboa para os Açores, a reboque da corveta “Duque de Palmela” a 27/6/1866 sob o comando do Capitão-de-mar-e-guerra José Baptista de Andrade com emigrados políticos espanhóis. A corveta “Duque de Palmela” comboiou a fragata aos Açores. À vista de S. Miguel a fragata pegou reboque da corveta até dar fundo em Angra do Heroísmo na ilha Terceira. Fez-se o desembarque dos emigrados e a 12 de Julho deu à vela para Lisboa, onde chegou a 21.

Por fim o navio saiu para a sua última viagem – viagem de instrução de aspirantes de Marinha – a 28/6/1878 sob o comando do Capitão-tenente António Maria de Sande e Vasconcelos para a Madeira e Açores. Nesta viagem o navio salvou um conjunto de náufragos da barca americana *Laurence Boston* que tinha fogo a bordo. A fragata fundeou em Ponta Delgada a 10 de Agosto, largando a 17 para o Funchal onde fundeou a 24. A 29 de Agosto deu à vela para a ilha Terceira, virando de bordo em 5 de Setembro para Lisboa, onde surgiu a 18 de Setembro.

Esta data vai marcar o final da sua atividade operacional. Depois seguiu-se um período em que o navio foi sede de organismos.

O mais marcante neste período de cerca de 72 anos foram as profundas alterações que sofreu em 1889 e que permitiram a sua conversão em Escola de Artilharia Naval. Neste projeto a antiga mastreação foi substituída por três mastros inteiriços com vergas de sinais e foram construídos dois redutos onde se colocaram peças de artilharia para instrução.

A função de instrução durou até 1938, altura em que cessou essa atividade e começou a desempenhar as funções de navio-chefe das forças navais do continente, estacionadas no Tejo. Estas funções decorrem durante cerca de um ano, tempo após o qual, o navio deixa de estar em condições para utilização por parte da Marinha. Seguem-se alguns anos de inatividade, onde ao navio não são atribuídas quaisquer missões dignas de salientar.

Aproveitando esta inatividade, alguns oficiais superiores da Armada avançam com um projeto de criação de uma obra social a bordo do navio. Assim em 1947 este passa a servir como sede da Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória, criada para

¹⁰⁷ Sobre este incidente foram feitos uns versos que relatam o sucedido. Consultar o Anexo A.

acolher rapazes órfãos e oriundos de famílias de fracos recursos económicos que ali podiam receber instrução escolar (exame da 3ª e 4ª classe) e também treino de marinharia.

Este período irá durar cerca de dezoito anos e só é bruscamente interrompido a bordo, devido a um incêndio que no dia 03 de Abril de 1963 deflagrou a bordo e que destruiu grande parte da sua estrutura. Apesar disso, todas as crianças e guarnição se salvaram, contudo a fragata, essa, acabou encalhada no mar da Palha adornada sobre bombordo, jazendo no Tejo. Aí permaneceu cerca de vinte e nove anos após ter servido a Marinha das mais diversas formas durante cerca de cento e vinte anos.

Incrivelmente, ainda não tinha chegado a sua vez de desaparecer. Como Ferraz Sachetti alude no título de uma obra de sua autoria dedicada à fragata, após quase trinta anos de abandono no Tejo, a fragata renasce das cinzas¹⁰⁸.

Embora este renascimento tenha ocorrido nos anos 90 do século passado a recuperação da mesma é anterior até ao próprio incêndio que a destruiu. Já antes de 1963 o Vice-almirante Sarmiento Rodrigues havia defendido a restauração do navio de forma a assemelhá-lo o mais possível com a sua versão original, por forma a colocá-la no dique do velho Arsenal da Marinha na Ribeira das Naus.

Depois do incêndio, já em 1970-71 também o Vice-almirante Ramos Pereira voltava a defender a mesma ideia. Perante o parecer desfavorável do Arsenal do Alfeite a ideia foi refutada.

Dois anos depois em 1973 quase foi lançado um concurso público para venda dos restos da fragata, travado a tempo pelo Ministro da Marinha, Vice-almirante Pereira Crespo.

Finalmente, no ano de 1988, dez anos antes da celebração do 5º centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia, começam a preparar-se os eventos para a comemoração da efeméride. Sob a organização do Almirante António Manuel Andrade e Silva, à data Chefe do Estado-maior da Armada (CEMA) consegue-se em contatos com o governo e alguns mecenas (empresas e pessoas individuais) arranjar verba para o projeto de restauro do navio.

As obras de recuperação são iniciadas, segundo Beça Gil¹⁰⁹ em Novembro de 1990 e em Janeiro de 1992 o casco é de novo posto a flutuar, quase trinta anos depois do incêndio, e removido para a doca seca do Arsenal do Alfeite.

¹⁰⁸ SACHETTI, António Emílio Ferraz, *D. Fernando II e Glória. A Fragata que Renasceu das Cinzas*, Lisboa, Edições CTT, 1998.

Seguindo a cronologia do autor, em 5 de Julho de 1993 iniciaram-se os trabalhos de restauro e em 8 de Abril de 1997 a *D. Fernando* é novamente lançada à água. Em 27 de Abril de 1998 a fragata *D. Fernando* foi aumentada ao efetivo da Unidades Auxiliares de Marinha (UAM) como UAM 203 (despacho do Almirante Chefe do Estado Maior da Armada nº 24/98) e no dia seguinte a fragata foi solenemente integrada na Marinha. Em 10 de Julho do mesmo ano, através do Decreto-Lei 188/98 o navio ficou definido unidade auxiliar, navio-museu.

Após a recuperação, a sua primeira missão iniciou-se em 13 de Maio de 1998, quando, a reboque, rumo à Exposição Internacional de Lisboa (EXPO'98) onde seria integrado na exibição náutica servindo de Pavilhão das Comunidades Portuguesas. Durante esta estadia no certame internacional foi visitada por cerca de 900 000 pessoas, marcando de modo significativo a presença da Marinha no evento.

Após a exposição, passou pela Doca da Marinha, Doca do Espanhol, Arsenal do Alfeite e em 26 de Novembro de 2007 entrou para a doca seca nº 2 da *Parry and Son*, onde se encontra atualmente, aberta ao público entre as 10 e as 17 horas, todos os dias com exceção da segunda-feira e dias feriados nacionais.

2.2 A Marinha de Guerra (1945-1975)

Com a II Guerra Mundial, a Marinha, que atravessava um período de remodelação inserido no programa de revitalização das Forças Armadas, o programa *Magalhães Correia*, vê-se obrigada a refrear aquilo que corresponde à chamada 2ª fase deste mesmo programa. Ainda assim, são concretizados alguns projetos. Segundo João Brandão Ferreira¹¹⁰ são acrescentados à Armada vinte navios (alguns construídos de raiz e outros adquiridos em segunda mão), três destas unidades navais são submarinos e duas são fragatas. Conforme nos refere o mesmo autor, a aviação naval é pequena mas mostra-se eficiente e é constituída por hidroaviões, bimotores de treino e ligação e por uma esquadra de combate com quinze bimotores torpedeiros.

¹⁰⁹ GIL, Adriano Beça, “Fragata D. Fernando II e Glória”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXXIV, Lisboa, Abril-Junho 2004, p. 333.

¹¹⁰ FERREIRA, João José Brandão, *As Reformas das Forças Armadas Portuguesas da Época Contemporânea até ao Fim das Campanhas de África do Século XX*, in MOREIRA, Adriano e RAMALHO, Pinto (Coords.) – revista *Estratégia*, Lisboa, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 2007, pp. 273 e 274.

Em 1949, segundo alguns politólogos, mercê de uma manobra de *realpolitik* que teria tido a ver com a posição geoestratégica privilegiada dos Açores, e segundo outros do próprio território continental, Portugal é convidado a fazer parte da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) que então se fundava. O Presidente do Conselho, Professor Oliveira Salazar aceitou e a partir daqui, durante praticamente todos os anos 50, verifica-se uma remodelação quer nos navios, quer nas infraestruturas em terra, quer ainda naquilo que são os novos procedimentos e a nova doutrina organizacional a que a NATO obrigava.

Ainda segundo Brandão Ferreira¹¹¹ chega a Portugal, no âmbito de um acordo bilateral com os Estados Unidos da América (EUA) diverso material militar de guerra através do *Military Assistance Advisory Group* (MAAG). São aumentados ao efetivo naval, catorze Patrulhas, dezasseis Draga-Minas, três Fragatas e vinte e quatro aviões anti-navio. A isto juntou-se no campo infraestrutural a mudança do Arsenal para a margem sul (Alfeite) e a construção da Estação Naval do Alfeite e da Base Aérea do Montijo.

Apesar desta evolução, em 1952, perde-se a componente aérea que se juntou à Aeronáutica Militar e que forma a Força Aérea. No entanto, o desenvolvimento e o empreendedorismo naval prosseguem, até porque a partir de 1961 surge um novo desafio, a guerra do Ultramar.

As missões no cenário ultramarino são completamente distintas das missões na metrópole, sobretudo as missões no âmbito da NATO. Segundo o autor, a característica geral dos meios navais, anfíbios e terrestres da Marinha no Ultramar pautava-se por aquilo a que o autor chama o “forte e feio”¹¹² onde a pouca complexidade de equipamentos, a grande autonomia logística em mantimentos, combustível, munições e sobressalentes permitiam ao pessoal “safar-se” em quase todas as situações. Por outro lado no âmbito da NATO e das missões na Metrópole as necessidades operacionais prendiam-se mais com a luta de superfície e antissubmarina, com a melhoria de sensores e com o gradual empenhamento do pessoal em treino e operação em lugar da aposta na manutenção.

Durante a década de 60 surgem os mergulhadores-sapadores, foi reativado o Corpo de Fuzileiros, começaram a construir-se em França as quatro fragatas da classe *João Belo* e os quatro submarinos da classe *Albacora* e entraram ao serviço as três

¹¹¹ Idem, *ibidem*, p. 274.

¹¹² Idem, *ibidem*, p. 275.

fragatas da classe *Almirante Pereira da Silva*. Estas últimas destinavam-se à utilização restrita no âmbito do quadro da NATO, não devendo operar no Ultramar. Para o contexto de guerra foram utilizadas as referidas fragatas da classe *João Belo*. A partir de 1966/67 são aumentados ao efetivo essas mesmas fragatas bem como os novos submarinos, e nos anos seguintes chegam, aos poucos, as corvetas *João Coutinho* e *Jacinto Cândido* (de construção alemã) e a *General Pereira D' Eça* e *Augusto Castilho* (de construção alemã e espanhola respetivamente). Mais tarde, hão-de chegar as unidades da classe *Baptista de Andrade*, mais sofisticada em termos tecnológicos.

No que se refere ao número de efetivos, devido à guerra e ao visível aumento de unidades navais, também este obteve um crescimento, passando os militares da Marinha, segundo Brandão Ferreira¹¹³, de 7235, em 1958, para 12479 militares, em 1964.

No que respeita à NATO, e embora sensivelmente até 1966 a Marinha tivesse sofrido um certo afastamento das atividades normais da aliança, devido à guerra em África e de alguma falta de meios, a partir desta data, com a chegada dos referidos submarinos, das fragatas e das corvetas, Portugal passa a fazer-se representar nos exercícios da aliança (entre 1966 e 1974) fazendo uso destes meios.

Deste novo período de participação em exercícios devem referir-se dois momentos representativos do novo padrão de cooperação criado a partir de meados dos anos sessenta¹¹⁴. O primeiro é o destacamento da *Pereira da Silva*, como primeira fragata portuguesa a integrar a STANAVFORLANT, a esquadra permanente da NATO no Oceano Atlântico. Passa então a ser atribuído um navio português para essa força durante quatro a cinco meses por ano. Outro momento é o facto de Portugal ter garantido um oficial de comunicações e guerra eletrónica em 1971 e um CEM (Chefe de Estado Maior) de Julho de 1973 a Julho de 1974, nas funções de comando rotativo da mesma STANAVFORLANT¹¹⁵.

Ainda no âmbito da NATO, Portugal passa a assegurar, a partir de 1971, uma vigilância reforçada aos movimentos dos navios soviéticos que passam ao longo da costa continental portuguesa, intersetando-os e acompanhando-os. Em resumo, no que respeita a missões e tarefas no seio da aliança, podemos dizer que, embora nos anos sessenta e setenta a Armada portuguesa estivesse muito virada para o problema de

¹¹³ Idem, *ibidem*, p. 279.

¹¹⁴ TELO, António José (coord.), *Homens, Doutrinas e Organização 1824 – 1974*, Tomo I, Academia de Marinha, Lisboa, 1999, p. 626.

¹¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 626.

África, nomeadamente preocupando-se em projetar para essa zona, fragatas e corvetas (em menor número) e lanchas e unidades de fuzileiros (em maior número), foi criado (à parte deste conjunto dedicado à guerra, um núcleo de uma *Marinha NATO*) núcleo esse, que embora pequeno, era moderno e atualizado e conseguia manter os compromissos do país para com a aliança. Estas «duas marinhas» coexistiram até Abril de 1974.

Além dos compromissos com a aliança, e embora a um nível mais discreto, Portugal continuou a desenvolver com Espanha uma cooperação naval que é, no entanto, digna de registo, durante toda a década de sessenta.

Segundo Telo¹¹⁶ foram desenvolvidas entre as nações ibéricas um conjunto de ações cooperativas com vista à proteção da navegação peninsular e da luta antissubmarina. Por exemplo, em pleno episódio de sequestro do paquete *Santa Maria* a Espanha destaca o cruzador *Canárias* para participar nas operações de busca. Além disso, e segundo o mesmo autor, são criados e desenvolvidos circuitos de comunicações com cifras diferentes das da NATO, abertos a troca de informações entre os dois países. Efetuaram-se embarques e movimentos de navios e aviões em solo espanhol e português por parte de forças militares de ambos os países, autorizadas pelos respetivos governos. Foram desenvolvidas táticas conjuntas anti subversivas. Desenvolveram-se exercícios navais conjuntos, ainda que reduzidos ao emprego dos draga-minas, por parte das forças navais portuguesas, devido ao empenho de todos os outros meios em África e exercícios da NATO. Também são implementados planos de proteção da navegação da Península em caso de guerra.

Por outro lado, no que respeita às infraestruturas e como já anteriormente referimos, igualmente neste campo os anos sessenta e setenta foram palco para uma série de mudanças que já tardavam e que vieram melhorar consideravelmente o panorama naval português. Assim, de meados do decénio de sessenta em diante, modernizaram-se o Arsenal do Alfeite (AA) e a Base Naval de Lisboa (BNL), esta última sucessora da Estação Naval do Alfeite que sofreu remodelações que permitiram ultrapassar a antiquada técnica, até então em uso, da amarração dos navios à boia.

Até à adesão à NATO, a Marinha possuía a maioria das suas infraestruturas especialmente concentradas no Alfeite, algumas na margem norte do Tejo, em Lisboa e um polo de escolas em Vila Franca de Xira. Após a adesão e segundo o parecer de

¹¹⁶ Idem, *ibidem*, pp. 620 a 622.

Brandão Ferreira¹¹⁷, foi criado o Comando de Defesa Marítima dos Açores (CDMA) que acabou por ser o precursor dos vários comandos territoriais que surgiram depois em África. Além disso, também em território nacional são construídas infraestruturas de raiz para dar solução a problemas recentes, como o caso da construção da Estação de Medições Magnéticas de Troia, fruto de uma necessidade de calibrações magnéticas dos draga-minas da classe *Ponta Delgada* chegados em 1953 e que para o efeito tinham de se deslocar a França (Brest e Toulon) para a calibração magnética em carreira de alta sensibilidade.

No que respeita a infraestruturas, são de referir a construção, em 1958 das futuras estações LORAN de ajuda à navegação¹¹⁸ e em 1963/64 os Depósitos de Munições e Combustíveis (POL) OTAN em Lisboa e (POL) OTAN de Ponta Delgada, onde passam a poder abastecer-se os navios das marinhas aliadas.

Ainda no âmbito da NATO, foram criados alguns comandos que vêm beneficiar a Armada, sobretudo ao nível da projeção para com o exterior e ao nível da proximidade das relações com as potências privilegiadas da NATO. Em 1966 é criada a IBERLANT como centro regional do SACLANT e ainda nesse mesmo ano, em Dezembro é criado o COMIBERLANT, que fica situado a partir de 1967 provisoriamente numa vivenda em Mem Martins. Em 1971 é transferido para a sua sede definitiva em Oeiras.

Segundo Brandão Ferreira, “o desenvolvimento da tecnologia e gestão militares veio ainda induzir a reestruturação orgânica dos órgãos centrais de administração e direção.”¹¹⁹ A antiga Superintendência dos Serviços da Armada (SSA) é desdobrada em três: a Superintendência dos Serviços do Pessoal (SSP), Superintendência dos Serviços do Material (SSM) e a Intendência dos Serviços de Administração Financeira da Marinha (ISAFM), mais tarde Superintendência dos Serviços Financeiros (SSF).

Em suma e retrospectivamente as linhas anteriores, com base em Brandão Ferreira¹²⁰, em 1974/75 a Armada (que contava com um número de efetivos da ordem dos 12500 homens desde sensivelmente 1964), embora esgotada por treze anos de guerra e sem nunca ter descurado os seus compromissos para com a NATO, somava um conjunto de dispositivos relativamente modernos, embora convencionais, sem

¹¹⁷ FERREIRA, Brandão, *op. cit.*, p. 280.

¹¹⁸ Estas estações estarão a operar em 1963 em Sagres, Porto Santo, Santa Maria e Flores. Cf. PINTO, José Luis Leiria – *As Comunicações na Marinha – dos primórdios a 1975*, comunicação apresentada na Academia de Marinha em 1 de Junho de 2010.

¹¹⁹ FERREIRA, Brandão, *op. cit.*, p. 279.

¹²⁰ Idem, *ibidem*, pp. 280 e 281.

capacidade de rocega de minas e sem estar equipada com misseis. Ainda assim, esta força armada, conseguia representar o país de uma forma bastante razoável quer no contexto das necessidades nacionais, quer no contexto dos compromissos internacionais.

2.3 A Marinha Mercante (1945-1975)

A par da Marinha de Guerra essencial para assegurar a defesa do descontínuado território nacional (inicialmente contando com a ajuda do Exército e depois também da Força Aérea), a Marinha Mercante constituiu uma importante atividade desenvolvida pelo Estado Novo no sentido de assegurar a deslocação rápida e funcional de bens, serviços e pessoas.

Este desenvolvimento deu-se sobretudo a partir do final da década de quarenta, pois, de uma forma geral a Marinha mercante portuguesa no início do século XX era quase inexistente. Conforme veremos, o período de sensivelmente vinte cinco anos que vai desde finais dos anos quarenta até 1974, constitui o período em que a frota obteve um razoável desenvolvimento.

Devido à dispersão geográfica territorial, tornou-se absolutamente necessário a criação e implementação de uma frota mercante que desse resposta às necessidades do país, sobretudo após o final da Segunda Grande Guerra Mundial.

No entender de Paulo Brázia¹²¹, podemos dividir em dois períodos distintos a história da Marinha Mercante no século XX. Na primeira metade do século é observável uma carência de meios a vários níveis, dos quais se salientam a frota envelhecida e a falta de condições portuárias. Na segunda metade do século, assiste-se a uma melhoria substancial dessas mesmas condições. São construídos ou melhorados os portos, os estaleiros navais e a própria frota que vão dar ânimo ao comércio e à indústria. As navegações transatlânticas sofrem um incremento, fruto também, estamos em crer, da paz na terra e nos mares.

No entanto, apesar de todo esse desenvolvimento que foi efetivamente observável, segundo o mesmo autor,¹²² ainda que existindo um monopólio dos navios

¹²¹ BRÁZIA, Paulo, *A Marinha Mercante entre 1945-1985*, Colóquio para Estudantes – Jornadas do Mar 2010, Escola Naval, Alfeite, 2010, p. 1.

¹²² Idem, *ibidem.*, p. 26.

mercantes nacionais nas rotas internas (Ultramar – Metrópole), a Marinha Mercante apresentava-se incapaz de se reconverter face à concorrência mundial. Essa incapacidade estava ligada à realidade das referidas rotas internas nunca terem sido um mercado suficientemente amplo para absorver os bens ultramarinos nem de disponibilizar tudo quanto estas regiões necessitavam.

A questão parece ter sido a seguinte; logo após a Segunda Guerra Mundial, justamente quando a Marinha Mercante nacional sofreu uma remodelação empreendida pelo governo e gizado pelo então Ministro da Marinha, Américo Tomás, as relações económicas tornaram-se internacionais, enquanto Portugal parece ter ficado agarrado às províncias. Ainda assim, talvez não antevendo essa internacionalização crescente da economia, o ministro lançou em Agosto de 1945 um despacho que segundo Gonçalves Viana¹²³ “lançou as bases da renovação da frota mercante nacional, deixando para trás uma série bastante vasta de diplomas e medidas, de polémicas e questões que nada resolveram em profundidade e que conduziram a Marinha Mercante portuguesa ao estado deplorável em que se encontrava”.

Esta renovação veio possibilitar a criação e desenvolvimento de um conjunto de organismos com responsabilidades na área, dos quais destacamos, a criação em 1946 do Grémio dos Armadores da Marinha Mercante, a fundação da SOPONATA, em 1947 (destinada a garantir o abastecimento de petróleo ao país) e em 1971 o desenvolvimento da reparação e construção naval, com a inauguração na LISNAVE da maior doca seca do mundo. Nos anos 50 aparecem os grandes navios de passageiros (Vera Cruz e Santa Maria) para servirem a CCN (Companhia Colonial de Navegação) e nos anos 60 o “Infante D. Henrique” e o “Príncipe Perfeito” para a CNN (Companhia Nacional de Navegação)

Ainda na linha de Brázia, mais algumas condutas terão influenciado o rumo que a Marinha Mercante foi tomando durante os cerca de trinta anos que vão desde 1945 até 1974. Estas prendem-se sobretudo com alguma incapacidade de reconversão da Marinha Mercante face à concorrência mundial. O autor apresenta como exemplo a falta de visão do Estado e das Armadoras na aposta da reconversão dos paquetes em *ferries*

¹²³ VIANA, Gonçalves, *A Marinha Mercante Portuguesa na transição do século XX para XXI*, sessão de trabalho realizada em 7 de novembro de 2000, na Academia de Marinha, in <http://nossomar.blogs.sapo.pt/1282.html>

ou cruzeiros¹²⁴. Talvez tomados pelo temor do franco crescimento da aviação, os paquetes acabaram por ser vendidos ou desmantelados em vez de reconvertidos.

Nos anos 60 e 70, passado o ímpeto de reconversão da frota e das estruturas de apoio observável no início dos anos 50, a atividade mercante começa a encontrar-se em dificuldade, “sobretudo nos anos de crise de fretes e em carreiras de concorrência livre”¹²⁵. A guerra colonial, por seu turno, vai mantendo uma relação com a Marinha Mercante que permite esta última continuar a ter serviço. Este panorama vai depois mudar, pois tal como acontecera já com as frotas mercantes francesa e holandesa no Oriente, após a perda da Indochina e da Indonésia “a Guerra Colonial e a aposta no apoio à logística militar foi o golpe decisivo para o fim da Frota após a Descolonização”¹²⁶. A questão era que mesmo antes do fim da guerra, a Metrópole não era capaz de absorver os produtos ultramarinos. Estes produtos seguiam já diretamente para os países consumidores, além de que as próprias províncias ultramarinas em desenvolvimento industrial nalguns sectores (como a cerâmica, cimentos, e têxteis) necessitavam, possuindo matérias-primas e mão-de-obra, cada vez menos do recurso às transportadoras nacionais.

Com o final da guerra e a descolonização, a frota idealizada para as carreiras entre a Metrópole e as Províncias Ultramarinas perdeu a sua força. As armadoras renunciaram a fusões e reconversões, instigadas talvez pelo medo e desorientação próprias do período revolucionário e pós-revolucionário. O novo poder político, sedento de democratização e de relações com o exterior continental, vira-se para a estrada e para o caminho-de-ferro que fazem a ligação com a Europa livre e abandona o mar.

Esse abandono da Marinha Mercante nos anos 70 irá ter repercussões quer na própria frota, assistindo-se a um gradual desaparecimento da mesma, quer ao nível das indústrias a esta ligada, assistindo-se à decadência da Lisnave e da Siderurgia Nacional assim como de outras indústrias ligadas à construção e reparação naval. Com esta decadência decaí ainda mais a capacidade de projeção naval mercante do país.

¹²⁴ BRÁZIA, Paulo, *op. cit.*, p.27.

¹²⁵ Idem, *ibidem*, p.28.

¹²⁶ Idem, *ibidem*, p.28.

2.4 A Marinha de Pesca (1945-1975)

A Marinha de Pesca, denominação por que era conhecida a pesca para fins industriais durante o Estado Novo dividia-se em três tipos distintos: pesca litoral, pesca costeira e pesca do alto ou grande pesca.¹²⁷

A pesca litoral desenvolvia-se perto da costa e dentro das águas territoriais. Os aparelhos utilizados eram as linhas, redes, arrastos, cercos, armações e outros, específicos para cada espécie piscícola e usadas em determinadas regiões também específicas. As embarcações podiam ser de propulsão mecânica, à vela, a remos ou com sistemas mistos.

No que respeita à pesca costeira, esta era habitualmente praticada com recurso a navios de maior porte, com autonomia suficiente para operar fora das águas territoriais a grandes distâncias do porto de registo. Tratavam-se habitualmente de unidades motorizadas tais como as traineiras e os arrastões. Estes barcos “excedem com frequência os 20 m de comp. e as 50 t de arqueação.”¹²⁸

Quanto à pesca do alto, ou grande pesca, esta é realizada sempre a grandes distâncias dos portos, muitas vezes a milhares de milhas. Neste tipo de pesca utilizava-se como principal método de captura o arrasto. O caso da pesca do bacalhau, também denominada «Grande Faina» ou «Faina Maior» tinha lugar nas águas da Gronelândia, Terra Nova e Islândia. Neste caso as formas de captura e o tipo de navios utilizados foram mudando ao longo do período em análise. Voltaremos a este tema específico algumas linhas adiante.

No que diz respeito às pescas em geral, logo a seguir ao aparecimento do Estado Novo e imediatamente a seguir a esta forma de governo, vão ser promovidas as chamadas pescarias. Ainda Salazar era Ministro das Finanças, já parecia abordar o problema das pescas com bastante frontalidade colocando a questão em dois planos distintos: as pescas de exportação (sardinha e atum, após a sua transformação em conservas) e o peixe seco importado, ou seja o bacalhau.¹²⁹

¹²⁷ CRUZ, Frederico, «Marinha» in *Enciclopédia Luso Brasileira da Cultura*, 12º Volume, Editorial Verbo, Lisboa, 1971 p.1611.

¹²⁸ Idem, *ibidem*, p.1611.

¹²⁹ GARRIDO, Álvaro, «Pescas» in *Dicionário de História de Portugal*, coord. BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena, Vol. IX, Suplemento, Figueirinhas, Porto, 2000, p.65.



Fotografia nº 1 – Pescadores na Faina Maior.

Fonte: *Fragata D. Fernando II e Glória – Fotos e documentos vários*¹³⁰

Salazar também entendia que estes tipos de pesca, a chamada pesca industrial, ao contrário da pesca artesanal, deveria sofrer uma intervenção e organização superior ditada pelo Estado. Desta forma, entre 1934 e 1939 foram criados os grémios de armadores das principais pescarias (do bacalhau, do arrasto e da sardinha), com vista a direcionar a atividade pesqueira industrial para o caminho que o governo desejava. Foram ainda criados por esta altura as Casas dos Pescadores e respetiva Junta Central e os organismos de coordenação económica, CRCB – Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau e IPCP – Instituto Português de Conservas de Peixe.

Estes organismos caracterizavam-se, sobretudo, por uma grande intervenção estatal e as iniciativas empresariais das pescas industriais não costeiras, sobretudo a do bacalhau e arrasto do alto, passaram a ser fortemente condicionadas “pela sujeição dos investimentos à aprovação oficial e à sua integração em Planos de Fomento”¹³¹ especialmente orientados para esse fim. Este novo tipo de organização das pescas veio a conhecer, após a II Guerra Mundial, duas fases distintas, em primeiro lugar uma fase de expansão, sensivelmente entre 1945 e 1965 e em segundo lugar uma fase de desaceleração seguida de estagnação e declínio. A fase de expansão sentiu-se sobretudo naquilo que se refere às capturas em águas distantes, sobretudo as pescas do arrasto nas costas da Mauritânia e a do bacalhau nas águas do Atlântico Nordeste. A fase de declínio, iniciada em meados da década de sessenta, irá perdurar (e continuar) até

¹³⁰ Este álbum fotográfico em modelo digital (DVD) foi cedido pelo ex-aluno Carlos Vardasca e contém inúmeras fotografias e recortes de imprensa relacionados com a Obra Social.

¹³¹ CRESPO, Vitor, «Pescarias» in *Dicionário de História de Portugal*, coord. BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena, Vol. IX, Suplemento, Figueirinhas, Porto, 2000, p.65.

depois do ano limite em estudo, ou seja 1975. Este declínio, caracterizou-se sobretudo por uma forte quebra nas capturas, a todos os níveis à exceção da sardinha. Na verdade, o ano do início da quebra nas pescas, 1965, foi justamente o ano em que o número de traineiras de captura de sardinha atingiu o seu máximo, 394. Assistiu-se assim a um aumento da captura deste pescado, no entanto, as espécies associadas, como a cavala e o carapau sofreram uma contração. As melhorias ao nível da frota, sobretudo a motorização das embarcações constituíram um marco fundamental para este fenómeno. Ainda assim a indústria conserveira entrou também em declínio e grande parte dos pescadores e trabalhadores ligados à pesca, mercê das duras condições de trabalho e da sua precaridade acabaram por abandonar a faina e a fábrica para emigrarem.

Numa palavra mais sobre a indústria conserveira, importa referir que esta atividade tinha-se desenvolvido e alargado devido ao facto de durante a II Guerra Mundial ter surgido um grande mercado, constituído pelos países beligerantes. Com o fim do conflito este mercado vai progressivamente perdendo força e outros países como Marrocos, Espanha, Japão e Rússia entram no mercado, tornando-se muito difícil para Portugal competir com eles.

A organização corporativa do sector das pescas, de que temos vindo a falar, apoiou-se, na opinião de Álvaro Garrido¹³² numa elite detentora do poder administrativo. A «família das pescas» ou a «família bacalhoeira», que por vezes aparecem como sinónimos, foi constituída por nomes relevantes como Sebastião Ramirez, titular das pastas do Comércio, Indústria e Agricultura, grande conserveiro algarvio e também membro da Junta Central da Legião Portuguesa; Pedro Teotónio Pereira, Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social; Henrique Tenreiro, escolhido pelo último para Delegado do Governo junto dos Grémios das Pescas, ligado aos sectores mais conservadores da Marinha, oficial de carreira desta força armada e ligado à Brigada Naval da Legião Portuguesa, Manuel Ortins de Bettencourt, Ministro da Marinha a seguir a 1936; Vasco d'Orey; Higinio Queirós e o próprio Almirante Américo Tomás. Todos estes nomes vão estar ligados à organização das pescas, que a partir de 1935 passam a ser organizadas (à exceção da pesca artesanal) em grémios.

¹³² GARRIDO, Álvaro, «Pescas», *op. cit.*, p. 71.

Segundo Garrido,¹³³ foram criados, o Grémio dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau (1935), o Grémio dos Armadores da Pesca da Sardinha (1938), o Grémio dos Armadores da Pesca de Arrasto (1939) e o Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia (1945). O mesmo autor refere ainda que “cada uma destas entidades patronais obrigatórias tinha por incumbência legal a regulamentação das artes de pesca respetivas, a consecução de fins assistenciais em colaboração financeira com os sindicatos nacionais e as Casas dos Pescadores, bem como, no caso do bacalhau e da sardinha, colaborar com os organismos de coordenação económica do respetivo subsector (Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau e Instituto Português de Conservas de Peixe) ”.¹³⁴ Além destes organismos, a pesca local estava subordinada à Junta Central das Casas dos Pescadores presidida pelo referido Henrique Tenreiro. O trabalho neste tipo de pesca era organizado nas Casas dos Pescadores.

De entre estes, um caso especial, pela sua importância, tratou-se da pesca do bacalhau. Ainda que o que ficou dito sobre a organização corporativa do sector das pescas, de um ponto de vista geral se aplique também ao caso específico da pesca do bacalhau, a reorganização e corporativização desta atividade nos anos trinta não teve paralelo em qualquer outro país e não pode engrupar-se no conjunto daquilo que foi a reestruturação das pescas no sentido lato do termo. O fenómeno político que ficou conhecido como «a campanha do bacalhau» iniciada em 1934, que visou aumentar a produtividade nacional do bacalhau e diminuir ao máximo as importações, merece um tipo de análise mais profundo. Na opinião de Garrido, “a sistematicidade das medidas preconizadas para o sector só seria visível, verdadeiramente, a partir da criação da Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau, em 1934; em certa medida, por pressão da ruínosa situação das empresas (acelerada pelos efeitos do *dumping* islandês), e em grande parte pelo interesse do Estado em coordenar o sector, disciplinando e arbitrando as pouco pacíficas e tensas relações entre importadores (armazenistas) e produtores.”¹³⁵ Na linha deste mesmo autor, os traços gerais da chamada «campanha do bacalhau», apoiada na CRCB, são o aumento da produção nacional (aproximando o mais possível a escala das necessidades à escala da produção), diminuir as importações e assim reter divisas, proteger as indústrias nacionais a montante e a jusante da atividade, ou seja a indústria e reparação naval e as secas.

¹³³ Idem, *ibidem*, p. 72.

¹³⁴ Idem, *ibidem*, p. 72.

¹³⁵ Idem, *ibidem*, p. 62.

Efetivamente tendo como fórmula as soluções corporativistas, o Estado, vendo-se à mercê do condicionamento internacional no que respeita a importações, tenta fazer frente à instabilidade do fornecimento. Nesta tentativa são empreendidos esforços protecionistas que visam a defesa e obrigatoriedade de comercialização do bacalhau nacional à frente do bacalhau internacional. Conforme refere Álvaro Garrido¹³⁶ com a criação da CRBC (Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau) e do Grémio dos Importadores, ficou marcado o começo de uma era apelidada de «Campanha do Bacalhau», onde além da reorganização e fomento desta atividade o Estado envolve a nação recorrendo à propaganda exaltando o «ressurgimento da grande pesca». Esta nova ordem, embora não agradando inicialmente, nem a armazenistas, nem a pequenos e médios comerciantes, nem mesmo aos próprios pescadores¹³⁷ foi avante conforme ordem do governo. O avanço pode ter-se dado sem maiores constrangimentos devido a algumas medidas que podem ter amenizado o descontentamento generalizado inicial, sobretudo por parte dos pescadores. Assim os representantes do governo assumiram alguns compromissos no âmbito da assistência e da previdência aos bacalhoeiros, medidas que não eram extensíveis aos pescadores que se dedicavam à restante pesca. Além disso assumiram também o compromisso da criação das Casas dos Pescadores.

Entre 1934 e 1967 a «produção nacional» de bacalhau aumentou quase sempre (excetuando algumas oscilações no período da guerra). A frota foi também ela renovada. Segundo quadro do Relatório Grémio 1961/62¹³⁸ abateram-se 52 navios de madeira de pesca à linha e 1 de aço. Construíram-se para a pesca à linha 22 navios de madeira e 22 de aço, para a pesca de arrasto construíram-se mais 22. O saldo apresentava então 66 navios construídos face a 53 abatidos ficando a frota com muitos navios novos e mais modernos.

No que respeita aos locais de eleição para armamento dos navios bacalhoeiros estes eram: Aveiro, Lisboa, Porto, Figueira da Foz e Viana do Castelo. A frota era constituída por navios de pesca à linha (veleiros com ou sem motor) e por arrastões (a partir de 1936). Em 1967, segundo Garrido, esta frota era constituída por 33 «navios de linha» e 34 arrastões.¹³⁹ Os pescadores eram recrutados nos centros piscatórios mais

¹³⁶ GARRIDO, Álvaro, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2010 [s.l], p. 423.

¹³⁷ Idem, *ibidem*, p. 425.

¹³⁸ MOUTINHO, Mário, *História da Pesca do Bacalhau – por uma antropologia do “fiel amigo”*, Lisboa, Imprensa Universitária – Editorial Estampa, 1985, p. 106.

¹³⁹ Idem, *ibidem*, p. 63.

importantes do país. Além destes, a guarnição de um navio da pesca do bacalhau era constituída pelo capitão, imediato, piloto, maquinistas, radiotelegrafistas, cozinheiros e moços.

Quanto aos resultados da «campanha» estes foram sofrendo alterações ao longo do tempo. Se considerarmos que o período da «campanha do bacalhau» como o compreendido entre 1934 e 1966, observamos que, enquanto em 1934 a produção nacional era de cerca de 16% e as importações de 84%, no ano de 1966 a produção nacional chegou quase aos 82% enquanto as importações se cifraram em cerca de 18%. Nem sempre foi assim ao longo do período, no entanto não deixa de ser significativo este valor.

Mas ainda assim, com este «saldo positivo» observar-se-á, a partir de 1967 uma inversão deste fenómeno, motivada pela liberalização do comércio do produto. Assistiu-se então, a partir desta data, a um declínio nunca mais recuperável deste tipo de pesca.

Mais penoso ainda foi a observação que o declínio de que falamos não atingiu apenas a pesca do bacalhau, mas todas as pescas em geral. A conjuntura socioeconómica dos anos que se sucederam à II Guerra Mundial, influenciou de maneira determinante as pescas europeias e consequentemente as pescas nacionais. As nações saídas do conflito começam a reerguer-se e a desenvolver-se. O fim do conflito fez baixar imediatamente o consumo das conservas portuguesas, os mares voltaram a ser seguros para se cruzarem e para neles se pescar e a Europa em desenvolvimento, sobretudo os países outrora participantes no conflito, foram deixando de consumir do exterior para passar a produzir para o seu próprio consumo. Além disso, as conservas, de que já falámos, começam nos 50-60, a ser substituídas pelo peixe congelado, pequeno milagre da evolução da refrigeração.

Este período pós II Guerra Mundial embora afetando a indústria conserveira, acabou por desenvolver todo o restante conjunto das pescas em geral, ficando caracterizado pelo desenvolvimento da pesca mundial, e consequentemente também de alguns setores da pesca nacional. Devido ao reerguer das economias anteriormente afetadas pela guerra e devido a verbas disponibilizadas pelo *Plano Marshall*, aliado a um conjunto de legislação internacional sobre a gestão dos recursos marinhos, que Portugal subescreveu e ratificou, as pescas sofreram um impulso. Este impulso foi verificável sobretudo no que respeita à pesca do bacalhau. Pode-se dizer que se assistiu

a um aumento na produção por pescador e por tonelagem de arqueação bruta nas principais artes da pesca no período a seguir à guerra. A frota de arrasto havia sido reconvertida, desde 1942 para a propulsão *diesel*, em substituição do vapor e o GANPB recebeu 583 mil dólares da «ajuda Marshall»¹⁴⁰ para renovação da frota. A produção subiu e a importação de bacalhau decresceu.

Estas condições de crescimento vão manter-se sensivelmente até finais dos anos 50 altura em que, nas conferências de Genebra (1958 e 1960), Portugal sente que os “direitos históricos» da pesca longínqua portuguesa”¹⁴¹ se encontram ameaçados. Defendendo o livre exercício da pesca pelos barcos portugueses, nos mares da Gronelândia, Terra Nova e costa ocidental africana, as autoridades portuguesas presentes não conseguem convencer os demais participantes. Sobretudo devido à adesão do país à EFTA e também devido a um conjunto de determinações dos organismos internacionais sobre a gestão dos recursos haliêuticos, o estado português não encontrou forças para levar os seus anseios em frente.

Assim, em síntese, desde o pós II Grande Guerra, assistiu-se até ao início dos anos sessenta a um declínio no tocante à indústria conserveira, uma ligeira melhoria na pesca em geral (incluindo o arrasto e a sardinha) e uma grande melhoria no sector do bacalhau. Contudo, ainda que tentando ajustar-se às novas determinações internacionais, em 1967 a campanha do bacalhau colapsou. Este colapso deu-se, por um lado, mercê da já referida, adesão de Portugal à EFTA e da consequente liberalização dos mercados; por outro, segundo Garrido¹⁴² e talvez mais importante, devido ao “desequilíbrio das finanças do Estado a campanha soçobrou mais depressa mercê das dificuldades de tesouraria do Fundo de Abastecimento”. Fechou-se assim um ciclo para as pescas em geral e para a pesca do bacalhau em particular. Estas, ainda que continuando a existir, foram diminuindo e perdendo progressivamente a pujança que conseguiram desenvolver, à custa de enormes esforços é certo, durante o período das pescas corporativas. O mesmo aconteceu ao sector bacalhoeiro. Em 1974, ano da revolução e da mudança política, saíram para a «Faina Maior» apenas três navios, dois deles perderam-se por incêndio.

¹⁴⁰ GARRIDO, Álvaro, «Pescas» in *op. cit.*, p. 73

¹⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 73.

¹⁴² GARRIDO, Álvaro, *op. cit.*, p. 428.

2.5 A Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória (1945-1975)

Em Janeiro de 1945, o Ministro da Marinha, Américo Thomaz, através da Portaria nº 10:827 de 9-1-1945 (O.D.A. nº 8, de 10-1-1945) determina “que a fragata *D. Fernando* seja posta à disposição da Brigada Naval, para fins de instrução e utilização compatíveis com o estado em que se encontra. Considerando que a fragata *D. Fernando* não se encontra em condições de ser utilizada no serviço da marinha; considerando que a Brigada Naval, em colaboração com o governador civil de Lisboa, tem em vista a montagem de uma escola para os garotos da rua, onde lhes seja ministrada instrução náutica, de modo a aproveitá-los ou para marinheiros ou para pescadores: Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que a fragata *D. Fernando* seja posta à disposição da Brigada Naval, para os fins de instrução...”¹⁴³.

Após a exatidão e aprovação deste documento a fragata passou para a Brigada Naval que se encarregou de, em conjunto com mais algumas instituições, empreender as reparações necessárias à reconversão do velho navio em escola. O aprontamento demora cerca de dois anos e os primeiros alunos entram para a Obra Social no ano de 1947.

2.5.1 Objetivos, Entidades Competentes, Fundos e Regulamento Interno.

De acordo com o primeiro artigo, do capítulo I, denominado “Fundação e Objetivo” constante no *Regulamento Geral da Obra*¹⁴⁴, “é criada a Obra Social da Fragata «D. Fernando» que tem como objetivo a recolha, alimentação, educação e instrução, gratuitamente e em regime de internato, de rapazes com 12 a 16 anos de idade, desprotegidos, sem família, sem meios e sem trabalho, a livrá-los dos perigos morais a que a ociosidade e a libertinagem os podem conduzir e prepará-los para a vida no mar, a servirem nas frotas das Marinhas de Guerra, mercante ou de pesca.”

Além dos objetivos, podemos encontrar no documento, referências regulamentares com respeito às entidades competentes e aos órgãos diretivos, assim como um capítulo reservado à obtenção de fundos e financiamento. Ainda no capítulo I, e no âmbito das competências, podemos ler no segundo artigo que “compete à Brigada

¹⁴³ L.D.R.A (Janeiro de 1945), p. 13 [BCM-AH].

¹⁴⁴ *Obra Social da Fragata “D. Fernando” – Regulamento Geral*, Núcleo 423, cx. 211 “Comissão de Extinção das Instalações do Alm. Henrique Tenreiro”, [BCM-AH].

Naval da Legião Portuguesa em colaboração com o Governo Civil de Lisboa, o Diário de Notícias e o Presidente da Casa dos Rapazes da Cidade, tomarem a seu cargo a criação e o funcionamento da Obra Social da Fragata «D. Fernando».

Foi desta teia de relacionamentos entre várias entidades, militares, paramilitares e de responsabilidade social e assistencial que a Obra vingou. Inicialmente, é de salientar, a relação entre algumas figuras da Marinha e as suas ligações à Brigada Naval da Legião Portuguesa como é o caso da relação entre estas e um dos grandes entusiastas e impulsionadores da Casa dos Rapazes da Cidade¹⁴⁵, o Almirante Nuno de Brion, que estará também ligado à fundação da Obra. Juntamente este encontra-se o Almirante Henrique Tenreiro, que é por sua vez o Comandante da Brigada Naval.



Fotografia nº 2 – Almirante Nuno de Brion

Fonte: <http://comandonaval.marinha.pt>



Fotografia nº 3 – Almirante Henrique Tenreiro

Fonte: *Fragata D. Fernando II e Glória – Fotos e documentos vários.*

Prosseguindo com a análise ao *Regulamento Geral da Obra*, no que concerne às entidades administrativas, pode ler-se nos capítulos II e III o seguinte: “art.º 5º - A obra social da Fragata «D. Fernando» funcionará sob a superior orientação de um Conselho de Administração constituído por sete membros, a saber:

¹⁴⁵ Surgida em 1948, tinha, por princípios orientadores os da Organização Nacional “Mocidade Portuguesa”, no parágrafo único do primeiro artigo dos Estatutos de 1949, publicados no Diário do Governo de 27/07/1949 pode ler-se que “a actividade educativa na Instituição baseia-se nos preceitos da moral cristã e nos princípios orientadores da Organização Nacional ‘Mocidade Portuguesa’”. A «Casa dos Rapazes da Cidade», tinha sede na rua de Pedrouços, nº99-A, Lisboa, e era, simultaneamente, abrigo de jovens estudantes/trabalhadores e escola-oficina. A instituição procurou, não só suprir a falta de um lar, como também organizar a vida social dos seus jovens. Assim, paralelamente à formação socioprofissional, facultava e promovia a filiação ou ligação a instituições educativas, culturais e católicas destinadas à juventude, in www.casadosrapazes.pt [consultada em fevereiro de 2012]

- a) Comandante da Brigada Naval da Legião Portuguesa.
 - b) Governador Civil de Lisboa.
 - c) Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa.
 - d) Presidente da Casa dos Rapazes da Cidade.
 - e) Administrador-delegado do jornal “Diário de Notícias”.
 - f) Duas individualidades ligadas à Obra Social da Fragata D. Fernando
- Único) Um dos membros do Conselho servirá de Presidente e outro de secretário.”

Finalmente no que respeita aos fundos e financiamentos, o oitavo artigo do capítulo III dita que “...os fundos podem ser de duas proveniências oficiais, concedidos por organismos do Estado e particulares, concedidos por organizações, entidades ou indivíduos particulares.”

Imediatamente a seguir ao *Regulamento Geral da Obra* deve, obviamente, ter surgido o seu *Regulamento Interno*¹⁴⁶. O documento a que tivemos acesso, que visa regular internamente a instituição, é chamado de *provisório*, no entanto acreditamos que tenha permanecido definitivamente durante todo o tempo de duração da obra, até porque de outro não tivemos conhecimento no desenrolar das nossas investigações. Importa deixar um excerto ilustrativo desse documento, sobretudo no que respeita à organização e funcionamento da obra; ao pessoal; à admissão de alunos; aos deveres e encargos dos mesmos; ao regime de disciplina; às classes de comportamento e ao regime de prémios e louvores.

“CAPITULO I

Organização e Funcionamento

Artº 1º - A Obra Social da Fragata D. Fernando funciona no referido navio, adaptado ao fim em vista, e destina-se a recolher educar e instruir rapazes sem família ou sem recurso, da idade dos 12 aos 16 anos, facilitando assim, o seu ingresso na Marinha de Guerra, Marinha Mercante e de Pesca, ou em outras profissões.

Artº 2º - Para o desempenho da sua missão, dispõe a Fragata D. Fernando II e Glória das seguintes instalações e meios:

- a) Aulas e respectivo material ...
- b) Secretaria e Biblioteca ...

¹⁴⁶ *Obra Social da Fragata “D. Fernando” – Regulamento Interno (Provisório)*, Núcleo 423, cx. 211 “Comissão de Extinção das Instalações do Alm. Henrique Tenreiro”, BCM-AH.

- c) Cobertas para refeitório e dormitórios, cozinha, rouparia, gabinetes de trabalho, camarotes para oficiais, casas de banho, balneário, enfermaria, paióis de géneros e de material diverso, a cargo dos oficiais e demais pessoal dado ao navio.
- d) Embarcação a remos, à vela e a motor, para serviço de instrução e do navio ...
- e) Capela para o culto católico.

Artº 3º - O ensino será essencialmente prático, feito com o fim de preparar os alunos para os exames da 4ª classe da instrução primária e paralelamente para a vida do mar...

Artº 4º - O ensino será ministrado:

- a) Na fragata ... e nas suas embarcações miúdas;
 - b) Na Quinta do Portinho para praticarem em serviços agrícolas e em trabalhos oficinais...
 - c) Em visitas culturais a navios de guerra, mercantes e de pesca, a estaleiros navais, a centros pesqueiros, a aquários e a museus de biologia marinha.
- [...]

CAPÍTULO II

Pessoal

Secção I

Disposições Gerais

Artº 7º - O pessoal destinado à direção e serviço da Fragata D. Fernando II e Glória é a seguinte:

- a) Um Diretor da Obra Social, Oficial da Armada;
 - b) Um Diretor de Ensino...
 - c) Três professores...
 - d) Um capelão;
 - e) Um professor especializado em educação física ...
 - f) Um médico;
 - g) Pessoal da lotação do navio, julgado indispensável para o serviço interno.
- [...]

Secção II

Atribuições e deveres

Art.º 11º - Os professores, além de ministrarem o ensino teórico e prático das suas disciplinas e de intervirem na educação moral e cívica dos alunos, são responsáveis perante o Diretor da Obra Social pela forma como o fazem e como dirigem o serviço diário de bordo.

[...]

Art.º 13º - Os monitores ministram o ensino das instruções de natureza prática ...

CAPITULO III

Secção I

Admissão

Artº 18º - Os alunos a admitir terão a idade dos 12 aos 16 anos, devendo possuir robustez física de forma a suportarem a vida do mar e não possuírem qualquer doença ou moléstia consideradas contagiosas...

Artº 19º - São condições de preferência na admissão:

1º Ser órfão de pai e mãe;

2º Ser órfão de pai;

3º Ser órfão de mãe;

4º Ser filho de militar da Armada;

5º Ser filho de marítimo.

Artº 20º - Para o serviço de bordo e escolar, cada aluno será designado pelo número de matrícula, devendo todas as peças de vestuário e material que lhe pertença estarem marcados com o número respetivo.

Artº 21º - Cada grupo de dez alunos, constitui uma unidade de serviço e escolar, designada por “escola”, será o agrupamento de instrução, de formatura, de rancho, de dormida e de embarque.

Artº 22º - Os alunos de cada “escola” estarão subordinados ao seu “Chefe de escola”... o “chefe de escola” será o responsável pela disciplina e comportamento dos alunos que lhe estão subordinados... o “chefe de escola” está dispensado de fazer rancho e de exercer qualquer cargo...

Artº 23º ... compete ao “chefe de escola”:

1º Fazer executar as ordens...

2º Manter a disciplina...

3º Comandar em formatura...

- 4º Dar conhecimento superior de qualquer ato de indisciplina...
 - 5º Designar semanalmente um aluno para efetuar rancho...
 - 6º Superintender no estender e ferrar das macas...
 - 7º Dirigir a mesa do rancho...
 - 8º Tomar conhecimento de qualquer reclamação...
 - 9º Dirigir o serviço de banhos...
 - 10º Assistir às revistas de rancho.
- [...]

Secção IV

Deveres e atribuições do aluno rancheiro

- Artº 24º - Semanalmente, será, por cada “chefe de escola” designado um aluno para desempenhar as funções de rancheiro do seu agrupamento.
- Artº 25º - Ao aluno rancheiro, além do cumprimento das ordens ou instruções determinadas superiormente relativas ao serviço do rancho, compete-lhe:
- 1º Garantir a conservação do material...
 - 2º Ir receber ao paiol de géneros ... os géneros respeitantes à sua escola...
 - 3º Entregar ao cozinheiro os géneros...
 - 4º Pôr a mesa do rancho respetivo...
 - 5º Servir a comida das refeições dos alunos do seu rancho...
 - 6º Lavar a louça e talheres do rancho respetivo...
 - 7º Tratar da limpeza e arrumação da coberta...

Secção V

De encargos

- Artº 26º - Além dos serviços diários ... os alunos desempenham ... as funções de adjuntos dos encargos de:
- a) Cobertas;
 - b) Balneários e retretes;
 - c) Camarotes;
 - d) Primeira câmara;
 - e) Câmara dos oficiais;
 - f) Botica e enfermaria;

- g) Rouparia;
 - h) Gabinete de trabalho;
 - i) Aulas;
 - j) Secretaria;
 - k) Capela;
 - l) Paióis de géneros e de vinho;
 - m) Paiol do mestre;
 - n) Paiol da amarra;
 - o) Paiol das tintas;
 - p) Paióis diversos;
 - q) Tanques de água;
 - r) Embarcações miúdas;
 - s) Sinais;
 - t) Luzes;
 - u) Limpezas.
- [...]

Secção VI

Regime disciplinar

Artº 27º - As penas disciplinares que podem ser impostas ao aluno são:

- 1º Admoestação;
- 2º Repreensão;
- 3º Quartos de castigo;
- 4º Privação de passeios ou de visitas recreativas;
- 5º Privação de visita à família;
- 6º Expulsão.

Artº 28 – A admoestação é dada em particular...

Artº 29º – A repreensão é dada pelo Diretor do ensino ou Diretor da Obra Social, em particular com a presença do “chefe da escola”, ou em presença da “escola” ou de todos

os alunos do curso em formatura geral... esta pena disciplinar é averbada na ficha do aluno¹⁴⁷ e quando for dada publicamente, será afixada no quadro disciplinar.

Artº 30º - A pena de quartos de castigo, consiste em o aluno castigado fazer quartos de noite além do que lhe competir por escala de serviço.

Artº 31º - A privação de passeios ou visitas recreativas consiste em o aluno permanecer a bordo... quando os seus camaradas saírem a passeios ou visitas... esta pena é averbada na ficha do aluno.

Artº 32º - A privação de visita à família, consiste em o aluno castigado não poder visitar nem ser visitado por pessoas de família, durante o tempo que o Diretor da Obra Social julgar necessário... esta pena é averbada na ficha do aluno e afixada no quadro disciplinar.

Artº 33º - A expulsão consiste em o aluno perder o direito de ser protegido pela “Obra Social da Fragata D. Fernando”, tendo em vista a sua situação social... esta pena disciplinar será aplicada pelo Conselho de Administração.

Secção VII

Classes de Comportamento

Artº 34º - O comportamento dos alunos é regulado pelas seguintes classes:

Exemplar, correspondente a Muito Bom;

Primeira classe, correspondente a Bom;

Segunda classe, correspondente a Suficiente;

Terceira classe, correspondente a Mau.

[...]

Artº 35^a – O aluno que durante um semestre, tenha um somatório de penas disciplinares indicadas neste artigo, baixa para as classes seguintes:

1º Para a primeira classe, o aluno que sofra qualquer pena disciplinar;

¹⁴⁷ As averbações na ficha individual de cada aluno devem ter ir mudando ao longo do tempo, nem todas as exarações correspondiam a repreensões propriamente ditas. Estas averbações constiuíam um histórico sobre os atos perefíveis de pena disciplinar. O anexo B contem um extrato de uma ficha disciplinar de um aluno durante os anos setenta.

2º Para a segunda classe, o aluno que tenha um somatório de três repreensões, ou três quartos de castigo, ou dois de privação de saída para passeios ou visitas de estudo ou só de visita à família;

3º Para a terceira classe, o aluno que tenha um somatório de dez quartos de castigo, ou seis dias de privação de saídas para passeios, visitas recreativas ou de visita à família...

Artº 36º - Ascende de classe, salvo à exemplar, o aluno que durante um semestre não seja castigado com qualquer punição de privação de saídas para passeios, visitas de estudo, ou privação de visitas à família.

Artº 37º - Os alunos poderão usar fitas indicativas da classe de comportamento em se encontrarem.

Secção IX

Prémios e Louvores

Artº 38º - O Diretor da Obra Social da Fragata D. Fernando, por proposta do Diretor do ensino pode conceder louvores e prémios escolares aos alunos que mais se distinguirem, não só no estudo, como também no seu comportamento e porte.

Poderá também conceder aos melhores comportados e mais classificados, medalhas e insígnias, cuja conceção fará parte de regulamentação especial.

Artº 39º - O Diretor da Obra Social da Fragata D. Fernando poderá propor ao Conselho de Administração a criação de prémios pecuniários desportivos ou qualquer outra distinção que julgue conveniente estabelecer, assim como alguma bolsa de estudo àqueles que mais se distinguirem nos respetivos cursos.

São estas as principais linhas orientadoras do projeto da Obra Social e foi com elas que efetivamente arrancou. Acreditamos, no entanto, que terá havido algumas reconfigurações e ajustamentos ao longo dos tempos, sobretudo na idade de acesso dos rapazes e nas formas de acesso ao ensino bem como no que respeita às escolas que foram frequentando. Após consultada a revista da Junta Central das Casas dos Pescadores, referente ao ano de 1962¹⁴⁸ conseguimos observar que quinze anos após o

¹⁴⁸ Sem autor, “25 anos de assistência à gente do mar” in *Revista da Junta Central das Casas dos Pescadores, 1962 - Portugal*, Núcleo 423, Dossier 311 “Comissão de Extinção das Instalações do Alm. Henrique Tenreiro”, [BCM-AH], [obra não paginada].

início da Obra, embora as grandes linhas basilares da instituição se mantivessem, algumas mudanças eram já observáveis, eis um excerto do documento:

“Obra da Fragata D. Fernando nº de alunos 150 a 160.

Cursos ministrados internamente:

Instrução Primária

Preparatório (Marinha de Guerra, Marinha Mercante, Marinha de Pesca e Moços de Copa)

Cursos ministrado externamente:

Comercial

Industrial

A Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória é uma instituição de assistência que se fundou em 1947 (...) destinada a alimentar, educar e instruir, em regime de internato, os rapazes desprotegidos sem família e sem trabalho. Esses rapazes – menores dos 12 aos 18 anos e, em casos especiais dos 14 aos 21 anos estudam e trabalham, (...) preparam-se para os exames da 3ª e 4ª classe, frequentam aulas de marinharia, recebem instrução e ginástica, praticam o Telégrafo de Morse, Sinais e Bandeiras (...) alguns frequentam até escolas e oficinas estranhas à Instituição tirando cursos liceais nos respectivos estabelecimentos de ensino”¹⁴⁹.

Como podemos verificar pela análise deste documento, volvidos quinze anos após a inauguração da instituição, os princípios basilares encontravam-se lá. Exceptuando o alargamento das idades de entrada, a referência à possibilidade da preparação para o acesso à profissão de Moços de Copa e ainda a referência à possibilidade da frequência de instituições escolares e oficiais fora da mesma, tudo o resto referente aos objetivos iniciais se mantinha. As diferenças apresentavam-se neste início dos anos sessenta, como diferenças que valorizavam, em nosso entender, a própria Obra, pois abriam ainda mais o leque de hipóteses alternativas para futuras trajetórias profissionais. A reconfiguração da Obra neste campo apresentava-se como uma modificação positiva.

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*.



Fotografia nº 4 – Bragadeira de Oficial de Marinheiros.

Fonte: *ibidem*

2.5.2 A Obra Social a bordo, descrição da Fragata¹⁵⁰

A fragata dos inícios da obra social apresentava-se pintada de preto, com branco a dar realce às vigias e com o busto de D. Fernando talhado em madeira à proa. A ré apresentava vários embutidos trabalhados por antigos mestres de marcenaria naval. A nau com três mastros, um a vante, um a meia-nau e outro a ré tinha todo o cordame à vista e estava equipada com sinos e cata-ventos e fazia içar jaque e bandeira nacional diariamente. Em dias festivos embandeirava em arco.

No convés ou primeiro piso, além da escotilha da proa, existiam sobre as amuradas de bombordo e estibordo, uma espécie de cacifos revestidos de lona, onde, durante o dia se guardavam as macas de dormir. Estas macas não eram mais do que camas enroladas em forma de chouriço mantendo no seu interior um travesseiro com fronha, um colchão forrado e uma manta.

Tanto à proa como a ré existiam duas aberturas em forma de escotilha com acesso através de uns degraus em madeira à coberta principal, no segundo piso.

¹⁵⁰ As descrições que constam neste subcapítulo e uma parte das que constam do subcapítulo seguinte resultam de uma entrevista realizada ao ex-aluno Victor Sousa ou foram obtidas a partir de um conjunto de apontamentos pertencentes ao mesmo, intitulado: SOUSA, Victor Manuel de, *Apontamentos sobre a Fragata D. Fernando II e Glória – 16 anos de vida e de morte – Setembro de 1947 a Abril de 1963*[s.l.] [s.e] [s.d] (manuscrito não publicado).

No castelo de popa existia, a bombordo, por baixo de uns degraus de acesso a ré a casa do sinaleiro, onde eram guardados todos os apetrechos para a instrução do código de bandeiras e do morse luminoso.

Ao centro existia uma sala de aula, com carteiras, quadros e restantes móveis necessários, onde poderiam ser ensinadas duas turmas de vinte alunos cada, geralmente da primeira e segunda classe, na parte da manhã e da terceira e quarta classe no período da tarde.

Por estibordo existia uma pequena capela, com altar e uma imagem da Senhora Imaculada Conceição onde aos domingos e dias festivos o Sr. Padre Fatela celebrava missa aos alunos.

No segundo piso ou coberta principal, à proa podiam ver-se o escovém de bombordo e de estibordo. Também a estibordo encontrava-se a bancada do carpinteiro e a oficina do sapateiro, figuras ímpares na vida a bordo que ensinaram a muitos alunos a sua arte, tendo alguns, segundo relato de Manuel de Sousa¹⁵¹, adotado mesmo essa arte como forma de ganhar sustento, como é o caso de um aluno que fez carreira como sargento carpinteiro na Marinha de Guerra e outro que durante toda a vida foi aperfeiçoando a arte de fabricar barcos em miniatura de madeira ou ainda outros que se tornaram sapateiros.

Um pouco mais a ré no mesmo piso tanto a bombordo como a estibordo eram colocadas umas mesas de armar, que se armavam à hora das refeições, e desarmavam no final, ficando o restante tempo encostadas a ambas as anteparas.

No átrio principal existiam duas escadas, uma para embarque e desembarque dos oficiais, sargentos e praças e uma outra, do tipo *quebra-costas*, para os alunos. Havia ainda o *pau-da-adiça* onde se amarravam, a canoa, o bote ou o escaler que estivesse de serviço nesse dia e que servia para transporte de pessoas e bens ou ainda para instrução.

Ainda mais a ré, de um lado encontravam-se os camarotes para os oficiais e a sua messe, ao centro os aposentos do comandante e do outro lado os camarotes dos sargentos e a sua messe, seguida da secretaria. Ao fundo encontrava-se o gabinete do imediato. Rodeavam estas instalações devidamente colocadas em expositores, algumas espingardas antigas, bacamartes e dois pequenos canhões do tempo da monarquia. Havia ainda o salão do comandante, seu local habitual de trabalho.

¹⁵¹ Idem, *ibidem*, p.15.

No terceiro piso encontrava-se a coberta de repouso com passagem junto à caldeira que se encontrava encostada à cozinha. No bico da proa, de um lado encontravam-se os alojamentos e o refeitório das praças, do outro, as caldeiras do navio.

Na referida coberta de repouso e em toda a sua extensão era o local de dormitório, principalmente durante o Inverno, já que no Verão, em Belém e com calor, era permitido dormir no convés. De um lado da coberta estavam os sanitários, os lavatórios e os duches. Do outro lado estavam o paiol dos mantimentos onde estavam guardados entre outros o açúcar, o arroz, a massa, o azeite e o vinho. Os frescos, o pão e o peixe eram trazidos diariamente para bordo.

Por fim o quarto piso, conhecido pelo porão dos ratos, casa das ratas ou quilha, onde se armazenavam algumas velharias, cabos, roldanas, ferros, âncoras e amarras e que servia, para além de paiol, de local de castigo para alguns mais rebeldes, que após a passagem de algumas horas em tão sombrio local pensariam duas vezes antes de voltar a cometer algo contrário ao regulamento.

2.5.3 Tipologia da Vida a Bordo e Alguns Episódios Ilustrativos

Conforme é relatado nos *Apontamentos sobre a Fragata D. Fernando II e Glória – 16 anos de vida e de morte – Setembro de 1947 a Abril de 1963*¹⁵², o dia de entrada na fragata, era precedida de inspeções médicas, corte de cabelo, limpeza do corpo e distribuição de roupa interior (camisola e cuecas) e exterior (blusão e calças de cotim). Sobre o calçado, este ex-aluno, apenas refere que, aos pés era dado o “calejamento das águas do Tejo” o que pressupõe que no início da obra, ou nos primeiros dias de permanência, os alunos andariam descalços, facto que nos é confirmado através de algumas declarações de outros inquiridos, durante os questionários e as entrevistas. Pressupomos, no entanto, que logo que começaram a ser desenvolvidas atividades exteriores ao navio, como saídas da fanfarra, passeios e outros, devam ter sido distribuídos sapatos aos rapazes. Apesar disso, consta que a bordo se andaria sempre descalço, facto que é observável em várias fotografias.

¹⁵² SOUSA, Victor Manuel de, *op. cit.*, pp. 1-34 (Este conjunto de memórias refere-se à rotina instalada entre 1947 e 1951 e também a alguns episódios isolados que quebraram com essa mesma rotina. Algumas descrições foram presenciadas na primeira pessoa, pelo próprio Victor Sousa, outras chegaram até ele através de relatos orais de outros alunos).



Fotografia nº 5 – Alunos trabalhando com cabos, a bordo.

Fonte: recorte da revista *In Frein Studen* [s.l., s.n., s.d] in *Noticiário*¹⁵³

Neste primeiro dia eram ainda distribuídas as macas, que faziam as vezes da cama. Estas eram compostas por um travesseiro, um colchão, uma manta e uma coberta de lona.

Depois desta distribuição, os alunos eram agrupados por pelotões para a formatura, comandados por alunos mais velhos. Este enquadramento levado a cabo pelos alunos mais velhos era contínuo e não se confinava aos primeiros dias, sendo observável também à mesa, durante as refeições, e quando se desfilava em parada na via pública.

Uma vez por semana, ao sábado, o aluno que estava de rancheiro a cada mesa executava uma lavagem rigorosa de copos, talheres e restante palamenta para ser vistoriada pelo oficial, sargento ou cabo de serviço desse dia e só depois ser passado o serviço ao aluno seguinte. Aquele que recebia o serviço, assumia a função de rancheiro durante a semana seguinte.

Durante a noite os alunos efetuavam vigias ao navio que duravam quatro horas. Além do aluno de vigia havia também um marinheiro ou grumete de vigilância, controlando este, a guarnição e os alunos. Durante os dias e noites de nevoeiro o vigia

¹⁵³ A pasta *Noticiário* faz parte de um conjunto de documentos, que inclui recortes de jornais e revistas, fotografias, folhetos e outras fontes impressas avulsas etiquetadas, incluído no espólio documental, à guarda da Dr^a Inês Martins, familiar de um antigo militar que prestou serviço na Obra Social.

tocava um sino com uma cadência apropriada para avisar a navegação da posição da fragata.

O dia a bordo iniciava-se com o estabelecimento das caldeiras por parte do marinheiro fogueiro. Ao aluno que havia feito o último quarto da noite, entre as quatro e oito da manhã, cabia a função de tocar o apito da alvorada, entre as seis e meia e as sete. Segundo o relato que seguimos, alguns anos depois do nascimento da obra, a alvorada deixou de ser feita de apito e passou a ser efetuada com uma requinta, por um marinheiro ou cabo clarim ou por algum aluno mais velho que já soubesse tocar. Consta que em determinada época entre os finais dos anos quarenta e início dos anos cinquenta, o toque ficou a cargo de um aluno, o *Sessenta* também chamado o *Leiria* que fazia parte do terço de clarins e da fanfarra de tambores (após tomado este encargo como sua responsabilidade permanente, o aluno passou a ter ainda uma outra alcunha, justamente o *Requinta*).



Fotografia nº 6 – Aula de marinharia, aprendendo a arte de fazer nós.

Fonte: recorte da revista *ibidem*.

Após passagem pelos lavabos para lavar cara, mãos e dentes, prosseguia-se ao enrolar das macas. Pouco tempo depois tocava a formar para a primeira refeição que, quase sempre, consistia em café com leite e pão com manteiga ou marmelada. A seguir ao pequeno-almoço tocava novamente a formar para distribuição de serviços, tarefas e obrigações. Entendia-se por serviços ou tarefas o escalamento para as embarcações, para baldeações e para lavagem de loiça de alumínio após as refeições. As obrigações

tratavam-se de tarefas fixas que alguns alunos podiam ter permanentemente, como adjuntos das oficinas de bordo (sapateiro e carpinteiro), aulas de instrução primária, de ginástica, de marinharia, de vela, de remo e de natação, entre outras.

Também a roupa era lavada pelos próprios alunos. No caso do cotim, era lavado com as escovas de lavagem do convés. Toda a restante roupa como: panamá, alcache, corpete, camisola, lenços, toalhas, cuecas e meias era também lavado pelos alunos. As diferentes peças estavam marcadas com tinta preta com o número dos alunos para não dar azo a trocas após a secagem.

Entre o meio-dia e o meio-dia e meia hora surgia o toque para a refeição do almoço. Os alunos formavam então em frente da cadeira correspondente ao seu lugar na mesa. Depois à ordem do chefe do rancho todos se sentavam e começavam a comer. Após a refeição os alunos levantavam-se e dirigiam-se habitualmente para o convés para convívio.

Entre a uma e meia e as duas da tarde, voltava a haver nova formatura para prosseguimento das tarefas, serviços e obrigações. Estes eram interrompidos apenas para se tomar o lanche que era servido às quatro da tarde, quase sempre, composto por bolachas ou pão com marmelada.

A partir das cinco da tarde e até às sete, hora do jantar, o tempo era para os alunos fazerem o que quisessem. Normalmente, com bom tempo, havia desafio de futebol com bola de trapo feita de meias, no convés. Sempre que uma bola voava para o Tejo, o protagonista de tal desgraça estava condenado a arranjar outra, não podendo voltar a jogar enquanto tal não acontecesse. Também se faziam corridas à volta do convés, salto em comprimento e até voleibol. Com chuva, geralmente jogavam-se cartas, dominó, damas, berlinde, pião, caricas ou botões, em locais abrigados, no interior do navio.



Fotografia nº 7 – Aula de ginástica (1956).

Fonte: *Fragata D. Fernando II e Glória – Fotos e Documentos vários.*



Fotografia nº 8 – Aula de homógrafo (1956).

Fonte: *ibidem.*

Pelas sete da tarde era servido o jantar, que era quase invariavelmente composto por peixe frito com arroz. Finda esta refeição ainda se podia, até às oito da noite, passar mais um pouco de tempo em brincadeiras ou confraternização. Depois a esta hora, tocava a recolher e todos iam abrir as suas macas, nos seus devidos lugares. Por fim às vinte e uma e trinta *tocava ao silêncio* e era apagada a caldeira e as luzes, ficando apenas acesas as luzes de silêncio.

Além desta rotina os alunos participavam por vezes em paradas militares e festividades, sobretudo aquelas que eram ligadas ao mar. Nestes dias apresentavam-se bem uniformizados com a farda de saída, com estandarte e fanfarra. Ao domingo havia missa às onze da manhã e na Páscoa deslocavam-se geralmente dois sacerdotes a bordo, para em conjunto com o Padre Fatela, procederem às confissões e à comunhão da quase totalidade dos alunos. Por vezes os alunos iam a passeios à cidade de Lisboa (e também a outros locais do país), nessas viagens eram visitados monumentos e assistia-se a espetáculos de circo, concertos e desafios de futebol. Também se participava em competições desportivas e chegou a haver na Obra rapazes que foram integrados em equipas de futebol famosas como o Belenenses e o Sporting.



Fotografia nº 9 – A Fanfarra (1959).

Fonte: *ibidem*.

Durante todo o tempo de duração da Obra esta foi sendo palco de vários episódios, uns felizes, outros infelizes, que permaneceram, alguns em registos escritos, outros apenas na memória dos ex-alunos. Eis alguns desses episódios registados no manuscrito citado e confirmados pelo referido ex-aluno. Alguns dos relatos ocorreram

durante o período em que permaneceu a bordo, outros chegaram até ele já depois de ter saído e de se encontrar ao serviço da Marinha de Guerra.

Um desses primeiros episódios é trágico e aconteceu logo num dos primeiros invernos, após o começo da Obra, quando o aluno número treze, alcunhado de *Miudezas* caiu ao Tejo. Consta que um outro aluno terá visto o sucedido mas paralisado com o choque nada fez para o salvar e nada disse na altura. Só mais tarde quando deram pela falta do *treze* é que confessou ter presenciado a queda. O aluno que caiu nunca mais apareceu.

Outro caso de queda ao rio foi a do aluno número trinta e seis, alcunhado de *Pau-preto* que quando ia para a baleeira caiu ao rio e foi levado pela corrente. Felizmente à porta do portaló estava o *Fanã* a assistir ao embarque. Ato contínuo, *Fanã*, sendo bom nadador, lançou-se à água, nadou até junto do *Pau-preto* e acalmou-o. Entretanto a baleeira que havia largado dirigiu-se em direção aos náufragos que apanhou e salvou. Como reconhecimento pelo ato heroico do *Fanã* este foi agraciado com uma medalha e um diploma do Instituto de Socorros a Náufragos entregue por um seu emissário em formatura a bordo com traje de domingo perante todos os seus camaradas com direito a discurso que enalteceu o seu gesto e coragem.

Um acidente perigoso foi o que teve o *Tangára* como protagonista. Mais uma vez um pouco de sorte e algum engenho parecem ter sido os ingredientes para a salvação do aluno. Consta que o referido *Tangára* terá idealizado um plano para ir a terra sem que ninguém a bordo soubesse. Para tal só teria de desapertar os parafusos da vigia de proteção de uma das casas de banho de forma a sair por lá e à socapa introduzir-se no barco dos mantimentos que seguia para terra. Após passeio, tencionava regressar da mesma forma, clandestinamente e à boleia. Contudo, tão brilhante plano havia de ser posto em causa, quando na tentativa de desaperto dos parafusos da vigia o vidro da mesma se partiu golpeando-o no pulso e mão esquerda. Vendo jorrar o sangue do pulso o *Tangára* começou a gritar por socorro. Aos gritos acudiu o *Corcunda* que vendo a gravidade do ferimento logo lhe aplicou um garrote no braço, feito com um pedaço de cabo com que segurava as calças. Entretanto chegaram o *Escuro* e o *Mouraria* que juntamente com o aluno de serviço à Escola deram a conhecer o caso aos superiores que disponibilizaram o escaler grande que por sua vez transportou o acidentado até ao Pontão de Cacilhas onde uma viatura da Marinha o havia de recolher para transportar ao Hospital de Almada, onde foi devidamente tratado. Após o

tratamento e depois de regressar a bordo, e ainda que com o braço ao peito, o *Tangára* pagou pela sua ação. O oficial encarregado da disciplina aplicou-lhe a pena de passar vários momentos de recreio fechado no porão dos cabos, ou «casa das ratas», lugar lúgubre, mal iluminado e solitário onde terá tido tempo para refletir sobre o seu ato.

Outra façanha que acabou bem apesar do perigo foi a que ficou apelidada entre os alunos como “a fuga do rei”. O *Rei* era um dos alunos mais velhos de bordo e por isso bastante respeitado entre todos, sobretudo pelos mais novos. Assim, talvez utilizando o seu carisma e o seu poder, numa determinada noite o *Rei* empreende uma fuga, arrastando consigo dois companheiros mais novos. A ação carecia de um plano bem elaborado, pois como o próprio mentor havia de dizer mais tarde, ele queria era fugir, não importando a direção que se tomasse, podendo ser Lisboa, Cacilhas ou como viria a acontecer, o Barreiro. Efetivamente, após colocarem uma embarcação miúda na água, seguiram ao sabor da corrente em direção ao Barreiro por ser mais fácil remar, com a mesma a favor. O *Rei* serviu-se dos seus dois cúmplices, que mais tarde haviam de referir ter sido obrigados a segui-lo, obrigando-os a remar. No entanto mesmo com corrente a favor nunca conseguiram chegar a terra. Algumas horas depois encontravam-se à deriva, sem comida nem bebida no meio do Tejo. Devido à mudança de maré vieram encalhar num baixio de lama na cala do Montijo, onde permaneceram mais algumas horas, já sob a vigilância atenta de uma lancha da Polícia Marítima que desde madrugada os procurava. Tiveram que esperar que a maré subisse para a embarcação desencalhar e serem finalmente rebocados pela referida lancha já o dia ia a meio. A receção a bordo foi, por parte dos alunos mais novos, de palmas e vivas ao «corrêcio rei» e seus compinchas forçados, mas por parte dos alunos mais velhos de alguma hostilidade. Consta que o grupo dos mais velhos terá discretamente aplicado um corretivo adicional à sanção disciplinar emanado pelo oficial encarregado da disciplina. Apesar disso a história da fuga do rei foi contada durante décadas nos recreios e horas de lazer dos rapazes da fragata.



Fotografia nº 10 – Mergulho no Tejo.

Fonte: *ibidem*.

Digno de registo é também o mergulho do *Madeirense*. Esta autêntica proeza aconteceu num dos primeiros verões após constituição da Obra, encontrando-se o navio fundeado em Belém, como era hábito nessa altura do ano. Assim, acontece que nesse ano uma equipa de reportagens audiovisuais americana se encontrava em Lisboa e foi autorizada a filmar o dia-a-dia a bordo da *D. Fernando*. Tudo teriam sido apenas imagens de rotina escolar marinheira se a reportagem não tivesse sido coroada com um magnífico salto para a água, efetuado da bolacha do mastro grande (mastro do meio) pelo referido aluno. Tal proeza foi autorizada pelos encarregados a título excecional e foi registada em imagem e fotografia como um momento único de extrema coragem. A equipa de filmagens americana brindou os rapazes com chocolates, rebuçados e bolos (e até cigarros às escondidas para os mais velhos). O *Madeirense* recebeu prendas exclusivas e alguns dólares.

Também os dias de festa eram recordados e registados pelos alunos. Um desses registos refere-se à visita da rainha de Inglaterra, Dona Isabel II e seu marido o Duque de Edimburgo, encontrando-se a fragata mais uma vez fundeada em Belém. Os alunos recordam o aspeto limpo, arrumado e pintado que todo o navio tinha, o seu embandeiramento e a forma como todos estavam impecavelmente fardados e aprumados nesse dia. No convés, em formatura, quando a Rainha surgiu ouviram-se em sentido os hinos dos dois países tocados num gira-discos. Os toques de sentido, continência, descansar e à vontade foram efetuados pelos clarins dos alunos. Acompanharam a realeza inglesa, o Ministro da Marinha – Almirante Américo Tomás, o embaixador de Portugal em Inglaterra – Dr. Pedro Teotónio Pereira (um dos impulsionadores da Obra e

da própria visita), o Almirante Nuno de Brion, o Comandante Henrique Tenreiro, o Comandante da fragata – Capitão-tenente Álvaro Monteiro de Araújo entre outras ilustres personalidades. Tal dia de festa é recordado ainda pelo rancho melhorado servido nesse dia, onde não faltou boa comida, doce e até cálice de vinho do Porto.

Também a partida dos primeiro e segundo grupos de alunos para a Marinha de Guerra foi objeto de registo nos apontamentos de Victor Sousa. Segundo o mesmo, em 1949 terão saído de bordo da D. Fernando os primeiros alunos que ingressaram na Marinha de Guerra. Tratava-se de um reduzido grupo de três, o *Malhõa*, o *Algarvio* e o *Porto*. Consta que, discretamente, acompanhados por um primeiro-marinheiro tomaram a vedeta em direção ao Alfeite, abandonando a fragata. Os dois primeiros foram para a especialidade de Manobra, enquanto o *Porto* foi para Artilheiro. Este seria o único dos três a visitar a fragata já com a farda da Marinha e o distintivo da especialidade colocado no ombro, tendo sido o centro das atenções dos rapazes aquando da visita. Quanto ao segundo grupo, este saiu de bordo apenas em 1951, pois em 1950 não houve alistamento de voluntários na Marinha. Este grupo foi bem maior do que o primeiro e dele constaram vinte elementos, sendo que três reprovaram nos exames médicos ou nas provas físicas, restando dezassete que foram incorporados. Os seus números de bordo da fragata D. Fernando II e Glória, as suas alcunhas e as especialidades para que seguiram na Marinha de Guerra eram as seguintes:

- 12 – *Marrã* – Telegrafista;
- 13 – *Bicho Amarelo* – Detetor;
- 20 – *Farol* – Manobra;
- 22 – *Cháite* – Detetor;
- 23 – *Minhocas* – Fogueiro;
- 29 – *Chalado* – Manobra;
- 31 – *Marinheira* – Torpedeiro;
- 51 – *Contra-pila* – Manobra;
- 62 – *Charunça* – Fogueiro;
- 72 – *Bagaço* – Artilheiro;
- 74 – *Peniche II* – Torpedeiro;
- 78 – *Peniche I* – Artilheiro;
- 86 – *Cordinha* – Telegrafista;
- 87 – *Saloio* – Torpedeiro;

100 – *Doninha* – Torpedeiro;

110 – *Bote Alemão* – Torpedeiro;

117 – *Melga* – Torpedeiro.

No dia da partida, 12 de Janeiro de 1951, pelas oito horas da manhã, atracou à fragata uma vedeta da Marinha daquelas que fazia a ligação entre o Alfeite e Lisboa. Um a um lá foram embarcando conforme era feita a chamada pelo sargento de dia. Uns choravam, outros riam, quase todos acenando aos mais novos que, empoleirados na borda da balaustrada do convés ou espreitando pelas escotilhas gritavam palavras de despedida e batiam palmas. Assim se afastou a vedeta em direção ao Alfeite deixando para trás a «casa» destes alunos, alguns dos quais guardavam ainda comovidos as palavras do Oficial de Dia, primeiro-tenente Celestino que em discurso improvisado de despedida havia pronunciado algumas palavras, que alguns guardariam para sempre, e das quais se salientam: “Que Deus os acompanhe a todos, e que sejam tão nobres marinheiros em adultos quanto o foram em crianças”.

Relato digno de registo é também o do *Brás*, outro ex-aluno que tendo chegado a bordo da fragata, oriundo da Casa Pia no dia um de abril de 1963, se viu, juntamente com os seus colegas que com apenas três dias de permanência a bordo foi apanhado pelo incêndio que havia de destruir a fragata e mudar o destino dos alunos e da obra para sempre. O *Brás*, ou melhor, o ex-aluno Carlos Vardasca também registou na forma de escrita os acontecimentos desse dia e de outros. Num livro de sua autoria, intitulado *Fardados de Lama*¹⁵⁴, o ex-aluno e autor descreve na primeira pessoa os momentos aterradores que experienciou nesse dia. A determinada altura do seu relato, com o incêndio já completamente incontrolável, o autor descreve que “sem orientação e porque não queria atirar-se ao rio porque ainda não tinha frequentado as aulas de natação, *Braz* desceu as escadas para a bateria a muito custo, tentando dirigir-se para o portaló que, apesar do fumo intenso que cobria a totalidade daquela zona, deixava ver, do último degrau das escadas a claridade que irradiava do lado de fora daquela nau que definhava lentamente, talvez ferida de morte.

Envolto num espesso fumo que lhe sufocava a respiração, tentou chegar ao portaló mas as forças iam escasseando e caiu em cima de um dos canhões, abraçando-se de imediato a ele na ânsia de se amparar, tentar levantar-se, e fugir daquele inferno sufocante e abrasador.

¹⁵⁴ VARDASCA, Carlos, *Fardados de Lama*, Alhos Vedros, Euedito, 2013.

A muito custo e quase sem forças para se libertar daquele cenário dantesco, conseguiu rastejar até às escadas da bateria de regresso ao convés, apoiando-se no corrimão que lhe serviu de orientação para conseguir começar a respirar ar puro, recuperar forças e dirigir-se à baleeira de salvamento que ainda não tinha sido arreada.^{»155}

A descrição contínua, referindo que a única baleeira ainda existente a bordo se encontrava suspensa nos turcos e que foi para ela que as últimas crianças se dirigiram como hipótese de salvação, excedendo no entanto a lotação da mesma e apinhando-a de forma perigosa. Vardasca volta a descrever a situação referindo que “ainda não liberto do inferno que o atormentava, *Braz* entrou dentro de outro também dramático, fazendo ouvir os seus apelos de desespero, juntando os seus lamentos aos das restantes crianças que suplicavam por ajuda, envoltas em fumo negro e labaredas que não paravam de avançar na direção da baleeira.

— *Arreiem...arreiem...arreiem a baleeira, senão morremos aqui todos:* — Implorava, numa imensa aflição enquanto as labaredas se aproximavam ferozmente...^{»156}

Perante tal cenário, dois alunos mais velhos, vendo a aflição dos que se encontravam na baleeira onde o calor já chegava, decidem arriá-la. No entanto, devido à pressa ou talvez à desarticulação na manobra, um dos lados da baleeira arriou mais rápido entrando o grupo de alunos embarcados em desequilíbrio e precipitando-os em avalanche para as águas do Tejo. Segundo Vardasca, “*Braz* parecia ter-se despenhado de um precipício e mergulhado nas águas profundas de um lago povoado de monstros. Por várias vezes, no seu trajeto pelas profundezas das águas por onde se afundava e espreitava à superfície, num *sobe e desce* que se assemelhava a uma dança inglória pela sobrevivência, pareceu ter visto longos tentáculos que o tentavam agarrar, em vão, dos quais ansiosamente tentava libertar-se (...) as forças começavam a faltar-lhe e a claridade da superfície tornava-se mais distante, cada vez mais escura.

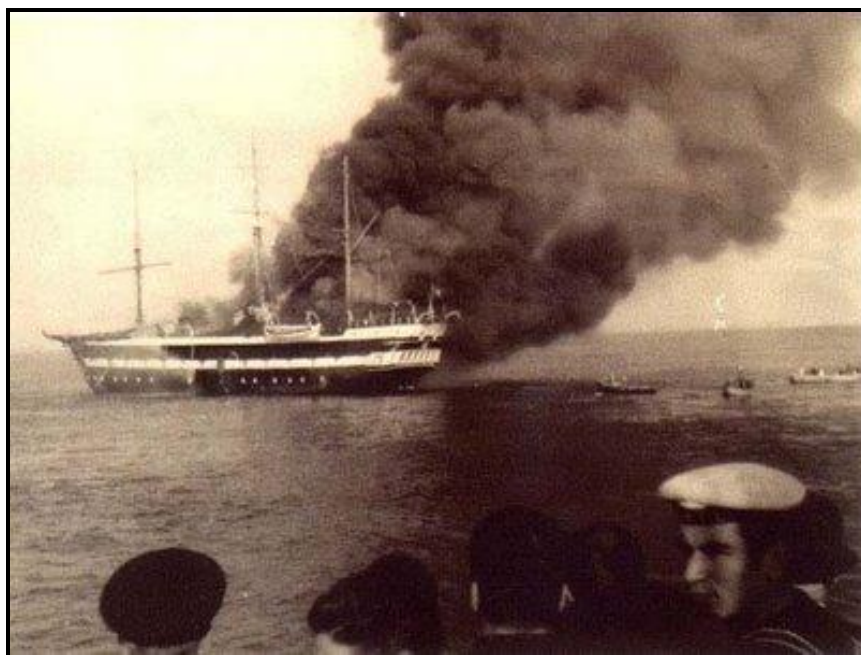
Ao sentir-se «abraçado pelos tentáculos de um polvo gigante», tudo parecia perdido. Aquelas páginas de histórias aos quadrinhos onde tudo parecia já pré-definido, o seu final não se previa vir a ser nada feliz (...) mas, ao contrário do que se poderia prever, a superfície voltou a sorrir-lhe e *Braz* extasiado de alegria viu que afinal

¹⁵⁵ Idem, *ibidem*, pp.144-145.

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*, pp.145-146.

os enormes tentáculos não eram mais do que os braços fortes do *Tarzan*¹⁵⁷, que num esforço enorme e num ato de extrema coragem, o foi arrancar das profundidades incertas e o trouxe até à superfície, colocando-o num bote que já abarrotava de sobreviventes”¹⁵⁸.

Assim se salvou o *Brás* e assim se salvaram outros alunos, uns com a ajuda dos mais velhos, outros da guarnição, outros ainda dos barcos de pescadores, da Marinha e dos cacilheiros que acorreram ao local.



Fotografia nº 11 – O incêndio a bordo (3 de Abril de 1963).

Fonte: *ibidem*

Também na memória de Augusto Gomes, de alcunha *O Torta* o dia do incêndio havia de ficar gravado na memória até à atualidade. Tal como o *Brás*, o *Torta* havia chegado no dia 1 de Abril. Conforme escreveu no *Cesto da Gávea*¹⁵⁹, volvidos quarenta e oito anos desse fatídico dia, os alunos encontravam-se a lanchar quando soou o alarme. Eis as palavras do *Torta*: “eram 16 horas e 45 minutos do dia 3 de Abril de 1963. Estávamos a lanchar (...) um quarto de pão de 17 tostões, com marmelada, quando de repente toca o clarim avisando do incêndio. Como só estava há dois dias na fragata, para mim foi tudo muito estranho. Obedecendo às ordens do Sargento de Dia e do Marinheiro Fogueiro, nós os mais novatos também começamos a acartar baldes de água

¹⁵⁷ Alcinha do ex-aluno José Manuel Lopes, também conhecido pelo *Caminha*.

¹⁵⁸ VARDASCA, Carlos, *op. cit.*, pp. 147-148.

¹⁵⁹ O *Cesto da Gávea* trata-se de um *blog*, dirigido pelo ex-aluno Carlos Vardasca.

salgada em celhas para apagar o incêndio, mas sem sucesso. O incêndio tinha-se iniciado no porão, e foi provocado pelos operários quando efetuavam trabalhos de reparação com soldaduras a oxigénio. Quando os meios de bordo já não eram suficientes para apagar o fogo, então salve-se quem puder!”¹⁶⁰

Tal como o *Brás* e outros alunos, também o *Torta* caiu à água e viveu minutos de aflição que também descreveu. “Os escaleres encheram-se de putos todos enfarruscados (...) juntamente com os dois operários que faziam o trabalho de soldadura (...) ninguém queria ficar do lado do convés para arrear o escaler, porque todos se queriam salvar (...) mesmo dentro do escaler foram-no arreando de uma forma desordenada, tendo arreado mais de um lado e, devido ao peso, o escaler ficou pendurado somente de um lado. Os putos caíram aos trambolhões para o rio Tejo, e eu e o Adolfo aguentamos a estocada e gritávamos agarrados aos assentos (...) eram barcos de pescadores, o *Gasolina* da fragata e a lancha do navio balizador da Marinha de Guerra, *NRP Almirante Schultz*, que estava ao largo, todos participando no salvamento dos alunos e no combate ao incêndio. Só depois é que apareceram os Bombeiros de Cacilhas com auto tanques num cacilheiro, mas nessa altura já toda a *Nau* agonizava em chamas da proa à popa. Entretanto nós (...) continuávamos ali à espera que nos salvassem, pendurados no escaler, sentindo o calor abrasador saído das vigias ali muito próximas (...) foi quando eu disse ao Adolfo: — *Antes quero morrer afogado do que queimado!* Atirei-me à água. Com o meu pouco saber nadar e sem ter pé, batia pernas e braços sempre a pedir socorro, até chegar uma lancha do navio de guerra distante uns 20 metros, que me salvou.”¹⁶¹ E assim se salvou o *Torta* que descreve que devido à ação dos meios que se deslocaram ao local e devido à intervenção corajosa de alguns alunos mais velhos poucos alunos sofreram queimaduras e tiveram que receber tratamento hospitalar. Augusto Gomes finaliza a sua descrição, louvando a vida e o facto de todos terem sobrevivido. “quando já estávamos todos reunidos nessa noite na Escola Profissional de Pesca de Pedrouços (...) olhámos uns para os outros e alguém no fundo da camarata suspirou: — *Estamos todos vivos!*”¹⁶²

¹⁶⁰ Texto da autoria de Augusto Gomes, publicado no blog, *Cesto da Gávea* em 3 de Abril de 2011.

¹⁶¹ Idem, *ibidem*.

¹⁶² Idem, *ibidem*.



Fotografia nº 12 – Alguns alunos, acabados de chegar do Hospital de S. José, na Escola Profissional de Pesca em Pedrouços, após o incêndio.

Fonte: *ibidem*

2.5.4 A Obra Social em Setúbal

Após o incêndio do dia 3 de Abril de 1963, que destruiu a fragata mas que não provocou vítimas mortais¹⁶³ a Obra Social ficou sem local onde colocar os alunos de modo permanente. Logo após o incêndio os alunos foram provisoriamente alojados na Escola Profissional de Pescas de Pedrouços e cerca de dois meses depois, alguns deles, justamente os que não estudavam nessa escola, foram habitar umas instalações propriedade da Capitania do Porto de Setúbal, sitas nesta cidade junto à mesma Capitania. Conseguimos apurar junto de alguns ex-alunos que, para além dos alunos da Escola Profissional de Pescas que haviam sido alunos da Obra Social que na altura do incêndio já eram internos da escola, houve outros, que continuando a pertencer à Obra nunca foram para Setúbal devido às funções e aprendizagens que assumiam ou estavam a desenvolver na área de Lisboa e margem sul do Tejo, sobretudo aqueles que aprendiam um ofício na Sociedade de Reparações de Navios (SRN)¹⁶⁴, os que estudavam em liceus ou escolas industriais e comerciais em Lisboa ou Almada e os que

¹⁶³ Apenas sete alunos, do grupo dos que se encontravam a bordo no dia do incidente tiveram que receber tratamento médico. Ver Anexo C.

¹⁶⁴ A Sociedade de Reparações de Navios (SRN ou Sorena) foi criada em 1942 para acudir às inúmeras reparações navais que os navios de pesca necessitavam. A SRN estava ligada à SNAB (Sociedade Nacional dos Armadores do Bacalhau) e à SNAPA (Sociedade Nacional da Pesca de Arrasto), por sua vez todas estas instituições eram supervisionadas pelo delegado do governo para os Grémios da Pesca, Henrique Tenreiro. As reparações eram de vária ordem e os aprendizes (onde estavam incluídos alunos da Obra Social) podiam aprender mecânica, serralharia, eletricidade, carpintaria, e outros ofícios.

trabalhavam no Movimento Nacional Feminino ou noutras instituições distantes de Setúbal.



Fotografia nº 13 – Alunos num passeio à Serra da Estrela (23 de Maio de 1965).

Fonte: *ibidem*

Os que seguiram para Setúbal foram alojados a título provisório, numas instalações que permitiram continuar com a Obra enquanto se tentava encontrar um local mais adequado preferencialmente perto da capital. Aqueles que ficaram a estudar, como internos, na Escola Profissional de Pescas nunca mais voltaram a pertencer verdadeiramente à Obra Social pois da Escola saíram para o mar. Numa entrevista com Augusto Gomes, ex-aluno da Obra Social e também da Escola Profissional de Pescas ficámos a saber que já antes do incêndio os alunos que transitavam da fragata para a Escola de Pedrouços ficavam por assim dizer desligados da mesma, no sentido em que não voltavam à fragata. Quem ia para a Escola Profissional de Pescas tornava-se aluno interno da instituição e saía de lá já com navio atribuído para ingressar na Marinha Mercante ou na Marinha de Pesca. Quando este ex-aluno se tornou aluno da referida escola (em 1966) os cursos tinham a duração de dez meses. Havia dois cursos distintos, o de *pescador* e o de *ajudante de máquinas* (ou ajudante de motorista). O curso de *pescador*¹⁶⁵, não era por esta altura habitualmente frequentado por alunos provenientes da Obra Social, preferindo estes o curso de *ajudante de máquinas*.

No que respeita ao curso de *pescador* os alunos que acabavam este curso, que era apenas teórico, embarcavam como *verdes* nos navios de pesca, mais tarde com o

¹⁶⁵ Presumimos que o curso de *pescador* seria menos desejado pelos alunos da fragata, que aconselhados por colegas ou mesmo pelos seus assistentes (professores, militares etc.) optassem pelo curso de *ajudante de máquinas*. No entanto, nos primeiros anos da Obra é possível que tivesse havido alunos que tenham frequentado este curso pois encontramos ex-alunos que referiram ter sido *salgadores* a bordo de navios bacalhoeiros.

conhecimento prático passavam a *maduros*, depois poderiam chegar ou não a *escaladores*, *salgadores*, *redeiros*, *mestres de salga*, *mestres de redes*, *contramestres* e *mestres*.

Por sua vez o curso de *ajudante de máquinas* proporcionava aos alunos conhecimentos gerais na área da eletricidade e das máquinas e motores. Estes embarcavam também em navios de pesca ou mercantes e podiam depois ir subindo dentro da sua categoria profissional¹⁶⁶, começando justamente em *ajudante de máquinas*, passando por *terceiro maquinista*, *segundo maquinista* e podendo chegar a *primeiro maquinista*.

De volta à questão do alojamento dos alunos, a seguir à passagem para as instalações de Setúbal a questão não ficou encerrada pois tinha de se encontrar uma solução para a acomodação definitiva de todos. Tal nunca chegou a acontecer, embora tivessem sido efetuados esforços por parte de algumas entidades para que esse problema tivesse solução. Numa consulta a alguns documentos referentes à Obra Social¹⁶⁷ que empreendemos na BCM-AH encontrámos alguns documentos, entre os quais correspondência vária que durante cerca de oito anos foi trocada para tentar resolver o problema da aquisição ou construção de um local para acomodação permanente dos alunos. Resolvemos numerar (de um a oito), para efeitos de apresentação, as cartas a que fomos acedendo e que foram sendo trocadas entre o então Contra-almirante Henrique Tenreiro, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Brigada Naval e o Ministério da Marinha.

No que diz respeito às várias tentativas empreendidas para tentar solucionar o problema estas foram como veremos, diversas e muito diferentes. Logo a seguir ao incêndio, começou por tentar-se encontrar um lugar para a construção de um alojamento algures no concelho de Almada, entre o Porto Brandão e a Trafaria, num terreno de servidão militar. Mais tarde pensou-se acomodar os rapazes a bordo da velha *Sagres* que dera lugar em 1962 ao novo navio com o mesmo nome (atual navio-escola *Sagres*) e que se encontrava em fase de desativação. Esta opção não vingou devido à preocupação revelada e tornada pública por parte de algumas entidades sanitárias, nomeadamente o

¹⁶⁶ Esta progressão na carreira profissional, segundo Augusto Gomes (que chegou a *primeiro maquinista* do arrastão *David Melgueiro*) era feita através da permanência por determinado número de anos nas diferentes categorias, e através da preparação teórica para exames orais que eram realizados nas Capitanias dos Portos.

¹⁶⁷ Núcleo 423, Caixa 158 “Comissão de Extinção das Instalações do Alm. Henrique Tenreiro”, [BCM-AH].

Ministro da Saúde e Assistência, baseado em informações recebidas através dos serviços técnicos da Direção Geral de Assistência. No parecer desta entidade ficava claro que a opção de voltar a realojar os rapazes a bordo de um navio, segregando-os e modificando-lhes as rotinas a que já estariam habituados em terra não era salutar. Além disso, os militares incumbidos da formação não teriam as valências necessárias para cuidar de crianças e jovens.

Para melhor se perceber todo o conjunto de esforços, de onde constaram avanços e retrocessos para a solução do problema, apresentamos o conjunto de cartas cronologicamente ordenadas e resumidas.

Carta 1 – 1 de julho de 1965 – Esta missiva foi remetida pelo administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, para a Obra Social. Nela consta a intenção por parte da instituição de doar 1500 contos para ajuda na construção das novas instalações da Obra. A verba seria disponibilizada após a apresentação dos orçamentos e planos da obra.

Carta 2 – 23 de julho de 1966 – Esta carta foi enviada pelo Contra-almirante Henrique Tenreiro à Fundação Calouste Gulbenkian contendo um anteprojeto para a construção das futuras instalações da Obra Social, a construir na Quinta do Portinho, no concelho de Almada. Este documento resultava da elaboração de uma memória descritiva datada de 9 de maio de 1966, que justificava a necessidade da construção das novas instalações. Algumas das justificações apresentadas eram: a necessidade de um estabelecimento com instalações condignas; a incapacidade de resposta e atendimento a todos os que à Obra recorriam; e a não correspondência à função, que das instalações em Setúbal se pretendia tirar, isto é, as instalações em Setúbal eram apenas de caráter provisório.

O arquiteto que assina o anteprojeto disponibiliza já várias plantas e um programa descritivo das instalações futuras. No conjunto de documentos (memória descritiva e justificativa, anteprojeto e programa descritivo) podem resumir-se as seguintes considerações e justificações para a escolha do local e forma da obra:

- 1) As futuras instalações ficariam localizadas junto ao mar.
- 2) Através de um dos organismos orientados pelo Sr. Almirante Tenreiro, foi cedida uma parte do casal agrícola da Quinta do Portinho, na margem sul do Tejo, perto de um cais de construção recente à data de 1966 e com acesso rápido à ligação Almada – Caparica, com praia privativa, terreno de cultivo e instalações agrícolas anexas.

- 3) Vista panorâmica para os terrenos da própria quinta, praia do Portinho ou do Arame, para o Tejo e para a margem norte.

A obra seria composta de três camaratas para duzentos rapazes, alojamentos para praças, alojamentos para sargentos e alojamentos para oficiais e dirigentes civis, quarto para o 1º comandante, quarto para o 2º comandante, sanitários para rapazes, sanitários para praças, sanitários para sargentos, refeitório para duzentos alunos, casa de comer e estar para praças, casa de comer e estar para sargentos, câmara para oficiais e dirigentes civis, enfermaria, botica, alfaiataria, barbearia, carpintaria, sapateiro, lavandaria, cozinha, três secretarias, salote, gabinetes para 1º e 2º comandantes, biblioteca e sala de jogos, além de instalações e paióis para fardamento, instrumentos da fanfarra, géneros, tintas e máquinas.

Carta 3 – 22 de julho de 1969 – Esta carta foi exarada pelo Ministério da Saúde e Assistência (Gabinete do Ministro). No documento enviado à Brigada Naval (Almirante Henrique Tenreiro), pode ler-se que o referido Ministério não concorda com o facto de a obra poder voltar a funcionar a bordo de um navio. Isto significa que segundo estas entidades de Saúde e Assistência o projeto, porventura também em estudo, sobre a colocação dos alunos a bordo da velha *Sagres* não é bem aceite.

Carta 4 – (Sem data) – Esta carta é remetida pela Brigada Naval em resposta à anterior. Nela consta que a função primeira da Obra Social é justamente receber e preparar homens para a vida no mar e essa instrução deverá ser ministrada por pessoal da Marinha. Afirma-se ainda no documento, que existe um plano para aumentar o limite mínimo de idade para a entrada a bordo.

Carta 5 – 11 de janeiro de 1971 – Através desta correspondência consegue perceber-se que a verba de 1500 contos anteriormente disponibilizada pela Fundação Calouste Gulbenkian se encontrava a esta data cancelada. Possivelmente a suspensão da atribuição da verba pode ter tido a ver com o impasse na decisão do local de implantação da Obra. Henrique Tenreiro contacta nesta data e por escrito a Fundação, pedindo novamente a quantia referida e adiantando que as obras de restauro da *Sagres* deverão rondar os 2000 contos.

Carta 6 – 20 de setembro de 1972 – Este documento trata-se de nova informação dada pelo Almirante Henrique Tenreiro sobre a cedência da *Sagres*, para servir de futuras instalações da Obra¹⁶⁸.

¹⁶⁸ Não conseguimos apurar para que entidade era dirigida a carta, ou se foi efetivamente expedida.

Carta 7 – 17 de novembro de 1972 – O Almirante Henrique Tenreiro pede a prorrogação do prazo para a utilização dos 1500 contos para reconversão da antiga *Sagres* que entretanto havia mudado de nome para navio *Santo André*.

Carta 8 – 15 de maio de 1973 – A Fundação Calouste Gulbenkian informa que foi libertado o embargo dos 1500 contos e informa que foi remetido um cheque de 750 contos.

E com esta carta, cronologicamente a última encontrada na caixa a que tivemos acesso na BCM-AH, termina o acesso documental por nós conseguido, sobre a tentativa de arranjar um local permanente, em instalações em terra ou a bordo de um navio, adequado aos jovens rapazes. Cerca de um ano depois da redação desta carta deu-se a Revolução de 25 de abril. Com a mudança sociopolítica levada a cabo, a tentativa de resolução do problema terá sido posta de lado.

2.6 O Fim da Obra

O fim da obra apresentou-se para nós um desafio muito maior do que a sua constituição e do que alguns dos seus episódios mais marcantes já aqui retratados. Ainda que mais recente no tempo, as condições de encerramento da instituição permanecem para nós envoltas numa espécie de névoa que não nos deixou ver tudo nitidamente. A falta de fontes escritas constituiu o principal motivo para esta falta de clareza. Ainda assim conseguimos através de depoimentos orais e de um documento¹⁶⁹ (único por nós conseguido) de intenções de fecho, circunscrever no tempo a altura em que a obra social terá sido encerrada.

Assim, tudo indica que a obra tenha terminado no final do ano letivo de 1974/75, havendo no entanto a possibilidade de alguns alunos terem continuado a permanecer nas instalações da instituição durante o Verão de 1975 ou parte dele. Certo é que o ano letivo referido chegou ao fim com a professora Maria Lucília Gonçalves¹⁷⁰ a lecionar,

¹⁶⁹ Este documento trata-se de uma declaração, exarada pelo diretor da instituição à data de 23 de abril de 1975, onde se exaltam as qualidades pedagógicas da professora primária em funções na obra e onde se prevê a extinção da obra social no final desse mesmo ano letivo. (Consultar anexo D)

¹⁷⁰ Esta professora lecionou na instituição entre 1971 e 1975.

certo também é que a professora foi informada que a instituição iria encerrar no final do ano letivo e foi transferida de lugar¹⁷¹.

Um outro depoimento, na primeira pessoa, que confirma que o período de encerramento da obra deverá ter sido durante as férias escolares de Verão é o que nos foi apresentado pelo ex-aluno Sidónio Guerreiro que saiu da obra no mês de julho de 1975, para casar, com a instituição ainda a funcionar e que, recorda, pouco tempo depois (talvez um mês ou dois depois) esta já tinha encerrado portas.



Fotografia nº 14 – Grupo de alunos (Instalações em Setúbal).

Fonte: *ibidem*

Por fim, um último depoimento que aponta para o mesmo período temporal. Segundo o já referido ex-aluno, Augusto Gomes, em janeiro ou fevereiro de 1976, encontrando-se embarcado no navio David Melgueiro¹⁷² e tendo este aportado a Setúbal para carregar sal, decidiu ir visitar a Obra, da qual tinha sido aluno entre 1963 e 1966. Estas visitas tinham sido, aliás, habituais por parte deste ex-aluno durante o ano de 1975 pois referiu que tinha trabalhado durante cerca de três semanas numa draga no rio Sado e que a Obra se encontrava nessa altura a funcionar. No entanto, no início de 1976, ao chegar ao local deparou-se com as portas fechadas. Dirigiu-se à Capitania do Porto de Setúbal, que funcionava num edifício contíguo às antigas instalações cedidas à obra¹⁷³

¹⁷¹ Estas informações foram-nos reveladas pela própria professora primária através de uma conversa telefónica.

¹⁷² Arrastão português construído nos Países-Baixos (nos estaleiros da empresa T. van Duijvedijk Scheepwerf, de Lekkerkerk), pertencente à frota da SNAB-Sociedade Nacional dos Armadores de Bacalhau. Em 1950, quando se procedeu ao seu lançamento à água, foi considerado o maior arrastão do mundo, in <http://alernavios.blogspot.pt/2012/05/david-melgueiro.html>

¹⁷³ Após visita às instalações da atual Capitania do Porto de Setúbal, na companhia do ex-aluno Sidónio Guerreiro, tivemos oportunidade de ver e testemunhar com base no relato do mesmo, os locais físicos que outrora pertenceram à obra. Antigas salas de aula, cozinha, camaratas e pátio, encontram-se ligeiramente alteradas e com funções diferentes (à exceção da cozinha). Atualmente todo o edifício pertence à Capitania do Porto de Setúbal.

onde encontrou a trabalhar um antigo Cabo Clarim que passara anos na instituição e que o informou que todos os alunos se tinham ido embora e que a Obra tinha acabado.

Com base nestes depoimentos e na consulta documental possível e ainda que desejando ter tido acesso a fontes escritas mais sólidas, sobretudo de índole jurídica, que aliás procuramos incessantemente durante bastante tempo, ainda assim, estamos cientes que a instituição, Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória, terá sido extinta entre os meses de julho e dezembro de 1975. A falta de documentação abundante sobre esta extinção, poderá dever-se, cremos, à própria circunstância social pós-revolucionária. Este período conhecido como o período do PREC (Processo Revolucionário em Curso) que englobou inúmeras ações por parte dos recém-reconhecidos partidos políticos, quadros militares e grupos de esquerda que, por entre efervescente agitação popular e alguma desordem procederam a muitas ações de índole revolucionária, foi fértil em extinções de instituições, sobretudo daquelas que diretamente tivessem tido alguma espécie de conotação com o regime deposto.



Fotografia nº 15 – Instalações da Obra Social entre 1963 e 1975, anexas à Capitania do Porto de Setúbal. No rés-do-chão funcionavam as aulas, no primeiro andar situavam-se as camaratas.

Fonte: Arquivo pessoal do ex-aluno Sidónio Guerreiro.

Sem dúvida a Obra Social tinha ligações ao regime político de 1933-1974. A ligação à Brigada Naval, por via do seu Comandante, o Almirante Henrique Tenreiro, evidenciava demasiado esse facto e ainda que tratando-se de uma obra de cariz social, de assistência e de educação, a ligação parece-nos ter sido bastante forte e impossível de dissimular, muito mais ainda durante o referido período. Além disso como conseguimos apurar na consulta documental levada a cabo na BCM-AH e através do livro Registo

*Geral dos Alunos*¹⁷⁴, desde 1973 que se previa o “encerramento da obra a curto prazo”¹⁷⁵, pelo que mesmo antes da deposição do regime a obra apresentava já uma direção que restringia cada vez mais o número de admissões e tentava desesperadamente libertar os alunos ainda residentes para junto das famílias. A revolução de 25 de abril de 1974 parece apenas ter vindo acelerar o processo.

¹⁷⁴ *Registo Geral dos Alunos*.

¹⁷⁵ É esta a frase que consta nas fichas individuais e no livro *Registo Geral dos Alunos*, referente á saída de alguns alunos da instituição, para junto das famílias.

CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO

3.1 Classes Sociais, mobilidade e aspirações

Embora saibamos que a maioria dos alunos não deve ter tido muita consciência da possibilidade de mobilidade social que o facto de ter acesso ao ensino significava e não esquecendo que durante os anos quarenta, cinquenta e mesmo sessenta do século XX a conclusão da instrução primária não chegava a todas as crianças portuguesas, pensamos que após a passagem do tempo, alguns deles refletindo sobre o assunto, concluíram ter sido importante aprender a ler, escrever e contar e também ter tido acesso aos outros cursos e aprendizagens que muitos deles concluíram, na Escola Profissional de Pesca, na Escola de Caxias; em Escolas Comerciais e Industriais e na Marinha de Guerra. A ascensão social, quando a houve, poderá muito bem ter-se dado devido às aprendizagens basilares obtidas na instituição.

Esta ideia de ascensão social implica necessariamente uma visita pelas teorias que lhe estão subjacentes, nomeadamente aquelas que diretamente tocam na vasta questão das classes sociais. Sabemos que a escolha de uma terminologia adequada não se reveste de neutralidade e associa-se irrevogavelmente a determinadas correntes teóricas.

Tomando como exemplo a ideia de classe alta, verificamos que dependendo dos autores este conceito pode surgir-nos com a mais variada terminologia. Classe alta pode assim ser sinónimo de elite, classe governante, classe dominante, classe superior, burguesia, classe dos capitalistas, bloco no poder, classe dos empregadores, classe dirigente, elite no poder ou classe elevada, entre outros.¹⁷⁶

Se quisermos aprofundar um pouco os conceitos de classe média ou de classe baixa, voltamos a encontrar um vasto número de interpretações e definições, consoante os seus autores, as suas correntes e talvez as suas próprias origens. Deparamo-nos assim com uma pluralidade de conceitos que tendem por vezes a dizer o mesmo embora à luz de teorias diferentes.

¹⁷⁶ VIEIRA, Maria Manuel, “Elites? Classes superiores? Classes dominantes? Reflexões em torno de conceitos”, in, *Estruturas sociais e desenvolvimento (Actas do II Congresso Português de Sociologia) Vol. II*, Lisboa, Fragmentos e APS, 1993, pp. 568 e 569.

Apesar desta diversidade de teorias, existe um ponto onde parece haver algum consenso, é o de todas as sociedades humanas serem hierarquizadas. Na realidade, estudos antropológicos sobre sociedades ditas primitivas demonstram que estas experimentam uma divisão de tarefas nem que seja apenas em função da idade ou do sexo. A própria História relata que as sociedades do passado se encontravam divididas em clãs, ordens, classes, etc. A diferenciação social parece ser um fenómeno universal, as abordagens ao fenómeno é que tendem a divergir.

A tendência parece indicar que as análises em termos de estratificação social tendem a ser descritivas, ou seja colocam-se os indivíduos nos diferentes patamares hierárquicos segundo uma escala social em função de determinados critérios como a profissão, as habilitações literárias, o prestígio, etc.

Quanto às análises viradas para as classes sociais propriamente ditas parecem referir-se às relações de dominação e às grandes forças antagónicas que estruturam a sociedade. Abreviadamente podemos dizer que, os estudos sobre a estratificação social tendem para o indivíduo e os estudos das classes sociais tendem para a sociedade, para um contexto mais global.

Existem duas grandes concepções de classes sociais às quais temos que fazer referência. Por um lado a concepção marxista, por outro lado a concepção weberiana.

Para Karl Marx as classes definem-se a partir da estrutura económica das sociedades, esta é entendida como o conjunto das relações que os indivíduos estabelecem na produção social da sua existência. No caso das sociedades capitalistas, o tipo de sociedade estudado pelo autor, o fator mais importante na constituição das classes é a propriedade privada dos meios de produção. Para o autor, é claro que existem duas classes fundamentais e até certo ponto antagónicas, uma classe proprietária dos meios de produção – a burguesia, e uma classe proletária que constituía a classe assalariada. Segundo esta teoria as classes sociais são definidas sobretudo a partir do lugar ocupado pelos indivíduos no processo de produção. Nas teses do materialismo histórico da teoria marxista, podemos verificar uma concepção do indivíduo como ser social, dependendo da sociedade que o envolve, sociedade essa que se trata de um produto histórico.

No que respeita à perspectiva weberiana¹⁷⁷ sobre as classes, segundo Maria Manuel Vieira ¹⁷⁸ “ela incorpora elementos próximos de uma visão materialista das classes - ao atribuir à esfera do económico e às relações com o mercado a exclusividade dos critérios que definem uma ‘classe’ e elementos de uma visão idealista das classes – ao desenvolver o conceito de ‘status’ associado a valores como a ‘honra’ e a ‘estima social’. Este conceito de ‘status’ não parece ser adquirido diretamente das relações económicas mas sim do prestígio que o indivíduo pode adquirir na sua profissão ou nas suas próprias origens familiares. Desta forma parece que o autor, embora considere as classes em referência à ordem económica, dá mais importância às relações de competição do que propriamente às relações de exploração”.

A chamada teoria das elites trata-se de uma outra teoria importante neste contexto. Os defensores desta abordagem foram Mosca e Pareto.¹⁷⁹ Segundo os autores a “sociedade divide-se em duas classes, determinadas pela sua relação com o poder político: classe dos governantes (classe dirigente ou classe política) e classe dos governados, no primeiro caso; classe eleita e classe não eleita no segundo.”¹⁸⁰

Mosca defende sobretudo, que a existência de governantes por um lado e governados por outro é algo inevitável em qualquer sociedade. Isto não significa contudo, que essa sociedade se pautar pela justiça.

Já segundo a análise de Pareto, as elites são compostas por indivíduos que se destacaram dos demais, mercê das suas capacidades e do seu esforço. Esta elite constitui a classe eleita. Contudo o autor defende ainda uma divisão desta classe em duas. A classe eleita no poder e a classe eleita na posição de espera. Estas duas classes eleitas vão-se substituindo, no entanto estão fechadas ao exterior e raramente alguém do mundo dos não eleitos chega a uma posição tão elevada. Esta sociedade assente na meritocracia, tende a que condenar os hereditários.

Esta questão do mérito parece ser importante, na medida em que se trata de um fenómeno inerente à escalada social no mundo atual. Embora não seja o único fator importante numa qualquer seleção, o mérito dos indivíduos é cada vez mais tido em

¹⁷⁷ Max Weber preocupou-se com a estratificação da sociedade, discordando de Karl Marx, sobretudo no que se refere às origens e ao desenvolvimento do capitalismo. O autor defendeu que o aparecimento de uma perspectiva religiosa específica, o protestantismo, distinguiu certas sociedades e as levou a desenvolver o capitalismo.

¹⁷⁸ VIEIRA, Maria Manuel, *op. cit.*, p. 573.

¹⁷⁹ Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e ainda Robert Michels foram considerados os fundadores desta teoria sociológica. Viveram entre meados do séc. XIX e meados do séc. XX.

¹⁸⁰ VIEIRA, Maria Manuel, *op. cit.*, pp. 573 e 574.

conta. O chamado *self-made man* prolifera sobretudo na sociedade ocidental contemporânea e parece pouco a pouco destronar as tradicionais elites baseadas na linhagem e na herança. No entanto, uma questão se coloca; e o acesso a essa possibilidade de «se fazer a si próprio»? Ninguém por mais autodidata que seja «se poderá fabricar» sem se integrar nos mecanismos, nomeadamente os do ensino e da sociedade. Essa integração, ou melhor, essa possibilidade de integração ou de acesso é igual para todos, ou será que reflete já algum poder herdado? Também esta questão levanta controvérsia e correntes de opinião variadas.

Ao relacionarmos as desigualdades sociais e o ensino, há uma tendência para enveredar numa espiral de relações de dependência. Podemos, à partida, associar as próprias desigualdades sociais geradoras de desigualdades de acesso à escola, ou então as desigualdades durante essa frequência, estas podem ser de ordem económica e prender-se com aquisição de material como livros, transporte e outras ou podem ser de ordem cultural e prenderem-se, por exemplo, com o lar para onde o indivíduo (regra geral, a criança) regressa ao fim do dia.

Existem algumas obras de referência neste contexto. No clássico, *Les Héritiers* de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, os autores afirmam que a instituída ideia de “dom”, é afinal herança de uma cultura de classe. Para os autores, a influência do privilégio cultural no sucesso académico é claramente visível. Quer isto dizer que, alguns indivíduos não nasceriam biologicamente mais capacitados que outros, o dom da sabedoria não existe, existe sim todo um processo de socialização rodeado de diferentes capitais culturais, consoante o grupo ou família onde a criança se encontra inserida. Segundo Bourdieu e Passeron, enquanto para uns a escola (cultura escolar) se trata de uma aculturação, para outros é o ambiente a que estão habituados.¹⁸¹ Ora isto não é mais do que uma desigualdade de oportunidades.

Enquanto Bourdieu e os que partilham as suas ideias denunciam esta desigualdade de oportunidades, outros, como Baudelot e Establet¹⁸² na obra *L'École Capitaliste en France*, afirmam que a escola prepara de forma diferente aqueles que a frequentam. Segundo os autores, enquanto uns são preparados para funções de comando, no contexto escolar, outros são preparados para ocuparem funções subalternas, sendo comandados.

¹⁸¹ BOURDIEU, P; PASSERON, J. C., *Les Héritiers*, Paris, Minuit, 1964, in MÓNICA, Maria Filomena – *Escola e Classes Sociais (Antologia)*, Lisboa, Ed. Presença / G.I.S., pp. 87-93.

¹⁸² BAUDELLOT, C.; ESTABLET, R., *L'École Capitaliste en France*, Paris, Maspero, 1971, in MÓNICA, Maria Filomena, *op. cit.*, pp. 67-70.

Muito importante em toda esta problemática da mobilidade social e do ensino, foi também a prestação de Raymond Boudon.¹⁸³ Este autor situa-se no polo da sociologia que defende que é a ação individual e a motivação que formam a sociedade. Para ele a questão do ensino e das classes sociais gira em torno dos custos e benefícios que as famílias esperam da escola, em função da sua posição social.

Na sua obra *L'inégalité des Chances*, o autor para além de fazer referência à ligação entre desigualdade perante o ensino e acessibilidade aos níveis socioprofissionais mais elevados, refere também que a escola parece não corrigir as desigualdades herdadas.

Curiosa é a análise intergeracional proposta pelo autor. Segundo ele, embora de uma geração para outra (pais para filhos), exista a real possibilidade do segundo adquirir um nível superior, na realidade, os filhos de quadros superiores detêm sempre vantagem em relação aos outros e existe certamente um fosso permanente entre os filhos de uns e de outros, tal qual como existiu na geração anterior.

O autor entende ainda que o nível de expectativa de uns e de outros, dependendo do lugar de classe onde se encontram, diverge, divergindo também as suas próprias ações, “quanto mais uma família se encontra inserida nos escalões inferiores da estratificação social, mais fraco resulta o rendimento esperado do investimento escolar, o que conduz a realizar escolhas de trajetórias escolares mais curtas.”¹⁸⁴ Isto parece comprovar que o investimento escolar é inferior se nem sequer constituir uma aspiração.

No entanto, pode não tratar-se apenas de aspiração, pode tratar-se da já referida oportunidade, ou falta dela. Em *Tratado de Sociologia*¹⁸⁵ (obra sob a direção de Boudon), Mohamed Cherkaoui, refere as estruturas e os mecanismos geradores de mobilidade social, assim como o papel do ensino nessa mesma mobilidade e desigualdade de acesso à universidade.

Segundo o autor, “pode-se considerar a mobilidade como o resultado de uma seleção de indivíduos através de uma série de mecanismos próprios de certos agentes como a família, a escola, a Igreja, as burocracias.”¹⁸⁶

O que o autor conclui, após estas considerações é, em traços gerais, que a mobilidade social se trata de uma “consequência das transformações estruturais da

¹⁸³ BOUDON, Raymond, *L'Inégalité des Chances*, Paris, Armand Coulin, 1985, pp. 29-35.

¹⁸⁴ ÉTIENNE, Jean, (et. al.), *Dicionário de Sociologia*, Lisboa, Plátano, 1998, p. 134.

¹⁸⁵ CHERKAOUI, Mohamed, in BOUDON, Raymond (dir.), *Tratado de Sociologia*, Lisboa, Edições Asa, 1995.

¹⁸⁶ Idem, *ibidem*, p.167.

economia durante um período longo.”¹⁸⁷ Apoiando-se nas teses de Feldman, Moore, Goldthorpe e Treiman, chega à conclusão que quanto mais as sociedades se modernizam, mais tendem a ter estruturas institucionais semelhantes. Posto isto, também a transição dos tipos de mobilidade tendem a uniformizar-se, a mobilidade assente em critérios como o parentesco, a etnia ou a herança, tendem a modificar-se e a dar lugar a um tipo de mobilidade social universalista e meritocrática.

Tal como estas tomadas de posição, também aquelas que dizem respeito à escola parecem assentar em dois polos antagónicos. Para uns, a escola não faz mais do que legitimar aos herdeiros a sua posição de superioridade na sociedade, estes, independentemente da sua preparação à partida, são no fim, os que conseguem chegar à meta, ou seja, à universidade e ao acesso aos mais altos cargos no mundo profissional.

Para outros, a mobilidade social surge aliada ao mérito individual, onde indivíduos oriundos de contextos socioeconómicos e culturais diferentes ou desiguais, muitas vezes portadores do estigma dos *mais mal preparados* à partida, conseguem competir e vencer esses mesmos herdeiros.

3.2 O Contexto Profissional

A escolha ou possibilidade de acesso a determinada profissão também constitui um excelente tema de análise no que diz respeito aos nossos alunos da Obra Social. A preparação obtida em cursos ou aprendizagens que decorriam durante a permanência na mesma parecem ter condicionado as trajetórias de alguns desses alunos, pelo menos nos primeiros anos após a saída da instituição. Para muitos deles havia de condicionar a profissão que haveriam de «escolher» para a vida. Mais uma vez o tema obriga a uma breve visita por algumas correntes sociológicas.

O paradigma funcionalista parece ser o que domina na sociologia das profissões. Neste contexto, as profissões são entendidas como subsistemas de um sistema social mais vasto.

Segundo Maria de Lurdes Rodrigues, existem três pilares fundamentais destes subsistemas: as escolas e instituições de formação superior, que transmitem o conhecimento; as associações profissionais, que promovem os valores de orientação para a sociedade e para a manutenção da autonomia e autoridade profissionais; e o

¹⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 182.

sistema de licenças que trata da proteção da autoridade e prestígio profissional e assegura o controlo social.¹⁸⁸ Para além deste paradigma surgiu nos anos 60 e 70 do séc. XX uma abordagem do âmbito do interacionismo simbólico, proposto por Everett Hughes. Este autor preocupa-se sobretudo com o fenómeno da divisão do trabalho, desenvolve uma teoria onde esta divisão, objeto de conflitos sociais, exige uma hierarquização das funções e propõe uma superação entre aquilo que apelida de funções sagradas e profanas. O autor avança com as ideias de licença e mandato. A licença consistia numa autorização legal para o exercício de atividades interditas aos demais, não portadores dessa mesma licença; o mandato consistia na “obrigação de assegurar uma função específica”.¹⁸⁹

Uma outra realidade a ter em consideração neste contexto é a formação, quer seja do âmbito académico, quer se trate da chamada formação profissional.

Isto leva-nos a propor a existência de uma ligação entre formação e emprego. A chamada formação profissional parece ser condição *sine qua non* para a obtenção ou detenção de uma profissão.

Um exercício sem dúvida difícil é aquele que formule a interpretação e significado de determinadas hierarquias baseadas na qualificação e esta mesma formação profissional. Essa qualificação e formação profissional têm de ser vista à luz de classificações baseadas nas várias categorias profissionais. De uma maneira abrangente podemos afirmar que parece existir uma relação entre capital escolar (e também formação profissional, adquirida em simultâneo ou depois deste) e o trabalho desempenhado pelo indivíduo.

Sobre isto, João Freire afirma que, “*a relação entre o sistema escolar e o sistema ocupacional tornou-se, nas sociedades modernas, uma das interfaces estratégicas mais decisivas para o desenvolvimento socioeconómico, no seu conjunto.*”¹⁹⁰

Além disso, o autor é ainda de opinião que, os níveis de escolaridade que o indivíduo vai adquirindo são transferidos para o sistema de emprego e são constituídos como fator condicionante no seu acesso e também na sua progressão e localização na estrutura social.

¹⁸⁸ RODRIGUES, Maria de Lurdes, *Sociologia das Profissões*, Oeiras, Celta, 1997, p. 13.

¹⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 15

¹⁹⁰ FREIRE, João, *Sociologia do Trabalho, uma introdução*, 2ª Edição Revista, Porto, Edições Afrontamento, 2002, p. 301.

Segundo o autor Claude Dubar, “a unidade elementar que define o emprego é o posto, ou seja, um conjunto de tarefas (prescritas) de resultados (previstos) e de meios (atribuídos)... a codificação principal é a sua importância na produção dos resultados. A codificação dos indivíduos decorre da precedente e baseia-se nas experiências anteriores (carta de recomendações, currículo...) e nas aptidões medidas por testes específicos.”¹⁹¹

Além disso, o autor é de opinião que qualquer carreira é concebida por um processo contínuo, onde a progressão se faz para postos cada vez mais importantes. Este acesso a determinados postos profissionais é possibilitado por meio de uma habilitação fornecida quer no contexto do ensino oficial (secundário ou superior) quer no contexto de uma formação profissional, ou ainda de ambas.

O autor adianta, ainda que a formação de base anteriormente referida e o saber-fazer acumulado, proporciona ao indivíduo a especialidade profissional na qual está inserida, e que a “estratégia profissional é a da acumulação dos saberes e da luta pela manutenção da raridade da formação”¹⁹². Ao saber teórico deve juntar-se um saber prático e é desta conjugação que surge o profissional.

3.3 Heranças, práticas e aspirações

Para Pierre Bourdieu, existe uma multidimensionalidade de critérios, como princípio básico na conceção do espaço social. O autor numa tentativa de superação dos paradigmas tradicionais da sociologia avança com um novo projeto que vai buscar a ambas as correntes (estruturalista e interacionista) algumas ideias. A isto o autor chamou de construtivismo estruturalista.

Quando parte para uma definição desta ideia, Bourdieu diz-nos em traços gerais que existem no mundo estruturas objetivas independentes, fora da consciência e da vontade dos agentes, constringindo ou orientando as suas práticas, isto é, levando-os a agir desta ou daquela forma.

Por construtivismo refere que existe uma génese social dos esquemas de perceção, de pensamento e de ação que constituem aquilo a que chama *habitus* e também uma génese social das próprias estruturas sociais, aquilo a que chama,

¹⁹¹ DUBAR, Claude, *A Socialização – Construção das identidades sociais e profissionais*, Porto, Porto Editora, 1997, pp. 152-154.

¹⁹² Idem, *ibidem*, p. 135.

campos.¹⁹³ Estes dois conceitos constituem para o autor o mecanismo fundamental de produção do mundo social.

O *habitus* pode por um lado significar os limites que as próprias estruturas sociais impõem à ação humana. De certa forma essas estruturas interferem e condicionam as experiências presentes e futuras, em referência às experiências passadas. Podemos dizer que o *habitus* individual provém de uma determinada classe, tratando-se de um *habitus* que tem como referência um grupo social específico refletindo assim um conjunto de *habitus* de classe. Apesar disto, Philippe Corcuff avança com uma interrogação bastante importante; “será este *habitus* simplesmente reproduzidor das estruturas sociais das quais é produto?”¹⁹⁴, ao que adianta, “o *habitus* é constituído por ‘princípios geradores’: isto quer dizer que, um pouco à maneira de um programa de computador (mas um programa em parte auto-corrígível), ele é levado a fornecer múltiplas respostas às diversas situações encontradas a partir de um conjunto limitado de esquemas de ação e pensamento. Deste modo, tendencialmente reproduzirá quando é confrontado com situações habituais, e poderá ser levado a inovar quando se encontra perante situações inéditas”.¹⁹⁵

Nesta perspetiva os *habitus* são como que atualizáveis, moldando-se às novas situações, digamos que pode haver uma construção de estruturas, em última análise um construtivismo estruturalista.

No que diz respeito aos chamados campos, que o autor refere, estes são, segundo o mesmo, “a face da exteriorização da interioridade do processo”.¹⁹⁶ Tratam-se de esferas da vida social, cada campo é diferente e autónomo dos outros, cada campo é para além disso um campo de forças e um campo de lutas, exatamente porque existe uma distribuição desigual dos recursos e uma relação de forças entre dominantes e dominados.

Dentro dos campos existem relações de concorrência disputada pelos indivíduos. Essa concorrência é levada a cabo em relação a uma pluralidade de capitais (capital cultural, económico, político etc.)

Na opinião de Corcuff, não se assiste a uma representação unidimensional do espaço social, mas a uma representação pluridimensional “sendo o espaço social composto por uma pluralidade de campos autónomos, definindo cada um modos

¹⁹³ CORCUFF, Philippe, *As Novas Sociologias*, 2ª edição, Sintra, Vral, p. 38.

¹⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 41.

¹⁹⁵ CORCUFF, Philippe, *op. cit.*, p. 41.

¹⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 41.

específicos de dominação.¹⁹⁷ Existem, por assim dizer, várias capitalizações e várias dominações. No fundo aquilo a que Bourdieu chama campo de poder trata-se do espaço onde se relacionam os diversos campos e capitais. Utilizando as suas palavras o campo de poder é “um campo de lutas pelo poder entre os detentores dos diferentes poderes”.¹⁹⁸

Todas estas lutas engendradas pelos atores sociais e tendo como referência os *habitus*, remetem-nos necessariamente para uma ideia que aliás é presente em qualquer tipo de luta. Trata-se da ideia de estratégia.

Podemos afirmar que, no desenrolar do dia-a-dia os indivíduos agem de uma determinada forma, tendo em conta o meio envolvente, as suas contingências, o seu passado, as suas origens, e a sua socialização. Existem alguns autores que, embora verificando esta realidade e partilhando a opinião da sua veracidade, adiantam que esta não é, por si só, suficiente para explicar as ações desses mesmos indivíduos. Para estes autores, todos os agentes sociais tem os seus próprios fins, ou seja, deixam de ser agentes passivos, deixando de agir e de responder de uma forma previsível. De acordo com o que já dissemos, a conduta humana parece encerrar em si mesmo uma estratégia encetada e levada a cabo pelos próprios indivíduos.

O paradigma estratégico foi desenvolvido por Michel Crozier e Erhard Friedberg. Este paradigma enquadra-se sobretudo no âmbito da sociologia das organizações. Os autores desenvolvem interpretações que têm importância e relevância para a explicação do fenómeno do poder. Afirmam que as organizações são algo que se vai construindo e não meros efeitos de variáveis independentes, como o tecido económico, concorrencial ou as evoluções tecnológicas. Para além disso, as organizações são simultaneamente o palco onde evoluem os atores e o resultado da peça por eles posta em cena. Trata-se de uma teoria de não passividade e de racionalidade dos indivíduos.

Prosseguem afirmando que, existe uma zona de incerteza, não regulamentada, que funciona como uma margem de liberdade que permite jogar os jogos de poder. A organização motiva os atores a jogar o seu jogo e isso implica por vezes uma

¹⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 42.

¹⁹⁸ BOURDIEU, Pierre, *La Noblesse d'État*, Paris, Minuit, 1989, p. 375, in, CORCUFF, Philippe, - *op. cit.*, p. 43.

negociação entre organização e indivíduos, na medida em que estes podem recusar participar nesse mesmo jogo¹⁹⁹.

Segundo esta teoria, parece que nenhum indivíduo é completamente passivo, cada um parece ter os seus próprios projetos que tenta alcançar seguindo uma determinada estratégia. A conduta dos indivíduos é assim uma conduta imprevisível. Os objectivos também podem ser de natureza muito diversa, “eles podem situar-se mesmo no interior da organização (subir de posto, procurar a segurança ou a tranquilidade, arranjar uma zona de autonomia no seu trabalho, etc.). Mas podem igualmente estar fora dela, pois o papel dos indivíduos no seio de uma organização nunca passa de um aspeto do seu papel social mais largo”²⁰⁰.

Todas estas operações de decisão remetem novamente para a ideia de aspirações. Talvez seja assim importante, uma abordagem mais profunda ao próprio conceito de aspiração. De um modo geral, esta ideia aparece inúmeras vezes na imprensa e em escritos e tratados da atualidade, no entanto na opinião de alguns autores, dos quais destacamos o sociólogo francês, Chombart de Lauwe, só a partir de 1968 esta surgiu com todo o impacto que atualmente tem.

O autor referido, alerta-nos para o facto de existirem por vezes confusões entre os conceitos de necessidade e aspiração. Embora em determinadas ocasiões estes dois conceitos se possam substituir, eles referem-se a realidades diferentes.

Segundo Lauwe, uma necessidade corresponde a “um elemento exterior indispensável ao funcionamento de um organismo”, no que respeita às aspirações, adianta-nos que estas são normalmente orientadas por imagens, signos e símbolos, estão de uma maneira geral, muito mais ligadas à linguagem do que às necessidades e podem desenvolver processos de rivalidade ou de participação.²⁰¹

Quando estabelecemos a ligação entre o conceito de aspiração e as imagens, signos e símbolos propostos pelo autor, verificamos que existe, uma relação valorativa de determinado objetivo, isto é, qualquer ideia, objeto ou objetivo está carregado de um determinado valor atribuído pelo indivíduo. O interesse demonstrado por determinada

¹⁹⁹ FERREIRA, J. M. Carvalho, et al., *Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, McGraw-Hill, 2001, pp. 118 – 127.

²⁰⁰ CAZENEUVE, Jean; VICTOROFF, David, *Dicionário de Sociologia*, Lisboa / São Paulo, Verbo, 1982, p. 453.

²⁰¹ LAWE, Chombart de, *Pour une sociologie des aspirations*, [s.l.], Denoel / Gonthier, [s.d.] , pp. 15 e 18.

realidade, já observada exteriormente através da simbologia referida, depende do valor que lhe é atribuída pelo observador.

Assim, talvez possamos explicar o porquê de entre um determinado número de indivíduos, aparentemente iguais, sob o ponto de vista profissional, uns têm aspirações que os conduzem à obtenção de créditos para subirem na carreira, outros não.

No entanto verifica-se que o conceito de aspiração não é tão eclético como à primeira vista parece. Uma das ideias difundidas pelo autor é a de que estas podem ser individuais ou coletivas²⁰².

No plano individual “uma aspiração exprime um desejo de acesso a um objeto, quer se trate dum objeto material, dum estado, de uma ação a cumprir, um indivíduo aspira a obter uma melhor moradia, a ser mais feliz, a ser bem-sucedido num exame²⁰³.

No plano coletivo, o autor refere em traços gerais, que do ponto de vista sociológico, é possível falar de aspirações dum grupo, duma classe social, duma nação, etc. Estas aspirações coletivas, tal como as individuais também passam para a esfera da ação, como acontece no caso das reivindicações ou das revoluções.²⁰⁴

Além disso, para além do carácter individual das aspirações, o próprio contexto coletivo parece ter influência na tomada de decisões e na passagem à ação por parte dos indivíduos.

Independentemente das aspirações serem individuais ou coletivas, a passagem destas para a ação, a operacionalização das aspirações depende do meio envolvente do indivíduo. As aspirações individuais a uma melhor situação (profissional, cultural, etc.) parecem ser limitadas por barreiras de diversa ordem, pelo que a superação dessas mesmas barreiras depende do contexto onde está inserido cada indivíduo.

Aparentemente as aspirações podem ser individuais, a passagem à ação parece depender um pouco mais do exterior.

3.4 Os Números

No que respeita à dimensão numérica dos alunos que passaram pela Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória, conseguimos apurar um total de 1164 alunos, desde

²⁰² Idem, *ibidem*, pp. 21-29.

²⁰³ Idem, *ibidem*, p. 56.

²⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 57.

1947 até 1974. Nas páginas seguintes apresentamos a caracterização desses mesmos anos. Esta apresentação é feita a três níveis: no que respeita ao número de alunos admitidos e percentagem; no respeitante ao destino ou consequência e motivo de saída; e ainda na descrição do distrito de origem (neste caso sendo referido se pertenciam ao distrito de Lisboa ou a outro).

Este subcapítulo, como o próprio nome indica, tem por finalidade trazer a público os números. Estes tentam englobar todos os alunos, e ainda os militares, paramilitares e civis que pertenceram à obra.

No subcapítulo 3.5 intitulado “Modelo de Análise” faremos referência a um grupo mais restrito de alunos e apresentaremos a investigação de caráter sociológico que com eles desenvolvemos.

Caracterização do ano de 1947 **(Entraram 56 alunos)**

Quadro nº 1 – Alunos admitidos em 1947 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1947	Número de alunos	Percentagem (%)
1948	6	10,7
1949	12	21,4
1950	12	21,4
1951	11	19,6
1952	10	17,9
1953	2	3,6
1954	2	3,6
1955	1	1,8
Total	56	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*²⁰⁵

²⁰⁵ Os dados numéricos que apresentamos neste quadro e nos seguintes que fazem referência a esta fonte foram recolhidos do documento manuscrito - *Registo Geral dos Alunos* - pertencente ao espólio da família Martins. As descrições referentes ao «destino ou consequência de saída» e «motivo» foram escritas *ipsis verbis* conforme constam no documento original.

Quadro nº 2 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1947.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Escola de Pesca	Estudar	20	35,7
Expulsão	Por atos imorais	5	8,9
Expulsão	Por deserção	2	3,6
Expulsão	Por mau comportamento	2	3,6
Expulsão	Por ser alienado	1	1,8
Expulsão	Por furto	1	1,8
Falecimento	Desastre a bordo do “Marilene”	1	1,8
Marinha de Guerra	Incorporados	13	23,2
Marinha Mercante	Embarcaram	1	1,8
Oficina dos Submersíveis	Trabalhar e aprender um ofício	1	1,8
Regressaram para casa	A pedido da família	9	16,1
Total	-----	56	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº3 – Distritos de origem dos alunos de 1947.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	39	69,6
Outros distritos	3	5,4
Não Registado	14	25
Total	56	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1948
(Entraram 38 alunos)

Quadro nº 4 – Alunos admitidos em 1948 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1948	Número de alunos	Percentagem (%)
1948	1	2,6
1949	6	15,8
1950	10	26,3
1951	10	26,3
1952	4	10,5
1953	6	15,8
1954	1	2,6
Total	38	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 5 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1948.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Escola de Pesca	Estudar	10	26,3
Expulsão	Por atos imorais	6	15,8
Expulsão	Por mau comportamento	3	7,9
Marinha de Guerra	Incorporados	12	31,6
Regressaram para casa	A pedido da família	7	18,4
Total	-----	38	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 6 – Distritos de origem dos alunos de 1948.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	26	68,4
Outros distritos	12	31,6
Total	38	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1949
(Entraram 50 alunos)

Quadro nº 7 – Alunos admitidos em 1949 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1949	Número de alunos	Percentagem (%)
1949	3	6
1950	5	10
1951	10	20
1952	13	26
1953	7	14
1954	9	18
1955	1	2
1956	1	2
1957	1	2
Total	50	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 8 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1949.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Escola de Pesca	Estudar	13	26
Expulsão	Por atos imorais	1	2
Expulsão	Por mau comportamento	4	8
Marinha de Guerra	Incorporados	24	48
Regressaram para casa	A pedido da família	8	16
Total	-----	50	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 9 – Distritos de origem dos alunos de 1949.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	27	54
Outros distritos	43	46
Total	50	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1950
(Entraram 12 alunos)

Quadro nº 10 – Alunos admitidos em 1950 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1950	Número de alunos	Percentagem (%)
1950	1	8,3
1952	2	16,7
1953	4	33,3
1954	3	25
1955	1	8,3
1956	1	8,3
Total	12	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 11 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1950.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Abatido	Por doença	1	8,3
Casa do Marinheiro da Armada	Trabalhar	1	8,3
Escola de Pesca	Estudar	2	16,7
Expulsão	Por atos imorais	1	8,3
Marinha de Guerra	Incorporados	5	41,7
Regressaram para casa	A pedido da família	2	16,7
Total	-----	12	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 12 – Distritos de origem dos alunos de 1950.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	8	66,6
Outros distritos	4	33,3
Total	12	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1951
(Entraram 87 alunos)

Quadro nº 13 – Alunos admitidos em 1951 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1951	Número de alunos	Percentagem (%)
1951	6	6,9
1952	12	13,8
1953	12	13,8
1954	27	31
1955	15	17,2
1956	12	13,8
1957	2	2,3
1959	1	1,1
Total	87	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 14 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1951.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Abatido	Por doença pulmonar	1	1,1
Biblioteca da Marinha Mercante (Museu da Marinha)	Trabalhar	1	1,1
Desaparecido	Caiu ao mar	1	1,1
Escola de Pesca	Estudar	15	17,2
Expulsão	Por atos imorais	1	1,1
Expulsão	Por mau comportamento	5	5,7
Luanda	Para casa da família	1	1,1
Marinha de Guerra	Incorporados	31	35,6
Marinha Mercante	Embarcaram	11	12,6
Regressaram a casa	A pedido da família	20	23
Total	-----	87	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 15 – Distritos de origem dos alunos de 1951.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	60	68,9
Outros distritos	27	31
Total	87	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1952
(Entraram 40 alunos)

Quadro nº 16 – Alunos admitidos em 1952 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1952	Número de alunos	Percentagem (%)
1952	1	2,5
1953	9	22,5
1954	11	27,5
1955	7	17,5
1956	7	17,5
1957	3	7,5
1958	1	2,5
1960	1	2,5
Total	40	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 17 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1952.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Escola de Pesca	Estudar	2	5
Expulsão	Por atos imorais	2	5
Expulsão	Por mau comportamento	2	5
Marinha de Guerra	Incorporados	22	55
Marinha Mercante	Embarcaram	3	7,5
Marinha de Pesca	Embarcaram	1	2,5
Regressaram a casa	A pedido da família	8	20
Total	-----	40	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 18 – Distritos de origem dos alunos de 1952.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	33	82,5
Outros distritos	7	17,5
Total	40	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1953

(Entraram 55 alunos)

Quadro nº 19 – Alunos admitidos em 1953 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1953	Número de alunos	Percentagem (%)
1953	2	3,6
1954	15	27,3
1955	8	14,5
1956	13	23,6
1957	10	18,2
1958	4	7,3
1959	2	3,6
1961	1	1,8
Total	55	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 20 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1953.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Escola de Pesca	Estudar	5	9,1
Expulsão	Por atos imorais	4	7,3
Expulsão	Por ausência	1	1,8
Expulsão	Por mau comportamento	1	1,8
Farmácia da J.C.C.P	Trabalhar	1	1,8
Grémio dos Armadores e Produtores de Bacalhau	Grume	2	3,6
Marinha de Guerra	Incorporados	20	36,4
Marinha Mercante	Embarcaram	8	14,5
Marinha de Pesca	Embarcou	1	1,8
Pesca do Bacalhau	Embarcaram	4	7,3
Regressaram a casa	A pedido da família	7	12,7
Sociedade de Reparação de Navios	Operário	1	1,8
Total	-----	55	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 21 – Distritos de origem dos alunos de 1953.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	38	69
Outros distritos	17	30,9
Total	55	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1954
(Entraram 61 alunos)

Quadro nº 22 – Alunos admitidos em 1954 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1954	Número de alunos	Percentagem (%)
1954	6	9,8
1955	7	11,5
1956	13	21,3
1957	11	18,0
1958	14	23,0
1959	3	4,9
1960	5	8,2
1961	2	3,3
Total	61	100,0

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 23 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1954.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Casa dos Rapazes	Transferência para outra instituição	1	1,6
Comércio	Trabalhar	1	1,6
D. S. Submersíveis	Trabalhar e aprender um ofício	2	3,3
Escola da Marinha Mercante	Estudar	1	1,6
Escola de Pesca	Estudar	6	9,8
Expulsão	Por mau comportamento	5	8,2
Marinha de Guerra	Incorporados	21	34,4
Marinha Mercante	Embarcaram	11	18,0
Marinha de Pesca	Embarcou	1	1,6
Regressaram a casa	A pedido da família	12	19,7
Total	-----	61	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos***Quadro nº 24 – Distritos de origem dos alunos de 1954.**

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	29	47,5
Outros distritos	32	52,5
Total	61	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1955
(Entraram 55 alunos)

Quadro nº 25 – Alunos admitidos em 1955 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1955	Número de alunos	Percentagem (%)
1955	5	9,1
1956	11	20
1957	13	23,6
1958	13	23,6
1959	7	12,7
1960	4	7,3
1961	2	3,6
Total	55	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 26 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1955.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Abatido	Por passar a outra situação	1	1,8
Abatido	Dado como inapto	1	1,8
Casa Pia de Lisboa	Transferência para outra instituição (estudar)	1	1,8
Escola da Marinha Mercante	Estudar	1	1,8
Escola de Pesca	Estudar	5	9,1
Estaleiros Navais	Operários	2	3,6
Grémio dos Armadores da Pesca de Arrasto	Grume	1	1,8
Grémio dos Armadores da Pesca do Bacalhau	Grume	2	3,6
Liga dos Amigos dos Hospitais	Grume	1	1,8
Marinha de Guerra	Incorporados	18	32,7
Marinha Mercante	Embarcaram	6	10,9
Marinha de Pesca	Embarcaram	4	7,3
Regressaram a casa	A pedido da família	10	18,2
Sociedade de Reparação de Navios	Grume	1	1,8
U. Nacional	Grume	1	1,8
Total	-----	55	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 27 – Distritos de origem dos alunos de 1955.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	27	49
Outros distritos	28	50,9
Total	55	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1956
(Entraram 51 alunos)

Quadro nº 28 – Alunos admitidos em 1956 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1956	Número de alunos	Percentagem (%)
1956	4	7,8
1957	13	25,5
1958	13	25,5
1959	8	15,7
1960	6	11,8
1961	6	11,8
1963	1	2
Total	51	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 29 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1956.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Escola de Pesca	Estudar	3	5,9
Expulsão	Por atos imorais	2	3,9
Grémio dos Armadores da Pesca do Bacalhau	Grume	4	7,8
Marinha de Guerra	Estafeta	1	2,0
Marinha de Guerra	Incorporados	14	27,5
Marinha Mercante	Embarcaram	7	13,7
Marinha de Pesca	Embarcou	1	2,0
Regressaram a casa	A pedido da família	18	35,3
Tipografia	Trabalhar	1	2,0
Total	-----	51	100,0

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 30 – Distritos de origem dos alunos de 1956.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	27	52,9
Outros distritos	24	47
Total	51	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1957
(Entraram 67 alunos)

Quadro n° 31 – Alunos admitidos em 1957 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1957	Número de alunos	Percentagem (%)
1957	8	11,9
1958	9	13,4
1959	19	28,4
1960	15	22,4
1961	7	10,4
1962	5	7,5
1963	2	3
1964	2	3
Total	67	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 32 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1957.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Escola de Pesca	Estudar	6	9
Estados Unidos da América	Estudar	1	1,5
Expulsão	Por mau comportamento	4	6
Expulsão	Por atos imorais	2	3
Força Aérea	Incorporado	1	1,5
Grémio dos Armadores da Pesca do Bacalhau	Grume	2	3
J.C.C Pescadores	Grume	1	1,5
Jornal “O Pescador”	Grume	1	1,5
Marinha de Guerra	Incorporados	24	35,8
Marinha Mercante	Embarcaram	9	13,4
Regressaram a casa	A pedido da família	15	22,4
Sociedade de Reparação de Navios	Operário	1	1,5
Total	-----	67	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos***Quadro nº 33 – Distritos de origem dos alunos de 1957.**

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	25	37,3
Outros distritos	42	62,6
Total	67	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1958
(Entraram 67 alunos)

Quadro n° 34 – Alunos admitidos em 1958 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1958	Número de alunos	Percentagem (%)
1958	6	9
1959	9	13,4
1960	14	20,9
1961	15	22,4
1962	13	19,4
1963	7	10,4
1964	1	1,5
1965	2	3
Total	67	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 35 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1958.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Abatido	Por ordem do Comandante Preppo	1	1,5
Estados Unidos da América	Estudar	1	1,5
Escola de Pesca	Estudar	14	20,9
Expulsão	Por atos imorais	3	4,5
Faleceu	Ao cair do mastro	1	1,5
Grémio dos Armadores da Pesca do Bacalhau	Grume	1	1,5
Hospitalizado	Doença	1	1,5
J.C.C Pescadores	Grume	3	4,5
Marinha de Guerra	Incorporados	13	19,4
Marinha Mercante	Embarcaram	10	14,9
Regressaram a casa	A pedido da família	18	26,9
U. Nacional	Grume	1	1,5
Total	-----	67	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos***Quadro nº 36 – Distritos de origem dos alunos de 1958.**

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	27	40,2
Outros distritos	40	59,7
Total	67	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1959
(Entraram 60 alunos)

Quadro n° 37 – Alunos admitidos em 1959 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1958	Número de alunos	Percentagem (%)
1959	11	18,3
1960	8	13,3
1961	10	16,7
1962	12	20
1963	10	16,7
1964	4	6,7
1965	2	3,3
1966	1	1,7
1968	1	1,7
1969	1	1,7
Total	60	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 38 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1959.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Casa Pia	Estudar	1	1,7
Clube Militar Naval	Grume	2	3,3
Escola de Pesca	Estudar	8	13,3
Estafeta	Trabalhar	1	1,7
Exército	Incorporado	1	1,7
Expulsão	Por furto	1	1,7
Expulsão	Por mau comportamento	2	3,3
G.A.B.N	Grume	2	3,3
Jornal “O Pescador”	Estafeta	1	1,7
Marinha de Guerra	Incorporados	6	10
Marinha Mercante	Embarcaram	10	16,7
Of. da Cam. M. Lisboa	Operário	1	1,7
Regressaram a casa	A pedido da família	23	38,3
“Vida Militar”	Incorporado	1	1,7
Total	-----	60	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos***Quadro nº 39 – Distritos de origem dos alunos de 1959.**

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	18	30
Outros distritos	42	70
Total	60	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1960
(Entraram 53 alunos)

Quadro n° 40 – Alunos admitidos em 1960 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1960	Número de alunos	Percentagem (%)
1960	3	5,7
1961	17	32,1
1962	14	26,4
1963	1	1,9
1964	8	15,1
1965	4	7,5
1966	4	7,5
1967	1	1,9
1968	1	1,9
Total	53	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 41 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1960.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Casa Pia	Estudar	2	3,8
Escola de Pesca	Estudar	4	7,5
Expulsão	Por atos imorais	3	5,7
Expulsão	Por mau comportamento	1	1,9
Expulsão	Por roubo	1	1,9
Farmácia da J.C.C.P	Grume	1	1,9
Foi para casa	Por ter desistido de estudar	1	1,9
Foi para casa do Dr. Luís Barbosa	?	1	1,9
Instituto de Assistência a menores	Internado/Transferido	3	5,7
Marinha de Guerra	Incorporados	3	5,7
Marinha Mercante	Embarcaram	14	26,4
Regressaram a casa	A pedido da família	19	35,8
Total	-----	53	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos***Quadro nº 42 – Distritos de origem dos alunos de 1960.**

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	26	49
Outros distritos	27	51
Total	53	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1961
(Entraram 21 alunos)

Quadro nº 43 – Alunos admitidos em 1961 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1961	Número de alunos	Porcentagem (%)
1961	1	4,8
1962	5	23,8
1963	2	9,5
1965	5	23,8
1966	3	14,3
1967	2	9,5
Sem data de saída	3	14,3
Total	21	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 44 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1961.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Porcentagem (%)
Casa Pia	Estudar	1	4,8
Expulsão	Por atos imorais	2	9,5
Expulsão	Por ausência	1	4,8
Expulsão	Por mau comportamento	1	4,8
Marinha de Guerra	Incorporado	1	4,8
Marinha Mercante	Embarcaram	7	33,3
Movimento Nacional Feminino	Trabalhar	1	4,8
Regressaram a casa	A pedido da família	4	19
Sem descrição de destino ou consequência	Sem descrição de motivo	3	14,3
Total	-----	21	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 45 – Distritos de origem dos alunos de 1961.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	6	28,6
Outros distritos	15	71,4
Total	21	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1962

(Entraram 58 alunos)

Quadro nº 46 – Alunos admitidos em 1962 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1962	Número de alunos	Percentagem (%)
1962	4	6,9
1963	12	20,7
1964	7	12,1
1965	10	17,2
1966	12	20,7
1967	5	8,6
1968	3	5,2
1969	4	6,9
1971	1	1,7
Total	58	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 47 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1962.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Casa Pia	Estudar	6	10,3
Escola da Marinha Mercante	Estudar	1	1,7
Escola de Pesca	Estudar	5	8,6
Expulsão	Por ausência	3	5,2
Expulsão	Por falsificação de carta	1	1,7
Expulsão	Por mau comportamento	4	6,9
Expulsão	Por roubo	3	5,2
Expulsão	Sem motivo averbado no livro	3	5,2
Faleceu	Desastre	1	1,7
G.A.P Arrasto	Grume	1	1,7
G.A.P Bacalhau	Paquete	1	1,7
Marinha de Guerra	Incorporados	1	1,7
Marinha Mercante	Embarcaram	15	25,9
Moçambique	A pedido da família	1	1,7
Regressaram a casa	A pedido da família	12	20,7
Total	-----	58	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 48 – Distritos de origem dos alunos de 1962.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	33	56,9
Outros distritos	25	43,1
Total	58	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1963
(Entraram 42 alunos)

Quadro n° 49 – Alunos admitidos em 1963 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1963	Número de alunos	Percentagem (%)
1963	5	11,9
1964	8	19,0
1965	5	11,9
1966	9	21,4
1967	5	11,9
1969	9	21,4
1971	1	2,4
Total	42	100,0

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 50 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1963.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Aviação	Incorporado	1	2,4
Casa de Correção	?	1	2,4
Escola da Marinha Mercante	Estudar	1	2,4
Escola de Pesca	Estudar	2	4,8
Expulsão	Por atos imorais	1	2,4
Expulsão	Por ausência ou deserção	6	14,3
Expulsão	Por não ir para a Escola Profissional de Pesca	1	2,4
G.A.P Bacalhau	Grume	1	2,4
Instituto Navarro de Paiva	?	1	2,4
Marinha de Guerra	Incorporados	1	2,4
Marinha Mercante	Embarcaram	16	38,1
Regressaram a casa	A pedido da família	8	19,0
Serviço Militar (Infantaria 8 Leiria)	Incorporado	1	2,4
Saiu	Por ter atingido o limite de idade	1	2,4
Total	-----	42	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos***Quadro nº 51 – Distritos de origem dos alunos de 1963.**

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	32	76,1
Outros distritos	10	23,8
Total	42	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1964
(Entraram 21 alunos)

Quadro nº 52 – Alunos admitidos em 1964 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1964	Número de alunos	Percentagem (%)
1964	1	4,8
1965	6	28,6
1966	6	28,6
1967	3	14,3
1969	2	9,5
1970	1	4,8
1971	1	4,8
1972	1	4,8
Total	21	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 53 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1964.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Casa Pia	Estudar	2	9,5
Escola de Pesca	Estudar	3	14,3
Expulsão	Por ausência	3	14,3
Expulsão	Por furto	1	4,8
Hospital de Setúbal	Doença (viria a falecer)	1	4,8
Marinha Mercante	Embarcaram	4	19,0
Regressaram a casa	A pedido da família	7	33,3
Total	-----	21	100,0

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 54 – Distritos de origem dos alunos de 1964.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	11	52,3
Outros distritos	10	47,6
Total	21	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1965
(Entraram 37 alunos)

Quadro nº 55 – Alunos admitidos em 1965 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1965	Número de alunos	Percentagem (%)
1965	3	8,1
1966	8	21,6
1967	8	21,6
1968	3	8,1
1969	4	10,8
1970	4	10,8
1971	4	10,8
Data de saída não descrita	3	8,1
Total	37	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 56 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1965.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Casa Pia	A pedido da família	1	2,7
Creche da Nazaré	“Anormal”	1	2,7
Escola da Marinha Mercante (Caxias)	Prosseguir os estudos	1	2,7
Escola de Pesca	Estudar	4	10,8
Expulsão	Por ausência	5	13,5
Expulsão	Por mau comportamento	1	2,7
Expulsão	Por roubo e conivência	2	5,4
Marinha Mercante	Embarcaram	5	13,5
Regressaram a casa	A pedido da família	12	32,4
Sem registo de destino ou consequência de saída	Sem registo de motivo de saída	3	8,1
Sporting Clube de Portugal	Estudar e treinar	2	5,4
Total	-----	37	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 57 – Distritos de origem dos alunos de 1965.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	23	62,1
Outros distritos	14	37,8
Total	37	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1966
(Entraram 35 alunos)

Quadro nº 58 – Alunos admitidos em 1966 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1966	Número de alunos	Percentagem (%)
1966	5	14,3
1967	6	17,1
1968	7	20,0
1969	6	17,1
1970	4	11,4
1971	4	11,4
Data de saída não descrita	3	8,6
Total	35	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 59 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1966.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Casa Pia	Estudar	1	2,9
Escola de Pesca	Estudar	3	8,6
Expulsão	Por atos imorais	1	2,9
Expulsão	Por deserção	9	25,7
Expulsão	Por mau comportamento	3	8,6
Expulsão	Por roubo	1	2,9
Falecido	Acidente de automóvel	1	2,9
Falecido	Doença	1	2,9
Marinha de Guerra	Incorporados	2	5,7
Marinha Mercante	Embarcaram	5	14,3
Regressaram a casa	A pedido da família	3	8,6
Regressaram a casa	Por se encontrarem ausentes	2	5,7
Sem registo de destino ou consequência de saída	Sem registo de motivo de saída	3	8,6
Total	-----	35	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº60 – Distritos de origem dos alunos de 1966.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	28	80
Outros distritos	7	20
Total	35	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1967
(Entraram 46 alunos)

Quadro nº 61 – Alunos admitidos em 1967 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1967	Número de alunos	Percentagem (%)
1967	3	6,5
1968	10	21,7
1969	12	26,1
1970	3	6,5
1971	5	10,9
1972	4	8,7
Data de saída não descrita	9	19,6
Total	46	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 62 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1967.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Abatido	Por ausente	1	2,2
Escola de Pesca	Estudar	8	17,4
Expulsão	Atos Sexuais	3	6,5
Expulsão	Assalto	2	4,3
Expulsão	Por ausência ou deserção	5	10,9
Expulsão	Por mau comportamento	2	4,3
Marinha de Guerra	Incorporados	1	2,2
Marinha Mercante	Embarcaram	2	4,3
Regressaram a casa	A pedido da família	13	28,3
Sem registo de destino ou consequência de saída	Sem registo de motivo de saída	9	19,6
Total	-----	46	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 63 – Distritos de origem dos alunos de 1967.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	28	80
Outros distritos	7	20
Total	35	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1968

(Entraram 25 alunos)

Quadro nº 64 – Alunos admitidos em 1968 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1968	Número de alunos	Percentagem (%)
1968	3	12
1969	3	12
1970	7	28
1971	3	12
1972	2	8
Data de saída não descrita	7	28
Total	25	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 65 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1968.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Escola de Pesca	Estudar	3	12
Expulsão	Por ausência	2	8
Expulsão	Por deserção	1	4
Expulsão	Por roubo	3	12
Regressaram a casa	A pedido da família	8	32
Regressaram a casa	Por ausência	1	4
Sem registo de destino ou consequência de saída	Sem registo de motivo de saída	7	28
Total	-----	25	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 66 – Distritos de origem dos alunos de 1968.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	11	44
Outros distritos	14	56
Total	25	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1969
(Entraram 35 alunos)

Quadro nº 67 – Alunos admitidos em 1969 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1968	Número de alunos	Percentagem (%)
1969	10	28,6
1970	4	11,4
1971	5	14,3
1972	3	8,6
Data de saída não descrita	13	37,1
Total	35	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 68 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1969.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Abatido	Por ausência	1	2,9
Escola de Pesca	Estudar	2	5,7
Marinha de Guerra	Incorporado	1	2,9
Regressaram a casa/expulsos	Por ausência	4	11,4
Regressaram a casa/expulsos	Por deserção	1	2,9
Regressaram a casa/expulsos	Por mau comportamento	2	5,7
Regressaram a casa	A pedido da família	11	31,4
Regressaram a casa/expulsos	Por ausência	4	11,4
Sem registo de destino ou consequência de saída	Sem registo de motivo de saída	13	37,1
Total	-----	35	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 69 – Distritos de origem dos alunos de 1969.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	21	60
Outros distritos	14	40
Total	35	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1970
(Entraram 20 alunos)

Quadro nº 70 – Alunos admitidos em 1970 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1968	Número de alunos	Percentagem (%)
1970	2	10
1971	4	20
1972	5	25
Data de saída não descrita	9	45
Total	20	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 71 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1970.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Abatido	Por ausência	2	10
Escola de Pesca	Estudar	3	15
Regressaram a casa/expulsos	Por ausência	2	10
Regressaram a casa	A pedido da família	4	20
Sem registo de destino ou consequência de saída	Sem registo de motivo de saída	9	45
Total	-----	20	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 72 – Distritos de origem dos alunos de 1970.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	16	80
Outros distritos	4	20
Total	20	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1971

(Entraram 26 alunos)

Quadro nº 73 – Alunos admitidos em 1971 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1968	Número de alunos	Percentagem (%)
1971	2	7,7
1972	5	19,2
Data de saída não descrita	19	73,1
Total	26	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 74 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1971.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Abatido/expulsos	Por ausência	4	15,4
Regressaram a casa	A pedido da família	4	15,4
Sem registo de destino ou consequência de saída	Sem registo de motivo de saída	18	69,2
Total	-----	26	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 75 – Distritos de origem dos alunos de 1971.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	19	73
Outros distritos	7	27
Total	26	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1972

(Entraram 21 alunos)

Quadro nº 76 – Alunos admitidos em 1972 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1968	Número de alunos	Percentagem (%)
1972	2	9,5
1973	3	14,3
Data de saída não descrita	16	76,2
Total	21	100,0

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 77 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1972.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Abatido/expulso	Por atos indecorosos	1	4,8
Abatido/expulso	Por ausência	2	9,5
Abatido	A pedido da mãe	2	9,5
Sem registo de destino ou consequência de saída	Sem registo de motivo de saída	16	76,2
Total	-----	21	100,0

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Quadro nº 78 – Distritos de origem dos alunos de 1972.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	12	57.1
Outros distritos	9	42.8
Total	21	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Caracterização do ano de 1973

(Entraram 16 alunos)

Quadro nº 79 – Alunos admitidos em 1973 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1973	Número de alunos	Percentagem (%)
1975	15	93,8
Sem data de saída registada	1	6,2
Total	16	100

Fonte: Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Central de Marinha.

Quadro nº 80 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1973.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Abatido	Por se aproximar a extinção da obra e em acordo com a família.	15	93,8
Sem registo de destino ou consequência de saída	Sem registo de motivo de saída	1	6,2
Total	-----	16	100

Fonte: Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Central de Marinha.

Quadro nº 81 – Distritos de origem dos alunos de 1973.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	10	62,5
Outros distritos	6	37,5
Total	16	100

Fonte: Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Central de Marinha.

Caracterização do ano de 1974

(Entraram 9 alunos)

Quadro nº 82 – Alunos admitidos em 1974 por anos de saída.

Anos de saída dos alunos admitidos em 1947	Número de alunos	Percentagem (%)
1975	6	66,6
Sem data de saída registada	3	33,3
Total	9	100

Fonte: Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Central de Marinha.

Quadro nº83 – Destinos ou consequências e motivos de saída dos alunos de 1974.

Destino ou Consequência de Saída	Motivo	Número de alunos	Percentagem (%)
Abatido	Por se aproximar a extinção da obra e em acordo com a família.	6	66,6
Sem registo de destino ou consequência de saída	Sem registo de motivo de saída	3	33,3
Total	-----	9	100

Fonte: Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Central de Marinha.

Quadro nº 84 – Distritos de origem dos alunos de 1974.

Distrito de Origem	Número de alunos	Percentagem (%)
Lisboa	7	77,7
Outros distritos	2	22,2
Total	9	100

Fonte: Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Central de Marinha.

Numa análise aos quadros anteriores podemos indicar que ao nível percentual as grandes tendências à saída da instituição por anos ou grupos de anos foram as seguintes:

Em 1947 a maioria dos alunos que saíram da instituição (36%) fizeram-no para ir estudar para a Escola de Pescas; entre 1948 e 1955, os 39% que constituíram a maioria das saídas foram incorporados na Marinha de Guerra; entre 1956 e 1960, a maioria (34%) regressaram a casa de familiares; no início dos anos sessenta, entre 1961 e 1963 os 32% que formaram a maioria, do conjunto dos que saíram, embarcaram na Marinha Mercante; ainda na mesma década entre 1964 e 1968 a maioria que desta vez se cifrou em 31% voltou a optar regressar a casa de familiares; entre 1969 e 1972 não conseguimos apurar a direção seguida pela maioria dos alunos que partiram da Obra, tal facto deve-se a uma mudança na forma de descrever as saídas, por parte dos encarregados do assento no livro *Registo Geral dos Alunos*, onde surgiam referidos os regressos a casa de familiares, os afastamentos da instituição por motivos disciplinares algumas idas para a Escola de Pescas e incorporações na Marinha de Guerra mas onde a descrição da maioria das saídas não surgia preenchida, desconhecemos assim o destino

de 37,1% dos alunos saídos em 1969, 45% dos alunos saídos em 1970, 69,2% dos alunos saídos em 1971 e 76,2% dos alunos saídos em 1972. Finalmente, entre 1973 e 1974 regressaram a casa de familiares “por se aproximar a extinção da obra em acordo com a família” 80% dos alunos que saíram durante esse período.

Além desta análise por anos e grupos de anos podemos ainda fazer uma outra mais abrangente e concluir que entre 1947 e 1974, dos 1164 alunos que passaram pela Obra:

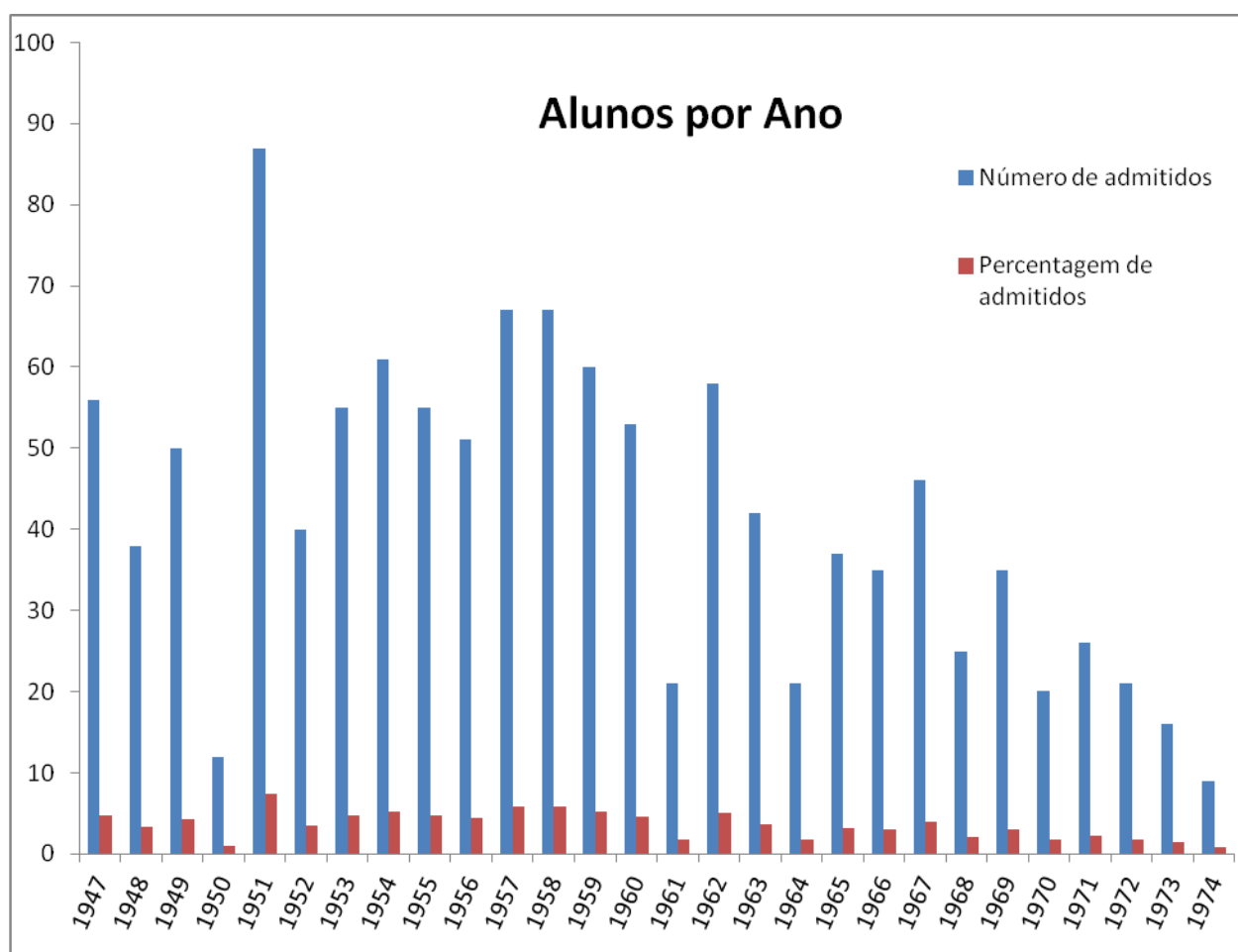
- 272 regressaram a casa dos seus familiares;
- 233 foram incorporados na Marinha de Guerra Portuguesa;
- 154 foram expulsos;
- 146 saíram para frequentar a Escola de Pesca
- 144 embarcaram na Marinha Mercante;
- 7 foram trabalhar para oficinas;
- 5 faleceram;
- 4 saíram da obra por doença;
- 4 embarcaram diretamente na Marinha de Pesca (sem passar pela Escola de Pesca);
- 195 saíram por variados motivos, diferentes dos acima descritos, tais como:
 - Para estudar no estrangeiro,
 - Para estudar,
 - Para integrar equipas de futebol,
 - Para trabalhar nos Grémios dedicados a pesca,
 - Para cumprir o serviço militar no Exército ou na Força Aérea,
 - Por motivos não discriminados.

**Quadro nº 85 – Número de alunos que passaram pela Obra Social da Fragata D.
Fernando II e Glória, por anos.**

Ano de admissão	Número de alunos	Percentagem (%)
1947	56	4,8
1948	38	3,3
1949	50	4,3
1950	12	1
1951	87	7,5
1952	40	3,4
1953	55	4,7
1954	61	5,2
1955	55	4,7
1956	51	4,4
1957	67	5,8
1958	67	5,8
1959	60	5,2
1960	53	4,6
1961	21	1,8
1962	58	5,0
1963	42	3,6
1964	21	1,8
1965	37	3,2
1966	35	3,0
1967	46	4,0
1968	25	2,1
1969	35	3,0
1970	20	1,7
1971	26	2,2
1972	21	1,8
1973	16	1,4
1974	9	0,8
Total	1164	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos* e Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Central de Marinha.

Gráfico nº 1 – Número de entradas e percentagens por anos.



Fonte: *Registo Geral dos Alunos* e Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Central de Marinha.

**Quadro nº 86 – Militares e civis que passaram pela Obra Social da Fragata D.
Fernando II e Glória, entre 1947 e 1972*.**

		Número	Percentagem (%)
Militares	Oficiais	20	12,4
	Sargentos	33	20,5
	Praças	80	49,7
Civis	Professores	14	8,7
	Médico	1	0,6
	Capelão	1	0,6
	Enfermeiro	1	0,6
	Sapateiros	8	5
	Trompetistas	2	1,2
	Motoristas	1	0,6
Total	-----	161	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

* O livro *Registo Geral dos Alunos*, só dispõe de registos até 1972. Desde 1972 até ao fim da Obra não dispomos de informações sobre os militares e civis que prestavam serviço na mesma.

**Quadro nº 87 – Oficiais por postos, que passaram pela Obra Social da Fragata D.
Fernando II e Glória, entre 1947 e 1972*.**

Postos da categoria de oficial	Número	Percentagem (%)
Almirante	2	10
Comodoro	1	5
Capitão-de-mar-e-guerra	1	5
Capitão-tenente	3	15
Primeiro-tenente	4	20
Segundo-tenente	7	35
Subtenente	2	10
Total	20	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

**Quadro nº 88 – Sargentos por postos, que passaram pela Obra Social da Fragata
D. Fernando II e Glória, entre 1947 e 1972*.**

Postos da categoria de sargento	Número	Percentagem (%)
Sargento-ajudante	9	27,3
Primeiro-sargento	17	51,5
Segundo-sargento	7	21,2
Total	33	100

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Nota: As especialidades e formas de prestação de serviço dos sargentos dividiam-se entre, Condutores de Máquinas, Manobras, Clarins, Enfermeiros, Artilheiros, Carpinteiros, Músicos, Serviços Gerais pessoal da Reserva da Armada e da Reserva da Legião.

**Quadro nº 89 – Praças por postos, que passaram pela Obra Social da Fragata D.
Fernando II e Glória, entre 1947 e 1972*.**

Postos da categoria de praça	Número de alunos	Percentagem (%)
Cabo	23	28,8
Marinheiro	24	30,0
Primeiro-marinheiro	5	6,3
Grumete	4	5,0
Primeiro-grumete	7	8,8
Segundo-grumete	6	7,5
Primeiro-cozinheiro	4	5,0
Segundo-cozinheiro	6	7,5
Primeiro-criado	1	1,3
Total	80	100,0

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Nota: As especialidades e formas de prestação de serviço das praças dividiam-se entre, Fogueiros, Fogueiros-motoristas, Torpedeiros, Artilheiros, Manobras, Sinaleiros, Clarins, Serviços Gerais, Auxiliares e pessoal da Reserva da Armada e da Reserva da Legião.

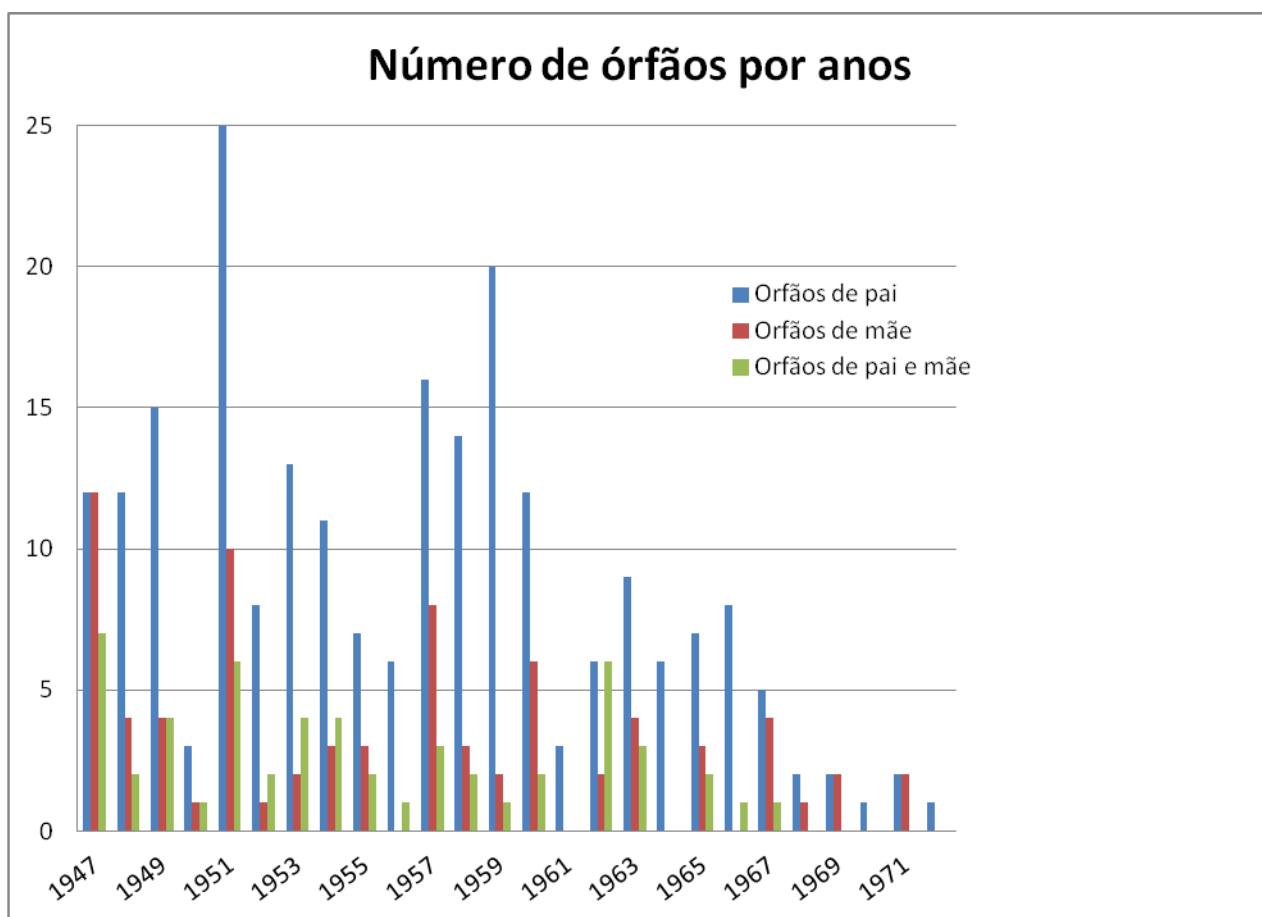
Quadro nº 90 – Ex-alunos órfãos e com pais desconhecidos (1947-1972)

Número de alunos							
Ano	Órfãos de pai	Órfãos de mãe	Órfãos de pai e mãe	Pai desconhecido	Mãe desconhecida	Pai e mãe desconhecidos	Total
1947	12	12	7	3	-	2	36
1948	12	4	2	-	1	-	19
1949	15	4	4	-	-	-	23
1950	3	1	1	1	-	-	6
1951	25	10	6	5	1	3	50
1952	8	1	2	2	-	-	13
1953	13	2	4	4	1	-	24
1954	11	3	4	7	1	-	26
1955	7	3	2	3	1	-	16
1956	6	-	1	3	-	-	10
1957	16	8	3	4	-	-	31
1958	14	3	2	8	-	-	27
1959	20	2	1	4	-	-	27
1960	12	6	2	6	-	-	26
1961	3	-	-	2	1	-	6
1962	6	2	6	9	-	-	23
1963	9	4	3	2	-	-	18
1964	6	-	-	3	-	-	9
1965	7	3	2	4	-	-	16
1966	8	-	1	1	-	-	10
1967	5	4	1	1	-	2	13
1968	2	1	-	3	-	1	7
1969	2	2	-	2	2	-	8
1970	1	-	-	3	1	-	5
1971	2	2	-	2	-	-	6
1972	1	-	-	2	-	-	3
Total	226	77	54	84	9	8	458

Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

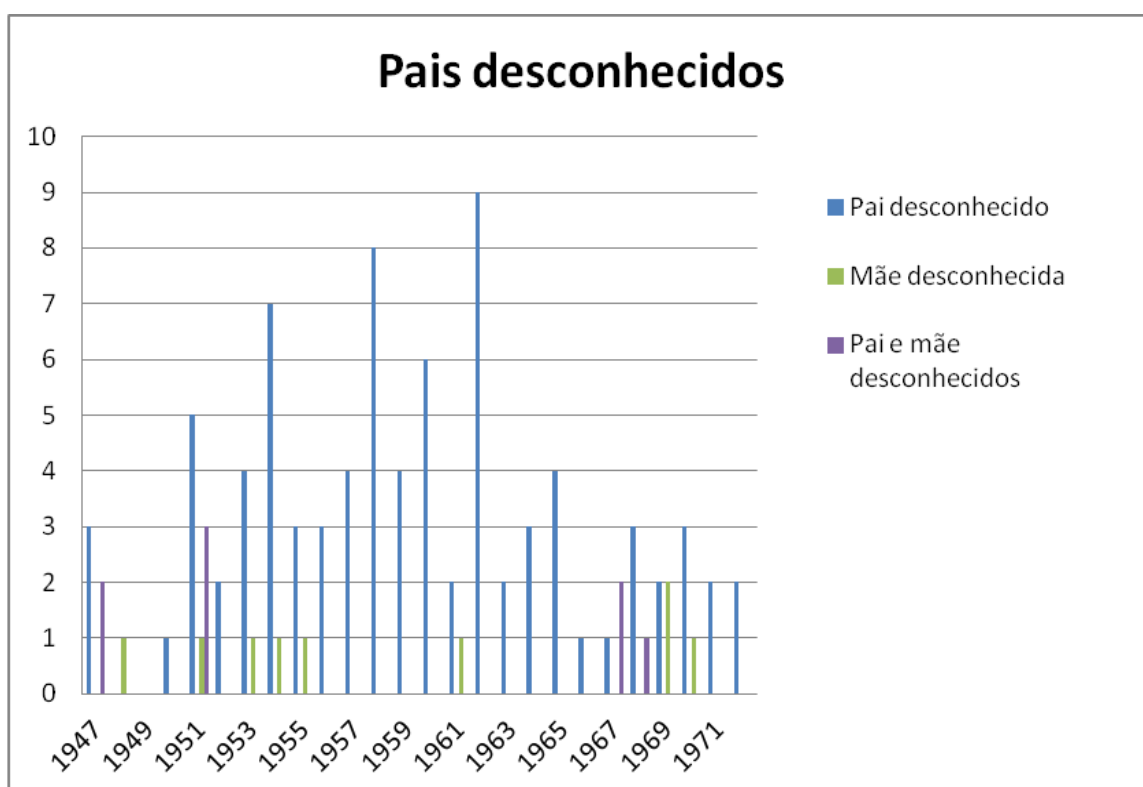
Numa análise aos quadros anteriores estima-se que entre 1947 e 1972, passaram pela Obra 161 militares , paramilitares e civis dos quais 20 eram oficiais, 33 eram sargentos e 80 eram praças. Quanto aos colaboradores civis, passaram pela instituição 14 professores, um médico, um padre, um enfermeiro, 8 sapateiros, 2 trompetistas e um motorista.

Gráfico nº 2 – Número de órfãos por anos.



Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Gráfico nº 3 – Número de ex-alunos com pais desconhecidos por anos.



Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

Gráfico nº 4 – Número de ex-alunos sem um ou ambos os pais, por anos.



Fonte: *Registo Geral dos Alunos*

3.5 Modelo de Análise

Um caminho necessário a percorrer em qualquer aproximação ao objeto de estudo é aquele que passa pela colocação de hipóteses. Se a recorrência aos autores e às teorias são a logística do empreendimento, o levantamento das hipóteses trata-se do primeiro passo no sentido da sua operacionalização, que atinge depois o seu expoente máximo na utilização das técnicas e dos métodos, e finalmente à conclusão a que é possível chegar.

Propusemos, mesmo antes de saber com quantos ex-alunos conseguiríamos contatar, empreender um trabalho onde os mesmos respondessem a um inquérito por questionário que permitisse sabermos mais sobre eles. Interessava-nos as suas características pessoais; as condições de vida e o trajeto académico-profissional e histórico criminal que haviam percorrido antes de ingressar na Obra; os hábitos socio-educacionais durante a permanência na mesma; as suas características familiares e ainda as características biográficas e trajetórias profissionais que haviam seguido pela vida fora. Recolhemos informações sobre tudo isto através do referido inquérito por questionário. Com esta solicitação pretendíamos obter resposta a três questões, que constituíam também as nossas hipóteses. Estas hipóteses pretendiam “ver para além” do descrito aquando da constituição da Obra Social. Isto é, conforme já apresentamos no capítulo referente à criação da instituição, esta foi legalmente constituída para dar apoio assistencial e educacional a rapazes órfãos ou oriundos de famílias numerosas que fossem carenciados e que assim poderiam ter direito a educação e acesso a uma profissão ligada ao mar. No entanto pretendíamos descobrir se tal seria somente assim. Assim decidimos avançar com as seguintes hipóteses:

Primeira hipótese – a Obra Social foi criada somente para o objetivo que aparece escrito nos documentos oficiais da época. A tónica forte da Obra foi de cariz puramente assistencial e de beneficência.

Segunda hipótese – A Obra poderá ter-se tratado de um projeto com vista à criação de um “viveiro” de jovens para constituírem as tripulações dos navios bacalhoeiros da famosa “frota branca.” Esta hipótese assenta na observação das relações existentes entre o então delegado do governo junto das pescas, o Almirante Henrique Tenreiro, a Brigada Naval (da qual foi comandante) e a Escola Profissional de Pesca de

Pedrouços, nunca esquecendo que o militar, foi também ele, um dos fundadores da Obra Social.

Terceira hipótese - a obra social terá sido um misto das duas hipóteses anteriores, aliado a uma necessidade de dar uma finalidade prática à velha fragata e de distribuir alguns cargos para elementos da Legião Portuguesa e da Brigada Naval. Nesta perspetiva, a mais abrangente, cabe ainda a hipótese da Obra, ao longo dos seus cerca de trinta anos de existência, ter ido reformulando as suas finalidades conforme teve, por força da própria providência e não só, de se ir reconfigurando e recriando.

Infelizmente nunca conseguimos dar uma resposta cabal a estas questões, nem validar nenhuma das hipóteses. De 159 entrevistas possíveis, conseguimos validar 100. Ficámos assim reduzidos a uma amostra de 100 casos para um universo de 1164, estes constituíram assim somente 8,6% do universo. Verificámos entretanto que a nossa amostra não é aleatória pois servimo-nos de dados (moradas, números de telefone e endereços de correio eletrónico) fornecidos por ex-alunos que por sua vez possuem esses mesmos dados relativos a outros ex-alunos que com eles trocam informações. Ou seja, tivemos acesso a um elenco de ex-alunos, que se pode tratar de um conjunto com determinadas características (como por exemplo o simples facto de se comunicarem e anualmente se juntarem para um almoço convívio) que, por si só, já constituem uma não aleatoriedade e poderiam levar a conclusões enviesadas.

Desta forma e depois de concluído que a análise não permitiria a inferência estatística, decidimos, obviamente, não extrapolar o resultado para todo o universo. Ainda que limitados à análise descritiva, decidimos trazê-la a público na sua totalidade.

Apresentamos seguidamente os quadros (alguns deles comentados), resultantes de uma análise estatística tradicional e também de uma análise com recurso ao *SPSS*. Acreditamos que, ainda que sem valor extrapolativo, constituem uma descrição a ter em conta, visto tratarem-se de uma imagem real de um conjunto de indivíduos que partilharam um mesmo espaço, em tempos diferentes e que como veremos continuam por um lado, fazendo jus à própria condição humana, a ser diferentes uns dos outros, mas por outro, atendendo a um passado comum, a responder quase uniformemente a determinadas questões.

3.6 As Fontes

Os recursos, locais e documentos utilizados para a realização de todo o trabalho foram variados e consistiram, por um lado, na utilização de um conjunto de fontes, normalmente utilizadas na investigação histórica e por outro numa utilização de ferramentas próprias das ciências sociais. Ao falarmos de fontes históricas primárias, por assim dizer, referimo-nos principalmente aos documentos escritos, gravuras, fotografias e filmagens. No que respeita a outras fontes, recorremos a entrevistas, questionários e conversas informais com alguns dos intervenientes ativos do fenómeno. Também efetuamos visitas à Fragata D. Fernando II e Glória e à Capitania do Porto de Setúbal, locais onde a obra decorreu.

Além disso, no que respeita somente aos dados que seguidamente passamos a apresentar sobre os 100 inquéritos validados, obviamente, as fontes foram os próprios ex-alunos e as suas declarações.

3.7 Antes, durante e depois - A passagem pela Obra,

Neste subcapítulo pretendemos dar a conhecer aquilo que foi (e como foi) a vida dos entrevistados, antes da entrada para a Obra, durante a sua estadia na mesma e o rumo profissional que tomaram após a passagem pela mesma. Apresentamos para isso um conjunto de quadros e gráficos que constituem o resultado estatístico do inquérito²⁰⁶ efetuado a 100 ex-alunos. Os dados mais relevantes serão objeto de comentário no final de cada subcapítulo. O referido inquérito termina com um espaço, de preenchimento facultativo, dedicado a observações e considerações onde os alunos puderam escrever livremente sobre a Obra Social. Sessenta e um indivíduos optaram por utilizar este espaço. As observações destes antigos alunos constam do anexo F, no final do trabalho. O que escreveram é uma espécie de espelho onde estão refletidas as suas ideias, anseios, revoltas, frustrações e expectativas. A sua partilha connosco constituiu uma mais-valia a ter em conta.

Finalmente, no anexo G resolvemos trazer a público o resultado de três entrevistas que realizámos a três ex-alunos que passaram pela instituição em períodos

²⁰⁶ Ver apêndice 1.

diferentes (décadas de 40, 50 e 60). Estas entrevistas (que foram exploratórias) permitiram-nos, num momento inicial do trabalho, abriremos os horizontes sobre a

Quadro nº 91 – Número de ex-alunos da amostra por ano de entrada

Ano de entrada	Número de alunos e percentagem (%)
1947	2
1948	2
1949	4
1950	3
1951	1
1952	6
1953	3
1954	3
1955	7
1956	5
1957	6
1958	7
1959	9
1960	5
1961	3
1962	7
1963	12
1964	0
1965	3
1966	2
1967	4
1968	3
1969	2
1970	1
Total	100

Fonte: Informação disponível na “Lista de contactos de ex-alunos da Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória” e resultados de alguns telefonemas realizados.

temática em análise. Com elas tivemos uma primeira visão abrangente da Obra e dos seus intervenientes. Estas entrevistas permitiram-nos definir estratégias e planificar o nosso trabalho de uma forma mais clara. Devido à sua importância e riqueza das descrições biográficas resolvemos integrá-las no trabalho.

Gráfico nº 5 – Ex-alunos da amostra por ano de entrada.



Fonte: Informação disponível na “Lista de contactos de ex-alunos da Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória” e resultados de alguns telefonemas realizados.

Quadro nº 92 – Número de ex-alunos da amostra por ano de saída

Ano de saída	Número de alunos e percentagem (%)
1951	4
1953	3
1954	5
1955	1
1956	8
1957	6
1958	5
1959	6
1960	4
1961	1
1962	6
1963	4
1964	12
1965	4
1966	5
1967	4
1968	4
1969	7
1970	3
1971	1
1972	1
1974	4
1975	2
Total	100

Fonte: Informação disponível na “Lista de contactos de ex-alunos da Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória” e resultados de alguns telefonemas realizados.

Gráfico nº 6 – Ex-alunos da amostra por ano de saída.



Fonte: Informação disponível na “Lista de contactos de ex-alunos da Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória” e resultados de alguns telefonemas realizados.

Algumas considerações sobre a amostra:

A listagem de nomes de ex-alunos colocada ao nosso dispor contém 159 nomes e contatos de ex-alunos (moradas, contatos telefónicos e endereços eletrónicos). A lista encontra-se na posse de um ex-aluno chamado Carlos Vardasca que pertence ao núcleo organizador de convívios anuais dos ex-alunos da Obra. Este antigo aluno, dirige um *blog* dedicado às vivências passadas na Obra Social e também ao tempo passado na guerra colonial. Desta lista observamos não ser possível contactar com quinze

indivíduos, por morada incompleta, contatos telefónicos desatualizados e inexistência de endereço eletrónico. Além destes quinze casos, não foi possível ainda, inserir três questionários que nos chegaram fora de prazo, via postal. Não obtivemos resposta de 41 indivíduos que ou não responderam via postal, ou não responderam por via eletrónica, ou ainda, não quiseram responder via telefónica. Todos os indivíduos que não responderam a uma primeira forma de contacto (via postal ou eletrónica) foram contactados sob uma segunda forma e alguns ainda sob uma terceira, sendo esta a nossa “última hipótese de sucesso”, o contato telefónico. Os alunos que afirmaram, numa primeira abordagem telefónica, não querer responder, não foram contactados de outra forma.

No final apurámos 100 questionários que validámos.

Quadro nº 93 – Métodos de contacto dos ex-alunos da amostra

Métodos de contacto	Número de alunos contactados
Via eletrónica	67
Via postal	33
Via telefónica	77
Total	177

Este total de 177 não corresponde aos 100 inquiridos por questionário validados, justamente porque, como atrás referimos, houve necessidade de voltar a contactar indivíduos que anteriormente não haviam respondido aos contactos via eletrónica ou postal.

Quadro nº 94 – Métodos de resposta dos ex-alunos da amostra

Respostas obtidas por:	Número de alunos e percentagem (%)
Via eletrónica	18
Via postal	11
Via telefónica	69
Via direta (contacto pessoal)	2
Total	100

3.7.1 Caraterísticas Pessoais

Todos os quadros seguintes dizem respeito ao conjunto de alunos que compuseram a amostra.

Quadro nº 95 – Distribuição por idades

Idades	Número de ex-alunos e percentagem (%)
54	3
55	1
56	2
57	1
58	1
59	5
60	4
61	1
62	9
63	8
64	2
65	9
66	11
67	4
68	6
69	3
70	6
71	6
72	3
73	3
74	5
75	2
76	0
77	0
78	3
79	1
Não responderam	1
Total	100

Fonte: Respostas obtidas através do questionário aos ex-alunos da “Obra Social da Fragata D. Fernando e Glória II”, no período compreendido entre 07/11/2011 e 16/01/2012. Desde este quadro até ao quadro nº 174 a fonte é a mesma.

Quadro nº 96 – Estado civil

Estado civil	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Casado	78
Divorciado	8
Viúvo	6
Solteiro	5
União de facto	1
Não responderam	2
Total	100

Quadro nº 97 – Idade do casamento

Idades	Número de ex-alunos e percentagem (%)
18	3
19	1
20	2
21	5
22	5
23	3
24	5
25	9
26	4
27	3
28	4
29	2
30	1
31	0
32	0
33	0
34	0
35	0
36	0
37	1
38	0
39	0
40	1
Não responderam	51
Total	100

Quadro nº98 – Período de tempo de permanência solteiro após saída da “Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória”

Número de anos solteiro	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Até 2 anos	4
2 a 3 anos	2
3 a 5 anos	9
5 a 10 anos	19
+ de 10 anos	11
Não sabem/Não responderam/solteiros	55
Total	100

Quadro nº 99 – Paternidade I

Teve filhos	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	86
Não	2
Não responderam	12
Total	100

Quadro nº 100 – Paternidade II

Número de filhos	Número de ex-alunos e percentagem (%)
1	22
2	40
3	3
+ de 3	3
Não responderam	32
Total	100

Quadro nº 101 – Idade de paternidade

Idade de paternidade	Número de ex-alunos e percentagem (%)
19	3
20	2
21	1
22	6
23	4
24	6
25	5
26	5
27	8
28	0
29	2
30	3
31	1
32	2
33	2
34	0
35	1
Não responderam	53
Total	100

Quadro nº 102 – Profissão

Profissão atual ou última profissão	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Agricultor	1
Ajudante de Cozinheiro	1
Artífice da Marinha Mercante	1
Bancário	1
Barbeiro	1
Barman	1
Cantor	1
Chefe de estação (empresa rent-a-car)	1
Chefe de Sector (Imprensa Nacional Casa da Moeda)	1
Controlador de Qualidade	1
Coveiro	1
Cozinheiro	9
Cozinheiro da Marinha Mercante	7
Desenhador Industrial	1
Despenseiro da Marinha Mercante	3
Distribuidor de pão	1
Eletricista	3
Eletricista da Marinha Mercante	2
Empregado de Câmara da Marinha Mercante	2
Empregado hoteleiro	1
Empresário	1
Encarregado de Armazém	1
Engenheiro	1
Fogueiro	1
Formador	1
Funcionário Público	6
Gerente Comercial	1
Guarda-costas	1
Hoteleiro	1
Marítimo (Escalador)	1
Marítimo (Pescador)	1
Marinheiro da Marinha Mercante	1
Militares da Marinha de Guerra	12
Militarizado da Armada	1
Motorista de Ligeiros	1
Motorista de Pesados	1
Motorista ou Maquinista da Marinha Mercante	9
Músico	1
Operador de Manutenção de Aquecimento	1
Operário	1
Operário da C.P	1
Pintor da Construção Civil	1
Pintor de Automóveis	1
G.N.R	1
Profissional de Engenharia	1
Profissional Liberal	1
Segurança	1
Serralheiro	1
Técnico de Frio	1
Técnico de Manutenção	1
Técnico da Portugal Telecom	1
Técnico Operacional	1
Técnico Superior Principal	1
Tripulante de Ferry's (Setúbal – Troia)	1
Vendedor	1
Vendedor de Eletrodomésticos	1
Total	100

Quadro nº 103 – Concelho de Residência

Concelho de Residência	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Albufeira	3
Alcácer do Sal	1
Aljezur	1
Almada	8
Almeirim	1
Amadora	4
Azambuja	1
Barreiro	2
Beja	1
Bombarral	1
Caldas da Rainha	1
Cartaxo	1
Cascais	2
Chaves	1
Faro	3
Figueira da Foz	4
Fundão	1
Lagos	2
Lisboa	11
Loures	3
Mafra	6
Moita	1
Montijo	1
Murça	1
Palmela	1
Portimão	2
Porto	1
Oeiras	6
Póvoa do Varzim	1
Loulé	1
São Pedro do Sul	1
Seixal	4
Sesimbra	1
Setúbal	6
Silves	1
Sintra	9
Torres Vedras	1
Vila Franca de Xira	3
Vila Real de Santo António	1
Total	100

Quadro nº 104 – Distrito de Residência

Distrito de Residência	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Almada	8
Beja	1
Castelo Branco	1
Coimbra	4
Faro	14
Leiria	2
Lisboa	46
Porto	2
Santarém	2
Setúbal	17
Vila Real	2
Viseu	1
Total	100

Quadro nº 105 – Credo Religioso

Credo Religioso	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Católico	56
Muçulmano	0
Judeu	0
Protestante	0
Agnóstico	4
Outro	0
Não Responderam	40
Total	100

Quadro nº 106 – Militância ou Simpatia Política

Opinião política	Número de ex-alunos
Direita	6
Centro	4
Esquerda	21
Outra	0
Sem Opinião	22
Não Responderam	47
Total	100

Da análise aos quadros deste subcapítulo, podemos concluir que a maioria dos inquiridos (11%), tinha 66 anos de idade em 2012. A maioria encontrava-se casada (78%) e tinha filhos (86%), desses, cerca de 40% tinham dois filhos. No que respeita às profissões que tiveram ou ainda tem, a maioria foram militares da Marinha (cerca de 12%), no entanto dos 100 inquiridos apurámos cerca de 56 profissões diferentes o que demonstra uma grande diversidade. A maioria reside no distrito de Lisboa (46%) e cerca de 11% que também constitui a maioria reside também no concelho de Lisboa. Os entrevistados estão no entanto divididos por 40 concelhos diferentes e por 12 distritos. No que se refere ao credo religioso 56% afirmou ser católico, no entanto 40% não responderam, 4% referiram ser agnósticos e os restantes não responderam.

3.7.2 Condições de Vida e Trajeto Académico-Profissional

Quadro nº 107 – Residência

Com quem vivia	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Ambos os pais ou um dos pais	69
Avós	8
Tios	8
Outra Instituição Social	12
Sozinho	1
Outros	2
Total	100

Quadro nº 108 – Local de Residência

Onde vivia	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Campo	24
Cidade	58
Vila	7
Aldeia	3
Não Responderam	8
Total	100

Quadro nº 109 – Número de Irmãos

Número de irmãos	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Filho único	2
Até 3	48
4 a 5	15
6 a 7	4
8 a 10	5
Mais de 10	4
Não Responderam	22
Total	100

Quadro nº 110 – Coabitação com Irmãos

Vivia com os irmãos	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	30
Não	24
Com alguns	7
Não Responderam	39
Total	100

Quadro nº 111 – Água Canalizada

Tinham água canalizada?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	57
Não	41
Não Responderam	2
Total	100

Quadro nº 112 – Eletricidade

Tinham eletricidade em casa?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	56
Não	44
Não Responderam	0
Total	100

Quadro nº 113 – Frequência Escolar

Tinham andado ou andavam na Escola?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	75
Não	15
Não Responderam	10
Total	100

Quadro nº 114 – Conclusão da 3ª Classe

Já tinham feito o exame da 3ª classe?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	53
Não	35
Não Responderam	12
Total	100

Quadro nº 115 – Aprovação no exame da 4ª Classe

Já tinham feito o exame da 4ª classe?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	46
Não	50
Não Responderam	4
Total	100

Quadro nº 116 – Habilitações superiores à 4ª Classe

Tinham habilitações superiores à 4ª Classe?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	10
Não	65
Não Responderam	25
Total	100

Quadro nº 117 – Situação quanto ao trabalho.

Já trabalhava ou tinha trabalhado?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	32
Não	50
Não Responderam	18
Total	100

Quadro nº 118 – Local de trabalho.

Onde trabalhava?	Número de ex-alunos	Percentagem %
Alfaiataria	1	3,1
Barco	3	9,4
Café	1	3,1
Campo	7	21,9
Escritório	1	3,1
Feira	1	3,1
Loja	1	3,1
Mercearia	3	9,4
Obras	1	3,1
Oficina automóvel	1	3,1
Oficina de sapateiro	1	3,1
Padaria	1	3,1
Papelaria	1	3,1
Praça do peixe	1	3,1
Ribeira (à pesca)	1	3,1
Sapataria	2	6,3
Tipografia	1	3,1
Não Responderam	4	12,5
Total	32	100

Quadro nº 119 – Especificação do trabalho.

Em que consistia o trabalho?	Número de ex-alunos	Percentagem %
Ajudante de tipógrafo	1	3,1
Ajudar na mercearia	1	3,1
Ajudar na venda ambulante	1	3,1
Aprendiz de alfaiate	1	3,1
Aprendiz de mecânico	1	3,1
Aprendiz de sapateiro	1	3,1
Atender telefones	1	3,1
Dar serventia a pedreiros	1	3,1
Distribuir artigos de papelaria	1	3,1
Distribuir pão	1	3,1
Fazer recados	1	3,1
Guardar gado (pastorícia)	1	3,1
Lavrar a terra	2	6,3
Pescar	4	12,5
Servir à mesa	1	3,1
Trabalhar na agricultura	4	12,5
Vender	3	9,4
Vender na mercearia	2	6,3
Não Responderam	4	12,5
Total	32	100,0

Quadro nº 120 – Situação histórico-criminal.

Teve problemas com a lei neste período?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	1
Não	56
Não Responderam	43
Total	100

Quadro nº 121 – Situação quanto à passagem por instituições de correção.

Tinha estado em casa de correção?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	1
Não	56
Não Responderam	43
Total	100

3.7.3 Período em que pertenceu à Obra, caracterização de alguns hábitos Sócio Educacionais

Quadro nº 122 – Disciplina.

A disciplina era dura?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	16
Normal*	50
Não	27
Não Responderam	7
Total	100

*Uma grande parte dos alunos inquiridos, sobretudo os inquiridos via contato telefónico, que responderam que a disciplina era “normal”, ressaltaram esta designação de “normal” afirmando que era “normal para a época”, isto é, à luz dos dias de hoje o tipo de disciplina aplicada não seria, segundo os mesmos, “normal”, seria sim considerada “muito rigorosa”.

Quadro nº 123 – Internamento.

Sentiu-se preso?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	18
Não	64
Não Responderam	18
Total	100

Quadro nº 124 – Camaradagem.

Havia espírito de camaradagem?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	86
Não	5
Não Responderam	9
Total	100

Quadro nº 125 – Habitabilidade.

As condições de habitabilidade eram melhores do que antes de ir para a Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	52
Não	39
Não Responderam	9
Total	100

Quadro nº126 – Alimentação.

A alimentação era melhor do que antes de ir para a Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	59
Não	32
Não Responderam	9
Total	100

Quadro nº 127 – Condições gerais.

Considera que as condições, de um modo geral, eram melhores a bordo (ou nas instalações da Escola de Pesca de Pedrouços e Capitania do Porto de Setúbal) do que as que tinha anteriormente?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	38
Não	21
Não Responderam	41
Total	100

Quadro nº 128 – Saídas.

Havia licenças?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	84
Não	1
Não Responderam	15
Total	100

Quadro nº129 – Divertimentos.

Havia divertimentos?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	44
Não	21
Não Responderam	35
Total	100

Quadro nº 130 – Dias especiais.

Havia dias especiais?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	27
Não	29
Não Responderam	44
Total	100

Quadro nº 131 – Sentimento em relação à guarnição.

Os elementos da guarnição eram amáveis?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	27
Alguns	54
Não	2
Não Responderam	17
Total	100

Quadro nº 132 – Relação com a guarnição.

Com quem se dava mais? Oficiais, sargentos ou praças?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Oficiais	8
Sargentos	11
Praças	34
Com todos	26
Não Responderam	21
Total	100

Quadro nº 133 – Relação com os professores e instrutores.

Os professores e monitores eram exigentes?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	58
Não	20
Não Responderam	22
Total	100

Quadro nº 134 – Sentimento em relação ao espaço/disciplina/punição.

Sentia-se numa casa de correção?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	8
Não	54
Não sabem	6
Não Responderam	32
Total	100

Quadro nº 135 – Os castigos.

Havia castigos?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	80
Não	4
Não Responderam	16
Total	100

Quadro nº 136 – Castigos sofridos.

Se considera que havia castigos, sofreu castigos?	Número de ex-alunos	Percentagem %
Sim	38	42,2
Não	44	48,9
Não Responderam	6	6,7
Total	90	100

Quadro nº 137 – Tipologia de castigos.

Se sofreu castigos, qual o tipo?	Número de ex-alunos	Percentagem %
Físicos	13	34,2
Psicológicos	12	31,6
Ambos	13	34,2
Total	38	100

Quadro nº 138 – Sentimento em relação ao espaço/ensino.

Sentia-se numa escola?	Número de ex-alunos e percentagem %
Sim	64
Não	13
Não Responderam	23
Total	100

Quadro nº 139 – O ensino.

O ensino era bom?	Número de ex-alunos e percentagem %
Sim	48
Não	8
Não sabe avaliar	15
Não Responderam	29
Total	100

Quadro nº140 – Habilitações académicas à saída.

Com que habilitações académicas saiu da Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória?	Número de ex-alunos e percentagem %
3ª Classe	1
4ª Classe	62
Superior à 4ª Classe	11
Não Responderam	26
Total	100

Quadro nº 141 – As fugas.

Alguma vez fugiu ou tentou fugir?	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Sim	4
Não	80
Não Responderam	16
Total	100

Neste subcapítulo pudemos apurar como dados estatísticos mais relevantes o seguinte: Dos inquiridos, 69% afirmou que vivia com um ou ambos os pais antes de entrar para a Obra. A maioria dos ex-alunos, cerca de 58%, vivia na cidade e 48% tiveram até três irmãos. Cerca de 57% tinham água canalizada e 56% eletricidade. A maioria (75%) tinha andado na escola, destes, 53% tinham já a 3ª classe quando

entraram para a instituição e 46% possuíam a 4ª classe. Alguns, cerca de 10% já tinham trabalhado, sobretudo no campo. Quanto à disciplina, 50% responderam que a disciplina era a normal para a época. Alguns admitiram que tinham melhores condições de habitabilidade fora da instituição (cerca de 52%). No que se refere à alimentação, 59% consideravam-na boa. No que diz respeito aos castigos, 80% admitiu que os havia, 43% referiu que tinha sido castigado algumas vezes. Por fim, cerca de 64% dos inquiridos confessaram sentir-se numa escola e não noutro tipo de instituição, no período que lá permaneceram.

3.7.3 Características Familiares.

Quadro nº142 – Caraterização profissional dos pais.

Profissão do pai	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Agricultor / Lavrador	11
Agulheiro (C.P)	1
Arrais de fragata	1
Balconista	1
Barbeiro	1
Carpinteiro	1
Caseiro	1
Comerciante	1
Compositor de tipografia	1
Corticeiro	1
Cozinheiro	1
Cozinheiro da Marinha Mercante	1
Eletricista	1
Empresário de camionagem de passageiros	1
Enfermeiro da Marinha Mercante	1
Escriturário	1
Estivador	2
Fogueiro	1
Funcionário Público	1
G.N.R	1
Guarda fios (correios)	1
Leiteiro	1
Magarefe	1
Marceneiro	1
Marítimo (Pesca)	1
Militar	1
Mineiro	1
Motorista Automóvel	2
Motorista da Marinha Mercante	2
Músico	1
Pastor	1
Pedreiro	7
Pescador	11
Polícia	2
Resineiro	1
Sapateiro	7
Sem profissão (Presidiário)	1
Servente de pedreiros	1
Tanoeiro	1
Técnico de Contas	1
Técnico de telefones	1
Trabalhador Rural	4
Varredor de rua	1
Vendedor Ambulante	1
Não sabem	17
Total	100

Quadro nº 143 – Caraterização profissional dos pais.

Profissão da mãe	Número de ex-alunos e percentagem (%)
Agricultora / Lavradora	8
Comerciante	1
Corticeira	1
Costureira	4
Cozinheira	2
Criada	1
Doméstica	49
Empregada do Casão Militar	1
Governanta	1
Lavadeira	1
Manicure / Pédicure	1
Operária	5
Professora Primária	1
Trabalhadora Rural	2
Trabalhadora a dias (limpezas)	6
Varina	4
Vendedora Ambulante	1
Não sabem	11
Total	100

Quadro nº 144 – Caraterização profissional do cônjuge.

Profissão da esposa	Número de ex-alunos	Percentagem (%)
Agente de Viagens	1	1,3
Bancária	1	1,3
Comerciante	2	2,5
Costureira	1	1,3
Costureira de malas	1	1,3
Cozinheira	1	1,3
Doméstica	19	24,1
Embaladora de fruta	1	1,3
Empregada de escritório	3	3,8
Empregada de hotelaria	1	1,3
Enfermeira	1	1,3
Funcionária dos C.T.T	1	1,3
Funcionária Pública	2	2,5
Funcionária da R.T.P	1	1,3
Modista	1	1,3
Operária	2	2,5
Tesoureira	1	1,3
Vendedora de peixe (praça)	1	1,3
Não responderam	40	50,6
Total	79	100

Quadro nº 145 – Caracterização profissional dos filhos dos ex-alunos.

Profissão	Número de filhos de ex-alunos na profissão	Percentagem %
Administrativo(a)	1	0,8
Advogado(a)	4	3,2
Analista Clínico	1	0,8
Arquiteto(a)	1	0,8
Assessor(a) no ramo automóvel	1	0,8
Assistente de Geriatria	1	0,8
Assistente Social	1	0,8
Auxiliar de Ação Médica	3	2,4
Bancário(a)	3	2,4
Cabeleireiro(a)	3	2,4
Comercial (Ramo Imobiliário)	1	0,8
Comerciante	2	1,6
Contabilista	1	0,8
Cozinheiro(a)	2	1,6
Desempregado(a)	3	2,4
Desenhador	1	0,8
Designer	1	0,8
Doméstica	2	1,6
Economista	2	1,6
Educador(a) de Infância	2	1,6
Eletricista	2	1,6
Empregado Comercial	1	0,8
Empregado(a) de café	1	0,8
Empregada de supermercado	1	0,8
Empresário	1	0,8
Engenheiro de Segurança do Trabalho	1	0,8
Engenheiro(a) Eletrotécnico(a)	1	0,8
Engenheiro(a) Informática(a)	1	0,8
Engenheiro(a) Químico(a)	1	0,8
Escriturária	2	1,6
Esteticista	1	0,8
Estudante	9	7,3
Formador(a)	1	0,8
Funcionária da Assembleia da República	1	0,8
Funcionário da C.P	1	0,8
Funcionário(a) dos C.T.T	2	1,6
Funcionário(a) Público	1	0,8
Gerente Comercial	1	0,8
Gestor(a) de empresa	4	3,2
Hoteleiro(a)	1	0,8
Jornalista	1	0,8
Magistrada	1	0,8
Marítimo	1	0,8
Mecânico Automóvel	3	2,4
Militar	2	1,6
Militarizado	1	0,8
Motorista Automóvel	4	3,2
Operário	1	0,8
Pedreiro	3	2,4
Peixeira	1	0,8
Pintor da Construção Civil	1	0,8
Portageiro	1	0,8
Porteiro(a)	1	0,8
Professor(a)	8	6,5
Profissão desconhecida pelos pais	8	6,5
Psicóloga	1	0,8
Publicitário	2	1,6
Rececionista de Hotel	1	0,8
Secretária	1	0,8
Socióloga	1	0,8
Técnico de Artes Gráficas	1	0,8
Técnico(a) de Eletrónica	2	1,6
Técnico(a) de Imagem	1	0,8
Técnico(a) de Informática	3	2,4
Técnico(a) de Marketing de Empresas	1	0,8
Técnico de Telecomunicações	1	0,8
Telefonista	1	0,8
Vendedor	1	0,8
Total	124	100,0

Quadro nº 146 – Habilitações literárias dos pais.

Nível de escolaridade do pai.	Número de ex-alunos e percentagem %
Analfabeto	20
3ª Classe	6
4ª Classe	25
Superior à 4ª classe	8
Não sabem	41
Total	100

Quadro nº 147 – Habilitações literárias dos pais.

Nível de escolaridade da mãe.	Número de ex-alunos e percentagem %
Analfabeta	25
3ª Classe	7
4ª Classe	27
Superior à 4ª classe	4
Não sabem	37
Total	100

Quadro nº 148 – Habilitações literárias do cônjuge.

Nível de escolaridade da esposa.	Número de ex-alunos e percentagem %
Analfabeta	2
3ª Classe	2
4ª Classe	32
Superior à 4ª classe	18
Não Responderam	46
Total	100

Quadro nº 149 – Habilitações literárias dos descendentes.

Nível de escolaridade dos filhos.	Número de ex-alunos e percentagem %
4ª Classe	3
Preparatório	8
Secundário	51
Superior	32
Não Sabem	1
Não Responderam	5
Total	100

Quadro nº 150 – Habilitações literárias dos ex-alunos.

Nível de escolaridade atual, dos ex-alunos.	Número de ex-alunos e percentagem %
4ª Classe	44
Preparatório	9
Secundário	13
Técnico Profissional	7
Superior	5
Não Responderam	22
Total	100

No que diz respeito às características familiares, conseguimos apurar o seguinte:

A maioria dos ex-alunos, que constitui 17% dos inquiridos, afirma não saber qual a profissão do pai e 11% referiram que este era agricultor, tendo sido esta a profissão mais observada. Cerca de 49% (também a maioria) afirmou que a mãe era doméstica. Quanto aos filhos dos ex-alunos 7,3% (a maioria) ainda são estudantes, a seguir com 6,5% das respostas surgem as profissões de professor e/ou professora e também, com o mesmo valor percentual a resposta de que o inquirido “desconhece a profissão ou a designação da profissão dos filhos”. Quanto às habilitações literárias, 41% referiu não saber as habilitações que os pais tinham quando foram para a Obra, 37% responderam o

mesmo em relação às mães. Já no que respeita aos filhos a maioria afirmou que os filhos possuem o ensino secundário (51%).

3.7.4 Características Biográficas e Trajetórias Profissionais

Quadro nº151 – Vida militar.

Foi militar?	Número de ex-alunos e percentagem %
Sim	77
Não	20
Não Responderam	3
Total	100

Quadro nº 152 – Ramo das Forças Armadas.

Qual o ramo das Forças Armadas a que pertenceu?	Número de ex-alunos	Percentagem %
Marinha	38	49,4
Exército	36	46,8
Força Aérea	2	2,6
Não Responderam	1	1,3
Total	77	100

Quadro nº 153 – A Guerra Colonial.

Esteve na Guerra Colonial?	Número de ex-alunos e percentagem %
Sim	40
Não	47
Não Responderam	13
Total	100

Quadro nº 154 – A Marinha Mercante e a frota nacional de pesca.

Não foi militar, optando pela Marinha mercante ou pela frota nacional de pesca?	Número de ex-alunos e percentagem %
Sim	10
Não	38
Não Responderam	52
Total	100

Quadro nº 155 – A Marinha de Guerra.

Fez carreira na Marinha de Guerra?	Número de ex-alunos e percentagem %
Sim	11
Não	35
Não Responderam	54
Total	100

Quadro nº 156 – Categorias e postos dos alunos que fizeram carreira na Marinha de Guerra (posto atual ou de passagem à reserva).

Categoria	Posto	Número de ex-alunos	Percentagem %
Oficial	1º Tenente	1	9,1
Sargento	Sargento-mor	1	9,1
	Sargento-Chefe	2	18,2
	Sargento-Ajudante	2	18,2
	1º Sargento	3	27,3
Praça	Cabo	2	18,2
Total	-----	11	100

Quadro nº157 – A Marinha Mercante.

Pertenceu à Marinha Mercante?	Número de ex-alunos e percentagem %
Sim	47
Não	53
Total	100

Quadro nº 158 – A Marinha Mercante.

Fez carreira na Marinha Mercante?	Número de ex-alunos e percentagem %
Sim	30
Não	44
Não Responderam	26
Total	100

Quadro nº 159 – Número de ex-alunos por local de trabalho e categoria que fizeram carreira* na Marinha Mercante.

Local de trabalho	Nº de ex-alunos (Mestrança e marinhagem)	Percentagem %
Convés	1	3,3
Máquinas	5	16,7
Câmaras	24	80
Total	30	100

* Este “fazer carreira na Marinha Mercante” não significa que após a aposentação ou retiro, alguns ex-alunos não tenham arranjado uma outra profissão.

Quadro nº 160 – Número de ex-alunos por graduação que fizeram carreira na Marinha Mercante.

Graduação	Número de ex-alunos	Percentagem %
Marinheiro de 1ª classe	1	3,3
Maquinista prático de 1ª Classe	1	3,3
Maquinista prático de 2ª Classe	1	3,3
Artífice-serralheiro	1	3,3
Eletricista de 1ª Classe	2	6,7
Cozinheiro	10	33,3
Ajudante de cozinheiro	5	16,7
Despenseiro	3	10
Ajudante de despenseiro	1	3,3
Empregado de câmaras	5	16,7
Total	30	100

Quadro nº 161 – A Marinha de Pesca.

Pertence ou pertenceu à frota nacional de pesca?	Número de ex-alunos e percentagem %
Sim	19
Não	81
Total	100

Quadro nº 162 – A Marinha de Pesca.

Fez carreira na frota nacional de pesca?	Número de ex-alunos	Percentagem %
Sim	4	21,1
Não	15	78,9
Total	19	100

Quadro nº 163 – Categorias da Marinha de Pesca.

Categoria	Número de ex-alunos	Percentagem %
Chefe de Máquinas	1	25
Maquinista prático de 1ª Classe	1	25
Maquinista prático de 2ª Classe	1	25
Escalador	1	25
Total	4	100

Quadro nº 164 – A Pesca do Bacalhau.

Pertenceu à frota pesqueira do bacalhau?	Número de ex-alunos e percentagem %
Sim	18
Não	82
Total	100

Quadro nº 165 – A Pesca do Bacalhau.

Fez carreira na frota pesqueira do bacalhau até esta findar a sua atividade?	Número de ex-alunos	Percentagem %
Sim	5	27,7
Não	13	72,2
Total	18	100

Quadro nº 166 – Categorias na pesca do bacalhau.

Com que categoria saiu da atividade?	Número de ex-alunos	Percentagem %
Chefe de Máquinas	1	5,6
Maquinista prático de 1ª Classe	2	11,1
Maquinista prático de 2ª Classe	1	5,6
Maquinista prático de 3ª Classe	2	11,1
Ajudante de Maquinista	2	11,1
Cozinheiro	1	5,6
Ajudante de Cozinheiro	1	5,6
Não responderam	8	44,4
Total	18	100

Quadro nº 167 – Situação após passagem pela Marinha Mercante e/ou Marinha de Pesca.

Trabalhou, ou trabalha para outras entidades marítimas como “embarcado”?	Número de ex-alunos	Percentagem %
Sim	23	46,9
Não	26	53,1
Total	49	100

Quadro nº 168 – Categorias de navios em que alguns ex-alunos trabalharam ou trabalham, após passagem pela Marinha Mercante ou Marinha de Pesca.

Navios ou Companhias	Número de ex-alunos	Percentagem %
Batelões	1	3,6
Cacilheiros	1	3,6
Cargueiros*	2	7,1
Cruzeiros	1	3,6
<i>Ferry's</i>	1	3,6
Navio de Investigação Científica	1	3,6
Navio Hospital	1	3,6
Navio Misto*	4	14,3
Navio Salva-Vidas	1	3,6
Passageiros	11	39,3
Petroleiros*	3	10,7
Táxi marítimo	1	3,6
Total	28	100

* Presumimos que o facto de surgir referencia a estes tipos de navios mercantes se deve à assunção por parte de alguns ex-alunos de que estes foram os seus segundos locais de trabalho na área marítima. Ou seja, os indivíduos que responderam, cargueiros, navios mistos e petroleiros, trabalharam anteriormente na pesca ou noutros tipos de navios mercantes e revelaram estes com outros locais de trabalho após uma primeira experiência (ou por vezes longos períodos de trabalho) em navios de outro tipo.

Quadro nº 169 – O Movimento Nacional Feminino.

Trabalhou no Movimento Nacional Feminino?	Número de ex-alunos e percentagem %
Sim	12
Não	53
Não responderam	35
Total	100

Quadro nº 170 – Relações de pertença com a Obra Social.

Alguma vez escondeu o fato de ter sido aluno da Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória?	Número de ex-alunos e percentagem %
Sim	1
Não	90
Não responderam	9
Total	100

Quadro nº 171 – Relações de pertença com a Obra Social.

Esconde hoje, em determinadas circunstâncias o fato de ter sido aluno da Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória?	Número de ex-alunos e percentagem %
Sim	0
Não	62
Não responderam	38
Total	100

Quadro nº 172 – Relações de pertença com a Obra Social.

O fato de ter sido aluno da Obra Social ajudou-o a tornar-se no homem que é?	Número de ex-alunos e percentagem %
Sim	56
Não	3
Talvez	7
Não responderam	34
Total	100

Quadro nº 173 – Relações de pertença com a Obra Social.

Orgulha-se de ter pertencido à Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória?	Número de ex-alunos e percentagem %
Sim	93
Não	2
Não responderam	5
Total	100

Quadro nº 174 – A Fragata atual.

Concorda com a recuperação e transformação da fragata em museu?	Número de ex-alunos e percentagem %
Sim	69
Não	13
Não tem opinião	13
Não responderam	5
Total	100

Neste subcapítulo final conseguimos apurar que de entre os inquiridos 77% afirmaram ter sido militares, desses, 49,4% pertenceram à Marinha de Guerra. A maioria (47%), não foi mobilizada para a guerra colonial. Quanto à Marinha Mercante, cerca de 47% passaram por lá e 53% não. Dos que embarcaram, 80% fez trabalho nas câmaras e 33,3% (a maioria) foram cozinheiros. No que respeita à Marinha de Pesca, só 19% passaram pelos navios pesqueiros. Destes, 18% passaram também pela pesca do bacalhau. Cerca de 39,3% dos inquiridos referiu que após passagem pela pesca e/ou pela Marinha Mercante tinham optado por sair para irem trabalhar em navios de passageiros.

No que se refere aos sentimentos de pertença para com a Obra, 90% afirma que nunca escondeu o facto de ter pertencido à Obra Social e 93% afirma sentir orgulho em terem pertencido. Por fim 69% concorda com a recuperação e transformação da Fragata em museu.

3.8 A Alcunha como Fenómeno de Aceitação

À medida que fomos tendo conhecimento sobre alguns detalhes da vida dos ex-alunos fomos nos apercebendo que a estes, logo que entravam para a obra lhes era, quase automaticamente atribuída uma alcunha.²⁰⁷ Esta acompanhava-os, geralmente durante todo o tempo de permanência na obra, podendo por vezes mudar ou ainda ser-lhe atribuída uma outra. Regra geral nestes casos o aluno ficava com dupla alcunha podendo ser tratado de uma forma ou de outra. Os professores, monitores ou instrutores, (militares ou não) e alguns sacerdotes e demais funcionários tinham também uma alcunha das quais talvez a maior parte deles não tivesse conhecimento.

Resolvemos inserir este subcapítulo sobre esta temática das alcunhas porque somos da opinião de que, tendo já a Antropologia feito a rutura com o estudo circunscrito ao exótico e ao longínquo e sendo atualmente uma ciência que nos mostra, para além do «outro», cada vez mais «nós próprios» é absolutamente necessário referir a atribuição deste «selo» aos alunos que entravam para a Obra.

Além desta referência à atribuição, importa tentar perceber as razões por detrás deste fenómeno. É o que propomos fazer logo após uma breve definição ao próprio signo.

Segundo Flor,²⁰⁸ “A origem da palavra alcunha remete para o termo árabe «al-kunia», que significa sobrenome, cognome, traduzindo uma relação de paternidade, que com o tempo se foi transformando numa relação de filiação alargada e que identifica, de forma preferencial os descendentes através das alcunhas dos ascendentes”. Esta ideia de sobrenome é partilhada por outros autores que contudo vão tendo definições aproximadas ou divergentes da que acabámos de referir.

Embora Flor se tenha proposto a buscar a origem da palavra, conseguiu exprimir algo mais do que somente isso, pois a referência a sobrenome e a cognome revelam uma espécie de atribuição *a posteriori* de algo já existente, neste caso o nome, que pode não ter necessariamente a ver somente com os antepassados e com aqueles que o atribuíram.

²⁰⁷ Tivemos conhecimento deste facto em conversas com ex-alunos e através dos documentos, já referidos ao longo do trabalho: *Lista de ex-alunos*, *Registo Geral dos Alunos* e *Fragata D. Fernando II e Glória 1947-1963, 16 anos de Vida e de Morte*.

²⁰⁸ FLOR, Augusto et al, *SORENA 44 anos entre Cacilhas e o Gingal. Uma história com muitas estórias* [s.l.], Juntas de Freguesia de Almada, Cacilhas, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro e Pragal, 2011, p. 375.

Nesta linha de pensamento, Polanah²⁰⁹ refere que “o nome antecipa-se à maturidade da pessoa; o sobrenome exprime o que há de assinalável numa personalidade amadurecida ou prematuramente impressionável por qualquer particularidade do seu carácter (...) a alcunha é um «sobrenome», visto que se sobrepõe ao nome pessoal; mas tanto um como o outro não eram e não são substancialmente diversos”. Segundo o autor, como verificamos, o nome e o sobrenome, ou o nome e a alcunha, são predicados ou catalogações obrigatoriamente atribuídos aos indivíduos, em momentos distintos da sua existência e com finalidades antropológicas diferentes.

Polanah vinca esta afirmação quando afirma que “as duas fórmulas servem para fazer significar o individuo em dois momentos muito distintos da sua existência: o nome prognostica; a alcunha diagnostica (...) ao contrário das alcunhas, os nomes, hoje e na nossa sociedade, deixaram de prognosticar como outrora; apenas se limitam a designar, com um rótulo, o sujeito que o usa.”²¹⁰

Aquilo a que o autor faz referência quando fala no valor prognóstico atribuído ao nome remete para sociedades mais remotas onde o nome parecia ser dado com um intuito previsionista e com uma intenção de vir a ter peso no percurso de vida de um recém-nascido. Na sociedade contemporânea esse sentido de ligação metafísica tem vindo a perder sentido e é cada vez menos utilizado. No entanto no que se refere à alcunha tal não se passa necessariamente assim. Efetivamente o sentido de diagnóstico atribuído pelo autor, parece existir, na medida em que a atribuição de determinada alcunha dificilmente está desprovida de uma ligação a um qualquer nível (que pode ser físico, comportamental, geográfico, profissional, condutacional ou outro) e que parece à primeira vista traçar aquilo que de mais sensitivo ou perceptível se revela num determinado individuo. Sensitivamente este pode ser do ponto de vista audível: gago, disléxico, mudo, ou outro. Do ponto de vista visível: alto, baixo, gordo, magro, negro, branco, etc.; do ponto de vista olfatável: mal cheiroso, perfumado, etc.; do ponto de vista da perceção esta ainda se pode dividir em inúmeras qualificações que adiante detalharemos, mas que para já podemos exemplificar referindo que pode ser perceptível por parte do grupo (normalmente os que «impõem» as alcunhas) alguns sinais reveladores de determinadas qualidades defeitos, estilos, manias, comportamentos que sendo o espelho do individuo e realçando-se de forma indelével levam os que atribuem

²⁰⁹ POLANAH, Luis, “O Estudo Antropológico das Alcinhas” in *Revista Lusitana (Nova Série)*, 7, pp. 125-145, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, p. 142.

²¹⁰ Idem, *ibidem*, 142.

as alcunhas a encontrar algo absolutamente observável pelos demais que «legítima» muitas vezes a atribuição e aceitação imediata de determinada alcunha. Sobre este processo de aceitação devemos referir aquilo que nos é apresentado por Filomena Brito quando refere que “ (...) nas Casas do Gaiato, como é sabido, quase todos os rapazes têm uma alcunha, tal como sucede com os indivíduos de qualquer microsociedade de inter-relacionamento vincadamente afetivo (...) ”²¹¹

A autora que refere a Casa do Gaiato, traz a público a realidade observável no contexto dessa instituição, onde também era apensado a quase todos os rapazes recém-chegados, uma alcunha.

Para esta autora “a alcunha, nome-outro forjado propositadamente para um indivíduo em concreto, inscreve-se num discurso de rigor, uma vez que o retrata fielmente aos olhos do grupo e o individualiza, cumprindo exemplarmente a sua função social. Há quem lhe chame ‘o batismo do fogo’. É em todo o caso, o melhor ‘Bilhete de Identidade’: porque ‘do povo’, e porque, ao ser criado/outorgado/aprovado endogenamente, confere ao ‘povo’ um PODER que lhe é indispensável como grupo. A alcunha (‘brasão’ como se diz nos Açores) é, além do mais, um sinal do acolhimento no seio do grupo – o que se revela de importância fundamental para a *self-esteem* e consequente equilíbrio psicológico do indivíduo, por não se sentir rejeitado”.²¹²

Esta aceitação que parece estar patente por parte do grupo acolhedor é referida por mais alguns autores. Verificámos que nas investigações que têm sido feitas sobre este tema se tem constatado que as alcunhas proliferam sobretudo em contextos sociais grupais. Em grupos e instituições tais como, grupos desportivos, quartéis, prisões, escolas, fábricas e outros a alcunha surge quase sempre de forma espontânea e imediata, classificando os indivíduos que dele fazem parte e aceitando-os no seu seio. Essa aceitação do grupo para com o recém-chegado revela-se de extrema importância quer para o grupo quer para os que chegam.

Voltando a um exemplo apresentado por Maria Filomena Brito, a determinada altura, refere a autora, aludindo para a importância do início de uma vida nova aquando do ingresso na Casa do Gaiato, a atribuição da alcunha “é o ritual iniciático, marca da admissão e da integração cósmica.”²¹³

²¹¹ BRITO, Maria Filomena, «A Alcinha: Configuração Linguística de um *Continuum* Afetivo (observação de uma micro-sociedade de tipo clânica)» in *Humanitas*, Vol L (pp. 835-866), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, p. 846.

²¹² Idem, *ibidem*, p. 846.

²¹³ Idem, *ibidem*, p. 851.

Este fenómeno iniciático de aceitação era de extrema importância na medida em que se era aceite no grupo a partir daí. Ter uma alcunha era legitimar a entrada de mais um «gaiato» na obra. Da mesma forma, também no contexto da Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória nos parece que a protocolização da aceitação no grupo passava por um ritual iniciático, onde todos, ou quase todos os alunos eram «batizados».

Naquilo que respeita às origens e funções das alcunhas que nos foi apresentado sobretudo por Flor²¹⁴ as alcunhas podem ter origens e funções variadas, podendo remeter, no que respeita às origens, para circunstâncias com as quais o recetor dessa mesma alcunha esteja ou tenha estado diretamente envolvido ou por outro lado não remeter para nenhuma situação desse tipo e receber uma alcunha sobre uma circunstância à qual foi completamente alheio.

Esta origem pode ainda ser adquirida dentro do espaço social em que se insere (ou acaba de ser inserido) ou herdá-la. No que respeita às funções e seguindo ainda a linha de raciocínio do autor, estas podem ser diversificadas e complexas. Qualificá-las não se apresenta uma tarefa fácil mas em traços gerais uma alcunha pode servir para reforçar laços sociais, mas também para incentivar a distância ou até promover a xenofobia.

Esta qualificação, que não é mais que uma catalogação das alcunhas, acaba por remeter para um outro problema, também ele de difícil solução que é o da tipificação das alcunhas. Vários autores se debruçam sobre esta temática, no entanto, o consenso não é generalizado. A categorização assume, consoante os autores e consoante as circunstâncias, o grupo estudado e a data do estudo, contornos também eles diferentes. Existem no entanto alguns pontos comuns. As variáveis que a generalidade dos autores aponta como necessárias para a atribuição de uma alcunha são: a variável comportamental, a variável geográfica e a variável física. Existem no entanto outras que embora não surjam em todos os autores, consideramos importantes.

Maria Filomena Brito²¹⁵ distingue dois grupos na categorização. Um grupo abrange uma perspetiva estática o outro uma perspetiva dinâmica. A primeira divide-se em alcunhas classificatórias toponímicas, (por exemplo, *o Alentejano*, *o Caminha*, *o Nisa*), alcunhas por enquadramento ao paradigma grupal de motivação linguística (por exemplo, *o Balãozinho*, *o Infante*, *o Macaquinho*), alcunhas por enquadramento ao

²¹⁴ FLOR, Augusto et al., *op. cit.*, p. 376.

²¹⁵ BRITO, Maria Filomena, *op. cit.*, pp. 861-864.

paradigma grupal do ponto de vista profissional/ocupacional ou de desenvolvimento de determinada atividade (por exemplo, *o Repórter X, o Sapateiro, o Sr. Doutor*). Ainda na perspectiva estática, as alcunhas, podem ser de caracterização física (por exemplo, *o Bigodes, o Estica, o Gordo*) ou podem ser de caracterização psicológica/caracterológica ou moral (por exemplo, *o Bravo, o Mau, o Perigoso*).

Sob o ponto de vista da perspectiva dinâmica, apresentada pela mesma autora, as alcunhas podem ser classificatórias, segundo o parâmetro tempo, onde um diminutivo ou um hipocorístico podem ser usados como alcunha (por exemplo, *o Guido, o Marinho* ou *o Ricky*) podem acompanhar o tempo havendo mudança ou simplificação da alcunha. As alcunhas podem ainda ser caracterizadoras das características físicas (por exemplo, *o Pequenito*), podem ser expressões comumente usadas ou constituírem determinados tiques verbais (por exemplo, *o Dê-Dê, o Nhôra*) ou ainda caracterizarem psicologicamente ou moralmente alguém (por exemplo, *o Fala-Barato, o Veneno*), finalmente e ainda inserido neste contexto da perspectiva dinâmica, as alcunhas podem ainda, segundo a autora ser provenientes de um *faits divers* (por exemplo, *o Milagre, o Pelé, o Shéu*).

Segundo, um outro autor, Luís Polanah²¹⁶ “as classificações são um passo metodológico imprescindível à arrumação das ideias” pelo que o autor contou com a contribuição de Paul Lebel²¹⁷ que criou uma classificação no desenvolvimento de um estudo sobre os antropónimos de origem gaulesa, galo-latina, galo-germânica, francesa e outras, além disso Polanah segue também uma classificação adotada por Ramos²¹⁸.

Assim, no decurso do seu trabalho, Polanah apresenta-nos uma tipologia de Lebel e uma outra de Ramos e faz uma pequena referência a uma tipologia adotada por Abel Viana²¹⁹ que por ser muito próxima do trabalho de Lebel optámos por não apresentar. Deste modo, segundo a tipologia de Lebel²²⁰ descrita no trabalho de Polanah existem sete tipos de alcunhas:

²¹⁶ POLANAH, Luis, *op. cit.*, pp. 130-132.

²¹⁷ LEBEL, Paul, *Les Noms des Personnes «Que Sais-Je»*, nº 235. PUF. Paris in POLANAH, Luis, *op. cit.*, p. 130.

²¹⁸ RAMOS, Francisco M., *Antropologia das Alcinhas Alentejanas: a engenharia do simbólico*. Departamento de Sociologia, Universidade de Évora, Évora, 1985. Policopiado in POLANAH, Luis, *op. cit.*, p. 130.

²¹⁹ VIANA, Abel, *Linguagem Popular do Alto Minho (Apontamentos)*. Empresa Gráfica do «Noticias de Viana», Viana do Castelo, 1932 in POLANAH, Luis, *op. cit.*, p. 131.

²²⁰ Atente-se que esta tipologia foi desenvolvida pelo autor para o trabalho específico já referido (o estudo dos antropónimos de origem gaulesa, galo-latina, galo-germânica, francesa e outras) pelo que deve ressaltar-se que a categorização deverá ter sido efetuada após conhecimento das alcunhas, o que indicia que para cada trabalho específico e para cada população alvo poderá/deverá ter sido construída uma categorização própria distinta.

Primeiro, as alcunhas derivadas de particularidades físicas ou morais (por exemplo, *o Lingrinhas, o Esqueleto*); segundo, as alcunhas que evocam a origem geográfica (por exemplo, *o Bicho das Áfricas*); terceiro, alcunhas profissionais (por exemplo, *o Caiador, o Ferreiro*); quarto, alcunhas ligadas à infância (por exemplo, *o Emilinho, o Marquito*); quinto, alcunhas provenientes de particularidades da linguagem ou de alguns hábitos; sexto, alcunhas atribuídas por analogia e sétimo, alcunhas procedentes de uma anedota.

Por sua vez Ramos, segundo Polanah opta por “fazer uma classificação «por espécies»”²²¹ Conseguindo apresentar oito categorias:

A primeira, referia as alcunhas astronómicas (por exemplo, *o Arco da Velha, o Mau-Tempo*); a segunda, aludia para as alcunhas gastronómicas (por exemplo, *o Abóbora, o Açorda*); a terceira, apontava para as alcunhas geográficas (por exemplo, *o Amareleja, o Zé do Pomar*); a quarta categoria, apresentava as alcunhas malcriadas (por exemplo, *o Boi da Beira, o Caga e Tosse*); a quinta, alcunhas ornitológicas (por exemplo, *o Bico de Pato, o Pardal*); a sexta, as alcunhas políticas (por exemplo, *o Álvaro Cunhal, o Salazar*); a sétima categoria, as alcunhas profissionais (por exemplo, *o Caçador, o Engenheiro Latas*) e por fim a oitava, referia as alcunhas zoomórficas (por exemplo, *o Arrã, o Boga Prenha*).

Após alargada descrição, podemos observar que a forma de categorizar o fenómeno das alcunhas encetada pelos autores estudiosos deste tema tem como objetivo o agrupamento organizado das mesmas, possibilitando um estudo mais aprofundado e organizado. Tentemos agora nós próprios organizar também a nossa lista de alcunhas. Estas eram atribuídas sobretudo aos alunos que iam entrando de novo para a Obra e aqueles a quem iam acontecendo peripécias e factos relevantes que levassem à atribuição «do título» ou do «novo título». Também aos militares e civis que fizeram parte da instituição era atribuída uma alcunha, neste caso, obviamente «à revelia», dos visados. Acreditamos que alguns deles não chegassem nunca a conhecer o seu «outro nome».

²²¹ POLANAH, Luis, *op. cit.*, p. 132.

Com base na documentação que já tivemos oportunidade de referir, chegaram até nós mais de uma centena de alcunhas utilizadas pelos alunos. Porque era absolutamente necessário seguir uma metodologia de tipificação do nosso universo, resolvemos seguir uma categorização próxima da adotada por Flor²²² por se tratar de uma separação tipológica clara. Este autor e as coautoras que com ele colaboraram no trabalho *SORENA 44 anos entre Cacilhas e o Gingal, uma história com muitas estórias*, apresentam quatro tipificações que abrangem a realidade dos trabalhadores (operários, apontadores, escriturários, eletricitistas, encarregados e outros). As tipificações apresentadas são: profissional, comportamental, física e geográfica.

Obviamente no contexto do nosso trabalho desprezaremos a tipificação profissional (no que diz respeito aos alunos, mantendo-a porém para os funcionários), aproveitamos (novamente apenas para os alunos), as outras três categorias, por sentirmos que se adequam ao contexto dos alunos.

Desta forma, embora certos que não conseguiremos esgotar a lista de alcunhas que terão sido aplicadas e utilizadas ao longo dos quase trinta anos de existência da obra, e acreditando, pelas conversas e entrevistas que empreendemos que quase todos²²³ os 1164 alunos que dela fizeram parte terão possuído uma alcunha, passamos a apresentar dois quadros que nos dão uma ideia dos tipos de alcunhas utilizados, quer aos alunos (quadro I) quer aos militares, paramilitares e funcionários civis que com eles interagem (quadro II). Em ambos os quadros seguimos, como referimos, as categorizações avançadas por Flor, no entanto, nalguns casos não conseguimos enquadrar nenhuma das três atribuições. Poderíamos optar por criar novas categorias, no entanto não o fizemos com exceção de algumas alcunhas que claramente verificamos tratarem-se de diminutivos. A não criação de um leque de novas categorias deveu-se à necessidade de não desvirtuar a categoria, a «origem real» da atribuição da alcunha. Não conseguindo assim «etiquetar» de forma correta, quer por a origem ou a própria etimologia ser, para nós, dúbia, optámos por não o fazer. Assim categorizámos apenas as alcunhas que cremos observarem clareza suficiente aos nossos olhos para tal.

²²² FLOR, Augusto et al., *op. cit.*, pp. 378 e 379.

²²³ Na realidade não sabemos nem podemos afirmar que todos os alunos tenham possuído efetivamente uma alcunha. No entanto, conseguimos apurar junto dos ex-alunos que entrevistámos que a grande maioria a teve e nalguns casos os que não a tiveram ou passaram pela obra por um curto período de tempo adotaram a alcunha do número que lhe era atribuído. O nome verdadeiro quase nunca era utilizado.

Cerca de uma dezena de alcunhas apresentadas no quadro I e todas as apresentadas no quadro II foram recolhidas do manuscrito de Victor Sousa, *Apontamentos sobre a Fragata D. Fernando II e Glória – 16 anos de vida e de morte – - Setembro de 1947 a Abril de 1963*. No quadro I consta ainda mais de uma centena de alcunhas retiradas da listagem *Fragata D. Fernando II e Glória – Contactos de ex-alunos*, cedido por Carlos Vardasca.

Apresentamos, como é óbvio apenas a alcunha, reservando a privacidade de cada um poupando a revelação do nome de batismo. Salientamos que não é raro surgirem fenómenos de crispação e ofensa por parte de alguns indivíduos quando confrontados com as suas alcunhas, a carga negativa de algumas delas faz muitas vezes com que os alcunhados neguem a sua relação como essa mesma alcunha.

Passemos então à apresentação dos quadros:

Quadro nº 175 – Alcunhas de alguns ex-alunos e sua categorização.

Alcunha	Categorização	Alcunha	Categorização	Alcunha	Categorização	Alcunha	Categorização
<i>Pinóquio</i>	Física	<i>Miné</i>	-	<i>Lourosa</i>	Geográfica	<i>Carito</i>	-
<i>Puto</i>	Comportamental	<i>Faná</i>	-	<i>Canguinchas</i>	Comportamental	<i>Murça</i>	Geográfica
<i>Chocolate</i>	Física ou Comportamental	<i>Carolus</i>	-	<i>Velha</i>	Física	<i>Zezinho</i>	Diminutivo
<i>Velhinha</i>	Física	<i>Charroco</i>	Física	<i>Alegria</i>	Comportamental	<i>Queca</i>	-
<i>Lisboa</i>	Geográfica	<i>China</i>	Geográfica ou Física	<i>Micas</i>	-	<i>Pepino</i>	-
<i>Malhado</i>	Física	<i>Ari</i>	-	<i>Alface</i>	-	<i>Portimão</i>	Geográfica
<i>Gaguetas</i>	-	<i>Branquinho</i>	Física	<i>Submarino</i>	-	<i>Panças ou Gordo</i>	Física
<i>Cá-cá</i>	-	<i>Salinas</i>	-	<i>Escuro</i>	Física	<i>Albufeira</i>	Geográfica
<i>Engenhocas</i>	Comportamental	<i>Alvor</i>	Geográfica	<i>Cão-vadio</i>	-	<i>Caminha ou Tarzan</i>	Geográfica e Física
<i>Orelhas</i>	Física	<i>Boavista</i>	Geográfica	<i>Nazaré</i>	Geográfico	<i>Zé Esteves</i>	Diminutivo
<i>Sinbad</i>	-	<i>Oscar</i>	-	<i>Setúbal</i>	Geográfico	<i>Gorila</i>	Física
<i>Marrã</i>	Física	<i>Contra-pila</i>	-	<i>Alcantarilha</i>	Geográfico	<i>Carvalhito</i>	-
<i>Bicho-amarelo</i>	Física	<i>Mijado</i>	Física ou Comportamental	<i>Canetas</i>	Física	<i>Zé da Bota</i>	Diminutivo
<i>Rurro</i>	-	<i>Russo</i>	Física	<i>Sesimbra</i>	Geográfica	<i>Estudante</i>	Comportamental
<i>Treme-treme</i>	Física	<i>Marraquinhas</i>	-	<i>Tonho</i>	Diminutivo	<i>Maluco</i>	Comportamental
<i>Mijão</i>	Física	<i>Tangara</i>	-	<i>Grifo</i>	-	<i>Luís Fragata</i>	-
<i>Bezunta</i>	Comportamental	<i>Palhonsa</i>	-	<i>Ambulância</i>	Comportamental	<i>Brasileiro</i>	Geográfica
<i>Espanhol</i>	Geográfica	<i>Palôstra</i>	-	<i>Jóia</i>	Comportamental	<i>Manuel Mijão</i>	Comportamental
<i>Malhóia</i>	-	<i>Leiria ou Requinta</i>	Geográfica / Comportamental	<i>Lélé</i>	-	<i>Pachachinha</i>	-
<i>Alfama ou Farol</i>	Geográfica	<i>Areosa</i>	Geográfica	<i>Elvas</i>	Geográfica	<i>Manta Rota</i>	Geográfica
<i>Pé de chumbo</i>	Física	<i>Charunça</i>	-	<i>Pata Lapita</i>	-	<i>Gato</i>	-
<i>Chaité</i>	-	<i>Rebola</i>	-	<i>Sanguim</i>	Física	<i>Praça do Chile</i>	Geográfica
<i>Minhocas</i>	-	<i>Bairro Alto</i>	Geográfica	<i>Testas</i>	Física	<i>Parafuso</i>	-
<i>Macaco</i>	Física	<i>Farrusco</i>	Física	<i>Capicua</i>	-	<i>Parolha</i>	-
<i>Beißolas</i>	Física	<i>Marreco</i>	Física	<i>Torta</i>	-	<i>Carvoeira</i>	-
<i>Calmeirão ou Paizinho</i>	Física / Comportamental	<i>Escuro</i>	Física	<i>Zé Nabo</i>	Comportamental	<i>Lesma ou Rei da Calma</i>	Comportamental
<i>Canhoto</i>	Física	<i>Bagaço</i>	Comportamental	<i>Zé Maria</i>	Diminutivo	<i>Gianni Morandi</i>	Comportamental
<i>Malha Branca</i>	Física	<i>Mouraria</i>	Física	<i>Barrigas</i>	Física	<i>Barbeiro Serafim</i>	-
<i>Chalado</i>	Comportamental	<i>Peniche I</i>	Geográfica	<i>Bráz</i>	-	<i>Alentejano</i>	Geográfica
<i>Manteigas</i>	Geográfica	<i>Madeirense</i>	Geográfica	<i>Cacilhas</i>	Geográfica	<i>Doninha</i>	Física
<i>Marinheiro</i>	-	<i>Corcunda</i>	Física	<i>Moçambique</i>	Geográfica	<i>Orelhas</i>	Física
<i>Zarepa</i>	-	<i>Porto</i>	Geográfica	<i>Sines</i>	Geográfica	<i>Caga em pé</i>	Comportamental
<i>Trancão ou Jean Pierre</i>	Geográfica / Comportamental	<i>Corre-corre</i>	Comportamental	<i>Elisinho</i>	Diminutivo	<i>Garan</i>	-
<i>Rei</i>	Comportamental	<i>Cordinha</i>	-	<i>Pedrada</i>	Comportamental	<i>Ganhão</i>	-
<i>Reguila</i>	Comportamental	<i>Saloio</i>	Geográfica	<i>Zé dos Bigodes</i>	Física	<i>Pêra</i>	-
<i>Pau Preto</i>	Física	<i>Trancoso</i>	Geográfica	<i>Eusébio</i>	-	<i>Toureiro</i>	Comportamental
<i>Fatela</i>	Comportamental	<i>Pimentinha</i>	-	<i>Algarvio</i>	Geográfica	<i>Serradura</i>	-
<i>Al-loloco</i>	-	<i>Reboca</i>	-	<i>Morcego</i>	Física ou Comportamental	<i>Cona de Sabão</i>	-
<i>Caramelo</i>	-	<i>Quim ou Anão</i>	Diminutivo e Física	<i>Pernas</i>	Física	<i>Peniche</i>	Geográfica
<i>Marinheira</i>	-	<i>Peniche II</i>	Geográfica	<i>Bote Alemão</i>	-	<i>Melga</i>	Comportamental
<i>Francês</i>	Geográfica	<i>Comboio</i>	-	<i>Miudezas</i>	Física	<i>Canço</i>	-
<i>Chiramaneco</i>	-	<i>Russo</i>	Física	<i>Chimpanzé</i>	Física	<i>René</i>	-
<i>Lua</i>	-	<i>Apanha-grilos</i>	Comportamental	<i>Sejas</i>	-	<i>Tanço</i>	Comportamental
<i>Sejas</i>	-	<i>Chimpa</i>	Física	<i>Borrego</i>	-	<i>Zé Nabo</i>	Comportamental
<i>Sid</i>	Diminutivo	<i>Tá-Zé</i>	Diminutivo	<i>Barbeiro Serafim</i>	-	<i>Preto</i>	Física

Fonte: *Registo Geral dos Alunos* / SOUSA, Victor Manuel de, *Op. Cit.* (várias páginas) / fontes orais (entrevistas e depoimentos).

Quadro nº 176 – Alcunhas de alguns militares, paramilitares e civis e sua categorização.

Alcunha	Categorização
<i>Professor</i>	Profissional
<i>Pai do Povo</i>	Comportamental
<i>Austero</i>	Comportamental
<i>Direitinho ou Jeitadas</i>	Física
<i>Zé Gordo</i>	Física
<i>Tremidinho</i>	Física
<i>Barrigudo</i>	Física
<i>Jovem</i>	-
<i>Carinhoso ou Amigo</i>	Comportamental
<i>Vinte cinco</i>	-
<i>Sete mil e quinhentos</i>	-
<i>Bigodes</i>	Física
<i>Velhinho</i>	-
<i>Faísca</i>	Comportamental

Fonte: *Registo Geral dos Alunos* / SOUSA, Victor Manuel de, *Op. Cit.* (várias páginas) / fontes orais (entrevistas e depoimentos).

3.9 A Memória como Fenómeno de Revisitação

Um dos recursos heurísticos deste trabalho foi a memória dos nossos intervenientes. Falamos dos ex-alunos que questionámos e entrevistámos ao longo destes dois anos de investigação. O apelo às suas recordações constituiu uma ferramenta documental incontornável e valiosa para as descrições apresentadas. Este estímulo à recordação que operacionalizámos com os sujeitos com quem interagimos permitiu-lhes, a eles, reviver o período da sua passagem pela Obra e permitiu-nos a nós interpretar e registar essa vivência num verdadeiro ato de recordação.

O termo recordar remete para o latim *cor* que significa coração. Recordar será assim o ato de «passar novamente pelo coração». Essa «passagem pelo coração»

constitui em muitos casos uma viagem que embora nem sempre tranquila, tende a decorrer muitas vezes de forma serena, saudosista e até analgésica. A recordação parece funcionar como uma espécie de catarse, no sentido em que, sendo revisionista de episódios, bons e maus, permite a expiação necessária ao prosseguimento do projeto de vida em curso por parte dos seus intervenientes. Além disso parece encerrar uma espécie de reconhecimento de um conjunto de conhecimentos e de experiências que provam a existência de um fenómeno espaço-temporal identificado. Tende ainda a sublinhar um género de confirmação de presença. Esta presença (que pode confirmar uma existência) é referida por Fernando Catroga²²⁴ quando o autor, fazendo alusão a Henriques Lopes de Mendonça²²⁵ refere a expressão “recordo-me, logo existo”. Recordando-se, prova-se a existência, anula-se a ausência, sublinha-se a presença.

Este ato de recordar a que nos temos vindo a referir enforma-se na memória dos indivíduos, ou como veremos, na comunidade ou mesmo na sociedade. Segundo Jacques Le Goff²²⁶ “a memória, como capacidade de conservar certas informações, recorre em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas...”. Esta definição embora generalista, encerra em si uma realidade a ter em conta, que é o referido recurso a um conjunto de funções psíquicas. A memória vista como um armazém de recordações que se podem operacionalizar através de uma solicitação psíquico-biológica constituem o «conjunto dos passados» de cada um enquanto ser coletivo. Este «ser coletivo», a comunidade, tende a armazenar muito mais memórias em monumentos e documentos do que na sua memória física. Os monumentos²²⁷, que são sinais do passado, pretendem evocar esse mesmo passado perpetuando a recordação e mantendo vivos determinados acontecimentos ou iluminando determinadas épocas da história. O documento, derivado do latim *docere*, que significa ensinar, parece ter tido uma evolução para um sentido probatório, comumente utilizado na linguagem jurídica.

Uma outra perspetiva, não muito distante da apresentada é a que é referida por Catroga quando este faz referência a Joël Caudau.²²⁸ Segundo este autor existem três níveis de memória: a *protomemória*, fruto da socialização (a memória vinda do hábito);

²²⁴ CATROGA, Fernando, *Os Passos do Homem Como Restolho do Tempo – Memória e Fim do Fim da História*, Segunda Edição, Coimbra, Almedina, 2011, p. 51.

²²⁵ MENDONÇA, Henriques Lopes de, *Vasco da Gama na História Universal*, apud idem, *ibidem*, p. 51.

²²⁶ GOFF, Jacques Le, *História e Memória – II volume – Memória*, Lisboa, edições 70, 2000, p. 9.

²²⁷ Do latim *monumentum*, remete para a raiz indo-europeia *men*, que exprime as funções essenciais da mente (*mens*), a memória (*memini*), in idem, *ibidem*, p. 103.

²²⁸ CAUDAU, Joël, *Anthropologie de la Memoire*, apud CATROGA, Fernando, *op. cit.*, p. 11.

a *memória* propriamente dita, que enfatiza a recordação e o reconhecimento; e a *metamemória* que tem a ver com as representações de pendor comemorativo. As duas primeiras estão ligadas à espontaneidade e a última mais ligada à chamada memória coletiva e histórica.

Esta explicação remete para um entendimento que Catroga indica da seguinte forma: “Cada indivíduo participa, simultaneamente, em vários campos mnésicos, conforme a perspetiva em que coloca a sua retrospeção. Porém, esta é possível de ser reduzida a duas atitudes nucleares: a *autobiográfica* e a *histórica*.”²²⁹ Isto é, existe, por um lado, a memória individual de cada um e por outro uma memória coletiva, uma história, a maior parte das vezes escrita.

A formação do «eu» que dará origem à aquisição de uma memória individual é inseparável da interação com o grupo, com a sociedade a que pertence. No entanto esta interação não produz memórias individuais iguais. Esta incapacidade assenta na ideia do percurso de cada um como projeto e como realização de uma determinada estratégia com vista a uma trajetória. Visto que o projeto de cada um difere de sujeito para sujeito, porque cada um entende o próprio momento histórico de uma forma diferente, as memórias individuais daí resultantes serão sem dúvida diferentes.

Referindo-nos agora a este trabalho e à interação desenvolvida com os ex-alunos, podemos afirmar que esta matriz, memória individual versus memória social tem cabimento nas ações desenvolvidas com os ex-alunos. Isto é, todos parecem ter uma memória social que os coloca virtualmente a bordo da fragata ou na Capitania do Porto de Setúbal na altura em que fizeram parte da organização. Todos (ou quase todos) conseguiram, apelando à sua memória individual, chegar a conclusões muito parecidas (que não são mais do que memórias coletivas). Por exemplo, todos retrataram o incêndio de uma forma muito parecida, todos fizeram alusão à configuração do espaço a bordo da mesma forma, assim como todos se recordavam de determinados factos ocorridos da mesma forma. Mas depois, todos conseguiram ainda apelar à sua memória individual. Nesse campo já cada um parece «guardar lá dentro» memórias completamente distintas dos outros.

Diga-se, a este propósito que os conceitos, monumento e memória estão relacionados na medida em que o monumento sendo um “traço do passado, consciente ou involuntariamente deixado, a sua leitura só *será re-suscitadora* de memórias se não

²²⁹ Idem, *ibidem*, p. 11.

se limitar à perspectiva gnosiológica e ‘fria’ (típica da leitura patrimonial, museológica e historiográfica) e se for afagada na partilha com os outros.”²³⁰ Isto significa que o monumento enquanto símbolo do passado, enquanto memória coletiva é-o isso mesmo – memória – na medida em que essa memória está também implantada em cada indivíduo singular. O ato de recordar (no sentido individual do termo) pode ter um sinónimo coletivo, a comemoração. Esta comemoração, ato cordial e comunitário, trata-se de um recordar coletivo, muitas vezes protocolar e quase sempre simbólico com vista ao estímulo da lembrança e à partilha da mesma e não raras vezes à renovação de votos de união e de sentimento de pertença a determinada causa ou a determinado grupo.

A ligação do indivíduo a outros indivíduos através da memória, dos monumentos e dos documentos bem como dos atos litúrgicos e das comemorações não se esgotam nestas interações. Além destas ligações Catroga²³¹ refere que o imaginário da memória liga os indivíduos verticalmente e horizontalmente. Verticalmente entre grupos e entidades, horizontalmente a uma espécie de vivência encadeada do tempo (subjéctiva e social) “submetendo-os a uma ‘filiação escatológica’ garantida pela reprodução (sexual e histórica) das gerações e por um impulso de sobrevivência, nem que seja na memória dos vivos.”²³² Esta memória horizontal permite a ligação aos mortos (aqueles que já partiram) e que deixaram o seu legado, aos seus documentos e aos seus monumentos.

Toda esta ligação com o passado pressupõe a existência de uma história entendida como historiografia, que está no parecer do mesmo autor²³³ umbilicalmente ligada ao conceito de memória. Esta memória visa sobretudo atestar a fidelidade do narrador, enquanto a história tende sobretudo para a verificação e comprovação das interpretações. A descrição histórica, tal como o próprio ato de recordar, não constitui uma simples acumulação de conhecimentos. Na verdade, tal como recordar é encontrar no conjunto das memórias os «assuntos» mais importantes de determinadas vivências, também o historiar “encontra a sua arqueologia e os momentos fortes do sentido que quer dar ao seu percurso, atitude que, porém, não pode acionar a destemporalização do

²³⁰ Idem, *ibidem*, p. 22.

²³¹ Idem, *ibidem*, p. 25.

²³² Idem, *ibidem*, p. 25.

²³³ Idem, *ibidem*, p. 43.

sujeito-historiador como se este tivesse podido estar lá, no passado, quando este foi presente.”²³⁴

No entanto, embora os momentos fortes da história sejam os que sobressaem, aqueles que mais facilmente são apostados à memória individual e coletiva e que consequentemente geram monumentos e documentos abundantes, com estes coexistem os «momentos comuns». No fundo estamos a falar dos acontecimentos e dos homens comuns que povoaram a história ao longo dos tempos. Alguns autores referem este grupo como o grupo dos vencidos. Para Walter Benjamin²³⁵ cabe à história um papel justiceiro, no sentido a dar voz a esses acontecimentos «triviais» e homens «banais». Isto é, aqueles que nem sequer deixaram traços, deverão, também eles ser inscritos na descontinuidade da história para que a linha continua deixada pelos «vencedores» não os ofusque de tal forma que deles nem se oiça falar e se presuma não terem contribuído para o devir histórico, ou pior, não terem sequer existido.

Estamos em crer que este perigo de assunção de não existência no que diz respeito à Obra Social não se colocaria, mesmo se não tivéssemos prosseguido com este nosso trabalho. Embora dispersos, existem alguns documentos comprovativos da sua existência. Existe o grande «monumento» que é a própria fragata reconstruída depois de ter sido consumida pelo fogo. O incêndio serviria ele próprio para perpetuar a confirmação de existência da Obra, pois é impossível «historiar» o acontecimento sem anexar ao episódio o facto de o navio nessa altura funcionar como Obra Social e recolher jovens. Além disso, ainda que dispersa a história da Obra existia já também ao nível documental e mnemónico. Documentalmente em arquivos pessoais e na BCM-AH, sobretudo nos documentos outrora pertencentes ao Almirante Henrique Tenreiro. Mnemonicamente, na memória dos intervenientes ativos da mesma, ou seja, na memória dos ex-alunos.

Esta memória que como Catroga²³⁶ lhe chama se trata de uma memória temporalizadora de território, parece ter cumprido esse desígnio na medida em que o próprio território onde a Obra se desenvolveu e desenrolou (quer a bordo, quer em Setúbal), quer ainda em alguns espaços por vezes comuns a alguns alunos, como o foram os navios, algumas escolas e algumas oficinas, foram estas também objeto de

²³⁴ Idem, *ibidem*, p. 45.

²³⁵ Walter Benjamin foi um ensaísta, crítico literário, tradutor, filósofo e sociólogo, judeu alemão, associado à Escola de Frankfurt e à Teoria Crítica, de cariz neo-marxista. O autor aparece citado em idem, *ibidem*, p. 45.

²³⁶ Idem, *ibidem*, p. 21.

temporalização. Isto é, à sua descrição foi reportado um determinado tempo e a esse tempo obviamente uma história e uma memória, como se o ciclo memória/espço/tempo se fechasse.

O levantamento documental e mnemónico que fizemos, sobretudo o que teve a interação direta com os ex-alunos revelou-se-nos um empreendimento rico em experiências, em histórias e em detalhes.

O sentido por vezes autobiográfico com que alguns indivíduos se nos dirigiram foi sendo fundamental na própria decisão de caminho a dar à descrição. O trabalho foi-se fazendo, à medida que os atores foram eles próprios revelando as suas experiências. O recordar dos momentos passados, bons e maus, pareceu-nos a nós, aliviar alguns dos emissores, angustiar uns quantos e ainda entusiasmar outros. Cada um destes homens que num panorama alargado da história pertenceriam ao grupo dos homens comuns e por isso indiciador de pertencerem à «história dos vencidos», revelaram-se-nos pelo contrário, uns vencedores. Dir-nos-ão que se trata de uma questão de escala. Possivelmente será, mas ainda assim tal como uma grande escala é necessária para detalhar a entrada de um porto numa carta náutica (ao contrário de uma pequena escala que nos pode mostrar todo o oceano) também uma grande escala (no sentido de uma abordagem apontadora do fenómeno da obra) nos pareceu necessária para depois mostrarmos com mais detalhe os vários «cais» do porto quem constituiu a Obra social. As recordações, o apelo à memória e à história, foram somente as ferramentas rememorativas para essa descrição.

CONCLUSÃO

Tendo tido a Obra Social em análise um objetivo claro de cariz assistencial e educacional com vista à inserção dos seus alunos num mundo profissional específico, importa revisitar estas três realidades, ou seja, a assistência, a educação e o trabalho.

No que respeita à assistência podemos afirmar que sensivelmente até aos anos setenta do século passado o conjunto de obras lançadas pelo Estado tiveram muito mais a ver com previdência e caridade do que propriamente com assistência. O chamado Estado-Providência dominante na Europa Ocidental após o final da Segunda Grande Guerra Mundial tardou a chegar a Portugal e até 1974 as duas principais instituições dedicadas à assistência (a DF e a IAF) funcionaram muito mais como empresas de assistência curativa do que preventiva.

No contexto educacional, durante o período de vigência do Estado Novo, podemos, grosso modo, definir um ensino que não premiava devidamente o mérito, que tendia muito mais a preparar os seus alunos para a vida, pressupondo que cada qual deveria, inserido na sua categoria social, preparar-se para o futuro dentro dessa mesma categoria, do que apelar ao mérito e à referência à possibilidade de ascensão social devido à capacidade individual de cada um. O percurso para o ensino técnico, liceal e superior era vedado à grande maioria dos jovens oriundos de famílias sem recursos económicos e culturais. Excetuam-se aqui, talvez, os seminários, onde era aceites jovens de praticamente todas as classes sociais desde que comprovassem possuir algum mérito escolar e alguma vocação religiosa.

Do ponto de vista social e cultural, a maioria da população não parecia estar ainda preparada para colocar durante muitos anos os seus filhos na escola. Todos os braços eram valiosos para trabalhar. Este cenário manteve-se durante uma grande parte do período de existência da Obra. Contudo, sensivelmente a partir dos anos sessenta e até 1974, o interesse e importância dados ao ensino sofreram alterações assinaláveis e foi sendo cada vez mais fácil ver indivíduos a estudar durante vários anos.

No que se refere ao mundo do trabalho e às grandes mudanças que tiveram lugar neste contexto, estas acompanharam as três grandes alterações estruturais da sociedade portuguesa de então; o êxodo rural, a industrialização e a abertura económica à Europa a partir dos anos sessenta. Estes fenómenos foram acompanhados de fluxos migratórios e emigratórios, estes últimos, fontes importantíssimas de remessas que contribuíram

decisivamente no equilíbrio da balança de pagamentos. Assistiu-se a um certo desenvolvimento industrial à volta de algumas grandes cidades. Com esta abertura ao exterior foi feita a adesão à EFTA e chegados os anos setenta o país é um Estado onde a indústria ultrapassa ligeiramente a agricultura em dinamismo e importância, onde o setor dos serviços aparece em terceiro lugar e onde a guerra em África obriga a uma militarização da nação, com enormes contingentes a serem mobilizados para o Ultramar.

Foi neste contexto assistencial, educacional e profissional que a Obra Social foi criada, se desenvolveu e por fim terminou. Tratou-se, em nosso entender de uma instituição de cariz assistencial, no sentido em que se tratou efetivamente de assistência prestada aqueles que dela precisavam, mercê das condições em que se encontravam. Tratou-se ainda de uma instituição de cariz educacional, no sentido em que proporcionou níveis educacionais variados àqueles que por lá passaram. Embora a educação fosse igual à educação proporcionada a outros níveis, a instituição terá apelado ao mérito, ao contrário talvez, da maioria das escolas espalhadas pelo país. Na verdade, o mérito foi sendo sempre reconhecido no interior da Obra e embora aparentemente até ao incêndio pareça ter havido menos alunos a estudar em liceus e escolas industriais e comerciais e mais alunos a aprenderem profissões em oficinas e na Marinha de Guerra, na verdade, nas instalações em Setúbal, eram vários os alunos que continuavam a estudar fora das instalações da Obra, para além da quarta classe.

No que se refere ao contexto profissional, atravessando um período em que havia níveis muito baixos de desemprego (e os que havia eram sobretudo sazonais), embora sendo praticados salários muito baixos, na verdade, praticamente todos os alunos saíam da Obra para trabalhar, sobretudo em profissões ligadas ao mar, como era aliás objetivo da instituição.

Muitos alunos foram então durante todo o período de existência da instituição ingressando na Marinha de Guerra (que com a adesão de Portugal à NATO sofre desenvolvimentos consideráveis), na Marinha Mercante (que atravessou durante este período o seu melhor momento), ou ainda para a Marinha de Pesca (que também atravessou um bom momento, sobretudo a pesca do bacalhau, desde os anos 30 até 1967). A grande maioria não teve contudo uma vida fácil após a saída da Obra. Aos que ingressavam na Marinha de Guerra esperava-os o regime militar constituído por instrução, embarques a bordo de navios de guerra e o pesadelo do Ultramar; os que iam

para a Marinha Mercante, esperava-os as longas viagens e os infindáveis quartos de serviço; os que por sua vez iam para a Marinha de Pesca esperava-os a extrema dureza das condições, privações e sacrifício da faina, sobretudo na dura campanha do bacalhau.

Apesar da passagem pela Obra constituir uma preparação para uma vida futura ligada ao mar, vida essa que se propunha vir a ser rica em trabalho, fosse qual fosse a Marinha que se escolhesse, a verdade é que nem todos os alunos escolheram uma profissão ligada ao meio marítimo. Ainda assim, estatisticamente, o grupo dos que saíram da Obra para o mar foi superior. A saída dava-se a determinada altura, entre os 17 e os 19 anos. Ao saírem, os alunos ingressavam na Marinha de Guerra, normalmente como praças voluntários; na Marinha Mercante, como empregados de câmara, ajudantes de máquinas, ou ajudantes de cozinheiro; ou ainda, na Marinha de Pesca, normalmente como ajudantes de máquinas. A preparação que recebiam quer na instituição, quer fora dela, parecia prepará-los numa primeira fase para serem comandados, enquadrando-os em patamares hierárquicos baixos. O tipo de formação era claramente uma formação que preparava para a ocupação para funções subalternas, ou seja, grosso modo deveriam servir como marinheiros. Conforme foi referido no capítulo três, parece por vezes existir uma eternização das desigualdades herdadas que a própria escola promove, ou seja, aparentemente uns serão preparados para comandar, outros para serem comandados. A própria ideologia do Estado Novo preservava esta corrente, uns (em maior numero) deveriam saber apenas o suficiente, outros (em muito menor numero) deveriam prosseguir os seus estudos, integrados na sua categoria social. Por todo o Portugal as coisas decorriam desta forma. No entanto, somos levados a pensar que o caso da Obra Social pode ter sido um pouco diferente.

Assim vejamos, embora efetivamente os alunos fossem à partida preparados para servirem no mar sob as ordens de superiores, na verdade, o próprio acesso a essa condição (a de serem marinheiros, ainda que com especializações diversas) era por si só, na maioria dos casos, uma clara ascensão social em relação às suas famílias de origem. Quantos deles não eram filhos de pescadores, de agricultores ou de operários analfabetos? Inúmeros, sem dúvida, para além dos órfãos que sempre estiveram presentes também em grande número. Esta oportunidade de melhorar a sua condição em relação à sua origem parece ser um ponto importante para além de que é certo também que muitos dos alunos continuaram depois a sua ascensão profissional chegando alguns deles a posições de chefia.

A meritocracia, embora não sendo de aplicação regular durante o Estado Novo, parece neste caso concreto ter existido e funcionado. Desde a entrada para a Obra até à saída, e também depois, durante o desenvolvimento da profissão «escolhida» a bordo, o mérito de cada um parece ter sido sempre premiado, consoante o conjunto de aspirações que cada um foi desenvolvendo.

No que respeita aos números, apurámos 1164 alunos que passaram pela Obra e 161 colaboradores, entre civis, militares e militarizados. Do total de alunos, 458 não tinham qualquer ligação a um ou ambos os pais, quer por motivos de orfandade, quer por motivos de abandono ou simples desconhecimento.

Foi realizado um inquérito por questionário que inicialmente tinha como objetivo confirmar uma das três hipóteses seguintes:

Hipótese 1 – A criação da Obra Social tinha como objetivos principais a assistência e a beneficência.

Hipótese 2 – A Obra tratava-se de um projeto para a criação e desenvolvimento de uma espécie de «viveiro» de jovens para integrarem a pesca do bacalhau.

Hipótese 3 – A Obra era um misto das anteriores hipóteses e ainda uma forma encontrada para dar funcionalidade à fragata e para distribuição de cargos para alguns elementos da Brigada Naval da Legião Portuguesa.

A não aleatoriedade da amostra constituída por 100 entrevistas não permitiu chegar a uma conclusão. No entanto, a estatística descritiva que conseguimos apurar revela-nos números importantes que servem (ainda que desprovidos de valor extrapolativo) para ilustrar de forma bastante clara, um número de questões importantes e assim nos aproximarmos um pouco mais dos alunos que passaram pela instituição. Os números importantes apurados pelo inquérito a esta centena de alunos foram os seguintes:

Ao nível profissional, a maioria dos inquiridos foi ou ainda é militar da Marinha de Guerra; a maioria também, reside no concelho e distrito de Lisboa. No que respeita ao período anterior à entrada para a Obra, 69% afirmou que vivia com um ou ambos os pais; a maioria tinha mais de dois irmãos aquando da entrada para a instituição; tinham água canalizada e eletricidade e já tinham frequentado a escola, no entanto destes últimos só 46% possuíam a quarta classe.

Como dissemos estes números são puramente descritivos e não permitem a extrapolação para o universo. Desta forma apresentamos como limitação do trabalho a

incapacidade de produzir uma decisão no que respeita à confirmação de uma das hipóteses anteriormente apresentadas. Acreditamos contudo ter conseguido elaborar uma sistematização e uma descrição de factos que encontrando-se dispersos não seriam lidos como fazendo parte do todo que constituiu a história desta Obra Social. Instituição onde, como em outras, a atribuição de uma alcunha parecia constituir um ritual iniciático de aceitação do grupo, esse «novo nome» no fundo o «nome» no seio do grupo, a nova identidade, era ganha pela aceitação dos outros. Instituição também *sui generis*, no sentido em que, sendo muito específica na formação basilar marinheira que disponibilizava a tornava única. Talvez meritocrática, pelo menos, durante determinados períodos, mas também com objetivos claros, a maioria das vezes estabelecidos a montante do resultado final previsto, como era o caso de enviar rapazes para aprendizes de eletricidade, mecânica ou carpintaria para determinadas oficinas e de enviar outros para a Escola de Pesca, preparando-os bastante tempo antes para o rumo a seguir, sempre ou quase sempre num contexto naval.

A cristalização da informação que julgamos ter conseguido ao termos acesso direto a uma centena de indivíduos, atores do fenómeno estudado, constitui, uma mais-valia, no sentido em que, com o passar de mais duas ou três décadas e com o progressivo desaparecimento de algumas destas pessoas, perder-se-ia uma possibilidade, um tempo e uma memória absolutamente preciosos no contexto da história contemporânea que constitui o relato na primeira pessoa.

Além disso, os números a que tivemos acesso permitem-nos concluir que a Obra obteve sucesso quando confrontada com os seus objetivos primeiros, ou seja, a assistência, educação e integração no mundo do trabalho num contexto marítimo. Conseguiu-se apurar que, do total dos alunos que passaram pela instituição durante a sua existência, 150 integraram a pesca como atividade (após frequência da Escola de Pescas ou de forma direta), 233 foram incorporados na Marinha de Guerra e 144 embarcaram na Marinha Mercante, isto no momento em que saíram da Obra. O total destes indivíduos perfaz 527, ou seja 45,3% do universo. Por outro lado apurou-se também que, 272 indivíduos (23,4%) regressaram para casa de familiares, após passagem pela instituição. Os 799 alunos que constituem a soma dos que regressaram para casa de familiares e os que ingressaram numa das Marinhas (cujo numero constitui aproximadamente 69% de todos os jovens), foram em certa medida casos de sucesso. Ainda que contando com os casos de regresso a casa de familiares por inadaptação ao

modus vivendi no interior da Obra, na verdade, todos estes rapazes, (ou pelo menos este conjunto) parece ter cumprido algumas ou todas as etapas dos objetivos fundamentais. Todos receberam, assistência e educação e alguns deles, os que seguiram a via do mar como profissão à saída, ainda cumpriram o desígnio também previsto nos objetivos “...servirem nas frotas das Marinhas de Guerra, mercante ou de pesca.”

A descrição histórica da Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória que aqui deixamos, trata-se da história de uma instituição dinâmica que quer por fatores endógenos, quer por fatores exógenos, foi mudando ao longo dos seus 28 anos de existência. Teve objetivos que foram sendo alterados e adequados ao próprio devir histórico; funcionou em dois locais físicos distintos; teve diferentes colaboradores, mantendo no entanto à cabeça do concelho de Administração a figura do almirante, Henrique Tenreiro e teve os seus 1164 alunos, coração da obra, a mesma que foi refletindo a própria sociedade tal como um espelho por onde quase três décadas do Estado Novo foram sendo refletidas e que tal como o próprio regime político, surgiu quando teve que surgir, se adaptou sempre que teve de se adaptar e morreu quando teve que morrer. Tal como todos os restantes homens que viveram o Estado Novo foram eles próprios e a sua circunstância, também os alunos que passaram pela Obra (microcosmos desse sistema político) foram jovens (e a sua circunstância) que depois se tornaram homens (sob novas circunstâncias) muitos deles munidos de uma bagagem técnico-profissional obtida na Obra.

Uma coisa é certa: a maioria dos alunos que por lá passaram teve efetivamente acesso ao abrigo, educação e instrução referidos. Quanto às trajetórias profissionais tomadas no período imediatamente a seguir à saída da Obra, essas terão resultado da circunstância de cada um nesse momento. As outras, as trajetórias de longo prazo, acreditamos que terão tido a ver com uma envolvimento aleatória aliada a uma vontade decisória, próprias da condição humana.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. Fontes

Fontes Audiovisuais

- *Fragata D. Fernando II e Glória – Contactos de ex-alunos* – Ficheiro informático, cedido por Carlos Vardasca [consultado entre 2011 e 2012]
- *Fragata D. Fernando II e Glória – Fotos e Documentos Vários* – Compilação de Carlos Vardasca, 15 de Novembro de 2011 (compilação de fotografias e artigos de imprensa em CD)
- *Terra Nova Mar Velho* – Produção de Francisco Manso e Óscar Cruz, Instituto Português de Cinema – Secretaria de Estado das Pescas, 1981 (documentário cinematográfico disponível em: <http://www.youtube.com>) [consultada em maio de 2012]
- *The White Ships – The Portuguese 1966 Cod Fishing Fleet Grand Banks, Santa Maria Manuela*, A National Film Board of Canada Production MCMLXVII (documentário cinematográfico disponível em: <http://www.youtube.com>) [consultada em maio de 2012]

Fontes Orais (entrevistas e depoimentos)

- AUGUSTO GOMES - Ex-aluno da obra social da fragata D. Fernando II e Glória (2011-2012).
- CARLOS VARDASCA – Ex-aluno da obra social da fragata D. Fernando II e Glória (2011-2012).
- JOSÉ ALVES - Ex-aluno da obra social da fragata D. Fernando II e Glória (2011).
- JOSÉ ROCHA E ABREU – Comandante da fragata D. Fernando II e Glória (2011).

- MARIA LUCILIA GONÇALVES – Professora primária na Obra Social entre 1971 e 1975 (2012)
- SIDÓNIO CRUZ - Ex-aluno da obra social da fragata D. Fernando II e Glória (2012).
- VICTOR SOUSA - Ex-aluno da obra social da fragata D. Fernando II e Glória (2011).

Fontes Impressas

- *Leis e Disposições Regulamentares da Armada*, Ano de 1943, Lisboa, Imprensa Nacional, 1944.
- *Leis e Disposições Regulamentares da Armada*, Ano de 1945, Lisboa, Imprensa Nacional, 1946.
- *Leis e Disposições Regulamentares da Armada*, Ano de 1951, Lisboa, Imprensa Nacional, 1953.
- Núcleo 423, “Comissão de Extinção das Instalações do Alm. Henrique Tenreiro”, Caixas nº 153, 158, 211, 235 e 315, Biblioteca Central de Marinha – -Arquivo Histórico.
- Núcleo 423, “Comissão de Extinção das Instalações do Alm. Henrique Tenreiro”, Dossier nº 311, Biblioteca Central de Marinha –Arquivo Histórico.
- *Repertório de Legislação da Armada (IV) 1943 a 1948*, Lisboa, Ministério da Marinha.
- *Repertório de Legislação da Armada (V) 1949 a 1953*, Lisboa, Ministério da Marinha.

Fontes Manuscritas

- SOUSA, Victor Manuel de, *Apontamentos sobre a Fragata D. Fernando II e Glória – 16 anos de vida e de morte – Setembro de 1947 a Abril de 1963.*
- *Registo Geral dos Alunos.*

II. Bibliografia

Obras Gerais

- AA.VV, *A História Social – Problemas, fontes e métodos.* Barcelos, Edições Cosmos, 1973.
- AA. VV, *Enciclopédia Luso Brasileira da Cultura*, 12º Volume, Lisboa, Editorial Verbo, 1971
- AA.VV, *Estruturas Sociais e Desenvolvimento. Atas do II Congresso Português de Sociologia, vol. I*, Lisboa, Fragmentos, 1993.
- AA. VV, *História de Portugal – Cronologia e biografias de monarcas e presidentes* – Lisboa, Texto Editora, 2000.
- AA.VV, *Saúde e Educação de Infância*, C.E.R.M., Lisboa, Editorial Estampa, 1978.
- ALMEIDA, João Ferreira de (coordenador), *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999.

- ALVES, Américo Vidigal, *Trajetórias profissionais e ingresso no Ensino Superior – o caso dos trabalhadores estudantes da Universidade dos Açores em Ponta Delgada*, Seminário de Licenciatura em Sociologia, Ponta Delgada, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Exemplar policopiado, 2003.
- ALVES, Natália, «Os Jovens e o Mundo do Trabalho: Desemprego e Inserção Profissional» – *Estruturas Sociais e Desenvolvimento (Atas do II Congresso Português de Sociologia)* vol. I, Lisboa, Fragmentos e APS, 1993.
- ANDRADE, Luis, *Os Açores a II Guerra Mundial e a N.A.T.O*, Ponta Delgada, Impraçor, 1992.
- BARRETO, António, *Portugal na Periferia do Centro: mudança social, 1960 a 1995*, Revista Análise Social vol. XXX (134), 1995.
- BASTOS, Susana Pereira, *O Estado Novo e os seus Vadios, Contribuição para o Estudo das Identidades Marginais e da sua Repressão*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1997.
- BORGES, Andreia Raquel Fernandes, *Género – Uma dimensão Oculta na Prática Profissional do/a Assistente Social?*, Braga, Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional de Braga, Faculdade de Ciências Sociais, 2009.
- BOUDON, Raymond, *L'inégalité des Chances*, Paris, Armand Coulin, 1985.
- IDEM (org), *Tratado de Sociologia*, Porto e Lisboa, Edições Asa, 1995.
- BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas Sobre a Teoria da Ação*, Oeiras, Celta Editora, 1997.
- IDEM, *La Misère du Monde*, Paris, Éditions du Seuil, 1993.

- BOURDIEU, Pierre et PASSERON, Jean-Claude, *La Reproduction*, Paris, Les Editions de Minuit, 1970.
- IDEM, *Les Héritiers*, Paris, Les Editions de Minuit, 1985.
- BRAUDEL, Fernand, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1986.
- BRAVO, Restituto Sierra, *Técnicas de Investigación Social, Teoría e Ejercicios*, (Décimosegunda edición), Madrid, Paraninfo, 1998.
- BRÁZIA, Paulo, *A Marinha Mercante entre 1945-1985*, Colóquio para Estudantes – Jornadas do Mar 2010, Alfeite, Escola Naval, 2010.
- BRITO, Maria Filomena, *A Alcinha: Configuração Linguística de um Continuum Afetivo (observação de uma microsociedade do tipo clânica)*, Revista Humanitas, vol. L, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998.
- BURGESS, Robert G., *A Pesquisa de Terreno. Uma introdução*, Oeiras, Celta Editora, 1997.
- CARDOSO, Eurico Carlos Esteves Lage, *Segunda República (1926-1974)*, Lisboa, Edição de Autor, 2010.
- CARMO, Hermano, *Desenvolvimento Comunitário*, 1ª edição, Lisboa, Universidade Aberta, 1999.
- CATROGA, Fernando, *Os Passos do Homem Como Restolho do Tempo - Memória e Fim do Fim da História*, Segunda Edição, Coimbra, Almedina, 2011.
- CAZENEUVE, Jean (dir.); VICTOROFF, David, *Dicionário de Sociologia*, Lisboa / São Paulo, Verbo, 1982.

- CERDEIRA, Maria da Conceição, *O Movimento Associativo Patronal Português de 1834 a 1994*, Lisboa, Direção Geral das Condições de Trabalho, Ministério do Trabalho e da Solidariedade – MTS, 1998.
- CHERKAOU, Mohamed, *Sociologia da Educação*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1986.
- CORCUFF, Phillipe, *As Novas Sociologias*, Sintra, Vral, 2001.
- COSTA, Jorge (et. al.), *Os Donos de Portugal - Cem anos de poder económico (1910-2010)*, 2ª edição, Porto, Edições Afrontamento, 2010.
- CROZIER. Michel, *Le Phénomène Bureaucratique*, Paris, Éditions du Seuil, 1963.
- DUBAR, Claude, *A Socialização – construção das identidades sociais e profissionais*, Porto, Porto Editora, 1997.
- DIAS, Isabel, *Violência na Família. Uma Abordagem Sociológica*, Porto, Edições Afrontamento, 2004.
- ECO, Umberto, *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*, 8ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, 2001.
- ESPARTEIRO, António Marques, *Dicionário Ilustrado de Marinha*, Lisboa, Clássica Editora, 2001.
- ESTANQUE, Elísio; MENDES, José Manuel, *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 1997.
- ÉTIENNE, Jean, et al., *Dicionário de Sociologia*, Lisboa, Plátano, 1998.

- FERREIRA, J. M. Carvalho et al., *Sociologia*, Lisboa, McGraw-Hill, 1995.
- FERREIRA, J. M. Carvalho et al., *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, McGraw-Hill, 2001.
- FERREIRA, João José Brandão, *As Reformas das Forças Armadas Portuguesas da Época Contemporânea até ao fim das Campanhas de África do séc. XX*, Revista Estratégia, vol. XVI, Lisboa, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 2007.
- FREIRE, João, *Sociologia do Trabalho, Uma Introdução*, 2ª Edição Revista, Porto, Edições Afrontamento, 2002.
- FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre, *Traité de Sociologie du Travail*, Paris, Armand Coulin, 1970.
- GALBRAITH, John Kenneth, *A Cultura do Contentamento*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992.
- GIDDENS, Anthony, *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- GIROD, Roger, *Inégalité – Inégalités*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997.
- GOFF, Jacques le, *História e Memória – Iº volume - História*, Lisboa, edições 70, 2000.
- IDEM, *História e Memória – IIº volume - Memória*, Lisboa, edições 70, 2000.
- GOMES, Joaquim Ferreira, *Novos Estudos de História e de Pedagogia*, Coimbra, Livraria Almedina, 1986.

- GOMES, Joaquim Ferreira; FERNANDES, Rogério; GRÁCIO, Rui, *História da Educação em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte 1988.
- LAUWE, Paul-Henry Chombart de, *Pour une Sociologie des Aspirations*, [s.l.], Denoel/Gonthier, [s.d].
- LEVIN, Jack, *Estatística Aplicada a Ciências Sociais e Humanas*, São Paulo, Editora Harbra, 1987.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Breve História de Portugal*, 5ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, 2003.
- MAROCO, João; BISPO, Regina, *Estatística aplicada às ciências sociais e humanas*, 1ª ed. Lisboa, Climepsi Editores, 2003.
- MARTINS, Alcina Maria de Castro, *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*, [s.l.], Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Escola e Classes Sociais*. (Antologia), Lisboa, Ed. Presença/GIS, 1981.
- MOREIRA, Adriano e RAMALHO, Pinto (coords.), *Estratégia*, vol. XVI, Lisboa, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 2007.
- MOUTINHO, Mário, *História da Pesca do Bacalhau – por uma antropologia do “fiel amigo”*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985.
- PEREIRA, Alexandre, *SPSS, Guia Prático de Utilização*, Lisboa, Edições Sílabo, 2002.
- PIMENTEL, Irene Flunser, «Assistência Social e Familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40», *Revista Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), 1999.

- POLANAH, Luis, «O Estudo Antropológico das Alcunhas», *Revista Lusitana*, (Nova Série) 7, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- REIS, Maria de Fátima Reis, *Os Expostos em Santarém: A Acção Social da Misericórdia (1691-1710)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001.
- RIBEIRO, José da Silva, *Métodos e Técnicas de Investigação em Antropologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003.
- RODRIGUES, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes, *Sociologia das Profissões*, Oeiras, Celta Editora, 1997.
- ROSAS, Fernando (coord.), *História de Portugal*, vol. VII – *O Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- SETUBAL, Aglair Alencar, *Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade*. São Paulo, Cortez Editora, 1995.
- SILVA, Jorge Moreira, *A Marinha Passou por Aqui*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2005.
- SILVA, Manuela e TAMEN, M. Isabel, *Sistema de Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

- SOEIRO, Teresa; LOURIDO, Francisco Calo, *Fainas do mar – vida e trabalho no litoral norte*, Porto, CRAT (Centro Regional de Artes Tradicionais), 1999.
- SOUTO, José Correia de, *Dicionário de História de Portugal*, Volume III, Braga, Universidade do Minho e Tilgráfica, 1985.
- TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre, *A revolução de 1820 e a instrução pública*. Porto, Paisagem Editora, 1984.
- VARDASCA, Carlos, *Fardados de Lama*, Alhos Vedros, Euedito, 2013.
- VEYNE, Paul, *Como Se Escreve a História*, Lisboa, edições 70, 1987.
- VIEIRA, Maria Manuel, «Elites? Classes Superiores? Classes Dominantes? Reflexões em torno de conceitos» – *Estruturas Sociais e Desenvolvimento (Actas do II Congresso Português de Sociologia)* Vol. II, Lisboa, Fragmentos e APS, 1993.

Referências Computorizadas

- <http://alernavios.blogspot.pt/2012/05/david-melgueiro.html> [consultada em novembro de 2012]
- <http://cestodagavea-cabel.blogspot.com> [consultada entre setembro de 2011 e março de 2013]
- <http://cpith.com> [consultada em Setembro de 2011]
- <http://comandonaval.marinha.pt> [consultada em dezembro de 2012]
- <http://fundação.telecom.pt> [consultada em abril de 2012]

- <http://guerracolonial.org> [consultada em dezembro de 2011]
- <http://jf-almada.pt>, [consultada em janeiro de 2012]
- <http://museumaritimo.cm-ilhavo.pt> [consultada em dezembro de 2012]
- <http://nossomar.blogs.sapo.pt/1282.html> [consultada em novembro de 2012]
- <http://www.casadosrapazes.pt>, [consultada em fevereiro de 2012]
- <http://www.cidadevirtual.pt/fragata/historia.html>, [consultada em setembro de 2011]
- <http://www.guerracolonial.org> [consultada em dezembro de 2012]
- <http://www.revistademarinha.com> [consultada em outubro de 2011]
- <http://www.youtube.com> [consultada em maio de 2012]
- www.uc.pt/fctuc/Alunos/estrangeiros/docs/fragata [consultada em setembro de 2011]

Apresentações, Periódicos, Revistas e Imprensa

- *Anais do Clube Militar Naval* (4 a 6, Abr-Jun 1998 ano CXXVIII)
- *Anais do Clube Militar Naval* (1 a 3, Jan-Mar 1999 ano CXXIX)
- *Anais do Clube Militar Naval* (7 a 9, Jul-Set 2000 ano CXXX)
- *Anais do Clube Militar Naval* (7 a 9, Jul-Set 2001 ano CXXXI)

- *Anais do Clube Militar Naval* (7 a 9, Jul-Set 2002 ano CXXXII)
- *Anais do Clube Militar Naval* (1 a 3, Jan-Mar 2003 ano CXXXIII)
- *Anais do Clube Militar Naval* (1 a 3, Jan-Mar 2004 ano CXXXIV)
- *Anais do Clube Militar Naval* (4 a 6, Abr-Jun 2004 ano CXXXIV)
- *Anais do Clube Militar Naval* (10 a 12, Out-Dez 2006 ano CXXXVI)
- *Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, vol. XXX (134), 1995.
- *Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, vol. XXXIV (151-152), 1999.
- *Estratégia*, vol. XVI, Lisboa, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 2007.
- PINTO, José Luis Leiria, *As Comunicações na Marinha – dos primórdios a 1975*, comunicação apresentada na Academia de Marinha em 1 de Junho de 2010.
- *Revista da Junta Central das Casas dos Pescadores*, 1962.
- *Revista Humanitas*, vol. L, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998.
- *Revista Lusitana* (Nova Série) 7, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

- VIANA, Gonçalves, *A Marinha Mercante Portuguesa na Transição do séc. XX para XXI*, sessão de trabalho realizada em 7 de Novembro de 2000 (Academia de Marinha).

Bibliografia Específica

- BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX, Suplemento, Porto, Figueirinhas, 2000.
- BRITO, J. M. Brandão de; ROSAS, Fernando, *Dicionário de História do Estado Novo volume I (A-L)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996.
- BRITO, J. M. Brandão de; ROSAS, Fernando, *Dicionário de História do Estado Novo*, volume II (M-Z), Venda Nova, Bertrand Editora, 1996.
- FLOR, Augusto et. al., *SORENA 44 anos entre Cacilhas e o Gingal – Uma história com muitas estórias*, [s.l.] Juntas de Freguesia de Almada, Cacilhas, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro e Pragal, 2011.
- GARRIDO, Álvaro, *Henrique Tenreiro Uma biografia política*. 1ª Edição, Lisboa, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2009.
- GARRIDO, Álvaro, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, [s.l.], Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2010.
- GIL, Adriano Beça, «Fragata D. Fernando II e Glória», *Revista Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXXIV Abril-Junho, 2004.
- MATTOSO, José (dir.); ROSAS, Fernando (coord.), *História de Portugal vol. 7 O Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- SACHETTI, António Emílio Ferraz, *D. Fernando II e Glória. A Fragata que Renasceu das Cinzas*, Lisboa, Edições CTT, 1998

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal vol. XIII - Do 28 de Maio ao Estado Novo (1926-1935)*, [s.l], Editorial Verbo, [s.d].
- TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, vol. 1, Lisboa, Veja, 1991.
- IDEM, *Portugal e a NATO, o reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.
- TELO, António José (coord.), *História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrinas e Organização 1824-1974*, Lisboa, Academia de Marinha, 1999.

ANEXO A – VERSOS SOBRE O DESARVORAMENTO DE 8/3/1862

MOTE:

De Março ao nono dia
Tivemos grande rascada
Vi o fim à minha vida
Em cima da água salgada

I

Pano a ré e pano a vante
De bolina navegando
A fragata “D. Fernando”
Já seguia para Lisboa
Ia a coisa muito boa
Mas depois, quem tal diria
O vento rijo assobia
Vão-se os mastros arrotados
Ficamos desarvorados
De Março ao nono dia

II

Corta! Corta! Deita ao mar
Safa o navio ligeiro
Haja esperança marinheiro
Vamos guindolas armar
E todos a trabalhar
Fomos ali à pancada
Vi então toda rachada
Do leme à madre – c’os diabos!
Uma esparrela fizemos
Tivemos grande rascada.

III

Mas cá o home do mar
Não perde logo a esperança
E a senhora da Bonança
Prometemos ir orar
Se depois de trabalhar
Toda aquela nossa lida
Fosse bem sucedida
Sem leme nem mastros ter
Vi-me em riscos de morrer
Vi o fim à minha vida.

IV

Já o porto ia varado
Sem querer virar por davante
E pensei que este trabalho
Ficamos ali enrascados
Vi então muito alagado
Um vapor (Obra asseada)
E só com uma palhetada
Nos levou a salvamento
Depois de tanto tormento
Em cima da água salgada.

30/3/1862 – “Fragata D. Fernando”

Autor: grumete de alcunha “*Monsieur*”

ANEXO B – CADASTRO TÍPICO DE UM ALUNO

CADASTRO

Data	Falta cometida	Pena aplicada
2-11-970	Este aluno após ter vindo de licença no dia 2 do corrente, ausentou-se desta Obra Social.	Foi trazido por seus pais amigos que o entregaram na Obra. Não chegou a mostrar o pai por este andar sempre ausente.
9-11-970	Este aluno ausentou-se da Obra e até ao momento (0930) horas, não apareceu.	Uma semana de peixe.
3-12-970	Este aluno foi para a cidade de Calço	Uma semana de peixe
25-1-971	Este aluno estando de perigo de morte, foi encontrado a dormir.	2 semanas de peixe.
1-3-971	Este aluno apresentou-se da situação de ausente no qual andava desde o dia 15/2/71.	Deque a sua ausência tem agravante, corta o cabelo à escotilha.
30-4-971	Este aluno ausentou-se da Obra, algumas horas, apresentou-se cerca das 17.00 horas, tendo abandonado o trabalho de que estava encarado (capataz, rot).	2 semanas de peixe.
24-6-971	Este aluno, ausenta-se da Obra frequentemente, pelo que falta à Chamada e a outros currículos que lhe são distribuídos.	2 semanas de rancheiro
27-6-971	Este aluno, desde a hora do almoço que desapareceu da Obra.	Foi repreendido por ter desobedecido.
2-7-971	Este aluno, depois de ter sido feita a chamada geral ausentou-se da Obra, sem licença, regressando às 01.30 horas.	2 semanas de peixe
8-11-971	Este aluno ausentou-se da Obra, por volta das 01.35 h. Este aluno em referência, sabe que em virtude de andar a estudar não é permitido as corridas depois do recolha, isto nos dias que tem aulas.	Já foi castigado com um quarto de perigo de morte, das 00.00 às 03.00 h.

CADASTRO

Data	Falta cometida	Pena aplicada
11/5/972	Este aluno não se apresentou ao fante e chegou a esta Escola pelas 11.30, alegando ter estado a festejar os anos de um colega da Escola.	Uma quarta de castigo
17/5/972	Est. ao jardim à procura dos alunos e disse a este aluno que viesse ajudar a limpeza da antiga aula grande, mas não fez caso do que lhe disse e fugiu para a cidade, só aparecendo às 11.50.	dois quartos de castigo
20-6-972	<u>Daniel</u> Este aluno foi encontrado muito pijo a brincar com um pouco de camionete. Mandado para a obra não obedeceu.	Foi repreendido e punido na desobediência, 2 dias de prisão.
26/6/972	Este aluno, com outros andavam a atirar com travessiros uns aos outros espalhando a lá pela camarata, à noite	Faz, uma dois quartos de castigo.
21/10/972	Este aluno foi visto a dar pcos no aluno 435 tendo sido fortemente repreendido pelo mag. Tanto, que presenciou o caso. Mais tarde foi visto a bater no aluno 419, que igualmente o censurou. Este aluno é preguioso e viveiro em bater nos alunos pequenos.	Foi repreendido e avisado de ser castigado mais severamente caso continue, pois é a primeira vez que é acusado de tal.
8-5-973	Este aluno, foi brincar para cima do terraço do baracão.	Uma semana de peixe.
14-5-973	Este aluno, levou para cima do barraão, mantas e colchões para lá dormir.	Uma semana de peixe.

ANEXO C – RELATÓRIO MÉDICO

DUPLICADO

RELATÓRIO MÉDICO

Os alunos que sofreram acidentes, durante o incêndio a bordo da Fragata D. Fernando no dia três de Abril de mil novecentos e sessenta e três, que necessitaram hospitalizações:

Aluno nº.12-Antônio Abreu Nogueira Araújo, queimaduras no braço esquerdo e feridas contusas nos dedos médios e indicador da mão esquerda, quando saltou para a balança que estava nos turcos; foi hospitalizado no hospital de Almada, onde se encontra presentemente em vias de cura.

Aluno nº.17- Carlos Francisco Correia, quando se encontrava na prôa do navio, sentiu-se empurrado e caiu sobre uma embarcação, sofrendo fractura do pulso direito e feridas contusas na perna esquerda, encontra-se internado no Hospital da Liga dos Amigos dos Hospitais, estando quasi restabelecido.

Aluno nº.92-Luiz Frederico dos Santos, quando saltou para a balança que se encontrava nos turcos, a talha de Ré incendiou-se, provocando a queda dos alunos que se encontravam dentro, do que resultou também a queda do dito aluno nº.92, para dentro da gazolina do navio balizador "Almirante Chuliz" sofreu fractura do braço esquerdo sendo internado no Hospital da Liga dos Amigos dos Hospitais. Teve alta no dia seis de Abril, e no dia oito de Maio foi tirar o aparelho de gesso e dado como pronto para o serviço.

O aluno nº.130- Victor Marques dos Santos, sofreu queimaduras no braço esquerdo e no rosto, quando ainda se encontrava a bordo, foi hospitalizado no Hospital de Almada, tendo alta no dia dezassete de Abril, completamente restabelecido. O aluno nº.120-Paulo de Sousa Pinto, sofreu queimaduras do 1º. e 2º. grau no rosto, braços e pernas, quando ainda se encontrava a bordo; foi internado no Hospital de Almada, onde ainda se encontra quasi restabelecido

Aluno nº. 164 - Afrio Carmo Ksteres, foi internado no Hospital de Almada em estado de choque, teve alta do mesmo Hospital no dia nove de Abril completamente restabelecido.

Aluno nº. 170 - António Manuel Gomes de Sousa, caiu ao mar quando estava dentro da baleeira que estava nos barcos, sofrendo entorse da perna, foi internado no Hospital da Liga dos Amigos dos Hospitais, tendo tido alta no dia seis de Abril, completamente restabelecido.

Lisboa, em 9 de Maio de 1963

O M É D I C O



Manuel Fernandes Duarte Junior.

ANEXO D – DECLARAÇÃO ONDE SE COMPROVAM AS INTENÇÕES DE FECHO DA OBRA



D. FERNANDO II E GLÓRIA

OBRA SOCIAL DA FRAGATA D. FERNANDO

DECLARAÇÃO

A pedido da interessada, declara-se que a Ex.ma Senhora D. Maria Lucilia Banza Pereira Gonçalves, exerceu as funções de professora primária nesta Instituição durante os anos escolares de 1971, 1972, 1973, 1974 e 1975.

Entretanto, aproveitando a oportunidade, apraz-nos registar que esta Senhora, apesar da sua pouca idade e das difíceis condições em que trabalhou, actuou sempre de forma a nunca crear quaisquer problemas à Direcção desta Obra Social, no que demonstrou possuir, além de evidentes qualidades pedagógicas, uma constante e adequada visão das situações, próprio de clareza de senso e de uma elevada inteligência.

Aproveitando ainda a oportunidade, declara-se, para os fins julgados convenientes, que esta Instituição deverá ser extinta no fim do corrente ano escolar.

Setúbal, 23 de Abril de 1975

O Director,

Alberto de Campos
capitão-de-mar-e-guerra

**APÊNDICE 1 – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS
EX-ALUNOS DA OBRA SOCIAL FRAGATA D. FERNANDO II E
GLÓRIA**

UNIVERSIDADE DE LISBOA



**INQUÉRITO AOS EX-ALUNOS DA OBRA SOCIAL “FRAGATA D.
FERNANDO II E GLÓRIA”**

O presente inquérito tem como objetivo a contribuição para a realização de uma investigação, no âmbito do Mestrado em História Marítima, a decorrer na Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras em parceria com a Escola Naval. Esta deverá culminar na apresentação de uma dissertação com vista a uma tese de mestrado, intitulada “Assistência, Educação e Trabalho no Estado Novo – O Caso da Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória” – que será apresentada na referida instituição pelo mestrando Américo José Vidigal Alves, sob a orientação da Professora Doutora Maria Fátima Reis.

A resposta a este inquérito reveste-se de uma importância extrema pois só com o devido tratamento estatístico *a posteriori*, será possível confirmar ou infirmar algumas hipóteses que estão na génese deste projeto. Abreviadamente pretendemos concluir sobre: motivo para a criação da obra, intervenientes internos e externos, vivências e trajetórias dos indivíduos que dela fizeram parte, sobretudo os ex-alunos. Para tal pedimos a vossa colaboração, sem ela o trabalho não poderá realizar-se, ou a realizar-se, não espelhará a completa verdade dos factos.

As respostas ao questionário deverão ser dadas escrevendo nos quadros disponíveis debaixo de algumas das questões ou colocando uma cruz debaixo da resposta que pretenda selecionar imediatamente debaixo dos quadros de resposta múltipla. Os números associados às respostas não têm qualquer significado para o inquirido (tratam-se de chaves para tratamento estatístico). Por favor seja sincero nas suas respostas. Muito obrigado.

QUESTIONÁRIO

1) CARACTERISTICAS PESSOAIS

1.1) Nome (**facultativo**)

1.2) Idade

1.3) Estado civil

Solteiro 1	Casado 2	Divorciado 3	Viúvo 4	União de facto 5

1.4) Se é casado, com que idade casou (ou casou pela primeira vez)?

Sim 1	Não 2

1.5) Se é casado, após quanto tempo depois de ter saído da obra social contraiu matrimónio?

(Até 2 anos) 1	(2 a 3 anos) 2	(3 a 5 anos) 3	(5 a 10 anos) 4	(Mais de 10 anos) 5

1.6) Teve filhos?

Sim 1	Não 2

1.7) Quantos?

(Um) 1	(Dois) 2	(Três) 3	(Mais de 3) 4

1.8) Com que idade foi pai?

1.9) Profissão (se reformado indique aquela com que se reformou)

--

1.10) Concelho de Residência

--

1.11) Distrito de Residência

--

1.12) Credo religioso (**facultativo**)

Católico 1	Muçulmano 2	Judeu 3	Protestante 4	Agnóstico 5	Outro 6

1.13) Militância ou simpatia política (**facultativo**)

Direita 1	Centro 2	Esquerda 3	Outra 4	Sem opinião 5

2) CONDIÇÕES DE VIDA, TRAJETO ACADÊMICO-PROFISSIONAL E HISTÓRICO –
- CRIMINAL ANTES DE ENTRAR PARA A FRAGATA

2.1) Com quem vivia?

Pais 1	Tios 2	Avós 3	Outra Instituição Social 4	Sozinho 5

2.2) Onde vivia?

Campo 1	Cidade 2

2.3) Quantos irmãos tinha?

(Até 3) 1	(Até 5) 2	(Até 7) 3	(Até 10) 4	(Mais de 10) 5

2.4) Vivia com os seus irmãos?

Não 1	Com alguns 2	Sim 3

2.5) Tinha água canalizada?

Sim 1	Não 2

2.6) Tinha eletricidade?

Sim 1	Não 2

2.7) Andava ou tinha andado na escola?

Sim 1	Não 2

2.8) Já tinha feito o exame da 3ª classe?

Sim 1	Não 2

2.9) Já tinha feito o exame da 4ª classe?

Sim 1	Não 2

2.10) Tinha mais do que a 4ª classe?

Sim 1	Não 2

2.11) Já trabalhava?

Sim 1	Não 2

2.12) Onde trabalhava?

--

2.13) Em que consistia o seu trabalho?

--

2.14) Teve problemas com a lei neste período?

Sim 1	Não 2

2.15) Tinha estado em casa de correção?

Sim 1	Não 2

3) PERÍODO EM QUE PERTENCEU À OBRA SOCIAL, CARACTERIZAÇÃO DE ALGUNS HÁBITOS SÓCIO-EDUCACIONAIS

3.1) A disciplina era dura?

Sim 1	Normal 2	Não 3

3.2) Sentiu-se preso?

Sim 1	Não 2

3.3) Havia espírito de camaradagem?

Sim 1	Não 2

3.4) As condições de habitabilidade eram melhores do que antes de ir para a Obra da Fragata D. Fernando?

Sim 1	Não 2

3.5) A alimentação era melhor do que antes de ir para a Obra da Fragata D. Fernando?

Sim 1	Não 2

3.6) Considera que as condições, de um modo geral, eram melhores a bordo (ou nas instalações da Escola de Pesca de Pedrouços e Capitania do Porto de Setúbal) do que as que tinha anteriormente?

Sim 1	Não 2

3.7) Havia licenças?

Sim 1	Não 2

3.8) Havia divertimentos?

Sim 1	Não 2

3.9) Havia dias especiais?

Sim 1	Não 2

3.10) Os elementos da guarnição eram amáveis?

Sim 1	Alguns 2	Não 3

3.11) Com quem se dava mais? Oficiais, sargentos ou praças?

Oficiais 1	Sargentos 2	Praças 3

3.12) Os professores e instrutores eram exigentes?

Sim 1	Não 2

3.13) Sentia-se numa casa de correção?

Sim 1	Não 2

3.14) Havia castigos?

Sim 1	Não 2

3.15) Se sim, sofreu castigos?

Sim 1	Não 2

3.16) De que tipo?

Físicos 1	Psicológicos 2	Ambos 3

3.17) Sentia-se numa escola?

Sim 1	Não 2

3.18) O ensino era bom?

Sim 1	Não 2	Não sabe 3

3.19) Com que habilitações académicas saiu da Obra da Fragata D. Fernando?

3ª Classe 1	4ª Classe 2	Superior à 4ª classe 3

3.20) Alguma vez fugiu, ou tentou fugir?

Sim 1	Não 2

4) CARACTERISTICAS FAMILIARES

4.1) Profissão do pai

--

4.2) Profissão da mãe

--

4.3) Se é casado, qual a profissão do cônjuge?

--

4.4) Se tem filhos, qual a profissão dos filhos?

4.5) Nível de escolaridade do pai

Analfabeto 1	3ª Classe 2	4ª Classe 3	Superior à 4ª classe 4	Não sabe 5

4.6) Nível de escolaridade da mãe

Analfabeto 1	3ª Classe 2	4ª Classe 3	Superior à 4ª classe 4	Não sabe 5

4.7) Nível de escolaridade do cônjuge

Analfabeto 1	3ª Classe 2	4ª Classe 3	Superior à 4ª classe 4

4.8) Nível de escolaridade dos filhos

4ª Classe 1	Preparatório 2	Secundário 3	Superior 4

5) CARACTERISTICAS BIOGRÁFICAS E TRAJECTÓRIAS PROFISSIONAIS

5.1) Quais as habilitações literárias que possui atualmente?

4ª Classe 1	Preparatório 2	Secundário 3	Técnico Profissional 4	Superior 5

5.2) Foi militar?

Sim 1	Não 2

5.3) Qual o ramo?

Marinha 1	Exército 2	Força Aérea 3

5.4) Esteve na Guerra Colonial?

Sim 1	Não 2

5.5) Não foi militar, tendo optado pela Marinha Mercante ou frota nacional de pesca?

Sim 1	Não 2

5.6) Fez carreira na Marinha de Guerra durante toda a vida?

Sim 1	Não 2

5.7) Se fez carreira na Marinha de Guerra, qual o seu posto atual, ou qual o posto com que passou à reserva?

--

5.8) Pertenceu à Marinha Mercante?

Sim 1	Não 2

5.9) Fez carreira na Marinha Mercante durante toda a vida?

Sim 1	Não 2

5.10) Se fez carreira na Marinha Mercante, qual a sua categoria, ou qual a categoria com que se reformou?

5.11) Pertence ou pertenceu à frota nacional de pesca?

Sim 1	Não 2

5.12) Fez carreira na frota nacional de pesca durante toda a vida?

Sim 1	Não 2

5.13) Se fez carreira na frota nacional de pesca, qual a sua categoria, ou qual a categoria com que se reformou?

5.14) Pertenceu à frota pesqueira do bacalhau?

Sim 1	Não 2

5.15) Fez carreira na frota pesqueira do bacalhau até esta findar a sua atividade?

Sim 1	Não 2

5.16) Se fez carreira na frota pesqueira do bacalhau, com que categoria saiu da atividade ou se reformou?

5.17) Trabalhou ou trabalha para outras empresas marítimas como “embarcado”, tais como: navio de passageiros, navio hospital, táxi marítimo, navio científico etc.?

Sim 1	Não 2

5.18) Se respondeu sim, especifique qual ou quais.

5.19) Trabalhou com *groomer*/paquete ou nos escritórios da Organização das Pescas, no Grémio dos Armadores de Pesca do Bacalhau?

Sim 1	Não 2

5.20) Trabalhou no Movimento Nacional Feminino?

Sim 1	Não 2

5.21) Alguma vez durante a sua vida escondeu o facto de ter sido aluno da obra social?

Sim 1	Não 2

5.22) Esconde hoje em determinadas circunstâncias o facto de ter sido aluno da obra social?

Sim 1	Não 2

5.23) Pensa que o facto de ter pertencido à obra social o ajudou a desenvolver-se e tornar-se no homem que é?

Sim 1	Não 2	Talvez 3

5.24) Sente orgulho em ter pertencido à fragata e à obra social?

Sim 1	Não 2

5.25) Concorda com a transformação da fragata em museu?

Sim 1	Não 2	Não tem opinião 3

OBSERVAÇÕES/CONSIDERAÇÕES (FACULTATIVO)

APÊNDICE 2 – OBSERVAÇÕES DOS EX-ALUNOS

Este espaço constitui a parte final do questionário aos ex-alunos. Não sendo de preenchimento obrigatório assistimos, ainda assim, a uma vontade, em referir observações e considerações a vários níveis, vontade esta demonstrada por sessenta e um indivíduos, dos cem inquiridos. Aqui ficam essas considerações que, como se pode observar, espelham as diferentes perspectivas e opiniões dos vários atores que ao longo dos cerca de vinte e seis anos foram passando pela obra.

Os nomes dos intervenientes não são revelados, mantendo assim a privacidade de cada um. São referidas, a profissão (ou última profissão antes da aposentação) e a idade.

Funcionário Público – 54 anos

“Eu fui parar à Obra da fragata por acidente pois em miúdo, com seis anos, numa brincadeira de criança, peguei fogo à mata do Alfeite. Fui apanhado pelos *mateiros* que me entregaram ao Capelão da Base Naval. Foi ele que decidiu que o castigo fosse ir para a Obra da fragata para «aprender a ser homem». Durante estes episódios os meus pais estavam em África.

Ainda assim, acabei por ficar pouco tempo na Obra pois antes de fazer os dois anos de permanência os meus pais vieram buscar-me e levaram-me para África com eles. Eu nunca pertenci à Marinha de Pesca, nem à Marinha Mercante nem à Marinha de Guerra.

Lembro-me que na fragata havia miúdos dos mais diversos locais, uns vinham da província, outros da cidade, tínhamos um de Goa e outro do Congo (este só falava francês pelo que ficou o «Francês»). Mas não tenho más recordações, havia respeito e disciplina, só isso.”

Pintor da Construção Civil – 54

“Este ex-aluno é dos mais novos, como a entrevista foi realizada por telefone resolvemos inquiri-lo sobre o fim da obra. Saberá algo sobre como e em que data tinha acabado a obra? Respondeu da seguinte forma que passamos a descrever:”

“Quanto ao fim da obra, esta acabou pouco depois do 25 de Abril, em 1974 ou 1975. Por esta altura quem ainda estava ligado à obra pediu dinheiro à Liga dos Amigos dos Hospitais que respondeu que não tinha ou que não podia disponibilizar qualquer verba, a Marinha também não conseguiu manter a obra ... e esta acabou.”

Funcionário Público – 55 anos

“Fui para as instalações da Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória da Capitania de Setúbal aos nove anos pois não tinha pai, só mãe. Lá tirei a quarta classe. Depois saí da obra e fui trabalhar para as obras. Mais tarde, quando chegou a idade da tropa, fui para o Exército e de lá passei para a GNR.

Hoje já não sou militar, sou funcionário público e trabalho num hospital.”

Motorista Marítimo (IPIMAR – Instituto de Investigação das Pescas e do Mar) – 56 anos

“Trabalhei na pesca do bacalhau no «Nossa Senhora da Boa Viagem» em 1979/80. Trabalho agora no *Noruega* um navio científico do IPIMAR.”

Barman – 56 anos

“A vida na Obra Social, na Capitania do Porto de Setúbal era uma rebaldaria, os cabos e os sargentos roubavam e possivelmente os oficiais roubavam também. Muitos deles eram da Brigada Naval. O padre dava socos na cabeça dos miúdos que não sabiam as orações, dizia-se que havia homossexualidade a bordo (em Setúbal nunca dei por nada pois na verdade a mim nunca ninguém me assediou nem violou). Quando saí da obra fui para a pesca, para cozinheiro. Depois andei dez anos a bordo do *Gil Eanes* que dava apoio à frota do bacalhau.

Em 1986, com a extinção da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau fui despedido ... deram-me setecentos contos de indemnização!

Depois disso trabalhei na vida noturna, ... bares, ... prostitutas ... má vida. Sou divorciado, tenho três filhos e já sou avô. Sou *barman*.”

Marinheiro de 1ª classe da Marinha Mercante – 59 anos

“Trabalhei sempre no mar! Enquanto fui aluno da Obra Social, frequentei a Escola Preparatória, chamava-se Liceu na altura. De dia trabalhava nas Oficinas do Gingal onde aprendi umas noções superficiais de eletricidade e à noite ia para as aulas. Em 1969 fui para a Marinha Mercante, por lá fiquei toda a vida, primeiro como ajudante de cozinheiro, depois, na *Portline*, tirei o curso de Marinheiro e cheguei a Marinheiro de 1ª Classe. Fazia quartos à ponte com o oficial e também algum trabalho de convés quando era preciso.”

Cozinheiro da Marinha Mercante – 59 anos

“Trabalhei maioritariamente para a SOPONATA (Marinha Mercante) no transporte de petróleo. Fartei-me de correr mundo.

Quanto à obra da Fragata, esta foi muito importante para mim. Acho muito bem terem reconstruído a fragata e terem-na transformado num museu.”

1º Cozinheiro da Marinha Mercante – 60 anos

“A passagem pela fragata abriu-me os horizontes, sendo um jovem a disciplina fez-me muito bem.”

Técnico Superior Principal – 60 anos

“Concordo com a fragata da forma como ela está ... um museu. No entanto deveria existir a bordo um local onde fosse possível colocar uma placa alusiva à existência da Obra Social, do género “... por aqui passou a Obra Social da Fragata”

Distribuidor de pão – 60

“Havia todo o género de alunos na fragata, bons e maus, como na vida e na sociedade em geral. Alguns vinham de casa dos pais (quase meninos da mamã), outros vinham de famílias muito carenciadas, outras vinham de instituições como a Casa Pia ou outras.

Havia homossexualidade, havia alguns que a praticavam, eu nunca fui sequer assediado.

Quanto aos castigos... bem, eu urinava na cama muitas vezes ... mesmo muitas vezes. Algumas vezes o castigo era voltar a dormir na cama sem esta ser limpa, outras era a minha maca ficar exposta, completamente aberta, durante todo dia para os outros miúdos verem. E as crianças que são muito cruéis ... riam-se muito de mim.

Na fanfarra também fui castigado, eu não tinha queda para a música e o Cabo da fanfarra puxava-me as orelhas. Tanto puxou que fiquei com as orelhas partidas, destas lesões infligidas ficaram marcas físicas nas minhas orelhas para toda a vida.”

Técnico de Manutenção – 62 anos

“Senti-me muito preso. Não tinha família que me fosse visitar, era órfão de pai e mãe, pelo que passava todos os dias inclusive ao fim-de-semana sem sair. Ficava ali sentado a bordo de um navio fundeado no meio do Tejo a ver passar os cacilheiros ... era muito triste.

Quando houve o incêndio eu ainda não sabia nadar, queimei-me num braço e ia-me afogando... submergi duas vezes... à terceira pensei ... é desta que já não voltas, ... mas o *Preto* salvou-me. Tenho tentado encontrá-lo, mas perdemos-lhe o rasto ... nem tem ido aos almoços de confraternização.

Depois em Setúbal tudo melhorou. Havia contacto com a população pelo que senti que deixei de estar preso.”

Cozinheiro – 62 anos

“No que respeita à tropa...eu só cumpri tropa depois do 25 de Abril, pois antes tinha andado embarcado e tinha sempre faltado às chamadas para a tropa.”

Ajudante de Cozinheiro – 62 anos

“A recuperação da fragata não seguiu os moldes da fragata que eu conheci. A nossa fragata era diferente.”

Pintor de automóveis – 62 anos

“Concordo com a transformação da fragata em museu mas podia ser uma escola como foi no passado para mim e muitos outros.”

Funcionário Público – 63 anos

“Fui para a Fragata oriundo da Casa Pia, por ter tido más notas nos estudos. Três dias depois de chegar à fragata, esta ardeu, fomos então encaminhados para Setúbal. Com dezassete anos saí da Obra Social para a Marinha Mercante, fui para ajudante de cozinheiro, estive nessa situação durante três anos.

Depois da passagem pela Marinha Mercante fui para os Comandos e daí para a Guiné (1970/72). No fim da comissão saí da tropa e procurei o meu único familiar vivo conhecido, o meu irmão, que vivia no Algarve e vim ter com ele. Tive finalmente um lar sem ser numa instituição, num navio ou num quartel. Estabeleci-me em Lagos, perto dele onde vivo até hoje.”

Maquinista da Marinha Mercante – 63 anos

“Não foi de livre vontade que pertenci à Obra Social da Fragata D. Fernando II e Gloria, esta condição foi-me imposta por outra instituição do Estado sem conhecimento dos meus familiares. Quando da saída da Obra social para a Escola Profissional de Pesca em Pedrouços, fiquei em regime interno a tirar o curso de Ajudante de Maquinista durante oito meses. Após o primeiro embarque e até três anos depois, fui obrigado a permanecer na pesca do bacalhau para descontar dez por cento do que ganhava em cada viagem para pagar tudo o que havia consumido (alimentação, professores, fardas, roupas e outros).

Por tudo isto, os ex-alunos que sobreviveram profissionalmente, fizeram-no sobretudo, devido à força de vontade de cada um deles, nada mais!”

Fogoeiro (encarregado de caldeiras num hotel) – 63 anos

Só fiz uma viagem na pesca do bacalhau como adjunto de máquinas. Aquilo era muito duro, assim que regresssei alistei-me na Marinha de Guerra.

Segurança – 63 anos

“Fui sempre um «corrêcio», fiz muita patifaria na fragata e por isso fui castigado muitas vezes. Tinha dezasseis anos, já era difícil dobrarem-me. Aos dezassete fui expulso pois agredi um professor! Nessa altura não me colocaram em nenhuma instituição nem nada, foi simplesmente... rua!

Conhecia um polícia marítimo que simpatizava comigo, pedi-lhe ajuda e ele conseguiu que eu fosse num navio de pesca para Dakar. Conheci, a partir daí, na pesca, toda a costa africana. Com vinte anos tinha de ir para a tropa e para a guerra ou então optar pela pesca do bacalhau, optei pelo bacalhau ... fui salgador. A vida a bordo era muito dura, mesmo muito dura.

Depois voltei à pesca em África e por lá estive muitos anos. No regresso trabalhei na Expo 98, na construção da Ponte Vasco da Gama, sempre como marítimo em barcos de passageiros. Também trabalhei em barcos fluviais de passageiros no Sado e no Tejo. Agora sou segurança numa empresa, num grande edifício em Lisboa «estou encostado», como se costuma dizer.

Voltando à fragata, após o incêndio e com a transferência para a Capitania de Setúbal, perdeu-se toda a disciplina que havia... fazíamos quase o que queríamos... eu já não tinha medo dos oficiais nem dos sargentos e muito menos das praças.

Quanto à transformação da fragata em museu, penso que está mal feita, está diferente do que era no meu tempo de permanência, de modo que, não concordo com a transformação.”

Oficial de máquinas da Marinha Mercante – 63 anos

“Aos onze anos entrei para a fragata (onde estive cinco anos e meio), aos catorze fui para as oficinas da Sociedade de Reparação de Navios no Ginjal em Cacilhas e à noite estudava com outros colegas na Escola Industrial Marquês de Pombal onde só fiz dois anos, indo depois para a Escola Profissional de Pesca para tirar o curso de Motorista Prático. Embarquei para a pesca do bacalhau ainda com dezassete anos, na companhia Sociedade Nacional dos Armadores de Bacalhau (SNAB). Em 1992 deixei o bacalhau pelo motivo do abatimento dos navios da pesca e fiz três anos na pesca do camarão em navios da mesma companhia. Ao fim de mais de trinta anos no mar e sempre na mesma companhia reformei-me. É nessa situação que me encontro hoje.

Há cerca de um ano e meio éramos apenas quatro os ex-fragatas que ainda mantínhamos contacto e pensámos usar a tecnologia da *internet* para procurarmos outros que não víamos há mais de trinta ou quarenta anos. Neste momento já temos mais de cem e já fizemos dois encontros, sendo este ultimo a bordo da fragata, em Cacilhas. Atualmente, alguns de nós, todos os meses nos juntamos, num restaurante para um almoço de convívio, em Lisboa na zona do Cais do Sodré.”

Chefe de Sector da Imprensa Nacional Casa da Moeda – 63 anos

“Depois de deixar a Fragata D. Fernando fui transferido para a Casa Pia de Lisboa com cerca de mais dez alunos, para podermos dar continuidade aos estudos.”

Cantor – 64 anos

“Na fragata eu era conhecido pelo *Calmeirão*, atualmente estou confinado a uma cadeira de rodas. Há catorze anos atrás quando vinha a sair de um espetáculo numa casa do Bairro Alto fui assaltado, os ladrões roubaram-me sessenta contos e deixaram-me tetraplégico. Apesar disso, ainda hoje sou cantor.

Durante o incêndio em 1963, salvei dois camaradas mais novos de morrerem afogados, eu já tinha dezasseis anos, já era crescido.

Depois de sair da fragata (da obra social) andei na pesca no Cabo Branco, era marinho de convés, pois tinha tirado o curso na Escola de Pesca. Nessa escola havia dois cursos, o de motorista (durava nove meses) e os que o frequentavam iam para a pesca do bacalhau, e o curso que tirei que durava apenas seis meses e os que o frequentavam dedicavam-se à restante pesca.”

Profissional de Engenharia – 65 anos

“Entendo haver neste questionário uma falta, muito importante e que o pode enriquecer que é o não se falar em duas atividades que alguns alunos também exerciam.

Estas eram os casos dos aprendizes das Oficinas dos Submersíveis, no Alfeite; e dos aprendizes das Oficinas da Sociedade de Reparações de Navios Lda., no Ginjal.

Nestas últimas, como aluno da Fragata, trabalhei desde os quinze anos até atingir a idade do serviço militar. Trabalhava durante o dia, na oficina de serralharia, estudava à noite na Escola Industrial Marquês de Pombal e à noite ia dormir à fragata. Isto durou até ao dia do incêndio. Após o fogo e até ir para o serviço militar, sempre pernoitei na Escola Profissional de Pesca. Neste regime, havia normalmente cerca de quinze alunos.

Todos os alunos que trabalhavam nas Oficinas do Ginjal e estudavam, ao chumbarem um ano tinham duas opções: regressavam à fragata ou saíam e continuavam a trabalhar nas Oficinas.

Aos alunos com bom aproveitamento na Escola Industrial, a fragata aceitava-os como alunos para além dos dezoito anos, razão porque só a deixei quando ingressei no serviço militar, já com o curso industrial de serralheiro e o 1.º ano da secção preparatória para os Institutos Industriais.

Através das Oficinas do Ginjal eram fornecidos gratuitamente a todos os alunos da fragata, os livros e todo o material escolar necessários para os anos que estes frequentavam.”

Cozinheiro da Marinha Mercante – 65 anos

“A fragata fez-me um homem ... mas no início custou-me muito, eu vinha de uma aldeia da Beira Alta, vivia com os meus avós e mãe e de repente fui colocado no meio da água ... preso. Chorei dias inteiros, mas depois habituei-me e agora sinto muito orgulho em ter pertencido à fragata.”

Empregado de Hotelaria – 65 anos

“Estive na fragata permanentemente apenas cinco ou seis meses. Depois, como já tinha a quarta classe, fui trabalhar para o Movimento Nacional Feminino o que me permitia sair todos os dias de manhã e só regressar à noite.

No dia do incêndio estava em Lisboa a trabalhar. Depois do incêndio comecei a pernoitar nas Instalações da Escola de Pesca em Pedrouços. Como trabalhava em Lisboa nunca fui para Setúbal.

Quando sai da Obra fui para a Marinha Mercante, andei lá uns anos, depois saí e fui para a Escola de Hotelaria e regressei à minha terra, Albufeira, onde permaneço a trabalhar na hotelaria.”

Serralheiro (Estaleiros Navais) – 65 anos

“A fragata deveria ser hoje aquilo que foi para nós, na altura, ou seja, uma escola!”

Cozinheiro da Marinha Mercante – 65 anos

“A fragata está diferente do que era no meu tempo. Deveria ser outra coisa.”

Motorista Marítimo – 65 anos

“A minha resposta negativa à pergunta se concordo com a transformação da fragata em museu deve-se ao facto de considerar que num país virado para o mar, era preferível a Fragata D. Fernando tornar-se numa escola de marinheiros, de náutica, ou de navegação. Visto termos um país com escolas amadoras, nessas áreas, era preferível facultar uma educação prática na própria fragata uma vez que tem mais condições do que as escolas amadoras.”

Eletricista da Marinha Mercante – 65 anos

“Estive na fragata até aos dezassete anos e de lá, com essa idade, fui diretamente para a Marinha de Guerra (eu estava na recruta quando se deu o incêndio) foi o senhor padre Fatela que me telefonou para Vila Franca de Xira a dar a notícia.

Quando cheguei à fragata, como já tinha a quarta classe, fui para as Oficinas do Gingal trabalhar e aprender eletricidade, depois fui para a Marinha de Guerra, onde fui grumete eletricitista, e finalmente fui para a Marinha Mercante também como eletricitista, ... ainda hoje sou eletricitista e também técnico de frio pois tirei um curso na Dinamarca.

Sem dúvida a Obra Social da Fragata ajudou-me a tornar-me naquilo que fui e sou a nível profissional. Se não tenho ido para a fragata, provavelmente, teria sido trabalhador rural no Alentejo, região de onde sou oriundo. Éramos nove irmãos, vivíamos num monte ... era difícil, a fragata foi onde aprendi uma profissão.”

Militar da Marinha de Guerra (1º Tenente – Oficial Técnico) – 66 anos

“Fui para a fragata com quinze anos, oriundo de um bairro de pescadores de uma vila algarvia. Já tinha trabalhado numa padaria antes de ir para a fragata. Quando cheguei a bordo fiquei adjunto do Mestre do navio. Cheguei a estar encarregado do *gasolino* que ia a terra diariamente buscar o Comandante.

Depois de passar pelo Movimento Nacional Feminino, ingressei na Marinha de Guerra e fui para fuzileiro. Fiz quatro comissões ao Ultramar, cheguei a Oficial, sou neste momento Primeiro-Tenente na reforma.”

Encarregado de armazém – 66 anos

“Quando sai da Obra Social fui para a Marinha Mercante durante um ano. No entanto, percebi que enjoou muito no mar, pelo que deixei essa vida indo inscrever-me na Marinha de Guerra. Estive na vida militar durante quatro anos, cheguei ao posto de primeiro-marinheiro radarista. Gostava de ser militar mas no entanto continuei a enjoar e resolvi sair, pelo que pedi abate. Tenho muito orgulho em ter pertencido à fragata, ou melhor à obra social, pois eu já fui para lá depois do incêndio e nunca cheguei a estar a bordo. Segundo diziam os mais velhos nós em Setúbal éramos mais livres, já éramos todos mais crescidos pois entrávamos geralmente a partir dos doze ou treze anos.”

Cozinheiro – 66 anos

“Existe uma reportagem jornalística sobre mim no Correio da Manhã de 8 de Junho de 2004, lá refere aquilo que sou, ou seja, um herói nacional. Na fragata era conhecido pelo «Tarzan» ou pelo «Caminha». No dia do incêndio e naufrágio da fragata eu salvei sete outros miúdos de morrerem afogados.

Naveguei e trabalhei em muitos tipos de navios. Já quase no fim da carreira tirei o curso de tripulante de barco salva-vidas nos Estado Unidos da América e trabalhei num desses navios.

Há cerca de uns dez anos regressei a Portugal ... mas depois tive uma grande depressão e acabei na rua como sem abrigo, até que a jornalista Isabel Ramos do Correio da Manhã se interessou por mim, fez uma reportagem e ajudou-me a sair da rua. Hoje estou bem, só tenho pena de não saber quase nada sobre a minha filha.

Quanto à fragata, foi a melhor coisa que me poderia ter acontecido naquela altura. Havia disciplina e aprendia-se, e também havia castigos, o que eu achava muito bem.”

Técnico de Frio – 66 anos

“Eu era conhecido como o fugitivo pois fugi, ou tentei fugir, inúmeras vezes. Eu tinha um primo que era sargento eletricista da Marinha de Guerra e que me colocou lá. Era ele que me recolhia e voltava a colocar lá quando eu fugia.

As crianças são muito cruéis, os outros alunos eram piores que aqueles que cuidavam de nós. A guarnição era boa ... exceto o padre.”

Funcionário Público – 66 anos

“A fragata deveria ser aquilo que era anteriormente, ou seja ... uma escola! Quando saí da fragata fui para a Marinha, para os Fuzileiros, fui fuzileiro naval e estive na Guiné, depois fui para a função pública.”

Operário da CP – 66 anos

“A fragata deveria ser um museu móvel. Agora está sempre em Cacilhas? Não sei... também foi dinheiro daqui da Câmara Municipal de Oeiras, para ajudar a reconstrução, com a promessa de que a fragata passaria por aqui e ficaria aqui fundeada para ser visitada e constituir uma atração turística e isso não está a acontecer!”

Maquinista Marítimo (Chefe de Máquinas) – 67 anos

“Em qualquer parte do país e do mundo por onde passei orgulhei-me sempre de ter feito parte desta grande instituição que foi a Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória. Graças aos ensinamentos lá aprendidos, cheguei, com apenas vinte e cinco anos de idade, a terceiro maquinista do maior navio clássico do mundo, da pesca do bacalhau. Com 30 anos, já como maquinista prático, cheguei a chefe de máquinas na pesca do Cabo Branco. Penso que se não tivesse passado por essa escola de futuros homens seria impossível ter alcançado o que alcancei. Penso que sou, um bom marido um bom pai e um bom avô. Estou reformado mas continuo a prestar serviço aos outros como voluntário na Junta de Freguesia de Buarcos, sobretudo fazendo pequenas reparações elétricas... fruto do conhecimento adquirido nas oficinas do Gingal, aquando da minha passagem pela fragata.”

Cozinheiro – 68 anos

“A fragata está diferente de quando eu lá estive.”

Despenseiro da Marinha Mercante – 68 anos

“Concordo que a fragata seja um museu, no entanto, gostaria mais que a fragata voltasse a ser uma escola como foi.”

Gerente Comercial – 68 anos

“Após a saída da Obra Social, com dezasseis anos, não foi fácil. Nos navios da Marinha de Guerra onde embarquei, era difícil admitir ter orgulho em ter pertencido à fragata, pois a reputação dos seus alunos, sobretudo dos que eram expulsos, não era a melhor. Tínhamos que ser exemplares para podermos alcançar o respeito e consideração a que individualmente tínhamos direito. Tratou-se de um desafio árduo, mas conseguido. Sempre tive boas classificações e saí a meu pedido, porque a Marinha não correspondeu aos meus sonhos de criança. Considero que a Fragata e a Marinha foram dois pilares importantes na disciplina e organização da minha vida futura.”

Militar da Marinha de Guerra (Sargento Chefe) – 68 anos

“A fragata devia ser uma escola de Marinha, um colégio interno ... essa seria a melhor opção.”

Maquinista Marítimo – 69 anos

“Na fragata fiz-me homem para a vida, ao ponto de hoje e, baseado em tudo o que aprendi, ter a honra e o orgulho de ser o presidente da Junta de Freguesia de Buarcos.”

Eletricista da Marinha Mercante – 69 anos

“A fragata deveria voltar a fazer o que fazia anteriormente, ou seja, voltar a ser uma escola, uma obra social.”

Militar da Marinha de Guerra (Sargento Ajudante) – 69 anos

“Sou fuzileiro e quando a fragata ardeu estava na Guiné numa comissão. Felizmente vim inteiro, mas mais tarde, na Serra da Arrábida, a dar instrução perdi a visão de um olho. Quanto à fragata (isto pode interessar-lhe) havia duas pistolas e um livro que contava a história toda da fragata (as pistolas haviam pertencido ao D. Fernando) era bom conseguir esse livro. É claro que este pode, ou não, ter escapado às chamas.

Desejo-lhe um bom trabalho, e pode escrever que tenho muito orgulho em ter pertencido à fragata!”

Desenhador Industrial – 70 anos

“Sai da Marinha Mercante e fui para o Arsenal trabalhar como serralheiro mecânico e estudando à noite tirei o curso industrial. Empreguei-me na *Sorefame*, inicialmente como mecânico, depois

como desenhador e finalmente como chefe do Centro de Documentação Técnica. Daqui transitei para a situação de reformado.”

Chefe de Estação (empresa rent-a-car) – 70 anos

“Entrei para a fragata em 1955, fui à inspeção para a Marinha de Guerra em Novembro de 1956 e assentei praça em Março de 1957. Permaneci na Marinha durante cerca de quinze anos, tendo levado baixa em Dezembro de 1971, apenas por não haver vagas para promoções o que contribuiu para tentar uma vida melhor na vida civil.

Na fragata, apenas nas primeiras semanas me senti triste, pois as saudades apertavam mas, como o ambiente era bom e todos nos dávamos bem acabei por me adaptar, tendo sido escolhido para impedido de um oficial. Boas recordações...”

Marítimo – 70 anos

“Penso que se a fragata D. Fernando e Glória estivesse aberta a candidatos e fosse uma escola, poderia ceder trabalho a muita gente.

Na fragata havia instrutores para marinharia, para música, futebol, aprendia-se a fazer sinais de bandeiras e havia um padre que dava missa e bons conselhos.

Além disso, havia oficinas para motoristas e eletricitas nos submersíveis e no Gingal.”

Militar da Marinha de Guerra (Sargento Fuzileiro) – 70 anos

“Fui criado em colégios internos pois o meu pai era presidiário. O Salazar aos filhos dos presidiários ajudava-os concedendo-lhes hipóteses de irem para colégios internos. A minha mãe colocou-me em vários colégios e de um deles fui parar à fragata, nem sei bem porquê. Da fragata, onde estive dois anos, fui para a Marinha de Guerra para a especialidade de Artilheiro. Fiz parte da guarnição do Afonso de Albuquerque e estava na Índia quando se deram os combates com a União Indiana e perdemos alguns camaradas... eu fui feito prisioneiro e estive nessa situação durante seis meses. Depois de regressar ingressei nos recém-criados fuzileiros, fiz quatro comissões ao Ultramar, três em Angola e uma em Moçambique. Sai em 1978 com o posto de Sargento.

Militar da Marinha de Guerra (Sargento Enfermeiro) – 71 anos

“A fragata atual é diferente daquela onde estive.”

Barbeiro – 71 anos

“A fragata devia estar noutra local e não em Cacilhas. Quando cheguei à fragata em 1955 quase todos os rapazes andavam descalços ... eu já era crescido e usava sapatos.”

Agricultor – 71 anos

“Tenho algumas histórias da fragata. Uma vez estávamos no mar da Palha levanta-se um temporal e um barco à vela o *Foz do Douro*, que era em ferro e tinha quatro mastros, veio bater-nos ... foi um pandemónio.

Quanto a mim, fui para a Fragata por opção, com treze anos. Saí de Murça e quis ir conhecer Lisboa e o mar ... os meus pais deixaram... e eu não precisava, não era rico nem pobre, era remediado. Fui para lá ajudado por uma pessoa da terra que tinha contactos.

Na fragata aprendi a profissão de barbeiro, da qual nunca me servi pois fui para a Marinha Mercante para moço de copa e mais tarde para empregado de câmara. Andei no mar trinta e nove anos, conheço o mundo todo.

Ao fim desses quase quarenta anos, regressei a Murça e tornei-me agricultor ... gosto muito de ser agricultor tal como gostei muito de ser marinheiro. Penso que tive muita sorte na vida. Devo o que conheço e o homem que sou à fragata.”

Funcionário Público – 71 anos

“A fragata está diferente, foi reconstruída não obedecendo àquilo que era na altura em que estive lá. Eu fui para a fragata porque o meu pai morreu e a minha mãe sofreu dificuldades. Sofri muito na fragata, tive lá uma broncopneumonia e só me salvei porque me levaram para o Hospital da Marinha.

A bordo havia castigos para quem se portava mal. Assim que fiz a quarta classe disse à minha mãe para me tirar de lá pois queria trabalhar, e a minha mãe assim fez.”

Militar da Marinha de Guerra (Sargento Mor) – 72 anos

“O Estado Português deveria interessar-se mais por preservar este «Monumento Nacional» que foi a «Obra Social da Fragata Dom Fernando II e Glória» e reconhecer os nobres alunos que nela passaram parte da mocidade, e alguns se fizeram «Homens» na vida.”

Funcionário da Portugal Telecom – 73 anos

“Estudei sempre, enquanto estive na fragata, durante sete anos (fiz a quarta classe, o preparatório e a escola industrial). Tenho o equivalente ao antigo quinto ano. Tinha boas notas e eles deixavam-me estudar ... todos os dias ia para Lisboa na vedeta.

No Verão íamos duas semanas para a colónia balnear d'O Século e a fragata ficava em Belém, era um espetáculo!”

Operário numa fábrica de açúcar – 74 anos

“A fragata atualmente não está igual ao período em que foi obra social.”

Profissional Liberal – 74 anos

“Embora concorde com a transformação da fragata em museu, a fragata não foi reconstruída de uma forma igual à que nós alunos a conhecemos.”

Artífice da Marinha Mercante -74 anos

“Eu teria optado por transformar a fragata numa escola como aquela que eu frequentei.”

Despenseiro da Marinha Mercante – 75 anos

“A reconstrução da fragata está mal feita, não é aquela a fragata que eu conheci.”

Formador – 75 anos

“Trabalhei na extração de petróleo «dei a volta ao mundo a extrair petróleo», quer em terra, quer no mar.”

Profissional de Engenharia – 75 anos

“Quando tinha catorze anos, ambos os meus pais morreram e eu entrei para a fragata. Permaneci lá durante três ou quatro anos (1950 a 1952 ou 53) já tinha a quarta classe pelo que fui estudar e trabalhar para o Gingal (para as oficinas, ou melhor para a Sociedade de Reparação de Navios). Depois fui para a Escola de Pesca onde aprendi mecânica. De lá, saí para a pesca do bacalhau para ajudante de motorista, andei no bacalhau durante seis anos, depois fui para o Cabo Branco e mais tarde vim para a costa portuguesa... sempre na pesca. Anos depois fui para a Alemanha, para Hamburgo, onde trabalhei numa firma de construção. De lá transitei para Portugal para a mesma firma (multinacional) onde trabalhei em engenharia embora não tenha canudo.”

Militar da Marinha de Guerra (Primeiro Sargento Artilheiro) – 77 anos

“A fragata D. Fernando e a Marinha de Guerra foram a minha mãe.”

Militar da Marinha de Guerra (Sargento Ajudante) – 78 anos

“A fragata deveria ser atualmente uma escola, tal qual como foi no passado, dando educação a menores a fim de se fazerem homens como eu me fiz e tantos outros ex-alunos.”

Vendedor de Eletrodomésticos – 79 anos

“A fragata deveria ainda ser uma escola. A reconstrução não ficou igual e o local onde está não é o melhor local para estar exposta.

Eu vim para a fragata oriundo do campo, o meu pai era lavrador. Quando cheguei, ingressei no curso de manobra, que frequentei durante um ano, fui o primeiro classificado. Também aprendi a nadar, depois até participei em provas, cheguei a ir aos Açores e ficar em segundo lugar entre trinta candidatos. Na fragata, como tinha tido boa classificação no curso de manobra fazia escala de serviço com os cabos e marinheiros da Marinha. Estive na fragata dos catorze até aos dezassete anos. Com esta idade fui para a Marinha de Guerra para Torpedeiro Eletricista. A Marinha de Guerra levou-me à Índia, a Timor a Macau e à Itália, naveguei muito.

Com dezanove anos de Marinha, sai para a reserva e fui para a vida civil... abri uma pequena casa de eletrodomésticos e quando me reformei tinha várias, com vários empregados e uma oficina, tudo meu! A minha filha formou-se em Direito (é advogada há vinte e cinco anos) ... tirou o curso em Coimbra.

Tenho muito orgulho em ter pertencido à Fragata e à Marinha.”

APÊNDICE 3 – ENTREVISTAS

ENTREVISTA A CARLOS VARDASCA

Esta entrevista tem como objetivo complementar a exploração inicial com o objetivo de recolher as primeiras impressões com vista à elaboração ou validação de um inquérito. As questões desta entrevista apelam a vivências pessoais, são respeitados os silêncios ou a opção de não responder. Se o entrevistado não se opuser, a entrevista será gravada.

1) CONDIÇÕES DE ENTRADA

1.1) Qual o seu nome?

Carlos Vardasca

1.2) Em que ano nasceu?

1949

1.3) Onde nasceu?

Lisboa, freguesia do Socorro.

1.4) Teve irmãos?

Sim dois (uma irmã e um irmão, este já falecido).

1.5) Vivia com os seus pais e irmãos?

Sim até aos 4 anos, idade em que fui retirado da custódia dos mesmos e colocado na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Alguém se queixou às autoridades. O meu pai ausentava-se frequentemente de casa deixando a minha mãe sozinha, o meu irmão era fruto de outro relacionamento do meu pai, tenho poucas recordações deste período mas lembro-me de a minha mãe me levar para o trabalho, fazia limpezas nos Ministérios do Terreiro do Paço e levava-me com a minha irmã, antes de eu ter 4 anos.

1.6) Com quem vivia?

A partir dos 4 anos com os outros meninos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

1.7) Como foi a sua infância até ir para a obra social?

Aos 4 anos fui para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aos 7 anos para o colégio Nun'Álvares, frequentei o colégio Maria Pia, (uma secção da Casa Pia) onde fiz a 4ª classe e com 13 anos fui para a Fragata D. Fernando II e Glória.

1.8) Porque foi parar à obra social?

As razões porque eu o Augusto e outros fomos transferidos para a Fragata, penso que se deva (independentemente de haverem outros) ao seguinte fator:

A maioria dos alunos do Colégio D. Maria Pia era, com alguma regularidade, visitados pelos seus familiares, o que se pressupunha (por parte da Instituição) que existia alguma preocupação e acompanhamento daqueles com o evoluir educacional e escolar dos seus filhos. No nosso caso isso não acontecia. No meu caso, não me recordo que alguma vez tivesse sido visitado pelos meus pais enquanto estive nessa Instituição. Talvez por existir essa ausência de acompanhamento por parte dos nossos pais, isso tivesse motivado a nossa transferência para a Fragata, talvez por não haver essa preocupação por parte dos nossos familiares e também não ter que haver grande preocupação por parte da Instituição em justificar essa transferência, o que já não aconteceria em relação aos alunos que eram visitados com alguma regularidade.

Esta transferência não era habitual, e acho que isso aconteceu apenas no nosso ano e em dois anos anteriores, talvez por já haver escassez de alunos a bordo da Fragata, havendo necessidade de se socorrerem de outras Instituições para preencherem o efetivo a bordo e justificar a existência da instituição.

Que eu tenha conhecimento, e sem ser do Colégio D. Maria Pia, mais nenhuma Instituição enviava para a Fragata os seus alunos, sendo a sua grande maioria enviados diretamente do seio das suas famílias de fracos recursos económicos, regra geral ligadas ao mar.

Já em Setúbal é que tive conhecimento de que alguns alunos foram lá colocados vindos da Casa do Gaiato de Setúbal.

1.9) Com que idade?

Com 13 anos

1.10) Tinha alguém conhecido na obra, ou foi com alguém conhecido?

Não tinha ninguém conhecido embora fosse com outro rapaz, o Augusto que conhecia de vista, mas com quem não falava ... ele também pertencia à “Maria Pia”.

1.11) Quanto tempo lá permaneceu?

De 1963 a 1968.

2) ASSISTÊNCIA

2.1) Na obra sentiu-se seguro?

Sim.

2.2) Sentiu-se amparado?

Sim embora não gostando de lá estar ... quando ia a Santarém visitar os meus pais chorava durante toda a noite que antecedia o regresso a Setúbal.

2.3) Sentiu-se alimentado?

Sim a comida era farta, nunca senti fome.

2.4) Havia cuidados de saúde?

Sim havia uma enfermaria bem apetrechada, com um aluno mais velho e também um enfermeiro ... talvez da Marinha, que nos apoiava nas dores de barriga e outras pequenas enfermidades.

2.5) Havia normas de higiene?

Sim embora isso ficasse ao nosso critério, havia boas condições, não havia piolhos, unhas sujas etc. ... Não me lembro se chamavam muito a atenção mas a malta tinha higiene.

3) EDUCAÇÃO

3.1) Que aulas frequentavam?

Depende...

3.2) Os que já tinham a 4ª classe o que estudavam?

Nada ... bem tínhamos aulas de marinharia (nós, velas, sinais por bandeiras, remo) e tínhamos as tarefas ... limpezas, serviço à palamenta e outras. Alguns, de uma forma não imposta podiam pedir para estudar no Liceu de Setúbal, na Escola de Pescas de Pedrouços e na Escola de ... não me lembro o nome mas era em Cacilhas para aprender eletricidade ...

3.3) Havia aulas de marinharia?

Sim.

3.4) Que outro tipo de aulas diferentes das aulas das Escolas Primárias e Liceus havia?

Escola de Pescas de Pedrouços e na Escola de ... Cacilhas.

3.5) Havia aulas de Educação Física?

A bordo havia, em Setúbal não, mas nós passávamos dias inteiros a jogar à bola e entrávamos em torneios ... éramos bons.

3.6) Havia tarefas a realizar, para além das aulas?

Sim.

3.7) Se sim, quais?

As referidas.

4) SENTIMENTOS E RELAÇÕES

4.1) Que sentimento guarda desse período?

Embora longe da família, e embora sentido saudade, na verdade habituei-me a colégios... lá tinha os amigos. Os sentimentos referem-se aos amigos ... os sentimentos são bons.

4.2) Havia regras? Eram muito duras?

Havia formatura para almoço, jantar, havia as chamadas gerais (tocava o clarim e tínhamos que formar, mas era raro) ... as regras não eram muito duras.

4.3) Havia transgressões às regras?

Sim havia alunos que nunca iam às formaturas ... não estavam para isso! Mas sinceramente grandes transgressões não ... espere, lembro-me de um grupo ter assaltado a secretaria, roubaram uns selos, umas moedas ... depois soube-se e foram expulsos da Obra. Eu fui convidado para o assalto ... recusei, já tinha muito tempo de colégio ... não entrava em “esquemas”.

4.4) Havia praxes? Violentas?

Só me lembro de uma e não era violenta. Quando entrava algum aluno novo era-lhe dado uma saca de serapilheira com um peso (um ferro) enorme dentro, dizia-se que era a “chave do portaló” e que ele deveria ir entregar ao Comandante ... o desgraçado ia e o Comandante partia-se a rir. Mas era só isso, nada de mais grave. Pelo menos não senti, nem nunca vi. Não havia praxes humilhantes.

4.5) Os alunos ajudavam-se simultaneamente desde o momento da entrada?

Não. Eu por acaso ajudei um menino que entrou e não parava de chorar, pois eu também chorei no dia que entrei... animei-o, mas não sei se outros fizeram o mesmo, possivelmente sim.

4.6) Os mais velhos ajudavam os mais novos?

Não, mas também não os “achincalhavam”.

4.7) Havia um ambiente de religiosidade presente? Por exemplo, capelão, missa, momentos de oração, liturgia, locais de culto etc.?

Havia no refeitório, todos os sábados tínhamos que rezar o terço ia lá o capelão Fatela, era muito violento, se não prestássemos atenção à reza era com cada “chapadão”.

Antes de qualquer refeição também fazíamos uma pequena reza da qual já não me lembro e é claro ao domingo tínhamos de ir à missa pois também ia nossa fanfarra e todos nós atrás a marchar ... às vezes alguns saíam da formatura e escapavam-se pelas ruas de Setúbal faltando à missa.

4.8) A cerimónia do içar e arriar da bandeira era presenciada pelos alunos?

Sim.

4.9) Havia algum ensinamento militar do género: ordem unida, marchas etc.?

Sim aprendíamos a marchar. Havia também a fanfarra.

4.10) Havia alusões frequentes à Nação, à Pátria, ao Estado e a Salazar?

O Capelão sim ... falava na reconversão da Rússia, mandava rezar para o fim do comunismo ... mas não era uma coisa muito habitual.

4.11) Teve conhecimento de algum tipo de relação entre a obra e a Brigada Naval?

Sim havia relações. Os membros da fanfarra ... participavam nas cerimónias, os mais velhos ... indo inclusive fardados com a farda da Brigada Naval tocar. Eu fui numa viagem de instrução a Toulon (França) na canhoneira Diu onde levámos embarcados membros da Brigada Naval para concorrerem numa regata.

Resumindo, sim havia relações entre a Brigada Naval, a Marinha e a Obra Social da Fragata D. Fernando II e Glória.

4.12) Sente que o contexto era demasiado politizado, ou demasiado militarista para crianças, à luz daqueles tempos?

Não, não senti isso. Talvez na fragata houvesse mais, eu só estive na fragata 3 dias pois entrei a 1 de Abril de 1963 e ela ardeu a 3 de Abril do mesmo ano. Em Pedrouços e em Setúbal não senti esse ambiente ou contexto politizado ou demasiado militarista.

5) CONDIÇÕES DE SAÍDA

5.1) Havia alusões ao vosso futuro? Exemplos: devem ir para a frota pesqueira, devem ir para a Marinha Mercante, devem ir para a Marinha de Guerra?

Aos 17 ou 18 anos geralmente íamos para eletricistas para bordo de navios mercantes, ou para ajudantes de motoristas desses navios ... alguns para a Marinha de Guerra. Mas antes muitos passávamos pelo Movimento Nacional Feminino. Este movimento angariava comida para as famílias necessitadas de militares mobilizados para o Ultramar. Eu estive no MNF onde já ganhava algum dinheiro (dava para a roupa, para o cinema ...) tomava as refeições no quartel da Brigada Naval e dormíamos na Escola de Pesca.

Mas não éramos obrigados a ir para este ou aquele lugar, éramos sim influenciados, por exemplo, o Tenente Vinagre costumava dizer ... não sejam maricas, vão para a Marinha de Guerra. Além disso éramos influenciados pelos mais velhos na medida em que, após saírem da Obra, muitos voltavam depois para nos visitar, e alguns já a trabalhar na Marinha Mercante, chegavam com boas roupas, casacos de cabedal, relógios ... a dizer que tinham estado aqui e ali (no estrangeiro) e isso é claro influenciava, nem que fosse inconscientemente, qualquer um.

5.2) Eram obrigados a sair da obra em alguma altura, com que idade?

Não, acontecia naturalmente, mas nem todos saíam com a mesma idade.

5.3) Quando saiu da obra como foi a integração na sociedade civil? Sentiu-se “meio perdido”? Sentiu-se “seguro”?

A instituição preocupava-se em integrar as pessoas, não me senti perdido pois já andava nisto há muito tempo (nos colégios), mas quando saíamos a instituição vestia-nos (pagava roupa civil) muito embora eu já tivesse roupa minha comprada com o dinheiro que ganhava no MNF, mas saíamos de lá para a vida exterior vestidos com roupa nova. Eu quando sai chorei (tinha 18 anos) e fui embarcar no Benguela ... mas chorei por deixar lá os meus amigos, não por me sentir perdido. Mas desde miúdo que me desenrasquei sozinho.

5.4) Quando saiu sentia-se alguém crente no sistema político vigente? Acreditava no Império Português, no Portugal do Minho a Timor? Ou por outro lado, não tinha muita consciência política?

Não tinha muita consciência mas já não acreditava “nessa coisa do império” até por ouvir falar o meu pai quando ia a casa nas férias. O meu pai era contra a guerra do Vietname e tinha uma consciência política muito forte ... eu vi o meu pai ser preso uma vez...

6) TRABALHO

6.1) De uma forma cronológica indique os locais onde trabalhou e vários trabalhos que teve pela vida fora, desde que saiu da obra até à atualidade.

- Movimento Nacional Feminino (ainda na Obra)
- Marinha Mercante (1968 a 1970)
- Exército (Guerra Colonial em Moçambique) (1970 a 1973)
- Supermercado (Fiel de Armazém) (1973 a 1975)
- Fábrica de Montagem de Automóveis (Movalto)
- Fábrica de Montagem de Eletrodomésticos (Aríston)

Nota: Durante o tempo que trabalhei, estudei à noite na Escola Secundária da Moita até ao 12º ano e ingressei depois, já com 40 anos, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas onde estudei Sociologia do Trabalho.

7) RETROSPECÇÃO

7.1) Sentiu muitas saudades dos seus pais ou outros familiares quando foi para a obra social?

Não, já tinha passado por tantos colégios, quando ia de férias chorava no fim ... mas sentia-me bem ao regressar.

7.2) Sentiu-se livre, na medida em que não tinha o controlo familiar de adultos, embora estivesse sujeito a um regime de disciplina?

Sentia-me livre porque desde muito novo tinha regras... fazia a cama etc.

7.3) Alguma vez fugiu ou pensou em fugir da obra?

Não.

7.4) Pensa que teria sido o mesmo homem na vida sem a passagem pela obra?

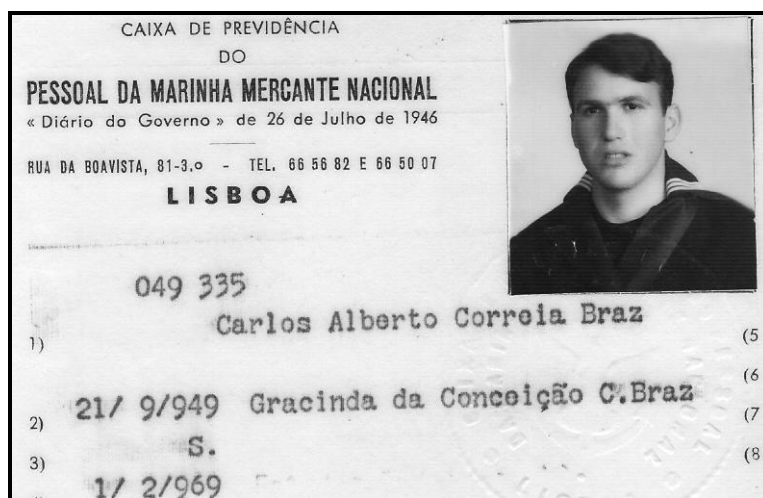
Não sei ...

7.5) Pensa que a passagem pela obra o “prende” ou pelo contrário o “soltou” para a vida?

Senti-me livre ... e sempre liberto para fazer as coisas ... não me senti preso, nós podíamos sair para fora dos muros, não havia ninguém no portão, podíamos passear por Setúbal. O sistema era semiaberto podíamos sair. Por isso a passagem pela obra nunca me prendeu.

7.6) Teve contacto ou conhecimento ou presenciou o consumo de drogas e ou álcool em excesso dentro da Instituição?

Não, mas mais tarde já estando todos cá fora tive conhecimento ... há poucos anos do falecimento do Adolfo devido ao consumo de drogas ... em Setúbal. Tornou-se toxicodependente.



Fotografia nº 16 - Cartão da Caixa de Previdência do Pessoal da Marinha Mercante Nacional de Carlos Braz.

Fonte: O próprio.

ENTREVISTA A JOSÉ ALVES

Esta entrevista tem como objetivo complementar a exploração inicial com o objetivo de recolher as primeiras impressões com vista à elaboração ou validação de um inquérito. As questões desta entrevista apelam a vivências pessoais, são respeitados os silêncios ou a opção de não responder. Se o entrevistado não se opuser, a entrevista será gravada.

<p>Natural de (Lieu de naissance — Birthplace) <u>Batalha</u> <u>Portugal</u> Data do nascimento (Date de naissance — Date of birth) <u>18 de Maio</u> <u>1939</u> <u>Lez mois</u> Profissão (Profession) _____ Estado civil (Etat civil — Condition) <u>solteiro</u> <u>célibataire</u> <u>bacharel</u> Nacionalidade (Nationalité — Nationality) <u>Portuguesa</u> <u>Portugaise</u> <u>Portuguese</u> Residência (Résidence — Residence) <u>a casa da mãe</u> <u>Tragato</u> <u>D. Francisco</u></p>	<p>Impressão do <u>indicador</u> <u>direito</u> Empreinte de l'indicateur <u>droit</u> Print of the <u>right</u> <u>fore</u> <u>finger</u></p>	<p>SINALÉTICA (Signalement — Description) Allura (Taille — Height) <u>1.66</u> Olhos (Yeux — Eyes) <u>castanhos</u> <u>meios</u> <u>castanhos</u> Sinais particulares (Signes particuliers — Special peculiarities) _____ Este bilhete é válido até <u>20 de Setembro de 1961</u> Lisboa, <u>20</u> de <u>Setembro</u> de 19<u>56</u> Assinatura do Director (Signature du Directeur — Signature of the Director) <u>José Moreira Alves</u></p>
---	--	--

Fotografia nº 17 - Bilhete de Identidade de José Alves emitido em 1956.

Fonte: O próprio.

1) CONDIÇÕES DE ENTRADA

1.1) Qual o seu nome?

José Moreira Alves

1.2) Em que ano nasceu?

1939

1.3) Onde nasceu?

Batalha

1.4) Teve irmãos?

Que saiba não.

1.5) Vivia com os seus pais e irmãos?

Não, com os meus padrinhos, a minha mãe só me visitava, era criada de servir.

1.6) Com quem vivia?

Padrinhos.

1.7) Como foi a sua infância até ir para a obra social?

Desde os 11 meses que vivi com a minha madrinha, a minha mãe trabalhava em várias casas (era criada de servir). Fui criado no meio rural, gostava de ter aprendido a mecânico de automóvel mas os meus padrinhos não deixaram. Fiz a 4ª classe mas tinha muitas tarefas no campo. Fui tão massacrado no campo ... andava com uma enxada ... fugi mas o meu padrinho apanhou-me. A minha mãe apercebeu-se e trouxe-me com ela para Lisboa com 15 anos. Arranjou-me emprego numa tipografia... eu era o mais novo ... chamavam-me o Zé Pacóvio, eu defendia-me e brigava com eles. Uma vez “andei à porrada” e fiquei mal tratado de um olho, a minha mãe com pena de mim pediu ao patrão dela, um general do exército, para me colocar na Fragata e assim fui lá parar.

1.8) Porque foi parar à obra social?

Pelo que disse, a minha mãe quis proteger-me.

1.9) Com que idade?

15 anos.

1.10) Tinha alguém conhecido na obra, ou foi com alguém conhecido?

Não.

1.11) Quanto tempo lá permaneceu?

Saí com 17 anos.

2) ASSISTÊNCIA

2.1) Na obra sentiu-se seguro?

De certa maneira, sim.

2.2) Sentiu-se amparado?

Não

2.3) Sentiu-se alimentado?

Sim.

2.4) Havia cuidados de saúde?

Sim

2.5) Havia normas de higiene?

Sim

3) EDUCAÇÃO

3.1) Que aulas frequentavam?

Português, Matemática, “Sinais por Bandeiras”, Morse Luminoso e Acústico, Marinharia (todos os dias) as aulas de marinharia tinha uma componente prática, por exemplo fazíamos sacos, nós, coxins, peças em madeira e outras que depois eram doadas a instituições ou vendidas.

3.2) Os que já tinham a 4ª classe o que estudavam?

Estas que refiro.

3.3) Havia aulas de marinharia?

Sim mas também Artilharia, Infantaria e outras.

3.4) Que outro tipo de aulas diferentes das aulas das Escolas Primárias e Liceus havia?

As militares, como as que referi e as aulas de fanfarra.

3.5) Havia aulas de Educação Física?

Sim, todos os dias, e também havia aulas de natação no Tejo.

3.6) Havia tarefas a realizar, para além das aulas?

Sim, muitas.

3.7) Se sim, quais?

Faxinas, baldeação ao convés, rondas ao portaló, serviço à baleeira e ao escaler ... além disso treinava-mos a preparação do navio para visitas, velas e subida aos mastros para mostra geral.

4) SENTIMENTOS E RELAÇÕES

4.1) Que sentimento guarda desse período?

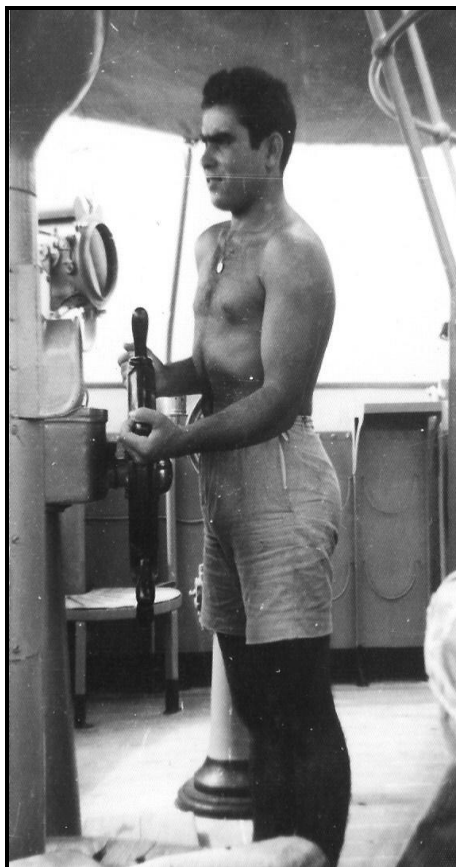
Não sei explicar ...

4.2) Havia regras? Eram muito duras?

Sim, mas só eram mais duras para os piores.

4.3) Havia transgressões às regras?

Sim. Mas quase tudo inofensivo, exceto uma vez que me lembro que o *Comboio* incendiou toucinho e atirou para cima de alguns camaradas que já estavam deitados. Foi castigado, amarrado ao pé de carneiro em tronco nu e todos os que tinham sido queimados foram aplicar umas chibatadas ao *Comboio* ... e o Mestre a ver ... (e o Mestre era bom para todos), mas naquele dia ...!



Fotografia nº 18 – O aluno José Alves.

Fonte: O próprio.

4.4) Havia praxes? Violentas?

Sim, violentas não.

4.5) Os alunos ajudavam-se simultaneamente desde o momento da entrada?

Não.

4.6) Os mais velhos ajudavam os mais novos?

Não, mas também não chateavam, exceto as praxes que referi, do género carregar com um peso, ou levar com um balde de água em cima... mas nada violento.

4.7) Havia um ambiente de religiosidade presente? Por exemplo, capelão, missa, momentos de oração, liturgia, locais de culto etc.?

Havia a “capela” e um capelão e aulas de religião e moral ou ... catequese.

4.8) A cerimónia do içar e arriar da bandeira era presenciada pelos alunos?

Havia sempre um grupo escalado (o grupo de serviço) que ia à bandeira com os militares.

4.9) Havia algum ensinamento militar do género: ordem unida, marchas etc.?

Sim, tudo isso.

4.10) Havia alusões frequentes à Nação, à Pátria, ao Estado e a Salazar?

Não ... falava-se do Tenreiro ...e ... pouco mais.

4.11) Teve conhecimento de algum tipo de relação entre a obra e a Brigada Naval?

Sim, até havia uma canhoneira que anualmente fazia uma viagem “de instrução” ou afim e que levava rapazes da Fragata. Além disso grande parte da guarnição pertencia à Brigada (já estavam na reserva da Marinha) tinham farda diferente ... acho que usavam bivaque... muitos eram “cabos velhos” ...

4.12) Sente que o contexto era demasiado politizado, ou demasiado militarista para crianças, à luz daqueles tempos?

Era ligado ao regime ... cumpre, obedece e não refila ... mas “cá fora também”.

5) CONDIÇÕES DE SAÍDA

5.1) Havia alusões ao vosso futuro? Exemplos: devem ir para a frota pesqueira, devem ir para a Marinha Mercante, devem ir para a Marinha de Guerra?

Volta e meia apareciam ex-alunos ... “os das pescas” e “dos mercantes” chegavam “cheios de dinheiro” cheguei a ficar motivado. Mas o Tenente Vinagre incentivava-nos “homem que é homem vai para a Marinha de Guerra, não sejam maricas ...” não sei se foi por isso mas ... fui para a Marinha de Guerra ... fui Artilheiro e depois Fuzileiro Especial.

5.2) Eram obrigados a sair da obra em alguma altura, com que idade?

Dos 15 aos 17 estava-se em condições de sair ... integrava-se na Marinha de Guerra com 16 anos ...

5.3) Quando saiu da obra como foi a integração na sociedade civil? Sentiu-se “meio perdido”? Sentiu-se “seguro”?

Seguro.

5.4) Quando saiu sentia-se alguém crente no sistema político vigente? Acreditava no Império Português, no Portugal do Minho a Timor? Ou por outro lado, não tinha muita consciência política?

Não, não se falava muito nisso ...

6) TRABALHO

6.1) De uma forma cronológica indique os locais onde trabalhou e vários trabalhos que teve pela vida fora, desde que saiu da obra até à atualidade.

Sai da Marinha em 1971 em 1º Sargento, incapaz para o serviço (deficiente das Forças Armadas) eu era novo tinha 32 anos ... não ia ficar parado em casa.

Fui para a Lisnave, a família também tinha aumentado, tirei o curso de Soldador e trabalhei lá durante 6 anos nessa função no Estaleiro ... depois do 25 de Abril ainda dei aulas de ginástica também na Lisnave ... e depois tirei um curso de informática também na Lisnave e na IBM (ainda eram os cartões perfurados... nem disquetes havia...)

7) RETROSPECÇÃO

7.1) Sentiu muitas saudades dos seus pais ou outros familiares quando foi para a obra social?

Não, pai nunca o conheci, a mãe ... bem só depois de vir da Índia em 1961 é que tive mais relação com a minha mãe ... veio viver comigo para o Barreiro.

7.2) Sentiu-se livre, na medida em que não tinha o controlo familiar de adultos, embora estivesse sujeito a um regime de disciplina?

A minha mãe visitava-me na Fragata «de quando em quando», mas nem sei se era livre se não ... não me sentia muito preso ... tinha que obedecer ... só isso.

7.3) Alguma vez fugiu ou pensou em fugir da obra?

Não.

7.4) Pensa que teria sido o mesmo homem na vida sem a passagem pela obra?

Isso é subjetivo, mas se calhar não ... aprendi lá muita coisa.

7.5) Pensa que a passagem pela obra o “prende” ou pelo contrário o “soltou” para a vida?

Soltou-me para a vida, abriu-me os olhos.

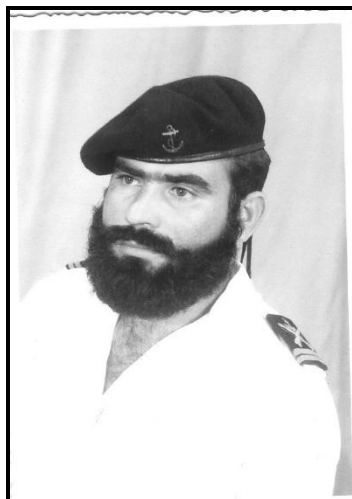
7.6) Teve contacto ou conhecimento ou presenciou o consumo de drogas e ou álcool em excesso dentro da Instituição?

Não.

8) NOTAS BIOGRÁFICAS

Fiz os meus vinte anos na Índia ... foi uma aventura, cheguei a ter ideias de continuar na Índia como civil... foi muito giro. A primeira vez que sai a barra foi de pacote ... fui fazer parte da guarnição do “João de Lisboa” que estava em Durban (África do Sul) a limpar o casco.

Tenho também memórias muito fortes do Ultramar. Uma vez, numa operação conjunta de “fuzos” e exército capturámos um “turra” (ou apenas um pescador indefeso ... não sei) e um gajo do exército matou-o com a faca de mato ... e andou com as tripas do tipo na mão ...foi horrível e eu já era Cabo Fuzileiro mas aquilo foi demais, ainda hoje tenho pesadelos.



Fotografia nº 19 - Com o posto de Cabo (Fuzileiro Especial).

Fonte: O próprio.

Outra vez eu ia sendo morto por uma pacaça ... investiu contra mim, eu escorreguei e por sorte a G3 disparou e acertou na cabeça da pacaça.

Também tive um tempo, sendo já Sargento e na Guiné, na segunda comissão, em que bebia demais. Bebia tanto que resolvi casar por procuração para que rapidamente a minha mulher fosse ter comigo a Bissau ... para eu ter juízo. Ainda estava praticamente em lua-de-mel (poucos meses depois de casar) fui ferido em combate e regressámos a Portugal.



Fotografia nº 20 - Recorte de jornal (não identificado), com a notícia de distinção por atos heroicos.

Fonte: O próprio.

Esta entrevista tem como objetivo complementar a exploração inicial com o objetivo de recolher as primeiras impressões com vista à elaboração ou validação de um inquérito. As questões desta entrevista apelam a vivências pessoais, são respeitados os silêncios ou a opção de não responder. Se o entrevistado não se opuser, a entrevista será gravada.

1) CONDIÇÕES DE ENTRADA

1.1) Qual o seu nome?

Victor Sousa

1.2) Em que ano nasceu?

1933, mas devido a um erro de registo o nascimento foi apenas oficializado em 1934.

1.3) Onde nasceu?

Lisboa, freguesia do Socorro.

1.4) Teve irmãos?

Sim muitos ...

1.5) Vivia com os seus pais e irmãos?

Sim, até aos 6 anos

1.6) Como foi a sua infância até ir para a obra social?

Com a morte do meu pai fui internado na Casa Pia de Lisboa, como órfão onde estudei até ao 1º ano do Curso Industrial. Depois por ter chumbado transitei para um outro local chamado Asilo Maria Pia localizado em Xabregas. A partir daqui encetei uma fuga fracassada que iria ter consequências terríveis pois fui transferido para um reformatório no Alto Alentejo de nome Vila Fernando. Desta casa de correção planeei outra fuga, desta vez bem-sucedida, regressei a Lisboa e fui trabalhar como paquete numa agência.

1.7) Porque foi parar à obra social?

A minha mãe trabalhava a dias para um oficial superior da Marinha de Guerra e pediu-lhe para me inscrever. A ideia foi minha, a Obra Social tinha iniciado em 1947, era muito recente e o mar e a Marinha fascinavam-me.

1.8) Com que idade?

13 anos.

1.9) Tinha alguém conhecido na obra, ou foi com alguém conhecido?

Não.

1.10) Quanto tempo lá permaneceu?

Dois anos e tal.

2) ASSISTÊNCIA

2.1) Na obra sentiu-se seguro?

Sim.

2.2) Sentiu-se amparado?

Sim.

2.3) Sentiu-se alimentado?

Sim.

2.4) Havia cuidados de saúde?

Sim.

2.5) Havia normas de higiene?

Sim.

A partir deste ponto a entrevista deixou de ter condições para ser conduzida na forma de pergunta/resposta e optámos por efetuar as questões de uma forma mais aberta e abrangente, fica assim o registo da entrevista aberta, que decorreu entretanto.

3) EDUCAÇÃO

Havia aulas de ginástica de natação e também de marinharia e de bandeiras.

4) SENTIMENTOS E RELAÇÕES

Guardo sentimentos muito bons dessa altura, como já referi eu tinha estado em outras instituições, inclusivamente reformatórios e casas de correção ... a fragata era um hotel comparado com estas casas.

Havia disciplina, mas dava gosto cumpri-la. Havia companheirismo e relações fortes entre os camaradas. Ainda hoje me lembro de todos os que fomos incorporados na Marinha de Guerra como voluntários em 1951.

5) CONDIÇÕES DE SAÍDA

Saí da Fragata para ingressar na Marinha de Guerra, algo que queria, algo que ansiava. Com tão tenra idade era um orgulho... nessa altura o “estatuto” de um marinheiro com a sua farda ... o seu alcache as calças largas, o branco ou o azul conforme a estação do ano era algo a que nem todos chegavam, o exército ficava muito atrás no prestígio, além disso havia as viagens.

6) NOTAS BIOGRÁFICAS

Conforme já referi tive uma infância passada em instituições sociais e reformatórios. No entanto a Obra Social marcou-me para sempre pela positiva, lá aprendi coisas úteis para toda a vida. De lá saí para a Marinha de Guerra onde permaneci entre 1951 e 1955. Nesse ano, por contingências várias, não alheias à idade e juventude vi-me desligado da Marinha com o posto de 2º Grumete. Em 1957 já pai, fui admitido como assalariado nas Oficinas Gerais do Ministério das Obras Públicas. Ao longo da vida tive um barco e fui pescador no Tejo (nos fins de semana e feriados), progredi na carreira profissional e estudei, concluindo o antigo 7º ano do Liceu. Acabei a carreira profissional como funcionário público no Ministério do Trabalho e da Segurança Social. Tenho 78 anos, sou reformado, tenho quatro filhos e alguns netos e vivo na Amadora com a minha esposa, uma filha e um dos netos.

APÊNDICE 4 - SÍMBOLOS, SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

AA - Arsenal do Alfeite

AA. VV – Vários autores

AC - Ação Católica

ACM - Arquivo Central da Marinha

ACP - Ação Católica Portuguesa

Alm. – Almirante

Apud – Citação de outra citação

art.º - Artigo

BCM-AH – Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Histórico

CDMA – Comando de Defesa Marítima dos Açores

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEM – Chefe de Estado Maior

CEMA – Chefe do Estado-maior da Armada

CEMGFA – Chefe do Estado-maior General das Forças Armadas

CCN – Companhia Colonial de Navegação

CCP - Centro Católico Português

CNN – Companhia Nacional de Navegação

COMIBERLANT – *Commander, Iberian Atlantic Area*

Coord. – Coordenador(a)

CRCB – Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau

CTT – Correios, Telégrafos e Telefones

CP – Caminhos de Ferro Portugueses

Cx. – Caixa

DF – Defesa da Família

DGS – Direção Geral de Segurança

DVD – *Digital Versatile Disc ou Digital Video Disc*

EFTA - *European Free Trade Association*

et al. – *et aliae* (e outros)

EUA – Estados Unidos da América

EXPO'98 – Exposição Internacional de Lisboa

fl(s). – Folha(s)

GANPB – Grémio dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau

GES – Gabinete de Estudos Sociais

GNR – Guarda Nacional Republicana

IAF – Instituto de Apoio à Família

IBERLANT – Iberian Atlantic Command

Ibidem – Referência subsequente de uma mesma obra, (do latim “o mesmo lugar”)

Idem – Referência subsequente de um mesmo autor, (do latim “o mesmo”)

IMB - *International Business Machines*

IPCP – Instituto Português de Conservas de Peixe

IPIMAR – Instituto de Investigação das Pescas e do Mar

ISAFM - Intendência dos Serviços de Administração Financeira da Marinha

LDRA - Leis e Decretos Regulamentares da Armada

LISNAVE - Estaleiros Navais de Lisboa

LORAN – *Long Range Navigation*

MAAG - *Military Assistance Advisory Group*

MUD - Movimento de Unidade Democrática

MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Antifascista

NATO - *North Atlantic Treaty Organization*

Nº - Número

ODA – Ordem do Dia da Armada

ONU – Organização das Nações Unidas

op. cit. – Obra citada

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

p. – Página

PIDE – Policia Internacional e de Defesa do Estado

PNB - Produto Nacional Bruto

POL – *Petroleum Oil Lubricant*

pp. – Páginas

PREC - Processo Revolucionário em Curso

PT - Portugal Telecom

PVDE – Policia de Vigilância e Defesa do Estado

RTP – Radiotelevisão Portuguesa

SACLANT – *Supreme Allied Commander Atlantic*

SOPONATA - Sociedade Portuguesa de Navios Tanques

s.d – Sem data

s.l – Sem lugar

s.n – Sem nome (editor)

SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*

SSA - Superintendência dos Serviços da Armada

SSM - Superintendência dos Serviços do Material

SSP - Superintendência dos Serviços do Pessoal

SSF - Superintendência dos Serviços Financeiros

STANAVFORLANT – *Standing Naval Force Atlantic*

Séc. - Século

UAM – Unidade Auxiliar da Marinha

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Vol. – Volume

APÊNDICE 5 – GLOSSÁRIO

Alar – Entrar com um cabo, puxar um cabo. O contrário de folgar um cabo.

Anspeçada – Graduação militar inferior à de primeiro-cabo.

Arrais – Timoneiro da sua embarcação. Aquele que governa pequenas embarcações.

Arribar – 1. Manobrar por forma a que a proa se afaste da linha do vento. 2. Praticar um porto fora da escala ou regressar ao porto de partida devido a avaria, mau tempo, ou ainda alterar o rumo para reconhecer ou demandar a terra ou a outro navio.

Baleeira – Embarcação miúda sem painel de popa, roda de proa curva e curva da borda muito pronunciada, muito elevada nas extremidades. O seu nome advém da sua larga utilização na pesca da baleia.

Bateria – Conjunto de peças de artilharia dum pavimento. Numeram-se de baixo para cima. Por exemplo navios de três baterias, a terceira fica no convés e as duas seguintes nos dois pisos inferiores.

Bombordo – Bordo do navio, da popa à proa, à esquerda de um observador embarcado olhando de frente para o mar.

Cabo – Reunião de fibras vegetais ou fios metálicos torcidos de modo a constituir um todo capaz de aguentar esforços violentos.

Convés – Pavimento superior do navio entre a tolda e o castelo.

Cutelos – Velas auxiliares quadrangulares, largas e caçadas junto às testas do velacho e da gávea, quando há vento de feição, para aumentar a superfície do pano e a área vélica.

Cutelinhos – Duas velas quadrangulares com a mesma função dos cutelos colocadas em cada um dos mastros grande e traquete.

Desarvorar – Quebrarem-se os mastros e enxárcias.

Embarcação miúda – Embarcação de pequeno porte, à vela, remos ou a motor. Utilizada entre navios, entre estes e terra ou no serviço de portos e rios.

Enxárcia – Conjunto dos cabos que aguentam os mastros. Conforme os bordos a que correspondem chamam-se de bombordo ou de estibordo.

Escaler – Embarcação miúda, à vela, remos ou a motor com painel de popa e roda de proa direita.

Escovém – Cada uma das aberturas situadas no Castelo, a bombordo e estibordo, habitualmente forrados por tubo ou manga de ferro fundido para dar passagem às amarras e nalguns casos também as hastes das âncoras sem cabo.

Galera – Navio de vela com três mastros redondos com dois mastaréus.

Guindola – Vela largada num pau (também chamado guindola) devidamente aparelhado que substitui o mastro de navio de vela ainda não mastreado ou desarvorado.

Pajem – Jovem de pouca idade que embarcava como aprendiz de marinheiro. Hierarquicamente estava colocado abaixo do posto de Grumete.

Pontal – Altura do convés sobre o fundo, medido a meio-navio da borda até ao topo superior da quilha.

Requinta – Instrumento musical de sopro (clarinete de sons agudos).

Sarangue – Arrais na Índia.

Tandel – Piloto na Índia.

Turco – Viga de ferro, com parte superior recurvada, móvel em torno do seu eixo, colocada à borda que serve para içar e arriar pesos e embarcações.

Varredouras – Velas de suplemento ao traquete redondo, quadrangulares ou triangulares. Largam-se apenas com ventos de popa ou largos.

Vedeta – Embarcação rápida de fiscalização, exploração ou transporte de entidades e pessoal.